

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES

**O ESPORTE PARAOLÍMPICO NO
BRASIL: ABORDAGEM DA
SOCIOLOGIA DO ESPORTE DE
PIERRE BOURDIEU**

Campinas
2010

RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES

**O ESPORTE PARAOLÍMPICO NO
BRASIL: ABORDAGEM DA
SOCIOLOGIA DO ESPORTE DE
PIERRE BOURDIEU**

Tese de doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física, na área de concentração Atividade física, adaptação e saúde.

Orientador: GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

Campinas
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP

M348e Marques, Renato Francisco Rodrigues.
O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu / Renato Francisco Rodrigues Marques. - Campinas, SP: [s.n], 2010.

Orientador: Gustavo Luis Gutierrez
Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Esporte adaptado. 2. Jogos olímpicos. 3. Sociologia – esportes. 4. Pierre Bourdieu. I. Gutierrez, Gustavo Luis. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

(asm/fef)

Título em inglês: Paralympic sport in Brazil: approach to Pierre Bourdieu's sociology of sport.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Disabled Sport. Paralympic Sport. Sociology of Sport; Sport in Brazil; Pierre Bourdieu.

Área de Concentração: Atividade Física adaptação e saúde.

Titulação: Doutorado em Educação Física.

Banca Examinadora: Gustavo Luis Gutierrez. Hermes Ferreira Balbino. Wanderley Marchi Junior. José Júlio Gavião de Almeida. Paulo Ferreira de Araújo.

Data da defesa: 13/12/2010.

RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES

**O ESPORTE PARAOLÍMPICO NO BRASIL: ABORDAGEM
DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE DE PIERRE BOURDIEU**

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de doutorado defendida por Renato Francisco Rodrigues Marques e aprovada pela Comissão julgadora em: 13/12/2010.



Gustavo Luis Gutierrez
Orientador

Campinas
2010

COMISSÃO JULGADORA

Gustavo Luís Gutierrez

Orientador



Hermes Ferreira Balbino



Wanderley Marchi Junior



Paulo Ferreira de Araújo



José Júnio Gavião de Almeida

Dedicatória

*Dedico este trabalho a Carla, meu amor e companheira,
Regina e Priscilla. Vocês são minha família e porto seguro*

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que, de maneiras diferentes, contribuíram para a realização deste trabalho...

Gustavo. Meu orientador, mestre e exemplo. Seria pouco dizer que sua participação foi fundamental durante meu doutorado. Na verdade, foi e continua sendo fundamental em toda minha formação acadêmica, profissional e humana. Admiro muito sua inteligência, capacidade de perceber e direcionar idéias, ler o ambiente à sua volta, apontar caminhos, sua honestidade e maneira de tornar simples o que é difícil ou complicado. Tenho muito orgulho de ser seu orientando e sinto-me privilegiado de tê-lo como orientador e participante decisivo em muitas situações de minha vida. Agradeço por todos esses anos de trabalho conjunto e pela oportunidade que você me proporcionou com a entrada na pós-graduação. Considero-o um exemplo e amigo que, embora já tenha deixado sua marca em minha história, espero que continue a fazer parte dela;

Aos membros da banca examinadora, Prof. Afrânio Catani e Prof. Wanderley Marchi Jr, pelas sugestões, apontamentos e colaboração decisiva para o produto final deste trabalho;

Ao Prof. Paulinho Araújo, pelas sugestões, apontamentos e colaboração para o desenvolvimento deste trabalho, e também pelos anos de convivência na FEF, que, com certeza, contribuíram em muito para minha formação;

Ao Prof. Gavião, pelas sugestões, apontamentos e colaboração para o desenvolvimento deste trabalho, e pelo interesse e disponibilidade em todas as vezes com que me deparei com o movimento paraolímpico;

Ao prof. Hermes, por todos os anos de amizade e por tudo o que me ensinou sobre esporte, ambiente acadêmico e como levar a vida sempre em alto astral.

Ao Prof. Edison, pela disponibilidade e interesse pelo meu trabalho.

Ao meu grande amigo Marquinho, a quem devo o empurrão inicial para minha entrada no mundo da pós-graduação. Nossa parceria foi fundamental durante todo o processo, desde o início de tudo;

À Carla, minha companheira, com “C” maiúsculo. A pessoa que sempre esteve e está ao meu lado e “do meu lado” em todos os momentos. Agradeço a paciência e integral compreensão e participação em meus trabalhos e em minha vida;

À minha família, pelo apoio, compreensão e carinho durante toda essa caminhada;

À Comissão de Pós-graduação da FEF, pelos financiamentos às coletas de dados;

Ao Comitê Paraolímpico Brasileiro e à Academia Paraolímpica Brasileira, pelo apoio nas coletas de dados e à pesquisa como um todo;

Aos sujeitos entrevistados, pela disponibilidade, informações, impressões e conhecimento oferecidos ao trabalho;

A todos os professores e funcionários da FEF, pelos quase 13 anos de convivência e pela participação de todos em minha formação;

Aos meus colegas da EE Marechal Mallet, pelo apoio e compreensão durante esta jornada;

Aos meus colegas de trabalho em Amparo, Bragança e Jaguariúna, pelas trocas de experiência e convivência enriquecedoras;

À Paula e Rafael, pela ajuda com as transcrições;

A Deus, que me deu saúde e abençoou com a oportunidade de realizar esta jornada e por poder vivenciar eventos maravilhosos, com pessoas muito especiais em minha vida.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu. 2010. Tese de doutorado - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo geral investigar e delimitar, com base em análise sociológica proposta na obra de Pierre Bourdieu, questões ligadas às formas de interação social presentes no sub-campo do esporte paraolímpico brasileiro. Os objetivos específicos apontam para três esferas presentes neste espaço: processos de formação, recrutamento e atuação de classificadores paraolímpicos, responsáveis pela alocação dos atletas em classes de disputa; a ocorrência do profissionalismo de atletas e formas de distribuição de recompensas financeiras e simbólicas; a presença e formas de atuação de pessoas com deficiência na gerência e administração de entidades organizativas do esporte paraolímpico brasileiro (federações, associações, comitês, entre outros). A metodologia de pesquisa deu-se com base em três momentos. O primeiro em análise de referencial teórico da obra de Pierre Bourdieu, ligado à sociologia do esporte, e posterior conformação e descrição de elementos constituintes do sub-campo do esporte paraolímpico. O segundo em coleta de dados através de entrevistas pessoais e semi-estruturadas, com sujeitos atuantes em funções técnicas e/ou administrativas específicas do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), ligados, cada um deles, a uma das esferas de análise, na busca de informações ainda não documentadas a respeito destas vertentes. A terceira, na discussão dos dados com base na identificação e conformação do sub-campo em análise, associando as informações obtidas às categorias sugeridas por Bourdieu para a interpretação de interações entre sujeitos num determinado espaço social. A análise de dados foi baseada na divisão das informações coletadas em três grupos, ligados às esferas já descritas. Tem-se como resultado ligado à esfera de classificação: Tendência de profissionalização e busca por protocolos científicos mais abrangentes; Busca por melhor formação e especialização do classificador, a partir de democratização relativa do conhecimento específico; É um espaço de disputas, tanto pelo acesso ao conhecimento específico, quanto à legitimidade de classificação. Quanto à profissionalização: Financiamento principal de órgãos públicos; Relacionamento de aproximação com a mídia; Grande profissionalização de atletas, mas pequena de técnicos, classificadores e administradores; Quanto maior o capital simbólico (mérito esportivo), maior o capital econômico acumulado – modalidades individuais; Busca por reconhecimento do esporte paraolímpico como produto. E quanto à administração: Disputa política entre duas classes; Uso do esporte como forma de posicionamento político-social de pessoas com deficiência; Questão do capital cultural institucionalizado é um problema. Como resultado geral, tem-se que o esporte paraolímpico brasileiro é um espaço de disputas pelo controle das práticas esportivas, políticas e comerciais, próprias do esporte contemporâneo do século XXI. Mas que ainda está em processo de conformação e afirmação de posição na sociedade. E que dependetanto de ações internas, quanto externas a seus limites sociais, visto sua autonomia relativa frente à sociedade esportiva e brasileira em geral, e suas conformações e características sociais.

Palavras-chave: Esporte adaptado, Esporte paraolímpico, Sociologia do esporte, Pierre Bourdieu. Esporte no Brasil.

MARQUES, Renato. Paralympic Sport in Brazil: approach of Pierre Bourdieu's sociology of sport. 2010. Doutorado Thesis. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ABSTRACT

The present study aimed at investigating and defining the basis of sociological analysis proposed in the work of Pierre Bourdieu, issues related to forms of social interaction present in the sub-field of the Brazilian Paralympic sport. The specific objectives point to three spheres in this space: the process of training, recruitment and performance of classifiers paralympic athletes responsible for the allocation of classes in dispute, the occurrence of professional athletes and ways of distributing financial and symbolic rewards, and the presence and ways of working people with disabilities in management and administration of organizational entities of the Brazilian Paralympic sport (federations, associations, committees, among others). The research methodology was given based on three different occasions. The first analysis on the theoretical work of Pierre Bourdieu on the sociology of sport, and conformation and subsequent description of the elements of the sub-field of Paralympic sport. The second in data collection through personal interviews and semi-structured interviews with individuals working in technical functions and / or specific administrative Brazilian Paralympic Committee (CPC), linked each to one of the areas of analysis, seeking not yet documented information about these aspects. The third, in the discussion of the data based on identification and conformation of the sub-field analysis, gathering the information obtained to the categories suggested by Bourdieu for the interpretation of interactions among individuals in a particular social space. Data analysis was based on the division of information collected in three groups linked to the spheres described above. Were highlighted data that point to the conformation of the objectified social space, based on information aggregated, denied or reinforced components previously presented in theoretical analysis of the Brazilian Paralympic sport. Thus contributing to the definition and understanding of the forms of social action of agents in this space. It has been as a result, the Brazilian Paralympic sport is an area of disputes over control of sports, political and business typical of the contemporary sports of the XXI century. But that is still in the process of conformation and position statement on society. And that depends, as already explained by the theory of Pierre Bourdieu's Fields, both from internal actions, and external to their social boundaries, since their relative autonomy against the Brazilian society and sports in general and their conformations and social characteristics.

Keywords: Disabled Sport, Paralympic Sport, Sociology of Sport, Pierre Bourdieu. Sport in Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Símbolo do IPC.....	132
-------------------	---------------------	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Estrutura geral do IPC.....	143
-------------------	-----------------------------	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quadro de medalhas do Brasil em Jogos Paraolímpicos de Verão recentes.	160
Tabela 2 -	Participação de atletas por gênero, nos Jogos Paraolímpicos.....	200

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDEM – Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais
ABDF – Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Físicos
ABRADECAR – Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas
ABVP – Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico
AC – Ancoragens
ANDE – Associação Nacional do Desporto para Deficientes
APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcional
CBBC – Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas
CBDC – Confederação Brasileira de Desportos para Cadeirantes
CBT – Confederação Brasileira de Tênis
CBTMA – Confederação Brasileira de Tênis de Mesa Adaptado
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
CISS – Comitê Internacional de Esportes para Surdos
CND – Conselho Nacional do Desporto
CO – Clube do Otimismo
CORDE – Coordenadoria para Integração da Pessoa Deficiente
CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro
CP-ISRA – Associação Internacional de Esporte e Recreação para Pessoas com Paralisia Cerebral
CPSP – Clube dos Paraplégicos de São Paulo
DA – Deficiência auditiva
DEPED – Departamento de Desportos para Pessoas com Deficiência
DF – Deficiência física
DI – Deficiência intelectual
DSB – Federação de Esportes da Alemanha
DSC – Discurso do Sujeito Coletivo
DV – Deficiência visual
ECH – Expressões Chave
FENAPAES – Federação Nacional das APAEs
FIFA – Federação Internacional das Associações de Futebol
FIVB – Federação Internacional de Voleibol
IAD – Instrumentos de Análise do Discurso
IBSA – Associação Internacional de Esportes para Cegos

IC – Idéias Centrais
IDESP – Instituto de Desenvolvimento do Esporte
IF – Federações Internacionais
IFAPA – federação Internacional de Atividade Física Adaptada
INAS-FID – Associação Internacional de Esportes para Pessoa com Deficiência Intelectual
INAS-FMH – Associação Internacional de Esportes para Pessoa com Deficiência Mental
IOC – Comitê Olímpico Internacional
IOSD – Organizações Internacionais de Esportes para Deficientes
IPC – Comitê Paraolímpico Internacional
ISMGF – Federação Internacional de Stoke Madeville
ISOD – Organização Internacional de Esporte para Deficientes
IWAS – Associação Internacional de Esportes em Cadeira de Rodas
IWBF – Federação Internacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas
JO – Jogos Olímpicos
JP – Jogos Paraolímpicos
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NPC – Comitês Paraolímpicos Internacionais
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PVA – Associação de Veteranos Paralíticos da América
RO – Organizações Regionais
S1 – Sujeito 1
S2 – Sujeito 2
S3 – Sujeito 3
S4 – Sujeito 4
SEDES – Secretaria de Desportos
SOI – Olimpíadas Especiais
USOC – Comitê Olímpico Norte Americano
WADA – Agência Mundial Anti-*doping*
WOVD – Organização Mundial de Voleibol para Deficientes

SUMÁRIO

Introdução	27
A sociologia do esporte e o movimento Paraolímpico	27
Objetivos da pesquisa	30
Justificativa	31
Hipótese	31
Materiais e métodos	32
Estrutura do trabalho	38
1. A teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e o campo esportivo	39
1.1. Princípios da teoria de Pierre Bourdieu e o poder simbólico	39
1.2. A Teoria dos Campos e o conhecimento praxiológico	47
1.3. Classes sociais, gostos e estilos de vida	62
1.4. A conformação do campo esportivo	66
1.5. A conformação de um sub-campo do esporte. O esporte adaptado como uma forma de manifestação do esporte contemporâneo.	86
2. Deficiência como conteúdo sócio-cultural e a conformação do sub-campo do esporte adaptado	91
2.1. Deficiência e inclusão no esporte adaptado.	91
2.2. Esporte adaptado como forma de manifestação do esporte contemporâneo	107
3. As formas de manifestação do esporte adaptado na sociedade contemporânea	119
3.1. Formas e espaços de expressão e atuação do esporte adaptado	120
3.1.1. O CISS e a organização do esporte para deficientes auditivos no mundo	121
3.1.2. As Olimpíadas Especiais e o esporte num sentido re-significado	123
3.1.3. O Comitê Paraolímpico Internacional e os Jogos Paraolímpicos	127
3.1.3.1. As Organizações federativas do movimento paraolímpico. Suas ligações com o IPC e as competições regionais	138

3.1.2. O esporte paraolímpico no Brasil	144
4. Problematização e abordagem teórica sobre esferas de análise da pesquisa.	163
4.1. Componentes sociais dos Jogos Paraolímpicos	163
4.1.1. Processo de classificação de atletas	164
4.1.2. Componentes do processo de profissionalismo e administração no esporte paraolímpico	174
5. Resultados e discussão	185
5.1. Classificação de atletas	185
5.2. Profissionalismo no esporte paraolímpico	194
5.3. Presença de pessoas com deficiência em órgãos de administração do esporte paraolímpico	211
Considerações Finais	217
Referências	227
Anexos	241

INTRODUÇÃO

A sociologia do esporte e o movimento Paraolímpico.

Estudar esporte como fenômeno constituinte da sociedade contemporânea significa tentar compreender o seu papel, suas formas de manifestação e os valores que transmite para os sujeitos que com ele se relacionam. Nessa questão insere-se, entre outros objetos, o esporte adaptado, representado, entre outras formas, pelo esporte paraolímpico.

Como forma de análise sobre este fenômeno, numa perspectiva social, ligada às relações entre ele e o meio de interações humanas, a sociologia do esporte se apresenta como alternativa e meio de abordagem. Esta forma de ciência se ocupa do esporte desde o século XIX, procurando avançar na reflexão sobre aspectos como sua origem, importância e as relações culturais, de poder e religiosas que o permeiam. Nesta relação, a área da sociologia tanto fornece subsídios para a sociologia do esporte, quanto recebe contribuições dela para suas diversas disciplinas temáticas (PILZ, 1999).

As transformações sociais do fenômeno esportivo e os impactos ou influências que exerce sobre os hábitos dos indivíduos que tomam contato com esse universo, ou seja, as inter-relações entre a manifestação do fato esportivo e a sociedade, constituem o objeto da sociologia do esporte. É importante considerar que, enquanto objeto de estudo, o esporte tem sua evolução, valores e conquistas atrelados à sociedade em que se insere, ou seja, é uma prática que deve ser contextualizada no tempo e no espaço da sua socialização.

O esporte, como instituição social, não deve ser analisado fora de suas dimensões sociais, não sendo simplesmente uma prática autônoma e sim um fenômeno que contribui de forma decisiva para a interpretação da realidade social (RICHTER et al, 1992).

Insere-se, neste processo, a necessidade de adoção de referenciais teóricos ligados a esta forma de conhecimento, delimitando diretrizes de trabalho e critérios de análise. Como possibilidade para tal, tem-se a obra de Pierre Bourdieu. Este importante autor empreendeu uma investigação sociológica do conhecimento, que detectou um jogo de dominação e reprodução de valores em diferentes esferas da sociedade.

Sua Teoria dos Campos serve como arcabouço científico para intervenções ligadas às relações entre sujeitos que disputam o poder e o acesso a bens de disputa em determinados setores da sociedade. Organiza as análises a respeito de suas ações, posicionamentos e inter-relações, e se configura como uma ferramenta metodológica que auxilia em processos de apropriação de conhecimento relacionado a certos objetos, como o esporte, por exemplo.

A sociologia do conhecimento de Bourdieu remonta e transcende a tradição de Durkheim, do ponto de vista de sistematizar a pesquisa sociológica, tendo por objetivo romper com toda espécie de espontaneísmo e ideologia (SOUZA; MARCHI JR, 2010).

Os estudos das ciências humanas referentes ao esporte demonstram-se pertinentes na medida em que a relação entre sujeitos, o fenômeno esportivo espetacular e a busca por capital econômico parecem presentes nas relações sociais. Por isso, cabem a esses estudos analisar as forças econômicas, políticas e simbólicas, e os interesses legitimados pelos sujeitos que mantêm o esporte no plano do senso comum (PIMENTA, 2007). Além disso, podem ser referencial de apoio para políticas públicas, de saúde e educacionais, de expansão da prática esportiva e de melhoria da vida das pessoas que se envolvem com este fenômeno.

Sendo o esporte um fenômeno heterogêneo, pautado em diversas formas de manifestação na sociedade contemporânea (MARQUES, 2007), tem-se a necessidade de compreendê-lo e estudá-lo não como algo estanque e uniforme, mas sim, em todas as suas vertentes e formas de transmissão de valores morais.

Assim, tem-se que as formas de manifestação do esporte, nos dias de hoje, podem assumir sentidos ligados às necessidades, perspectivas, objetivos, limites e possibilidades dos sujeitos que com ele se relacionam, e uma dessas configura-se como o esporte paraolímpico, um braço do esporte adaptado para pessoas com deficiência.

Filosoficamente, esta forma de manifestação do esporte baseia-se nas idéias do paraolimpismo, que, por sua vez, herda alguns princípios do olimpismo. Segundo Howe (2008b, p. 33),

Olimpismo é uma filosofia de vida, que exalta e combina num todo balanceado de qualidades do corpo, alma e mente, misturando esporte com cultura e educação, o olimpismo busca a criação de um modo de vida baseado no esforço, valores educacionais de bons exemplos e respeito a princípios éticos fundamentais.

O objetivo do Olimpismo é colocar o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do Homem, com vistas à promoção de uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana.

E o paraolimpismo...

...é uma filosofia de vida que envolve a mente, corpo e espírito. Por combinar esporte com educação, acaba por nortear um modo de vida de pessoas com deficiência baseado no esforço, bons exemplos e respeito à ética. Os ideais do paraolimpismo compreendem a promoção e desenvolvimento tanto do “esporte para todos”, quanto do “Esporte de elite”. Apesar de cada um deles apresentar diferenças filosóficas, de finalidades e objetivos fundamentais, eles se complementam e agregam educação, experiência, valores, tradições e *fair play*, rumo à realização individual, social, cultural e econômica (HOWE, 2008b, p. 35).

A área de pesquisa ligada ao esporte para pessoas com deficiência tem um histórico ligado às perspectivas de reabilitação e treinamento físico. O estudo sociológico voltado ao esporte para pessoas com deficiência começou na década de 1980, tendo como foco as diferenças provocadas por essa situação, que interferem na relação entre sujeito e sociedade. Por sua vez, essa interação se dá em duas mãos, uma em que o mundo não-deficiente rotula e define limites e significados do que é ser pessoa com deficiência. Outra, na qual os sujeitos com deficiência se expressam como autônomos responsáveis por seus atos, escritores de suas histórias e que acabam por delimitar seu próprio sentido de deficiência (WILLIAMS, 1994).

Nesse processo, destaca-se, em 1993, a criação da Comissão de Pesquisa em Ciências do Esporte, do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), e a recente criação, no ano de 2010, da Comissão de Pesquisa do Comitê Paraolímpico Brasileiro, vinculado à Academia Paraolímpica Brasileira. É importante informar que este órgão organizou, no ano de 2010, o I Congresso Científico Paraolímpico Brasileiro, e já trabalha nas versões de 2011, 2012 e 2013 deste evento.

A missão destes órgãos de incentivo e direcionamento à pesquisa é colaborar cientificamente com atletas, técnicos, administradores esportivos, médicos do esporte e pesquisadores em relação a temas de acesso, desenvolvimento, evolução, disseminação, aplicação e continuação da participação no esporte tanto de alto rendimento como de lazer, assim como na aposentadoria de atletas (DOLL-TEPPER, 1996).

Embora exista todo este universo favorável à pesquisa, a sociologia do esporte tem dado, nos últimos anos, grande atenção às ações e formas de oportunidade, integração e justiça no esporte a mulheres, minorias étnicas e raciais, mas mínima atenção às pessoas com deficiência (NIXON, 2007). Por isso, justifica-se a inserção de trabalhos nesse campo, visando melhor

compreender a dinâmica social do esporte para essas pessoas, melhorando-o e desenvolvendo-o de forma a torná-lo mais positivo para os anseios da sociedade contemporânea.

O esporte para pessoas com deficiência, ou esporte adaptado (embora este termo possa abranger mais do que apenas pessoas com deficiência, neste trabalho será usado como referência ligada a este grupo social em específico) promove diferentes formas de interação e transformação entre pessoas que com ele se envolvem, intervindo na vida desses sujeitos. O estudo sobre as formas de socialização presentes neste ambiente se coloca como meio de melhor prepará-lo para que seja adequado aos anseios das pessoas com deficiência que desejam praticar esporte.

É importante destacar que este trabalho trata do esporte paraolímpico, como uma das possibilidades de esporte adaptado ligado ao alto rendimento e suas características e transformações na sociedade contemporânea. Visto que além das 20 modalidades dos Jogos Paraolímpicos de verão, e 5 de inverno, tem-se outras também disputadas em forma de alto rendimento, mas que não fazem parte do programa paraolímpico.

Como caracterização deste objeto pode-se destacar que, assim como os Jogos Olímpicos, se apóia, originalmente, em valores de paz entre os povos, amizade entre nações, jogo-limpo, oportunidades iguais, equilíbrio entre qualidades do corpo e da mente, busca pela excelência. Isso tudo, somado à perspectiva de igualdade e integração, constitui a base da filosofia e dos ideais paraolímpicos. Porém, tais aspectos têm sido difícil de apurar nos últimos anos, devido ao crescimento do profissionalismo (SCHANTZ; GILBERT, 2001).

Objetivos da pesquisa.

Com base nessas transformações, o objetivo geral deste trabalho é investigar e delimitar, com base em pesquisa sociológica ligada à obra de Pierre Bourdieu, o esporte paraolímpico brasileiro contemporâneo e as formas atuais de relação social e posicionamento entre agentes no sub-campo do esporte adaptado no país. Os objetivos específicos apontaram para a análise, com base em dados provenientes da literatura e de discursos de agentes atuantes no Comitê Paraolímpico Brasileiro, sobre o estado de três esferas presentes neste espaço que exercem influência sobre as formas de relação entre os agentes desse sub-campo: 1) os modos e processos de capacitação, recrutamento e atuação de classificadores paraolímpicos, responsáveis pela alocação dos atletas em classes de disputa; 2) a ocorrência do profissionalismo de atletas,

técnicos, dirigentes e demais agentes deste espaço, além de formas e sistemas de distribuição de recompensas financeiras; e 3) a presença e formas de atuação de pessoas com deficiência na gerência e administração de entidades organizativas do esporte paraolímpico brasileiro (federações, associações, comitês, entre outros).

Com base nesse processo, objetivou-se apontar um perfil técnico-administrativo atual do esporte paraolímpico brasileiro e estabelecer reflexões que possam contribuir para sua melhoria e desenvolvimento, buscando a excelência esportiva e social em seu campo.

Justificativa.

Este trabalho apresenta consistente relevância científica e social, pois possibilita uma abordagem diferenciada e com base científica de análise da conformação do espaço de disputas, ações e administração do esporte paraolímpico brasileiro.

Os benefícios oriundos das conclusões desta pesquisa justificam-se na apresentação de características técnico-administrativas ainda não documentadas e atuais desta forma de esporte, além da exploração de formas de relação de poder presentes no mesmo. Além disso, cria a oportunidade de reflexão sobre as maneiras de interação e gerência do objeto, visando propor direções que contribuam para o desenvolvimento, crescimento e alcance de suas práticas tanto em níveis ligados à quantidade de praticantes, como à qualidade e condições de ação esportiva.

Hipótese.

O Brasil é considerado, nos dias de hoje, uma nação com bom desenvolvimento em relação ao esporte paraolímpico. Isso se sustenta com base nos resultados alcançados em nível internacional (9º lugar no quadro geral de medalhas nos Jogos Paraolímpicos de Verão de 2008, em Pequim, China) e na boa qualidade de pesquisas científicas ligadas à área do esporte adaptado.

Porém, alguns fatores colocam-se como de grande relevância e importância no desenvolvimento do esporte paraolímpico. Pode-se destacar a profissionalização de atletas, os processos de classificação de competidores em classes de disputa e a presença de gerentes técnico-administrativos com deficiência em entidades organizativas, o que, segundo Wheeler et

al. (1999), é reclamado por alguns ex-atletas e, segundo eles, pode significar avanços no atendimento, comunicação, aproximação política, facilitação da atuação desses sujeitos esportistas, além de ser uma forma de inclusão social destas pessoas.

As hipóteses de apoio deste trabalho foram: 1) a possibilidade de existência de movimentos e atuações que se baseiam na disputa por capital econômico e simbólico, ligadas aos processos de profissionalização de atletas, preparação, padronização e coordenação da atuação de classificadores e abertura de espaços de atuação administrativa a pessoas com deficiência, na gerência desta prática esportiva; e 2) a possibilidade de transformação histórica sofrida pelo esporte paraolímpico, saindo de sua gênese ligada à reabilitação e re-inserção social de pessoas com lesão medular, para a profissionalização e espetacularização contemporâneas.

Por isso, tem-se como objetivo apontar o perfil técnico-administrativo atual do esporte paraolímpico brasileiro e a apresentar reflexões que possam servir de auxílio na busca pela excelência esportiva e social nesse campo de atuação social.

Materiais e métodos.

O recorte metodológico deste processo foi realizado de modo a contemplar as necessidades do objetivo proposto, baseando-se na delimitação do campo e do objeto exposto. A investigação presente neste estudo exigiu uma metodologia que permitisse extrair informações de um contexto particular possibilitando o entendimento da mesma de forma contextualizada. A abordagem qualitativa de pesquisa é apontada na literatura atual (THOMAS; NELSON, 2002) como um método que busca compreender o significado de experiências em um ambiente específico para os seus interlocutores de maneira que os componentes se relacionam para formar o todo.

Esse tipo de pesquisa, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pelo empirismo e pela sistematização progressiva de conhecimento, até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo (MINAYO, 2006).

O presente trabalho enquadra-se nessa abordagem de pesquisa à medida que se propõe desvendar e compreender um contexto particular. Configura-se, assim, em um procedimento de

caráter exploratório-descritivo que busca absorver as informações provindas dos discursos e documentos, discutindo e analisando seus conteúdos evidentes e latentes.

A pesquisa de caráter exploratório-descritivo caracteriza-se pela busca de um novo conhecimento a respeito de um tema ainda pouco explorado no meio acadêmico, a partir da descrição da realidade estudada (ARAÚJO, 1998b). Ou seja, justifica-se neste trabalho como uma forma de aproximação da sociologia do esporte ao movimento paraolímpico brasileiro, como forma de apropriação deste objeto pelas ciências humanas.

A pesquisa exploratório-descritiva é a associação de processos exploratórios e descritivos que, segundo Triviños (1995), os primeiros derivam do fato de o tema em questão ser ainda pouco estudado nos meios acadêmicos. E os segundos, porque toda pesquisa qualitativa é, por princípio, descritiva.

Para desenvolver uma abordagem sobre um campo específico, Pierre Bourdieu sugere alguns passos metodológicos a serem seguidos. Um primeiro seria analisar a posição que o referido campo ocupa em seu espaço social. Em seguida, é necessário traçar um mapa da estrutura objetiva das relações ocupadas pelos agentes ou instituições que competem de forma legítima pela autoridade específica no campo. Por fim, devem ser analisados os *habitus* dos agentes (SOUZA; MARCHI JR, 2010).

Nesse sentido, a análise de referencial teórico e a construção da estrutura histórica e administrativa do esporte paraolímpico internacional e brasileiro dão conta dos dois primeiros passos indicados pelo autor. Quanto à análise específica dos agentes, além de dados secundários obtidos em material bibliográfico, obteve-se coleta de informações em campo, através de entrevistas com dirigentes do movimento paraolímpico brasileiro, que apontaram características das 3 esferas de análise propostas e ajudaram a configurar sociologicamente o sub-campo do esporte paraolímpico nacional.

Houve um cuidado específico na seleção, recrutamento, direcionamento e elaboração dos roteiros de entrevista, de forma com que os instrumentos de pesquisa fossem coerentes com as esferas analisadas e aplicados aos sujeitos que atuam em cada uma delas, particularmente.

Isso se justifica no fato de os sujeitos abordados serem especialistas em setores específicos do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), ligados, cada um, a uma esfera de análise nesta pesquisa.

Para a seleção da amostra da pesquisa foram seguidos alguns critérios, visto que uma amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo (MINAYO, 2006).

Lefèvre e Lefèvre (2005) apontam que é importante, numa pesquisa qualitativa, que o pesquisador escolha os sujeitos entrevistados de acordo com critérios e necessidades do trabalho exploratório. É preciso considerar, nesse tipo de pesquisa, a posição social, o histórico, a formação e acesso à informação que se faz relevante ao estudo.

Logo, foram escolhidos 4 dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro, como sujeitos da investigação de campo. Os critérios para a escolha deram-se com base na proximidade de cada um deles com os temas propostos, na posição de administração, gerência e liderança frente ao movimento paraolímpico brasileiro, e pelo acesso privilegiado a informações relevantes ao trabalho que tais posições lhe permitem.

Os quatro indivíduos voluntários recrutados exercem funções específicas no CPB, cada um deles ligado a uma das esferas descritas nos objetivos específicos deste trabalho, e não apresentaram qualquer empecilho cognitivo ou de saúde que o impedisse de participar da pesquisa. Logo, foram tidos como critérios para aceitação de sujeitos, seu vínculo funcional e prático atual com uma ou algumas das esferas analisadas, sua condição cognitiva e de saúde para responder às perguntas, e sua disponibilidade.

A busca por estas pessoas, envolvidas com a administração e coordenação do esporte paraolímpico, se embasa pela posição de poder assumida por elas, e sua posse de capitais que lhes conferem a autoridade legítima sobre as formas de distribuição dos bens em disputa neste sub-campo. Além disso, estes assumem posições de facilitado acesso a informações próprias da conformação específica do espaço social em questão. Faz-se importante apontar que 50% do grupo entrevistado foi composto por pessoas com deficiência e 50% não-deficientes.

Para compreender a essência do habitus de um agente é preciso, numa lógica própria da teoria de Pierre Bourdieu, considerar o espaço social e a posição ocupada pelo sujeito. Além disso, características histórico-culturais dos indivíduos também devem ser levadas em consideração para a compreensão de seu discurso. Quanto a tais importantes características dos indivíduos entrevistados destacam-se:

- Sujeito 1 (S1): Professor universitário da área de Educação Física. Experiência como classificador e técnico esportivo. Tem vínculo com o CPB, ligado a processos de classificação de atletas. Não-deficiente;

- Sujeito 2 (S2): Árbitro de basquetebol. Professor de Educação Física. Tem vínculo com o CPB ligado a administração técnico-esportiva. Não-deficiente;

- Sujeito 3 (S3): Ex-atleta. Campeão paraolímpico. Tem vínculo com o CPB ligado à administração política. Pessoa com deficiência física (cadeirante);

- Sujeito 4 (S4): Advogado. Ex-atleta. Campeão paraolímpico. Tem vínculo com o CPB ligado à administração política. Pessoa com deficiência visual.

Quanto ao número de entrevistas, Minayo (2006) indica que deve seguir o critério de saturação, ou seja, o conhecimento formado pelo pesquisador de que conseguiu compreender a lógica interna do grupo ou da coletividade em estudo. Como esta pesquisa teve caráter exploratório, de aproximação de um referencial metodológico ligado à sociologia do esporte ao movimento paraolímpico brasileiro, o contato com os gerentes oficiais das áreas de estudo em questão configura-se como uma apresentação deste sub-campo, e oferecimento de dados suficientes para uma reflexão sobre o tema neste momento de início de produção científica neste sentido no país.

Quanto à análise dos dados, os critérios adotados serão baseados nas informações obtidas, via referencial teórico e entrevistas, que apontem características das três esferas de análise propostas e ajudem a configurar o sub-campo do esporte paraolímpico brasileiro.

Para tal, através da análise das respostas provenientes de entrevistas semi-estruturadas, aplicadas pessoalmente pelo pesquisador aos sujeitos, de forma oral, com uso de aparelho gravador e posterior transcrição das respostas, os dados foram classificados e analisados através de procedimentos de organização de dados específicos.

Por entrevista semi-estruturada tem-se o procedimento que obedece a um roteiro estabelecido pelo pesquisador. Por ter um apoio na sequência de questões, facilita a abordagem e assegura que as hipóteses e pressupostos desejados sejam tratados na conversa (MINAYO, 2006).

Quanto aos procedimentos de organização de dados, foram utilizadas algumas figuras metodológicas que, encadeadas e relacionadas, distribuem e ordenam as informações. Tais ferramentas são as expressões-chave (ECH), as idéias centrais (IC) e as ancoragens (AC). As ECH são trechos/pedaços literais do discurso que revelam a essência do depoimento. Trata-se do

conteúdo discursivo que corresponde à questão da pesquisa. Têm a utilidade de apontar qual esfera de análise está sendo abordada pelo sujeito, facilitando uma primeira classificação das respostas. As IC representam o tema do depoimento, os conteúdos a serem destacados e apontados como relevantes para a discussão do tema, pois direcionam para a ocorrência e forma dos eventos analisados. As AC compõem o posicionamento social e político que o sujeito não descreve objetivamente, mas que está implícito como conteúdo carregado em sua fala. Aponta informações importantes sobre a idéia do entrevistado frente ao tema (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Desse modo, após a transcrição das entrevistas, as ECH foram destacadas, facilitando a identificação dos dados. Num segundo momento, essas ECH foram transportadas para Instrumentos de Análise do Discurso (IAD), na qual foram apontadas as IC e AC referentes às respostas dos sujeitos. Num terceiro e último momento, com base em análise das IC e AC, as respostas foram agrupadas de modo a terem sentidos homogêneos, para que fosse construído três discursos do sujeitos coletivo (DSC), ligados, cada um, a uma esfera de abordagem tratada, levando em consideração as respostas de todos os sujeitos (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Este método de seleção e análise dos dados é baseado na proposta metodológica intitulada “Discurso do Sujeito Coletivo”, de Lefèvre e Lefèvre (2005), que busca aspectos homogêneos de dados dentro de grupos de sujeitos e desenvolve um discurso único para cada um desses agrupamentos.

Para este estudo foi adotada uma adaptação do método original, visto que nem todos os sujeitos foram entrevistados com base no mesmo roteiro de questões. Embora alguns temas acabaram sendo transversais a todos os entrevistados, como por exemplo, a presença de pessoas com deficiência em órgãos de administração, algumas questões ligadas ao profissionalismo no esporte e a formação acadêmica de profissionais ligados ao movimento paraolímpico, em todas as entrevistas houve certo direcionamento de questões e temas específicos da área de atuação dos mesmos: processos de classificação ou direção técnica ou administrativa do esporte paraolímpico brasileiro.

Desse modo, os roteiros das entrevistas semi-estruturadas foram específicos para cada sujeito, ou seja, foram direcionados em acordo com a função de cada um dos entrevistados no CPB. Ademais, os questionários também foram abertos a inserções de questões e temas que surgiram no decorrer das conversas.

Foram realizados três diferentes roteiros de entrevistas semi-estruturadas, com quatro membros diferentes do CPB, sendo cada um deles específico para cada um dos sujeitos, com base em sua função no Comitê e na esfera de análise objetivada. Apenas os sujeitos ligados à presença de pessoas com deficiência na gerência administrativa do esporte paraolímpico responderam ao mesmo roteiro de questões.

As entrevistas foram realizadas em locais previamente combinados com os sujeitos. Como os quatro indivíduos são membros do CPB, esta pesquisa foi submetida e aprovada pela Comissão Científica da Academia Paraolímpica Brasileira (com cópia nos anexos deste trabalho), que auxiliou na viabilização de contato, permissão de coleta de dados e autorização a respeito dos locais de execução, e pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas, sob parecer nº 356/2010 (cópia presente nos anexos deste trabalho).

A partir do material coletado, juntamente com informações relativas à pesquisa bibliográfica, a última etapa, de discussão dos dados, deu-se num diálogo entre aspectos ligados ao objeto de pesquisa, provenientes deste estudo de campo e de referencial teórico, baseado em categorias próprias da obra de Pierre Bourdieu. Estas, por sua vez, dizem respeito à conformação de campos, capitais em disputa em determinado espaço social, necessidades do espaço em análise relativas ao campo maior do esporte (que o sustenta socialmente), diferentes classes de agentes, suas posturas, posições e ações relativas ao alcance ou manutenção do poder no esporte paraolímpico brasileiro, além das possibilidades de portas de entrada de novos sujeitos neste sub-campo.

As conclusões acerca dos resultados da pesquisa foram pautadas, portanto, na realidade descrita pelos sujeitos (que oferece vantagens ligadas à vivência e proximidade dos mesmos aos dados e fatos ocorridos e identificados), e nos dados coletados através de consulta a referencial teórico (que apontam caráter mais abrangente de compreensão do sub-campo do esporte paraolímpico e permitem uma problematização do mesmo).

Os resultados dizem respeito ao contato de informações coletadas em referencial teórico com dados ainda não publicados acerca da situação social, econômica e política das três esferas de análise do esporte paraolímpico brasileiro. A descrição do perfil deste objeto, ligado às relações sociais próprias de seu espaço social: formação, recrutamento e coordenação da atuação de classificadores; profissionalismo de atletas, técnicos e dirigentes; presença e formas de atuação

de pessoas com deficiência em cargos de gerência de entidades de organização esportiva paraolímpica.

Nesse sentido, os resultados se fazem válidos ao expor dados não publicados e restritos, até o momento, apenas à esfera prática e administrativa de ação do esporte paraolímpico brasileiro, sendo esta pesquisa uma primeira sistematização dessas informações, visando construir um conhecimento específico da sociologia do esporte ligada a essa forma de manifestação esportiva no Brasil. Justifica-se este método também, devido à escassez de informações ligadas à administração e relações sociais pertinentes a este campo.

Estrutura do trabalho.

Como viabilização deste trabalho, ele se estrutura em cinco etapas. O primeiro capítulo apresenta conceitos ligados à obra de Pierre Bourdieu e sua aproximação com a sociologia do esporte. Além de conteúdos sobre a transformação deste fenômeno contemporâneo, após o período da Guerra Fria, sintetizando e delimitando o campo esportivo atual e o sub-campo do esporte adaptado.

O segundo capítulo apresenta uma análise sociológica dos conceitos ligados ao ambiente do esporte adaptado. Temas como deficiência, inclusão social e a história desta forma de manifestação do esporte se fazem presentes e necessários para compreensão de conteúdos sociais ligados especificamente ao esporte paraolímpico.

No terceiro capítulo, há uma apresentação a respeito da história e parâmetros sociais ligados às formas contemporâneas de manifestação do esporte adaptado. São tratados temas como história do esporte paraolímpico e exposição de algumas de suas vertentes sociais, entidades organizadoras do esporte adaptado e perfil do esporte paraolímpico no Brasil.

No quarto momento, tem-se a problematização do trabalho, com referencial teórico ligado às esferas de análise desta pesquisa, descritas nos objetivos específicos.

E no quinto e último momento, tem-se a apresentação e discussão dos dados de campo. Através de elaboração de discursos que expõem as opiniões, perspectivas e percepções dos sujeitos entrevistados e de reflexão sobre estas informações com base em referencial teórico, além da elaboração de considerações e conclusões finais.

1. A TEORIA DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU E O CAMPO ESPORTIVO

Para qualquer aproximação científica e consistente de algum objeto, tendo como base as ciências humanas, se faz necessária a aplicação de um modelo metodológico de análise sobre o tema e, além disso, deve-se considerar que “todo e qualquer modelo de explicação social precisa incorporar elementos fundamentais como o conflito, a racionalidade do todo e a natureza das crises que surgem periodicamente” (GUTIERREZ, 2002, p.159).

Neste trabalho, a obra de Pierre Bourdieu, sociólogo francês contemporâneo ao século XX, se apresenta como uma alternativa de análise do esporte adaptado visto sua aptidão para a investigação de disputas sociais fundamentadas na perspectiva histórica das formas de comportamento dos agentes e no foco nas formas de capital, objetos de disputa entre os sujeitos.

Nesse capítulo tem-se uma apresentação de importantes categorias que estruturam a Teoria dos Campos, conceito fundamental na obra desse autor e ferramenta de análise importante para a investigação frente ao objeto deste trabalho.

Num primeiro momento, serão desenvolvidos princípios e categorias estruturais; em seguida, serão apresentadas as idéias do autor sobre a conformação do campo esportivo; e num último passo, será realizada uma aproximação entre a obra de Bourdieu e a conformação do sub-campo do esporte adaptado, visto que o autor francês não faz um tratamento específico sobre o tema.

1.1. Princípios da teoria de Pierre Bourdieu e o poder simbólico

A obra de Pierre Bourdieu se volta para uma análise da realidade social, com base em pressupostos metodológicos que permitem observar diferentes objetos, em diversos espaços de relações sociais. Tal procedimento pode tomar um caráter de progressão ou soma, visto que a cada nova intervenção científica tem-se, além do conhecimento próprio do objeto de análise, a revisão sobre os procedimentos e as leis que ordenam as formas de conformação de grupos sociais, o que enriquece a ciência e fornece maiores subsídios para análises posteriores.

Sua obra se apóia no conhecimento praxiológico, que tem como objeto não apenas as relações objetivas, mas as relações dialéticas entre estruturas objetivas e subjetivas, com base nas disposições que atualizam ou reproduzem tais estruturas (BOURDIEU, 1983e). Para tal compreensão é preciso considerar os processos que geram a *praxis*, as estruturas que ordenam as ações dos agentes e que acabam por caracterizar os espaços sociais, e dar sentido às atividades e conformações dos objetos de análise.

Tal forma permite considerar tanto as necessidades do agente quanto a estrutura da sociedade (MARCHI JR., 2002). A idéia de Bourdieu é a superação da mera análise objetiva.

Nessa teoria, a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação: *objetiva*, na qual é socialmente estruturada, significando que as propriedades que são atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em distribuições desiguais. E *subjetiva*, na qual também é estruturada porque os sistemas de percepção e apreciação exprimem o estado das relações de poder que norteiam o juízo do gosto e as escolhas do agente (BOURDIEU, 1990c).

Nesse sentido, Bourdieu (1990c, p.149) caracteriza sua obra com base em dois termos: “construtivismo estruturalista” ou “estruturalismo construtivista”:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mitos, etc-, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.

Ou seja, a obra bourdiana se apóia nas estruturas traçadas por questões objetivas, e nas apropriações mais particulares dos agentes, de acordo com sua posição no espaço social. Dessa forma, fundamenta-se a relação dialética entre o caráter objetivo e subjetivo de análise social.

Essa relação é o que vai gerar a espinha dorsal da obra de Bourdieu, visto que os agentes atuarão sempre no sentido de busca pelo acesso às propriedades específicas de seu espaço, de maneira orientada pelas estruturas objetivas do meio e permeada pela compreensão, gostos e modos de ação próprios de sua posição social. Assim sendo, os sujeitos agem de acordo com o espaço e a posição em que atuam.

Nessa estrutura, o que comanda os pontos de vista, as intervenções e os objetos de interesse é a estrutura das relações objetivas entre os diversos agentes, pois é ela os direciona a diferentes posições no grupo social (BOURDIEU, 2004). E o que desenha sua forma subjetiva

são as apropriações do agente dentro de seu grupo mais íntimo e sua percepção sobre o todo. Cada agente vê o campo com uma certa lucidez, mas a partir de um ponto de vista de dentro do campo.

Logo, para a detenção do poder e a possibilidade de uso da autoridade nesse espaço é necessário o controle da objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, e da subjetividade, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e pensamento (BOURDIEU, 1996c).

Por conta do conhecimento praxiológico, a ação social não é considerada mera execução, mas um núcleo de significação do mundo. A sociedade não se sustenta como totalidade, mas na intersubjetividade originária da ação do sujeito (MARCHI JR. , 2002).

Com base nessa estrutura a construção de uma realidade social não é operada num vazio social, mas está submetida a coações estruturais, ou seja, não é somente pontual e objetiva numa análise do microcosmo do objeto, mas sim, considera todo o macroespaço em que este se situa para compreender as razões e as estruturas que o conformam (BOURDIEU, 1990c). Tal análise busca uma compreensão do mundo social a partir da contextualização das relações que permeiam os objetos e as disputas pelo poder nos diferentes espaços de relações sociais.

Desse modo, para poder desvendar um objeto deve-se compreender inicialmente sua produção, isto é, o espaço da sua produção e também de sua utilização pelos agentes envolvidos. Bourdieu, em conferência proferida na Universidade de San Diego, em 1986, utilizou como exemplo o ato de observar uma árvore muito de perto. Isso impossibilita enxergar e considerar a floresta a sua volta, e por não ter se construído esse espaço antes da análise do objeto, não se tem nenhuma chance de compreender de onde se está vendo e o que, de fato, se vê.

Segundo Bourdieu (1983a), é impossível compreender uma obra sem conhecer a história do espaço de produção da mesma.

... não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para contruí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (BOURDIEU, 1996a, p. 15).

Esse modo de orientar o pensamento busca negar a análise substancial dos objetos sociais, ou seja, como coisas inscritas de forma biológica ou cultural em determinado grupo. Por exemplo, uma prática inicialmente nobre pode ser abandonada por tal grupo tão logo seja adotada

por uma fração da burguesia e classes populares. Da mesma maneira, uma prática inicialmente popular pode ser retomada pelos nobres (BOURDIEU, 1996a). Assim, numa análise bourdiana a sociedade está sempre em movimento, se completando na medida em que possui seres sociais que concorrem no interior dos espaços (PIMENTA, 2007).

Logo, faz-se necessário um cuidado metodológico para não transformar propriedades de um grupo ou agente, próprias de determinado momento específico, derivadas de certa posição no espaço social e de práticas possíveis, em propriedades necessárias e intrínsecas aos mesmos.

Bourdieu inscreveu pressupostos teóricos em um modelo de análise que envolve agentes sociais, estruturas e disposições num constante processo de interação. Dessa forma, a realidade social sob essa lógica é tida como um conjunto de relações que constituem um espaço de posições específicas, definidas umas em relação às outras não só pela proximidade, mas também pela posição relativa (MARCHI JR., 2002).

A caracterização de fatores observáveis em determinado grupo diz respeito a cada momento específico de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades ou de bens (BOURDIEU, 1996a).

Dessa forma, sendo indispensável para a compreensão de questões acerca do objeto pesquisado, a análise relativa às atividades e realizações dos diferentes grupos não pode ser generalista. Ou seja, deve-se evitar a generalização de fatores observáveis em determinado grupo como ações ou características implícitas ou permanentes, assim como deve-se diferenciar tanto grupos quanto agentes que buscam e assumem identidades distintas num mesmo processo social. Faz-se necessária, numa análise bourdiana, a contextualização temporal e espacial do ambiente social estudado, visto que as atribuições e objetos variam de acordo com as relações entre sujeitos e grupos, e a história dos mesmos.

Sendo assim, uma análise em períodos ou grupos sociais diferentes (por exemplo, a prática do futebol no Brasil e nos Estados Unidos) deve ser cuidadosa, pois trata-se de condições sociais diversas para a apropriação, identificação e desenvolvimento do mesmo objeto. Para tal análise se faz necessária sua contextualização social, visando evitar equívocos, principalmente em processos de comparações.

É importante para a fecundidade metodológica de um trabalho privilegiar relações antes de elementos visíveis. É necessário deduzir as leis de funcionamento de diferentes campos ou

espaços sociais de relação, os objetos específicos que eles compõem, os princípios de divisão segundo os quais se organizam, as forças e estratégias que se opõem (BOURDIEU, 1983d).

Bourdieu tem sua obra fundada e motivada na análise de objetos em espaços sociais pautados na diferenciação de posições e na desigualdade de distribuição de capital. Toma essa afirmativa como premissa para suas análises.

É considerada por ele, como função primordial do sociólogo, o evidenciar, ou o revelar daquilo que chamou de “fundamentos de dominação oculta”. Bourdieu está centrado no questionamento da reprodução da ordem social e de suas leis, que se efetivam no seio das relações estruturantes da sociedade. Por essa razão, o autor estuda os mecanismos que perpetuam as formas de reprodução das desigualdades sociais e pretende torná-las inteligíveis a todas as pessoas inseridas nessa configuração (MARCHI JR., 2002).

Caminhamos em direção a universos nos quais, cada vez mais, serão necessárias justificativas técnicas, racionais, para dominar, e nos quais os próprios dominados poderão e deverão, cada vez mais, utilizar-se da razão para defender-se da dominação, já que os dominantes, cada vez mais, invocarão a razão e a ciência para exercer sua dominação. O que faz com que os progressos da razão venham a acompanhar, sem dúvida, o desenvolvimento das formas altamente racionalizadas de dominação (como vemos, desde já, nas pesquisas de opinião), e com que a sociologia, só ela capaz de desvendar esses mecanismos, deva, cada vez mais, escolher entre colocar seus instrumentos racionais de conhecimento a serviço de uma dominação cada vez mais racional, ou analisar racionalmente a dominação, principalmente a contribuição que o conhecimento racional pode dar à dominação (BOURDIEU, 1996d, p. 156).

Para este autor, a vida social não é outra coisa senão o conjunto das ações e reações tendentes a conservar ou transformar a estrutura de distribuição de poderes. Dessa forma, o mundo social se faz uma forma de espaço construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos por propriedades que atuam no universo social considerado. Dessa forma, é conferida, aos detentores de tais propriedades, a força ou poder desse universo. Os agentes ou grupos de agentes são definidos por suas posições relativas no espaço social, de acordo com suas possibilidades de acesso a tais valores (BOURDIEU, 1989b).

O modo como se reveste, em cada momento e em cada espaço, o conjunto de distribuição das diferentes propriedades que garantem poder, define o estado das relações de força, sejam elas reconhecidas socialmente, ou garantidas de forma judicial (BOURDIEU, 1989b).

Nota-se, nessa forma de compreensão do universo social, um jogo no qual os detentores do poder, ou seja, das propriedades que legitimam reconhecimento, buscam a manutenção dos processos de distribuição de bens, enquanto os não-detentores buscam a alteração dessa forma.

Tal maneira de pensar, embora se aproxime de certa forma da lógica marxista, não pode ser rotulada como uma dissidência da mesma. A obra de Pierre Bourdieu, embora seja motivada pela existência de desigualdades norteadas pela busca e manutenção do poder, é original, visto que considera não apenas o capital econômico como propriedade geradora de diferenciação social, mas sim, diversas outras maneiras de reconhecimento e ascensão no grupo, além do caráter subjetivo de ação do sujeito e sua relação dialética com questões objetivas que o rodeiam (MARQUES; GUTIERREZ, 2009). Além disso, o princípio de diferenciação social não é o mesmo em todas as épocas e em todos os lugares (BOURDIEU, 1996b).

Nessa questão mora um caráter importante, talvez o maior pilar, da obra de Pierre Bourdieu, a consideração de uma forma de poder que tem sua semente e propriedades como variáveis em relação ao espaço em que se encontra. Uma forma de reconhecimento e de ascensão social que não necessariamente deriva da posse de bens econômicos ou de material concreto, mas além disso, de realizações pessoais que sejam valorizadas como dignas de mérito ou de admiração, e que, muitas vezes, acabam por tornar o detentor de tais propriedades mais poderoso do que o agente que detenha mais capital financeiro.

Esse tipo de poder tem o nome de *poder simbólico*, que na definição de Bourdieu (1989a) é o poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos, ou mesmo que o exercem. Ou seja, é a forma de poder que não tem razões totalmente expostas e que pode parecer natural, ocorrer de forma despercebida, mas que só acontece se os dominados a reconhecerem como legítima e passível de respeito.

Assim, o poder simbólico é acumulado pelos agentes através das relações sociais e seus sistemas acabam por atuar como elementos estruturados e estruturantes de comunicação, cumprindo função política de imposição ou de legitimação de dominação de um grupo sobre outro, dando o reforço da sua própria força às relações que o fundamentam (BOURDIEU, 1989a). Ou seja, para que um ato simbólico tenha eficiência de dominação, é preciso que tenha havido um trabalho anterior que o valorize (BOURDIEU, 1996e).

Em outras palavras do próprio autor (1989a), o poder simbólico se configura no poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão

de mundo, e a ação sobre o mundo. É um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização. Porém, esse poder só é exercido se for reconhecido, adotado de forma não arbitrária, definindo-se numa regulação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença.

O poder simbólico acaba sendo uma forma transformada de outras formas de poder, capaz de trazer reconhecimento ao agente e produzir efeitos reais sem grande dispêndio aparente de energia e esforço. É o poder das palavras, de revelar e consagrar as coisas que já existem. Segundo Bourdieu (1990c), outro fato importante é que as relações objetivas de poder (econômico, jurídico) tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico.

O poder simbólico exerce a função de conduzir os padrões de senso comum que são transmitidos pela classe dominante, detentora dos meios necessários para essa transmissão e a manutenção do *status quo* (PIMENTA, 2007).

Considerando a existência e influência desse tipo de poder, alcançado através da comunicação, Bourdieu aponta para os processos nos quais os agentes, na tentativa de manter o poder já conquistado, ou alcançar a atribuição deste, se relacionam de forma a acumular condições para o reconhecimento relativo ao espaço em que se encontram, configurando trocas simbólicas.

Embora os bens simbólicos não tenham um preço declarado, todos os agentes sabem, de forma implícita, não velada, que a entrega de uma dádiva ou propriedade implica na expectativa da entrega de outra em troca, ou “pagamento” não estipulado, lançando mão de um processo muito específico, a *economia das trocas simbólicas*. Tal forma de trocas, por não se basear em preços declarados, se apóia no tabu da explicitação, ou seja, assume um preço implícito na troca de dádivas. Quando a troca ocorre com base num preço declarado, se encontra na economia econômica (BOURDIEU, 1996e).

A economia dos bens simbólicos opõe-se ao “toma lá, dá cá” da economia econômica, já que não tem como princípio o sujeito calculista, mas um agente socialmente predisposto a entrar, sem intenção ou cálculo, no jogo da troca. É nesse sentido que ela ignora ou recusa sua verdade objetiva de troca econômica (BOURDIEU, 1996e, p. 165).

Para que as trocas simbólicas funcionem, é preciso que ambas as partes tenham categorias de percepção e avaliação idênticas, assim como em atos de dominação simbólica. Da mesma

forma, é preciso que o espaço social comporte um mercado de ações simbólicas que impliquem em recompensas e lucros reais e mostrem ações com “desinteresse”. Numa comparação direta, na economia econômica, com seus preços e prazos declarados, não existe a hipocrisia das trocas simbólicas (BOUDIEU, 1996e), visto que o desinteresse é apenas aparente.

Os agentes que buscam aumentar seu poder simbólico se embrenham nesse universo e se esforçam em trocas com valores e prazos não estipulados, fazendo com que o ato desinteressado seja uma hipocrisia.

Quanto ao “interesse” e “desinteresse” no ato, Bourdieu considera que nenhum agente social age por acaso, sem que haja sentido. Há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, razão esta que se deve descobrir para transformar e decodificar uma série de condutas aparentemente arbitrárias em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Neste caso, não se aceita a ocorrência de atos gratuitos como explicações sociológicas (BOURDIEU, 1996d).

Quando um agente percebe os possíveis benefícios de entrar num jogo social, e quais as possibilidades de recompensas a partir da aquisição de certos bens simbólicos, e participa do mesmo de forma explícita, Bourdieu o considera como “interessado”, ou seja, alguém que compreende as possibilidades de ação e conhece, de certo modo com base na perspectiva histórica daquele espaço, os possíveis resultados futuros de suas ações. Quando o agente conhece e percebe esse quadro, porém não entra, de forma declarada e explícita, na disputa pelo poder simbólico envolvido, enuncia-se que ele é “desinteressado”. Sendo assim, o desinteresse implica um ato hipócrita, visto que o agente permanece no jogo, mas atua de forma a não transparecer suas ações ou interesses (BOURDIEU, 1996d).

É nesse sentido que o papel da sociologia proposta por Pierre Bourdieu aponta para a ocorrência de uma desigualdade na distribuição e acesso aos bens de determinado espaço, e busca descobrir como as relações acontecem, com base na busca por reconhecimento simbólico e na ocupação de uma posição mais privilegiada, por parte dos agentes, em seu meio social.

1.2. A Teoria dos Campos e o conhecimento praxiológico

Devido ao fato da obra de Pierre Bourdieu sempre considerar a contextualização e o ambiente social em que se encontra o objeto analisado e, mais do que isso, apoiar-se nas influências que as propriedades objetivas do espaço exercem sobre as ações dos agentes, torna-se necessário, para qualquer tipo de análise sociológica baseada nesse autor, a caracterização do ambiente no qual coexistam os pressupostos teóricos ligados à desigualdade na distribuição de bens, à diferenciação social, à busca por acúmulo de propriedades específicas e simbólicas e a economia desses bens.

No universo social se estabelecem relações simbólicas de manutenção e de reconhecimento das distâncias sociais, as quais são determinadas por aquilo que Bourdieu chama de concorrência pela aproximação de bens, através do acúmulo das formas de propriedades culturais, econômicas e sociais (MARCHI JR., 2002).

A idéia de diferença fundamenta-se na noção de espaço e de ordem, que consistem no conjunto de posições distintas e coexistentes, extrínsecas umas às outras, definidas numa inter-relação por proximidade ou distanciamento (BOURDIEU, 1996a).

A noção de espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos, quer se trate de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996b).

O espaço social pode, então, ser descrito como um campo de forças, um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nele, e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou às interações diretas entre eles (BOURDIEU, 1989b).

Forma-se, nesse contexto, o espaço social, que é atribuído de tal modo que os agentes ou os grupos se distribuem em função de sua posição de acordo com os bens econômicos, simbólicos, sociais e culturais. Quanto mais próximos em relação a esses princípios, mais em comum têm os agentes dentro desse espaço, e mais parecidas são suas práticas.

Os agentes que pouco têm em comum tendem se opor no âmbito do espaço social e apresentam pontos de vista, estilos de vida, posições políticas e tendências de consumo diferentes (BOURDIEU, 1990c e 1996a).

Com exceção das sociedades menos diferenciadas (que apresentam diferenças, mas difíceis de medir através do capital simbólico), todas as sociedades se apresentam em espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que só podem ser compreendidas através da estrutura da distribuição das formas de poder, ou dos tipos de capital eficientes no universo considerado, variando de acordo com lugares e momentos (BOURDIEU, 1996a).

Desse modo, Bourdieu diferencia o espaço social do espaço real (geográfico). O primeiro se dá num plano metodológico, invisível, que se nutre de diferenças objetivas estruturantes e se coloca como o local das formas de ação e expressão das subjetividades.

Já no espaço real, embora haja uma tendência das pessoas próximas no espaço social estreitarem suas relações, é possível observar proximidades entre sujeitos distintos no espaço social (BOURDIEU, 1990c).

Sendo o espaço social um meio de disputas de força e de acesso a bens e propriedades específicas, pode-se dizer que existem diferentes formas desse conceito na sociedade. Essa noção pode ser aplicada em diferentes locais, em diversas situações, com suas especificidades e, principalmente, com objetos de disputa próprios.

Na busca por sistematizar os distintos espaços de disputas e, mais do que isso, diferenciá-los, Bourdieu cria o conceito de “campo”, com suas normas e bens de disputa próprios, estabelecendo diversas maneiras de relação entre os agentes. A intenção do uso desse conceito é aproximar a tentativa de compreensão das ações dos sujeitos com base na análise social objetiva, porém, sem desconsiderar suas possibilidades de ação dentro do campo específico.

“Campos se apresentam como espaços estruturados de posições, ou de postos, cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes” (BOURDIEU, 1983a, p.89).

A noção de campo foi elaborada visando uma contextualização da ciência, evitando que a mesma engendre-se em si própria, fora de qualquer intervenção do mundo social (BOURDIEU, 2004). Torna-se clara também a busca de relação metodológica traçada por esse autor, entre a análise da objetividade (conformação do espaço social, ou do campo em que ocorre a investigação), e a subjetividade (diferentes formas dos agentes atuarem de acordo com sua posição e normas próprias do espaço em que se encontram). Por exemplo:

Para compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao conteúdo social, contentando-se em estabelecer uma relação direta em ter o texto e o contexto. [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos, muito distanciados entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo de “campo”, literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p. 20).

A noção de campo designa esse espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias, diferentes do macrocosmo (leis gerais da sociedade), mas que jamais escapam de imposições do espaço social (BOURDIEU, 2004). Caracteriza-se como um espaço de luta de forças pela posse do poder específico, cuja necessidade de existência se impõe aos agentes nele envolvidos.

A relativa autonomia do campo diz respeito ao fato de sua história ser particular, com uma periodização própria e uma realidade específica, irreduzível a qualquer outra realidade, ainda que, por vezes, articulada a uma série de acontecimentos idênticos no espaço social (PILATTI, 2006).

Quanto à sua estrutura, o campo se compõe da relação de forças entre os agentes ou instituições engajadas na luta ou na distribuição do capital específico que, acumulado nas lutas anteriores, orienta as posteriores (BOURDIEU, 1983a).

No seu interior os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição na estrutura do campo, contribuindo para a conservação ou transformação da mesma (BOURDIEU, 1996b). Existe um acordo entre os agentes no campo, mesmo em posições opostas, de fazer a luta conjunta para a manutenção da existência do campo e pelo capital ou propriedade posta em disputa valer a pena (BOURDIEU, 1996d).

O campo se faz como um espaço com distribuição desigual de suas propriedades, disputas sociais, bens almejados, posições e regras próprias que derivam das características desses fatores e das formas de ação dos agentes frente aos seus objetivos e acumulação de bens específicos. Porém, tais regras têm sua autonomia relativizada por normas já estipuladas pelo todo social, ou seja, critérios básicos de relacionamento, ética, respeito à vida e civilidade acabam por intervir nos limites do campo. Além disso, tem-se a existência de proximidades entre campos, por exemplo, o campo econômico e o político.

Quanto a essa relação, que acaba por fortalecer uma autonomia incompleta aos campos, tem-se o fato também de que ao servirem aos interesses de luta interna, os agentes acabam por

servir também aos interesses de grupos exteriores ao espaço em questão (BOURDIEU, 1989a). Há também uma inter-relação entre os campos, visto a interferência de realizações entre eles e a possibilidade de atuação dos mesmos sujeitos em campos diferentes.

Além disso, existe ainda a intervenção do Estado como um dos principais exemplos do macrocosmo que interfere no microcosmo do campo. Esse órgão detém diferentes formas de poder econômico, cultural, simbólico, além de instrumentos de coerção (BOURDIEU, 1996c). Por isso acaba ditando algumas regras e normas que passam a ser válidas inclusive dentro dos campos, trazendo-os a autonomia relativa.

Questões relativas aos campos e sub-campos se dão em relação ao grau de autonomia que eles usufruem e quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar de imposições do macrocosmo e ter condições de reconhecer apenas suas determinações. As pressões externas, não importa sua natureza, só se exercem por intermédio do campo e são difundidas por sua lógica. Uma das manifestações mais visíveis de autonomia do campo é sua capacidade de refratar, re-traduzindo sob uma forma específica, as pressões ou as demandas externas. Quanto mais autônomo for um campo, maior seu poder de refração e de transfiguração de imposições externas. Por outro lado, sua falta de autonomia se expressa na presença de problemas externos que acabam se tornando presentes em seu interior (BOURDIEU, 2004). Cada evento ou determinação do macrocosmo acaba sendo re-traduzida de forma diferente no microcosmo de cada campo.

Porém, se faz necessário, numa análise sobre objetos num campo, atenção para não cometer o erro do curto-circuito, ou seja, o reducionismo de generalizar as leis segundo as quais um campo funciona pelas leis sociais exteriores a ele (BOURDIEU, 2004).

Embora contenham especificidades, os campos têm algumas leis gerais invariantes, o que possibilita analisar os objetos com base em alguns pressupostos. Com isso, cada vez que se estuda um novo campo, descobrem-se propriedades específicas, próprias a um campo particular, ao mesmo tempo em que se faz avançar o conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias (BOURDIEU, 1983a). Estas, por sua vez, caracterizam-se por propriedades particulares que se expressam dentro do campo, tornando-o específico (PILATTI, 2006).

O campo não é resultado de ações individuais. Nele é permitido investigar relações existentes em um *locus* específico e as estratégias dos agentes que compõem o esquema de transformação ou conservação da sociedade (MARCHI JR., 2002).

Um campo se define, entre outras coisas, através da especificação dos objetos de disputas e dos interesses específicos irreduzíveis aos objetos e aos interesses próprios de outros campos, e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar nesse espaço (BOURDIEU, 1983a).

Todo campo desenvolve nos agentes envolvidos uma libido própria, ou seja, a necessidade de manutenção nessa estrutura e de sobreviver e ascender na disputa pelo capital específico desse espaço. Existem tantas formas de libido quanto há de campos. Ou seja, cada espaço configurado, ao se produzir, cria uma forma de interesse própria, que pode não ser identificada por agentes que não pertencem ao mesmo, ou até ser tida como desinteressada por outros campos (BOURDIEU, 1996d).

Assim, todo campo se configura como um espaço de lutas para conservar ou transformar as formas de disputa. Pode-se, num primeiro momento, descrever o campo como um mundo físico, porém, com a análise de suas lutas de força tem-se o campo social criado pelos agentes envolvidos e pelas relações objetivas entre os mesmos (BOURDIEU, 2004). São nessas relações que mora o corpo do campo, que só sobrevive enquanto houver interesse pelos bens em disputa e pela manutenção dos agentes nesse espaço.

Outra lei geral dos campos é que em cada um deles se encontrará uma luta entre o novo, que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada - que consiste no reconhecimento do valor e no conhecimento dos princípios de funcionamento do jogo, ou seja, a história das disputas que se encontram presentes nas relações -, e o dominante, que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência (BOURDIEU, 1983a). Para pessoas não formadas no campo, ou que não adquiriram formas de conhecimento sobre ele, são imperceptíveis os objetos de disputa (MARCHI JR, 2002).

As estruturas de distribuição de capital e dos ganhos característicos dos diferentes campos particulares podem ser postas em jogo pelo próprio campo. Existe uma luta interna pela definição dos princípios legítimos de divisão dos bens específicos (BOURDIEU, 1989b). Isso se dá numa relação objetiva entre os agentes antagonistas, o que pressupõe um acordo sobre o que merece ser disputado. Dessa forma, os que participam dessa luta contribuem para a reprodução do jogo de

disputas, legitimando o valor do que está sendo disputado, de acordo com a história de lutas entre os agentes e a do campo (BOURDIEU, 1983a).

Isso acontece devido ao fato de que a conservação do que é produzido dentro do campo, como uma atitude de seus agentes, se torna um dos índices mais seguros da ocorrência e manutenção de sua constituição (PILATTI, 2006). Dessa forma, além do fato da necessidade de opositores para a luta de ascensão dentro do espaço social, os agentes sociais presentes num campo se tornam interdependentes (PIMENTA, 2007).

Tal interdependência gera e se mantém a partir da existência de diferentes posições no campo, que expressam as diversas formas de interpretação, interesse, articulação e ação dos agentes dentro do meio.

As posições dos agentes no campo determinam ou orientam suas tomadas de decisão e suas possibilidades de ação, sendo assim, somente é possível compreender suas atitudes com base no entendimento da posição relativa ocupada. Essa posição varia de acordo com a distribuição e o acesso do agente ao capital específico deste campo. Quanto maior o peso relativo do capital do sujeito, maior sua força e capacidade de transformar o campo ou determinar sua estrutura. Tal lógica só é quebrada, em casos excepcionais, por uma descoberta ou ação revolucionária capaz de questionar os fundamentos da ordem estabelecida, transformando as estruturas de distribuição do capital (BOURDIEU, 2004). De toda forma, essas revoluções não são totais, pois para a manutenção da existência do campo é preciso que os objetos de disputa e os componentes do mesmo sejam preservados (BOURDIEU, 1983a).

Dentro dos campos ainda se faz possível a existência de sub-campos. Espaços sociais que têm suas regras de disputa e interesses subordinados aos do campo em questão, mas que ainda se fazem mais específicos devido a características singulares em relação a outros pontos do campo. Segundo Bourdieu (1983d), a estrutura de relações objetivas e sua manutenção em campos específicos são primordiais para a compreensão das propriedades específicas de cada sub-campo.

O ponto fundamental e determinante de tais estruturas se encontra nos bens e propriedades que dão sentido às disputas no campo, denominados capital. Este estabelece ao seu detentor maior proximidade com autoridade dentro do espaço em questão. É a posse ou a ausência de capital, e seu valor simbólico, que estabelecem a posição que o agente ocupa. Por isso, é o fator motivador para todas as inter-relações. A posse e acumulação do capital se fazem

como o princípio da construção do espaço social, a razão para a entrada e manutenção dos sujeitos no mesmo.

O capital representa um poder dentro do campo e, mais precisamente, sobre o produto acumulado historicamente e sobre os mecanismos que asseguram a produção de bens. As diferentes espécies de capital, como trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado. Cada campo ou sub-campo tem sua espécie particular de capital (BOURDIEU, 1989b). Os indivíduos posicionam-se nos campos de acordo com o capital acumulado.

Cada campo é o lugar de uma forma específica de capital, sendo ainda, que toda forma de capital simbólico é particular. Dessa forma, o capital científico, próprio do campo científico, é uma espécie particular de capital simbólico, o qual é sempre fundado em atos de conhecimento e reconhecimento por parte dos agentes do campo e se diferencia do capital esportivo, por exemplo, próprio do campo do esporte.

São exemplos típicos e predominantes de capital: o econômico, o social, o cultural e o simbólico, geralmente denominado prestígio, fama, reputação, etc. (BOURDIEU, 1989b).

Quanto ao *capital econômico*, tem-se como a posse de dinheiro, poder aquisitivo e dos meios para multiplicar tais quantias. Prende-se ao conceito matemático de aquisição de poder de compra e comércio. Está presente na grande maioria dos campos, devido seu papel de grande importância no macrocosmo social. Porém, não necessariamente se configura como o caminho para o poder e reconhecimento simbólicos. Essa forma de capital é acumulada de acordo com o trabalho do agente, ou em seus investimentos. Pode também ser herdado.

Quanto ao *capital social*, Bourdieu (1998b, p.67) o define como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados [...] à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”.

Essa noção designa o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo compreendidos pelos agentes singulares, nem sempre são possuídos por eles. Tais efeitos são percebidos quando se nota desiguais rendimentos de um capital entre diferentes agentes. As relações travadas pelo capital social são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas, cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade (BOURDIEU, 1998b).

O capital social corresponde à rede de relações interpessoais que cada pessoa constrói, com os benefícios ou malefícios que ela pode gerar na competição entre os grupos humanos. Essa forma de capital não é independente das outras, pois é gerado a partir deles. O volume de capital social que um agente possui depende da sua rede de relações e do volume de outras categorias de capital, que é posse de cada um com quem se relaciona.

Dessa forma, os grupos sociais são formados com vistas a concentrar capital social e multiplicá-lo, gerando lucros materiais e simbólicos a seus membros. Por isso, existem limites de entrada nesses grupos, que se configuram em exigências próprias dos mesmos. Isso garante certa homogeneidade quanto aos participantes (BOURDIEU, 1998b). Por isso, tal aquisição de capital é tida como tributária, pois é preciso “pagar” ou provar ter certas propriedades para ser aceito no grupo.

O capital social, ou seja, a entrada num grupo a partir da posse de certas propriedades exigidas e reconhecidas pode ser herdado ou vir através de trabalho por parte do agente para conquistar tais relações.

Dentro dos grupos é possível que o capital social seja dividido ou não. Pode haver uma concentração individual desse bem. O agente que o possui só pode agir de forma a representar os outros membros e isso ocorre em forma de revezamento de posições dentro do grupo, respeitando o princípio de desvio de capital dentro de agentes próximos (BOURDIEU, 1998b).

A noção de *capital cultural* implica em uma ruptura com pressupostos ligados a aptidões naturais, pois essa forma deriva das oportunidades de contato com o conhecimento e depende de questões financeiras, sociais e até da transmissão doméstica (familiar). Impõe-se como uma hipótese para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças de diferentes classes. Essa forma de capital pode existir sob 3 modalidades: estado incorporado, estado objetivado e estado institucionalizado (BOURDIEU, 1998c):

- Estado incorporado: para adquirir capital cultural é preciso trabalho por parte do sujeito, por isso torna-se parte da pessoa, um *habitus* incorporado. Aquele que o possui o pagou com seu tempo. Essa forma não pode ser transmitida, comprada ou trocada instantaneamente. O capital não pode ser acumulado para além das capacidades do indivíduo e morre com seu portador.

- Estado objetivado: Diz respeito a certo número de propriedades materiais que estabelecem relação com o capital cultural em sua forma incorporada, como escritos, pinturas,

monumentos, instrumentos, máquinas, etc. Podem ser objeto de apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural.

- Estado institucionalizado: Modo de objetivação ligado à educação formal, ou seja, o diploma, o certificado. É a forma de reconhecimento do capital cultural de vários sujeitos, como concursos, que separam competentes de não-competentes. Além disso, este estado classifica sujeitos em relação ao capital cultural e permite estabelecer taxas de convertibilidade entre essa forma de capital (escolar) e o econômico. Ou seja, estabelece parâmetros segundo a troca de capital cultural por dinheiro no mercado de trabalho.

E, finalmente, em relação ao *capital simbólico*, este pode também ser denominado capital específico, ou seja, que vale em relação a certo campo, sendo somente convertível em outra espécie de capital nas condições próprias desse meio (BOURDIEU, 1983a), derivando de acordo com o valor e reconhecimento simbólico que ele adquire nesse espaço.

Essa forma de capital acaba por se configurar como um dos pontos mais importantes da obra de Pierre Bourdieu, pois estabelece especificidade e legitimidade ao campo e às disputas em seu interior.

Tem-se a seguinte definição por parte do autor (BOURDIEU, 1996c, p.107):

O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social) percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. [...] é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produtos de incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição deste tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto, etc.).

Logo, essa forma de capital expressa o que se faz importante dentro do campo, realçando as relações de força. É um crédito dado aos que recebem reconhecimento suficiente para ter condição de se impor no grupo social. Pode ser ligado à noção de carisma, mas de forma mais rigorosa. É o que faz a luta e a busca por sua posse valerem a pena, pois traz reconhecimento e possibilidade de ocupação de uma posição privilegiada no campo.

É valorizado de acordo com critérios específicos do espaço em questão, que derivam de suas necessidades e história, e traz legitimidade ao portador dessa propriedade. Por exemplo, o mérito científico (conhecimento e produção acadêmica) no campo da ciência atribuído ao portador pelos próprios agentes do campo. O capital simbólico, para ser funcional, deve ser reconhecido como legítimo pelos agentes do campo.

Com a posse dessa forma de capital, o valor das ações e palavras do sujeito reconhecido simbolicamente se alteram, num sentido de maior valorização. Como cita Bourdieu (1989a), o que faz o poder das palavras e palavras de ordem é a crença na sua legitimidade e no sujeito que as pronuncia, crença cuja produção não está na competência das palavras, mas na de quem as pronuncia e sua história.

Outros critérios para a definição de capital simbólico se apresentam nos sistemas de visão e divisão, de classificação, esquemas cognitivos que são, em parte, produto da incorporação de estruturas objetivas do campo considerado. Isto é, da estrutura de distribuição do capital. Tal forma de capital existe, portanto, quando são reconhecidas e valorizadas as diferenças ou características de disputa de um espaço (BOURDIEU, 1996d).

Visto que as estruturas de percepção, avaliação e reconhecimento são produtos da estrutura objetiva do campo, a estrutura de distribuição do capital simbólico tende a demonstrar grande estabilidade. Revoluções simbólicas necessitam de mudanças até certo ponto radicais nos instrumentos de conhecimento e categorias de percepção (BOURDIEU, 1996e).

O capital simbólico se faz tão importante e enraizado na estrutura do campo que, para destituir um agente com posse do mesmo de sua posição, é necessário enfrentá-lo com base em critérios específicos. Ou seja, só é possível afetar o poder simbólico de um atleta provando que seu mérito esportivo não é tão passível ou merecedor de reconhecimento.

Bourdieu se esforça na tarefa de compreender todas as práticas associadas aos interesses de manutenção das estruturas existentes de prestígio simbólico, suas vantagens materiais e formas de poder (CATANI, 2000). Quanto mais capital o agente possui dentro do campo, principalmente a forma simbólica e o valor e reconhecimento de legitimidade a ele atribuído, mais alta sua posição na hierarquia social desse espaço. Em consequência, tem mais poder e controla a manutenção ou transfiguração das formas de distribuição de bens e propriedades específicas no campo. Segundo Bourdieu (1989b), a esse poder e capacidade dá-se o nome de autoridade específica ou violência legítima ou simbólica (derivada da posse de capital simbólico).

A violência simbólica é resultado de um processo que a institui, ao mesmo tempo, nas estruturas sociais e mentais, que faz com que se esqueça que é resultante de todo um trabalho histórico, e pareça natural (BOURDIEU, 1996c).

Tal forma de violência acaba sendo mais sutil do que o uso da força propriamente dita (imposta por formas não simbólicas, ou não reconhecidas como legítimas pelos agentes do

campo). Ela se apóia no fato de haverem agentes com menos capital cultural no campo, que acabam absorvendo as manifestações de dominação impostas pelos detentores dessa autoridade específica.

Essa categoria de violência e autoridade, sempre fortalecida pelos ideais dominantes, ocorre no campo do esporte, por exemplo, por parte de dirigentes e donos de instituições esportivas (detentores de capital econômico e cultural), através de estratégias de mercado (PIMENTA, 2007). Estes acabam interferindo na possibilidade de cada atleta, de conseguir mais capital específico, ou seja, o mérito esportivo.

Um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e submissão em relações afetivas. A transformação do poder em carisma ou encantamento afetivo (BOURDIEU, 1996e). Esse processo é resultante do reconhecimento do poder simbólico e suas propriedades (que podem ser originadas das formas de capital), somada à admiração e aceitação de poder em relação ao detentor de tal capital. Por exemplo, tem-se o mérito científico, no campo da ciência, como forma de reconhecimento pela produção acadêmica de determinado agente, e os privilégios provenientes dessa posição.

Os agentes que monopolizam o capital simbólico e específico tendem a ações ortodoxas, enquanto aqueles que menos possuem tal capital, muitas vezes os recém-chegados, a atos de heresia, enquanto tentativa de ruptura crítica dos processos de distribuição de bens (BOURDIEU, 1983a).

Ou seja, quem alcança o direito à violência legítima acaba por apresentar uma tendência a conservar a estrutura de distribuição de bens, “a taxa de câmbio” entre capitais e, ao mesmo tempo, de forma conseqüente, sua posição de poder conquistada (BOURDIEU, 1996b e 2004).

Além disso, os detentores dessa autoridade ainda controlam as formas de compreensão da codificação (formas de compreensão das ações e valorização e reconhecimento das mesmas) no campo específico (BOURDIEU, 1990b). De acordo com o direcionamento dado pelos agentes em posições mais privilegiadas, tal compreensão e interesse são recodificados.

Para um sujeito fazer parte de um campo específico, é necessário que ele seja aceito no mesmo e, mais do que isso, que ele compreenda as normas de ação desse espaço e comporte-se de forma a merecer sua entrada no jogo. Ou seja, ele deve conseguir codificar os discursos e ações dos outros agentes, identificar-se com uma classe de posição social, assim como perceber os caminhos para se alcançar uma posição privilegiada e quais as formas de capital em disputa.

Tais características são adquiridas pelo sujeito através de sua história de vida e, mais especificamente, em sua convivência no campo. Vale lembrar que as estruturas do campo acabam também por serem modificadas ou mantidas pela ação dos agentes, isto é, o campo direciona as formas de agir, assim como tais formas moldam as disputas no campo.

Os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento. Entre as vantagens sociais daqueles que nasceram num campo, está precisamente o fato de ter, por uma espécie de ciência infusa, o domínio das leis imanentes do campo, leis não escritas, que são inscritas na realidade em estado de tendências, é ter o que se chama [...] o sentido do jogo (BOURDIEU, 2004, p.27).

Com base nessa relação entre campo e agente, Bourdieu cria um conceito muito importante, a idéia de *habitus*, que se coloca como uma estrutura estruturante, ou seja, que norteia as formas de ação dos sujeitos (*práxis*), mas que é estabelecido de acordo com as leis do campo e os caminhos específicos para a disputa e aquisição de capital (BOURDIEU, 1983b). São disposições adquiridas, isto é, maneiras que podem, em particular, levá-los a resistir às forças do campo (BOURDIEU, 2004). Na formação do *habitus* a produção simbólica constitui vetor principal, porque recria as desigualdades de modo indireto, impondo hierarquias, constrangimentos e modos de agir.

Essa noção compõe o fator subjetivo de análise, pois considera as percepções e visões de mundo dos agentes. Não desconsidera individualidades, porém, analisa o coletivo e estabelece limites de espontaneidade. As diferenças subjetivas são tomadas pela aproximação destes agentes em certas estruturas, o que gera certa homogeneidade que configura o caráter coletivo. É preciso considerar que devido a histórias individuais, estilos pessoais de um mesmo *habitus* são produtos de um desvio, regulado em relação ao estilo próprio, a uma época ou classe (BOURDIEU, 1983e).

Bourdieu apresenta as seguintes definições de *habitus*:

...sistemas de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim (BOURDIEU, 1983a, p. 94).

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência à regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e

coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um agente (BOURDIEU, 1983e, p.61).

O *habitus* se coloca como uma estrutura que foi gerada pelas ações e disposições do próprio campo, mas que também exerce influência sobre ele, visto que norteia as ações dos agentes. Por isso, toma o caráter de estruturante, pois desenha o perfil do sujeito e de sua posição, dando-lhe identidade ao mesmo e às disputas no campo. Tal conceito é incorporado pelo agente no decorrer de sua história e torna-se necessário para a reprodução das estruturas objetivas.

Além disso, o *habitus* se faz estruturante por que determina a percepção da ação por parte do sujeito, dando o direcionamento para sua reação, estruturando-a (MARCHI JR, 2002).

Essa noção é uma espécie de máquina transformadora que faz com que os agentes reproduzam as condições sociais de sua própria produção, mas de maneira apropriada às configurações do campo e do momento em questão (BOURDIEU, 1990d).

O *habitus* dá sentido às práticas, mesmo que os agentes não percebam ou não queiram, pois é autônomo das vontades do mesmo. As ações que parecem não ter propósito são as que não se enquadram ou se identificam com as estruturas geradas e geradoras desse *habitus* (BOURDIEU, 1983e). Ele dá direção às condutas regulares, fazendo com que os agentes comportem-se de determinada maneira, em determinadas circunstâncias. Por isso, não tem a regularidade de um princípio legislativo, pois lida com o fluido, com o panorama das ações no campo (BOURDIEU, 1990b).

Esse é um conhecimento adquirido e interiorizado a partir do mundo social e também um haver, um capital. Indica a disposição incorporada, quase postural. Esse conceito serve para referir o funcionamento do corpo socializado, pondo em evidência as capacidades criadoras e inventivas do agente. Não é natural, mas fruto da ação do sujeito (BOURDIEU, 1989a).

Embora a palavra *habitus* permita uma aproximação semântica com “hábito”, ambos se diferenciam pelo fato da primeira ser algo adquirido de forma durável e com disposições permanentes, enquanto que a segunda é mais efêmera. Além disso, o *habitus* é ligado à história individual do sujeito e pressupõe um capital adquirido, enquanto que o outro termo tem um sentido repetitivo, mecânico, automático e meramente reprodutivo (MARCHI JR., 2002).

Uma das funções da noção de *habitus* é dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente ou de uma classe de agentes. Cada classe de posições corresponde a uma classe de *habitus*, que se diferenciam dentro do campo, produzidas pelos condicionamentos sociais (BOURDIEU, 1996a). Os empreendimentos coletivos só têm sucesso

com certa regularidade e unidade de comportamentos. O *habitus*, quando próprio de um grupo, e incorporado por todos, proporciona tal evento.

A harmonização objetiva dos *habitus* do grupo ou classe é o que faz com que as práticas possam ser objetivamente afinadas, sem nenhuma intervenção direta ou concentração explícita. É na relação dialética entre as disposições e o acontecimento que se constitui a conjuntura capaz de coordenar as ações coletivas (BOURDIEU, 1983e).

Dessa forma, o *habitus* age de modo a estruturar as ações, percepções e improvisações dos agentes, de acordo com as leis imanentes do campo e de sua posição social no mesmo. Conforme sua posição varia, sua forma de ação e de percepção e juízo dos acontecimentos mudam também. Por isso, se torna uma forma de, muitas vezes, prever ações e o resultado das mesmas.

A ligação entre *habitus* e campo se dá no fato de os agentes contribuírem para a produção do valor do que é disputado e compartilhar interesses fundamentais que nutrem tais disputas. Além disso, o primeiro delimita as fronteiras do campo e seleciona a entrada de novos agentes (MARCHI JR., 2002).

Os *habitus* são diferenciados e diferenciadores, de acordo com as posições sociais das quais são produto. São geradores de práticas distintas e distintivas. São também princípios de classificação, visão, divisão e de gostos diferentes entre posições (BOURDIEU, 1996a). Por exemplo, conflitos de geração não opõem classes de idades separadas por natureza, mas *habitus* que são produtos de diferentes modos de condições de existência que diferem a impressão dos agentes frente ao mesmo objeto (BOURDIEU, 1983e).

Para sobreviver no campo se faz necessário que o sujeito tenha inscrito em seu *habitus* as leis próprias deste espaço, o que exige um investimento por parte do agente social. Os que não têm essa formação, ou são deslocados da disputa, ou lutam para tentar transformar as estruturas de forma a mudar as exigências e formas de comportamento (BOURDIEU, 2004). Um homem não se apresenta a outro, dentro do campo, unicamente em seu aspecto físico, mas interage competindo, com suas ações baseadas em seu *habitus* (PIMENTA, 2007).

Logo, para que um campo funcione é necessária a presença de pessoas dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis das disputas. Quando o *habitus* funciona de forma a obedecer à necessidade imanente do campo, os agentes têm o lucro suplementar de se verem e serem vistos como desinteressados. Dessa forma, essa noção se

coloca, ao mesmo tempo, como condição de funcionamento e produto de funcionamento do campo (BOURDIEU, 1983a).

Com base no conceito de *habitus*, Bourdieu estabelece uma teoria da ação, ou seja, um pensamento que procura conceituar e justificar a *praxis*, e fundamentar seu pensamento praxiológico, que se baseia na prática como o resultado da relação entre o *habitus* e o campo. Dessa forma, estabelece-se que os sujeitos agem sim, de forma a obter poder, buscando acumulação de capital e ascensão social, porém, com estratégias raramente assentadas em uma verdadeira intenção estratégica (BOURDIEU, 1996d). Tal idéia propõe que as ações são orientadas para certo fim, mas não necessariamente têm a busca consciente deste objetivo (BOURDIEU, 1996e).

O ato interessado, declarado, no sentido desta ascensão, se mostra aparente em relação às ações e intenções dos agentes e, por isso, se faz espontâneo e não necessariamente estratégico, visto que o plano de ação é nítido. O ato desinteressado, embora acabe sendo mais obscuro, pois o agente não demonstra suas intenções e não transparece sua compreensão sobre o campo e suas normas de disputa, também não é, necessariamente, estratégico para Bourdieu, visto que é fruto, assim como o ato interessado, de inscrições feitas em seu *habitus* e, por isso, o agente age de forma espontânea.

Nessa forma de pensar a vontade e busca pelo poder e acumulação do capital está inscrita tanto nas leis do campo, quanto no *habitus* dos sujeitos, visto que uma estrutura a outra.

O que torna isso possível é o fato de as ações dos sujeitos serem construídas historicamente dentro do campo, e a necessidade latente de ter um *habitus* específico incorporado para a entrada nesse espaço. Logo, o ato estratégico não precisa ser necessariamente consciente, ou uma forma de desvio de conduta por parte do agente, pois faz parte do jogo (*habitus* e campo) e da orientação e condição de execução de suas ações. As estratégias, segundo Bourdieu (1990a e 1996e), são ações objetivamente orientadas com respeito a fins, que podem não ser os fins subjetivamente almejados. São produto do senso prático como sentido do jogo social particular, historicamente definido. Quem age estrategicamente consegue perceber o que o jogo exige, e age de acordo com tal percepção.

Dessa forma, tem-se que tanto atos interessados, quanto desinteressados podem levar o sujeito a participar das disputas, e até serem formas estratégicas, porém, embasados na estrutura historicamente construída e aceita no grupo.

“Se o desinteresse é possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado” (BOURDIEU, 1996d, p. 153).

Logo, para compreender as ações dos sujeitos, se faz necessário estabelecer o “sentido do jogo”. Qual capital está em disputa, as formas de acumulá-lo, as posições sociais existentes, seus *habitus* correspondentes e o que é esperado como ação dos agentes na tentativa de aquisição das propriedades específicas. Isso tudo gerará as ações tidas como sensatas e esperadas, direcionadas pela estratégia implícita ao *habitus*, voltada ao objetivo comum no espaço social.

1.3. Classes sociais, gostos e estilos de vida

O conceito de *habitus* contribui para uma maior compreensão sobre as razões pelas quais os agentes tomam decisões e agem dentro do campo. Essa noção não é uniforme e varia, dentro desse espaço, de acordo com a história e a posição social ocupada pelo sujeito.

As diferentes posições sociais exercem papéis distintos. Enquanto as mais privilegiadas buscam manter a estrutura de distribuição de bens, as menos privilegiadas buscam o acesso ao capital específico através de vias consideradas legítimas, ou de mudanças na conformação do campo. A essas diferentes posições, que funcionam como sistemas simbólicos, que não derivam por questões biológicas, mas sim pelo *habitus* de seus membros, Bourdieu (1996a) dá o nome de classes (que também podem ser chamadas de grupos sociais).

Mora nesse aspecto um ponto de diferença conceitual entre a obra de Bourdieu e a de Karl Marx, outro importante autor que se utiliza do conceito de classes. Enquanto as classes de Marx são baseadas apenas no acesso ao capital econômico e na relação com a força de trabalho, Bourdieu considera, em suas diferenciações, critérios mais amplos, que se utilizam de outras formas de capital (MARQUES; GUTIERREZ, 2009).

Alguns autores brasileiros optam pela utilização do termo “grupos sociais”, ao invés de “classes sociais” ao reportarem-se à obra de Pierre Bourdieu, num exercício de diferenciação em relação ao conceito de Karl Marx. Porém, tem-se que Bourdieu (1994), entre outros exemplos de sua obra, na versão original, em francês, do livro “Raisons pratiques: sur la théorie de l'action”, no capítulo “Espace social et espace symbolique” utiliza o termo “classe”, com mesmo significado em português. Isso acontece em inúmeros outros exemplos de sua obra. Deste modo,

ao abordar a obra de Bourdieu, é possível apropriar-se do termo “classe”, numa tradução direta em relação a seu escrito original, ou do termo “grupo”, para a realização de uma diferenciação útil e, por vezes, necessária à categoria de Karl Marx.

Neste trabalho, por questão de opção, numa tentativa de aproximar-se da versão original deste autor, foi utilizado o termo “classe”. Porém, cabe reforçar a necessidade de compreendê-lo de forma distinta à utilização desta palavra por Karl Marx.

Classes, para Pierre Bourdieu (1989b), podem ser definidas como conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições e com sujeitos semelhantes, têm maior probabilidade de tomadas de posição semelhantes. Um conjunto de agentes é tanto maior quanto for sua proximidade no espaço social, e quanto mais restrita e homogênea a classe a qual pertence.

Além disso, as classes são consideradas a partir de suas relações simbólicas, como sistema de diferenças percebidas e apreciadas pelos sujeitos sociais, como estruturas de distinções cotidianas de classificação significantes (BOURDIEU, 1983d).

O conceito de classe, para Bourdieu, advém da aproximação de agentes por causa de seu *habitus*. Embora nem todos os membros de uma classe têm ou tiveram as mesmas experiências geradoras de um *habitus*, eles têm uma maior probabilidade de experimentá-lo de forma parecida, do que em relação a membros de outras classes (BOURDIEU, 1983e e 1996a).

A simples aproximação no espaço social não garante a formação de um grupo, uma unidade com interesses comuns, como na perspectiva marxista. O que garante a formação de uma classe na lógica bourdiana é essa aproximação somada à similaridade do conceito de *habitus*. Embora próximos num espaço geográfico, ou até social, os sujeitos podem pertencer a classes sociais diferentes (BOURDIEU, 1996a). Outra alternativa para a diferenciação semântica entre o conceito de “classe” de Bourdieu, com o utilizado por Marx é denominar o objeto do primeiro como “grupo social”, visto que implica na reunião de sujeitos com mesmas características sociais, com variações mais amplas entre elas.

Os papéis sociais, oriundos das posições sociais, acabam se colocando como referenciais para a percepção do outro, ao mesmo tempo em que o são para o próprio comportamento. Quando se aprende o significado de um papel social, aprende-se também o do papel do outro (CIDADE, 2006).

A posição de determinado agente no macrocosmo do espaço social é definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição e possibilidade de acesso aos poderes que atuam em cada um deles (BOURDIEU, 1989b). Ou seja, o conceito de classes extrapola o de campo. O agente pertence a determinada classe e atua nos diferentes campos de acordo com o *habitus* próprio desta. Porém, a mesma classe pode ocupar posições diferentes em campos distintos.

As classes no espaço social não existem como grupos reais, embora existam grupos práticos (família, clubes, associações). O que existe é um espaço de relações real, delimitado objetivamente, com mudanças de lugar entre os agentes. Tais sujeitos podem ser reagrupados em diferentes classes no espaço social de acordo com o critério e princípio de divisão dos grupos. Isso rompe com a lógica marxista, pois faz das classes um corpo criado teoricamente (BOURDIEU, 1989b).

O conceito de classe é resolvido através do conceito de espaço social. Ou seja, pode-se negar a existência de classes sem negar a diferenciação social, que pode gerar antagonismos individuais e, às vezes, enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes do espaço social. Por isso, a ciência social deve construir espaços sociais ao invés de classes, no interior dos quais tais grupos de sujeitos possam ser separados e recortados metodologicamente (BOURDIEU, 1996b).

No espaço social, as classes se relacionam de forma antagônica, podendo os sujeitos migrar entre elas. A dominação existente de uma classe sobre outra é mantida pela violência simbólica.

Devido ao fato de variarem de acordo com os *habitus* dos sujeitos, as diferentes classes sociais apresentam tendências próprias relacionadas a ações, gostos e estilos de vida de seus membros, visto que isso depende, de certa forma, das condições de percepção e ação do espaço que o grupo proporciona aos mesmos. Nas palavras de Bourdieu (1983f), tais diferenças e especificidades são uma retradução simbólica de traços diversos inscritos objetivamente (condição econômica e social) nas condições de existência.

As preferências inseridas no estilo de vida derivam e variam de acordo com os graus de acesso e urgência que as diferentes posições sociais têm em relação à apropriação material e simbólica. Quando o acesso ou consumo urgente, básico, de sobrevivência é garantido, pode existir a preocupação com outras formas de apropriação mais sofisticadas (BOURDIEU, 1983f).

As práticas e propriedades, ou seja, os estilos de vida, objetivos quanto ao grupo social, são produtos do *habitus* sob a forma de preferências sistemáticas, determinadas principalmente pelo gosto, fator este muitas vezes autônomo em situações de mudança de posição social, nas quais o *habitus* foi produzido em situações diferentes da que ele se exprime (BOURDIEU, 1983f).

O estilo de vida dos sujeitos deriva de sua posição social, mais que isso, do seu acesso a bens básicos de sobrevivência. Por isso, num primeiro momento, derivam de percepções objetivas. Quando o agente se encontra numa situação de maior conforto em relação ao acesso a tais bens, o estilo de vida pode tomar um caráter mais subjetivo, visto que a garantia das necessidades básicas está garantida e é possível escolher outras formas de consumo de acordo com o desejo unicamente (MARQUES, 2007).

Desse modo, o gosto, uma propensão e aptidão por escolha de determinada categoria de bens, se faz como a fórmula geradora dos estilos de vida. Quanto mais elevado na escala social, mais os gostos de necessidade do sujeito estão garantidos, e maiores são as possibilidades de acesso aos gostos de liberdade (BOURDIEU, 1983f).

Sendo o gosto uma resultante entre o que é oferecido pelo produto e o que é desejado pelo consumidor, compreendê-los exige explorar a relação entre como o bem é feito e quem o consome. Os gostos mudam muito em relação à produção de oferta e a uma demanda (BOURDIEU, 1983b).

Normalmente, como é a classe dominante quem estabelece os parâmetros do valor e poder simbólico, é a demanda produzida por ela que aponta quais os objetos legítimos de valorização. Isso leva à determinação do que são coisas boas e ruins. Essa hierarquia dos bens é o que orienta os investimentos pelas oportunidades de lucro material e simbólico (BOURDIEU, 1998a).

As classes sociais têm, nos seus gostos preferidos e, em consequência, em seu estilo de vida, uma amostra de seus valores culturais, adquiridos pela sua história e acesso a educação. Por isso, essa categoria se faz como um seguro fator de observação e constatação de diferenças entre grupos ou posições sociais.

Outra categoria importante para a análise metodológica dessa diferenciação se encontra nas estruturas sociais. As classes sociais são partes constitutivas da estrutura social em que se encontram. Expressam um grau de dependência da totalidade e possuem propriedades de posição de acordo com essa estrutura. Nesse sentido, um único sistema de critérios utilizado para definir

determinada classe numa pequena sociedade, uma vez aplicado a uma sociedade global, determinará uma categoria estruturalmente diferente. Isso acaba por impedir a transferência direta e indevida de esquemas descritivos e explicativos de uma sociedade à outra, ou a uma época à outra da mesma sociedade. Da mesma forma, a posição de um indivíduo jamais deve ser tomada como estática, como relativa a uma dada estrutura. É preciso considerar que a posição atual do sujeito é um ponto em sua trajetória histórica (BOURDIEU, 2003).

Ou seja, é um cuidado metodológico no trabalho com a obra de Bourdieu, que haja a contextualização e o respeito às características sociais da estrutura e espaço com que se está lidando, na tentativa de impedir equívocos de conclusão científica.

Desse modo, para comparar duas classes sociais não se deve proceder de forma direta. Deve-se, primeiro, comparar e equivaler suas estruturas. A comparação entre classes só pode ocorrer em estruturas semelhantes, pois as características das diferentes classes dependem de seu peso funcional na estrutura, proporcional à sua contribuição para a constituição da mesma (BOURDIEU, 2003). Como exemplo simples, não se pode comparar atletas da Grécia antiga (com práticas pautadas no culto aos deuses e na transformação dos vencedores em semi-deuses), com atletas profissionais da NBA (Liga norte-americana de basquetebol profissional) nos dias atuais, com práticas pautadas no profissionalismo e lucro financeiro, pois ambos atuam em sociedades e estruturas diferentes, nas quais, como cita Allen Guttman (1978), o primeiro não apresentava regras escritas, burocratizadas e com resultados quantificados, enquanto que nos tempos atuais isso ocorre e direciona a lógica de atuação dos agentes.

1.4. A conformação do campo esportivo

Durante sua carreira e obra, Pierre Bourdieu desenvolveu a Teoria dos Campos, apoiado no conhecimento praxiológico, estudou diferentes áreas da sociedade. Pode-se citar como exemplo os campos da política, jornalismo e da educação. Porém, um em especial, que também foi objeto de estudo desse autor, é o ponto mais importante para este trabalho, o campo esportivo.

Como em outras intervenções, Bourdieu utilizou-se de abordagem histórica sobre as relações e pontos de disputa relativos ao objeto estudado, e buscou analisar como se dão ou se davam as ações dos agentes de acordo com tal contextualização.

Bourdieu muito valoriza a perspectiva histórica na construção de objetos de pesquisa social, visto que eles permitem entender, de diferentes ângulos, os problemas colocados sobre os espaços sociais, suas origens e distribuições (SOUZA; MARCHI JR, 2010)

Dessa forma, acaba, por intermédio de seu interesse pelo estudo da prática esportiva, contribuindo para o aprofundamento de conhecimentos em sociologia do esporte, esclarecendo conceitos e relações ligadas ao universo das práticas esportivas.

Para Bourdieu (1990d), a utilidade e justificativa para a existência de uma área de estudos em sociologia do esporte é que, por um lado, existem pessoas que conhecem muito bem o esporte na forma pública, mas que não sabem falar dele, e, de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se designam a fazê-lo, ou o fazem de forma descuidada.

Existem alguns outros pontos importantes para o estudo da sociologia do esporte. Por exemplo, o surgimento da competição e busca de capital econômico; a ruptura entre suas características ancestrais de jogos místicos e religiosos e a secularidade atual; e a análise sobre os valores morais transmitidos (PIMENTA, 2007). Além disso, ainda se fazem importantes investigações sobre o acesso dos diferentes grupos sociais à prática esportiva, o impacto dessas práticas na qualidade de vida dos mesmos, as diferentes formas de manifestação do esporte na sociedade, a relação entre esporte e educação formal, entre outros temas.

Além disso, Bourdieu aponta caminhos para o desenvolvimento desta área de estudos:

Para que uma sociologia do esporte possa se construir, é preciso primeiro perceber que não se pode analisar um esporte particular independentemente do conjunto das práticas esportivas; é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo (BOURDIEU, 1990d, p.208).

É possível notar, nesse discurso, a similaridade e o critério de tratamento do autor, com base em sua teoria, entre diferentes temas. Em outras palavras, ele afirma que o esporte, antes de ser analisado em suas minúcias deve ser contextualizado, deve ser construído um espaço do esporte, relativamente autônomo e presente no espaço social (visto que este é um espaço de forças que não se aplicam somente a ele), no qual as relações, propriedades e posições sejam específicas e funcionem de acordo com suas normas. Após esta construção sim, se faz possível a análise de um ponto mais específico, ou de um sub-campo específico de uma forma de esporte.

Dessa forma, a prioridade num estudo sociológico do esporte é a construção do espaço das práticas esportivas, devido à elasticidade semântica que esses objetos apresentam. O trabalho

deste pesquisador consiste em estabelecer as propriedades socialmente pertinentes que relacionam o esporte estudado com interesses opostos e preferências de uma determinada categoria social (BOURDIEU, 1990d).

O estudo de Bourdieu se faz importante para pesquisas atuais em sociologia do esporte, no sentido de, com base no conhecimento praxiológico, contribuir para a compreensão das necessidades humanas de criação de modalidades esportivas e sua apreciação, em sua utilização com o meio simbolicamente consolidado e na manutenção de estruturas que corroboram sua presença no universo das práticas com valor simbólico (PIMENTA, 2007). Além disso, presta grande contribuição metodológica ligada à criação de um espaço específico para o esporte e as relações sociais pertinentes a ele.

Para demonstrar a aproximação entre a obra de Pierre Bourdieu e o campo esportivo, será utilizado neste ponto do trabalho, o mesmo procedimento traçado pelo autor. Portanto, será destinada especial atenção à história do fenômeno esporte, a partir da visão do autor para, num segundo momento, serem traçadas características próprias de seu campo social e o *habitus* exigido aos seus agentes para entrada e disputa por posições e formas de capital nesse espaço.

O esporte moderno é fruto de uma decorrente racionalização de jogos populares, no século XIX, nas escolas reservadas à elite da sociedade burguesa da Inglaterra onde os filhos da aristocracia e da grande burguesia retomaram tais práticas, consideradas vulgares, impondo-lhes uma mudança de significados e de função, atribuindo-lhes formas eruditas (BOURDIEU, 1983c).

Nesse mesmo processo, exercícios corporais característicos de épocas e ocasiões especiais como festivais, por exemplo, desprovidos de funções sociais, ganham outro sentido, convertidos em atividades que constituem fim em si mesmas. Forma-se uma espécie de arte corporal submetida a regras específicas cada vez mais irredutíveis a qualquer necessidade funcional e inseridas num calendário específico (BOURDIEU, 1983c).

Ao transformar os jogos populares, as elites inglesas criam (literalmente, através da sistematização de regras escritas) uma prática que busca transmitir certos valores morais aos jovens, e que passa a ser apreciada e praticada por sujeitos pertencentes a uma classe que tem tempo livre para tal, além de condições de acesso a locais e materiais de prática cada vez mais específicos. O esporte passa a ser uma forma de diferenciação social.

As elites burguesas se vangloriavam pelo desinteresse pelas práticas, e se definem pela distância eletiva em relação aos interesses materiais (BOURDIEU, 1983c). O esporte, para este

grupo, simbolizava a prática por si só, própria para quem tivesse tempo livre, desconectada de qualquer busca por recompensas.

Com o sucesso das práticas esportivas entre os jovens de tal classe social, o número de adeptos aumenta e, ao terminarem o ciclo escolar, surge um grupo praticante que não tem mais vínculo com o ensino formal. Esse processo fez com que fossem criadas ligas e associações, visando facilitar e intermediar a prática do esporte.

Porém, as práticas esportivas, por serem fruto de adaptações de jogos populares, foram criadas e transformadas de maneiras diferentes em diversas regiões da Inglaterra. Desse modo, não havia uma uniformidade entre regras e processos de disputa (DUNNING; CURRY, 2006).

Traçado esse panorama, o esporte, com a criação das ligas, a facilitação de transportes e o crescimento do interesse por suas atividades sofre um processo de universalização, visto a dificuldade de encontros esportivos entre as diferentes escolas, que tinham suas práticas elaboradas com regras diversas entre si.

Começa, então, um processo de lapidação das regras e processos esportivos, no sentido de uma universalização das práticas como, por exemplo, a fundação da *Football Association*, em 1863, e da *Rugby Football Union*, em 1871, ambas na Inglaterra (DUNNING; CURRY, 2006).

Tais órgãos acabam por incorporar também a função de reguladores, ou seja, agrupamentos esportivos, públicos ou privados, com a função de assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um esporte determinado e, ao mesmo tempo, elaborar e aplicar as normas que regem tais práticas (BOURDIEU, 1983c).

Claro que a história do esporte contemporâneo não se resume a isso. A obra de Bourdieu, historicamente falando, apresenta apenas a gênese do esporte moderno que, segundo Marques (2007), é um fenômeno antecessor do esporte dos dias atuais, visto que o fenômeno mais recente é pautado em diversas formas de manifestação e na busca do lucro e comercialização após o período da Guerra Fria.

Por isso, para tratar das intervenções do autor francês sobre a conformação desse fenômeno, essa apresentação já se faz suficiente, visto que a compreensão contemporânea do esporte se coloca como um avanço sobre a análise realizada por Bourdieu no século XX, visto que o autor não chegou a analisar o fenômeno esportivo do século XXI. Porém, a influência da obra deste autor sobre o esporte ainda é importante, principalmente em relação a procedimentos metodológicos de compreensão dos objetos das relações sociais.

Após a aproximação histórica, Bourdieu (1983c) propõe a ocorrência da formação de um campo esportivo e cita que para a conformação deste espaço foi e é (pois este campo se transforma) preciso estabelecer certas condições sociais como espaço de jogo e sua lógica própria. Como primeiro passo para isso, o autor afirma que o campo esportivo tem uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada a grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de transformação, suas próprias regras e cronologia.

É importante considerar o campo esportivo como parte de um sistema social mais amplo, pois ele não é fechado em si mesmo, mas sim inserido num sistema de práticas e consumos, constituídos por eles próprios (MARCHI JR., 2002).

Dessa forma, tem-se o esporte como um fenômeno que retrata um produto e reflexo da sociedade. É um microcosmo da sociedade como um todo. Pode ser definido e descrito com marcas socioculturais e sócio-históricas de valores, moral, normas e padrões de uma sociedade ou cultura específicas (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Tem-se como exemplo a similaridade entre o esporte e o campo da ciência, no qual um dos problemas a resolver, para passar da invenção à inovação de conhecimento e práticas, é o da comunicação entre o campo científico e o econômico (BOURDIEU, 2004). No esporte isso também acontece. Talvez não ligado à invenção, mas às ações de construção e preparação para a inovação, divulgação e sucesso.

A autonomia relativa do campo esportivo se afirma mais claramente quando os grupos são dotados de auto-administração (órgãos reguladores) e regulamentação, fundadas numa tradição histórica ou garantidas pelo Estado. Tais organismos podem fixar normas de participação nas atividades por eles organizadas, exercer poder disciplinar, editar e garantir o cumprimento de regras, funções e recompensas dentro do campo (BOURDIEU, 1983c). Formam-se aí as estruturas burocráticas, racionais e organizacionais do esporte.

Tal sistema burocrático apresenta uma série de camadas: infra-estrutura organizacional (federações, confederações, etc), técnica (responsável pelo rendimento esportivo) e jurídica (regras, regulamentos e desenvolvimento legal da instituição esportiva) (PIMENTA, 2007).

Algumas das regras específicas do campo esportivo se apresentam com base nas especificações de órgãos reguladores, ou seja, dirigentes especializados que acabam por ditar alguns caminhos de entrada e permanência de agentes dentro desse espaço. Esse já se mostra um

processo de autonomização. Além desse grupo que regula a prática, existem ainda os processos de atribuição do poder de violência específica do campo aos agentes ou instituições que possuem capital para isso.

O esporte assume, nessa perspectiva, uma competência específica própria que o torna autêntico e autônomo. Isso nega a existência de atividades pré-esportivas em sociedades pré-capitalistas, visto que o fenômeno esportivo, propriamente dito, tem aparição simultânea à constituição de um campo de produção de produtos e práticas esportivas num determinado período (BOURDIEU, 1983c) já citado.

Tem-se, nessa idéia, a afirmação de Bourdieu de que o esporte é fruto da sociedade capitalista. Isso não implica que o esporte exista única e exclusivamente em função do capitalismo, mas sim, que é contemporâneo e compatível aos valores dessa sociedade.

Também com base nas análises de Bourdieu, outros autores atestam a existência desse campo. Como, por exemplo, Pilatti (2006), que afirma que efetivamente existe um campo esportivo, ou seja, um sistema de instituições e agentes vinculados ao esporte que funciona como um espaço de disputas.

A constituição de um campo de práticas esportivas se acompanha de uma filosofia política do esporte, na sua gênese aristocrática, que se apóia no amadorismo e faz do esporte uma prática desinteressada e conveniente para a afirmação das virtudes e de líderes. Isso vem fortalecer a idéia de um campo social, visto que surge uma tentativa de diferenciação e luta de classes e acessos à prática e aos bens em disputa no espaço (BOURDIEU, 1983c).

Esse campo se faz como um espaço de lutas entre seus próprios agentes, pelo monopólio de imposição de definição de práticas e formas legítimas de atividade esportiva, além do confronto entre valores e práticas amadoras e profissionais, esporte-prática e esporte-espetáculo, esporte de elite e esporte popular, uso do corpo legítimo e uso ilegítimo do corpo (BOURDIEU, 1983c).

Assim como em outros campos, e a teoria geral dos campos, o que determina a entrada de um sujeito no espaço do esporte é seu *habitus*, que está na origem dos estilos de vida. Da mesma forma que em outros campos, o esportivo exige, em situações e épocas diferentes, *habitus* apropriados à sua realidade.

Por exemplo, no caso do surgimento do voleibol, um conjunto de disposições era exigido pela estrutura que se formava para a modalidade, ou seja, para estar inserido nesse espaço, eram

cobradas determinadas representações sociais dos sujeitos candidatos. Para participar das atividades do voleibol o agente tinha que apresentar um capital social e cultural específico, pois, de outro modo, poderia ser considerado desnecessário e prejudicial ao andamento da modalidade. No caso da Associação Cristã de Moços, eram privilegiados profissionais liberais. Isso acaba por determinar o *habitus* exigido para fazer parte de determinado grupo esportivo, o que reforça que o surgimento dessa noção demanda uma diferenciação de classes (MARCHI JR, 2002).

Já o *habitus* atual do voleibol, por exemplo, foi criado principalmente após a década de 1980, por interdependência constituída pelos dirigentes, técnicos, atletas, agentes de marketing, mídia, clubes e empresários (MARCHI JR., 2006). Assim como é apontado por Bourdieu, os critérios para valorização de atos simbólicos, assim como para acumulação do poder simbólico, não são estáticos no tempo e no grupo social. Por isso, é sempre importante apontar quais são a época e os agentes envolvidos na determinação de tais orientações.

Nesse sentido, Marchi Jr. (2006) aponta que o espaço do voleibol teve, no decorrer da sua história, novas formas de representações delineadas. Ou seja, mudou-se o capital específico e, em consequência, as ações dos agentes.

Tem-se então, como definições de esporte para este trabalho, uma primeira, baseada na construção histórica do mesmo:

Um fenômeno sócio-cultural que engloba diversas práticas humanas, norteadas por regras de ação próprias e institucionalizadas, direcionadas para um aspecto competitivo, seja ele caracterizado pela oposição entre sujeitos ou pela comparação entre realizações do próprio indivíduo, que se manifestam através da atividade corporal. Essas práticas podem ou não se expressar através de confrontos diretos entre sujeitos, mas sempre expressam o desejo de realização do ser humano que encarna a necessidade, entre outras, de emocionar-se, superar-se, jogar, brincar e comunicar-se (MARQUES, 2007, p.55).

Faz necessária uma complementação a esta definição, fruto de atualizações de conceitos e saberes, consequência de estudos e da produção de conhecimento proporcionada pela ciência (afinal, a prática científica não apenas comprova, mas também cria e transforma o conhecimento, sendo necessário, em alguns momentos, rever certas convicções), no que tange à necessidade de uso de práticas corporais para a caracterização do esporte. Num primeiro momento, concordando com Norbert Elias e Eric Dunning (1992), é possível afirmar que o esporte é, essencialmente, fruto de atividade física. Porém, nota-se, na sociedade contemporânea, processos de esportivização de modalidades em que o uso da ação motora não é empregado como forma de alcance de determinada performance, mas sim, como ferramenta para a busca de determinado

rendimento esportivo em práticas ligadas ao intelecto. Tem-se como exemplo o xadrez, jogo de prevalência intelectual, reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional (IOC) como uma modalidade esportiva, e regulada pela Federação Internacional de Xadrez filiada ao IOC. Desta forma, este trabalho assume a definição de esporte citada acima, porém, acresce a participação de modalidades ligadas ao intelecto nesse campo.

E uma segunda definição é possível, com base nas características de campo esportivo:

... espaço de disputas repleto de agentes especializados em seus campos e sub-campos específicos, em constante movimento que impõe regras e padrões de comportamento para seu consumo, dada sua força objetiva e subjetiva, direta e simbólica, através de seus mecanismos e estratégias de persuasão, encarnados nas suas formas primeiras: o movimento para a competição, para o propedêutico e educacional (PIMENTA, 2007)

Ambas as definições procuram retratar aspectos do campo esportivo e definem as margens e divisas metodológicas e semânticas do objeto do mesmo, o esporte, e servem de limites para intervenções e compreensões acerca dos estudos em sociologia do esporte.

Uma das lutas apontadas por Bourdieu, em sua análise sobre a gênese e conformação do campo esportivo, se configura pela distinção social movida pelo antagonismo entre práticas esportivas amadoras e profissionais.

A institucionalização do esporte acompanhou uma filosofia política do mesmo, arquitetada pela autocracia, que tinha como base o amadorismo. Dessa forma, o esporte amador tornou-se vital para as elites, devido à transmissão de certos valores morais e de diferenciação social (PILATTI, 2006).

Por derivar das escolas públicas, frequentadas por estudantes de classes aristocráticas da população, o esporte teve sua gênese ligada ao prazer da prática e à transmissão de valores morais tidos como positivos por esse grupo. Tais significados traduziam conceitos e sentidos importantes dessa classe, que o usavam para se diferenciar socialmente como um grupo que tinha tempo livre para atividades desse tipo, e primava por hábitos ligados ao prazer. Com o surgimento do profissionalismo, indivíduos das classes mais pobres tiveram acesso às práticas esportivas, por essa ser uma oportunidade de ganho de capital e ascensão social. Além disso, a classe burguesa se apoderou desse ambiente, financiando as atividades profissionais. Com a entrada das classes menos favorecidas no universo do esporte, além do envolvimento de capital, o sentido deste

passou a ser mais vinculado à seriedade¹ e busca por melhora de performance, redirecionando a prática (MARQUES, 2007).

Enquanto o amadorismo no esporte está relacionado ao direcionamento das regras para maior prazer dos jogadores do que dos espectadores, no profissionalismo nota-se que o prazer do jogador vinha num segundo plano, sendo submisso ao público e à necessidade de bom rendimento atlético. Por isso, a luta entre o amadorismo e o profissionalismo é uma das chaves para a compreensão do processo de democratização do esporte, visto que o primeiro, vinculado às ligas e às escolas, era uma forma de manutenção do status social (STIGGER, 2005). Praticar o esporte de forma amadora significava supremacia social aristocrática, sendo realizada em ambientes restritos aos membros desses grupos. Com a profissionalização, tanto o acesso dos espectadores quanto de jogadores de classes menos privilegiadas ao esporte se tornaram mais fáceis.

Pelos motivos dessa supremacia social aristocrática é que os Jogos Olímpicos Modernos, elaborados por um barão (Coubertin) no final do século XIX, têm princípios amadores.² Seus ideais valorizavam a cultura da nobreza num período em que a burguesia era culturalmente hegemônica e as classes populares também ganhavam certo espaço, em detrimento da aristocracia (PRONI, 1998).

Nota-se, em análise histórica ao século XIX, que o esporte começa a assumir diferentes faces. Para as classes privilegiadas representava o prazer, diversão e transmissão de valores morais; para as classes menos favorecidas, a possibilidade de ascensão social e a entrada no universo esportivo; para a burguesia, espaço de novas práticas de lazer e também possibilidade de ganho de capital. Porém, para todos os grupos, significava o início de um espaço de consumo do lazer, através da compra de ingressos para assistir a eventos esportivos (MARQUES, 2007).

O esporte, principalmente em ambientes profissionais, refletia a forma de organização e funcionamento do ambiente industrial, apropriando-se dos costumes que a sociedade estava se acostumando e ajudando as pessoas a se adaptarem a esse novo estilo de vida (PRONI, 1998). Isso ocorreu devido à divisão clara e semântica entre momento de trabalho e de lazer nesse

¹ Ou seja, ações pautadas na regra, nas quais não era apenas o resultado e a vivência da prática que estavam em jogo, mas sim as consequências da vitória ou da derrota, podendo até assumir interesses financeiros.

² Porém, segundo Marques (2007), essa (amadorismo olímpico) é uma característica do esporte que não ocorre exatamente da mesma maneira nos dias de hoje, pois sofre uma crise num processo de profissionalização, sendo um indicador de transformações desse fenômeno.

período, sendo este segundo ocupado em grande escala pelo esporte, principalmente porque traduzia os valores de civilidade que a sociedade primava.

Outra forma de representação de disputas entre posições no campo esportivo, de acordo com Bourdieu, se traduz pelos diferentes estilos de vida e gostos das diversas classes sociais.

O esporte, ao atrair o interesse das massas, acabou por adentrar tanto nas classes mais e menos privilegiadas. Por isso, é possível afirmar que o esporte se encontra no dia-a-dia da sociedade contemporânea, principalmente como produto da indústria cultural capaz de exercer influência sobre os hábitos das pessoas (PIMENTA, 2007). Além disso, o esporte acabou se tornando uma forma de acumular capital social (BOURDIEU, 1983c), o que também contribui para sua expansão no espaço social, sendo atualmente um objeto apropriado por inúmeras classes, que acabam variando de acordo com seus gostos específicos, possibilidades de lucros sociais e de acesso ao esporte.

A probabilidade de praticar as diferentes modalidades esportivas depende do capital econômico e, de forma secundária, do capital cultural e do tempo livre, devido às disposições éticas e estéticas, e a expectativa frente aos ganhos com a entrada na atividade (BOURDIEU, 1983c). Tal expectativa varia de acordo com os significados e funções sociais que as diferentes classes dão às práticas esportivas (PILATTI, 2006).

Bourdieu cita algumas razões pelas quais certas classes sociais demonstram mais interesse por determinadas modalidades do que outras. Além das diferenças relativas ao capital econômico e cultural, a perspectiva do gosto toma caráter importante. Sendo assim, um ponto destacado pelo autor é o dos diferentes usos do corpo observados nessas atividades, e a tendência de preferência de cada grupo social em relação a esse referencial.

Pilatti (2006) acrescenta que além da diferenciação entre classes existe uma variável de escolha por modalidades dentro desses grupos, de acordo com o estilo de vida dos sujeitos.

Na análise da relação com o corpo entre diferentes modalidades e classes sociais, tem-se que está associada a uma experiência originária do mundo físico e social. As práticas mais distintas (mais próximas das classes mais privilegiadas no campo) são aquelas que asseguram uma relação mais distanciada do adversário, mais estetizadas. Por exemplo, tem-se a maior procura das classes mais populares por atividades como o futebol e o rugby, enquanto grupos de maior posição social preferem o golfe e o tênis (BOURDIEU, 1990d).

Com base nesse quadro, Marchi Jr (2002) aponta que, segundo Bourdieu, o esporte pode apresentar duas distintas formas de leitura. Uma tida como sincrônica, na qual uma modalidade está ligada diretamente às disposições evidenciadas nos agentes de uma determinada posição social. Outra, de forma diacrônica, pela qual a modalidade pode ser apropriada por agentes de grupos variados. Isso significa, que as práticas esportivas têm a possibilidade de atender os mais diferentes grupos sociais, assim como uma determinada disposição pode apropriar-se de qualquer prática.

Com base nesse discurso é possível relativizar as afirmações de Bourdieu, embora sua análise sobre o esporte se mostre aplicável em muitos pontos até hoje, e até aproximar a discussão de um panorama mais contemporâneo e globalizado, visto que se pode observar, no esporte contemporâneo, praticantes de posições sociais mais ascendidas socialmente em atividades de grande impacto e contato corporal. Assim, o que se pode questionar, até certo ponto, é que atualmente talvez a dimensão econômica seja maior do que cultural na escolha da modalidade esportiva, visto a ausência quase total de agentes de classes menos privilegiadas em práticas de golfe e tênis, espaço onde não se observam limites de acesso aos mais privilegiados socialmente. Isso se caracteriza como uma diferenciação contemporânea em relação ao esporte moderno, analisado no século XX por Bourdieu.

Outra luta que se apresenta é em relação à definição sobre filosofias relativas ao uso do corpo (hábitos esportivos) apresentarem certas invariantes: definição do exercício legítimo, que mostra a oposição entre profissionais da pedagogia corporal e médicos, isto é, entre duas formas de autoridades específicas ligadas a duas formas diferentes de capital (BOURDIEU, 1983c).

Tais interesses, apropriações e aproximações do esporte pelos diferentes grupos sociais acabam por traduzir que o esporte se faz, na perspectiva bourdiana, um fenômeno heterogêneo, com diversos significados para os sujeitos que com ele se relacionam. Nesse quadro, segundo Bourdieu (1990d), uma mesma modalidade acaba por possuir formas diferentes e dispersas de práticas, e essa diferenciação aumenta em relação à distância social dos praticantes.

Gera-se então, uma elasticidade semântica da prática esportiva, na qual cada grupo a apropria de acordo com seu *habitus*, período, perspectivas e possibilidade de acesso e ação. O significado da palavra basquetebol não é o mesmo nas décadas de 1950, 1970 e 1990, além de não ter o mesmo sentido para membros de classes diferentes.

O que se expressa em determinado tempo é marcado pelas apropriações e especificações de que foi fruto nas ações dos agentes dotados de disposições socialmente construídas e de forma particular. Uma modalidade esportiva que oferece grande elasticidade semântica acaba por oferecer grande disponibilidade para usos diferentes, até opostos, podendo até mudar de sentido (BOURDIEU, 1990d).

Essas diferentes apropriações são também fruto das inserções de novatos nas práticas, que acabam por modificar algumas disposições já estabelecidas. Porém, a elasticidade semântica não é infinita e as escolhas não são fruto do acaso, visto que o espaço do possíveis é restrito (BOURDIEU, 1990d). Isso ocorre porque se fazem necessários uma série de requisitos para que a atividade continue fazendo parte do fenômeno esportivo e, conseqüentemente, do campo das práticas esportivas.

As causas para tais diferenças apóiam-se numa premissa mais geral de Bourdieu (1990c), de que as combinações de propriedade sejam fundadas entre traços intercambiáveis, o que as expõe às intervenções de agentes e outros objetos do espaço social.

Por isso, torna-se prioridade no estudo sociológico do esporte a construção de um espaço para as práticas esportivas que abarque a elasticidade de significados das atividades (BOURDIEU, 1990d). De todo modo, também se faz necessária atenção a esse processo dinâmico devido aos diferentes impactos e valores morais que essas diversas formas de manifestação transmitem.

Para Bourdieu (1983c), que apresenta uma análise mais generalista a esse aspecto, o esporte é concebido como uma escola de coragem e virilidade, capaz de formar o caráter e inculcar a vontade de vencer com base no respeito às regras em oposição à idéia de vitória a todo custo. Segundo o autor, essa lógica, com base na filosofia aristocrática, foi criada junto com o esporte, nas escolas inglesas, e tem nas idéias de Pierre de Coubertin seu maior expoente.

Porém, a ciência atual mostra que é possível avançar nesse ponto em relação à obra de Pierre Bourdieu. Pois as diferentes formas de manifestação do esporte acabam por transmitir, com base no seu espaço de prática e no sentido adotado, diferentes valores morais (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

Como exemplo desse aprofundamento e atualização teórica tem-se o “Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte” (MARQUES, 2007) - com base na inter-relação entre 3 categorias, Ambiente; Modalidade esportiva; Sentido da prática, que se

completam na conformação de uma forma de manifestação do esporte -, que aponta a transmissão dos seguintes valores morais, de acordo com o sentido adotado para a prática esportiva, podendo ser ela pautada no *esporte oficial* ou no *esporte re-significado*:

- *Esporte oficial* (BRACHT, 1997; KUNZ, 1994; OLIVEIRA, 2002)³: sobrepujança ao adversário, segregação, comparações objetivas, busca por melhor rendimento e vitória, representação, supervalorização do vencedor e desvalorização do perdedor, comércio e consumo do esporte, disciplina, racionalidade técnica e concorrência.

- *Esporte re-significado* (KUNZ, 1994; OLIVEIRA, 2002)⁴: autovalorização e reconhecimento de capacidades individuais próprias, influência positiva sobre a auto-imagem e concepção de vida, vivências coletivas, atuação social, prazer na vivência esportiva desvinculado do desprazer de outros participantes, resistência ao sobrepujar e intenção de colaborar, valorização da ludicidade, cooperação, competição sem rivalidade, valorização do processo competitivo e não somente do resultado da competição, crítica à violência em competições e incentivo à não-discriminação de sexo, raça ou características físicas.

Nesse modelo, tais sentidos do esporte se apresentam de acordo com o ambiente em que são aplicados - Alto rendimento (esporte profissional); Lazer (esporte não-profissional); Escolar (vinculado ao ensino formal). Nota-se que o sentido do *esporte oficial*, vinculado às regras oficiais de disputa e busca por vencedores através da comparação direta de performances, aplica-se nos três ambientes, enquanto que o *esporte re-significado*, ligado à prática com o objetivo de satisfação das necessidades e possibilidades dos praticantes, privilegiando o bem-estar dos mesmos, somente faz presença nos ambientes de lazer e escolar (MARQUES, 2007). Nessa perspectiva, uma forma de manifestação do esporte se apresenta com base nas três categorias do modelo.

Por exemplo, um campeonato profissional de voleibol tem um sentido (oficial), que acontece num certo ambiente de prática (competição de alto rendimento) e deriva de uma modalidade específica do esporte (voleibol). A inter-relação entre o sentido e a modalidade da atividade forma o contexto (campeonato), ou seja, uma forma de manifestação esportiva. Um grupo de idosos que se reúne para jogar voleibol (modalidade), visando diversão e a possibilidade

³ É importante citar que os autores em questão não usam o termo *esporte oficial*, porém, remetem-se à essa forma de prática através do termo *alto rendimento*.

⁴ Kunz (1994) faz menção ao esporte re-significado a partir do termo *transformação didático-pedagógica do esporte*, que propõe ações e sentidos similares a esta forma.

de praticar atividade física (ambiente: esporte como lazer), com equipes que se revezam e regras adaptadas às suas necessidades, intenções e limitações (sentido: esporte de lazer re-significado) também pratica esporte, sob outra forma de manifestação. Ambos os grupos estão envolvidos com a prática esportiva, porém sob aspectos diferentes e expostos a situações e valores distintos (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

Nessa perspectiva, os atletas participantes do ambiente de alto rendimento caracterizam-se como atletas profissionais. Os praticantes ligados ao esporte de lazer e ao esporte escolar são amadores.

Howe (2004) apresenta um modelo de classificação entre atletas amadores e profissionais. Ele aponta que os profissionais são os que recebem recompensas financeiras para competirem e se dedicarem à melhora de sua performance atlética. Já os amadores, subdividem-se em 2 grupos, os “devotados”, que apresentam características muito próximas dos profissionais, e os “apaixonados”, que praticam esporte pelo simples prazer, sem compromisso com a melhora de rendimento. O amador devotado tem a mesma conduta esportiva do atleta profissional, porém, em seu momento de tempo livre.

Nessa perspectiva, o amador devotado pratica esporte num ambiente de lazer, num sentido oficial. Enquanto que o apaixonado, num sentido re-significado.

Dessa forma, é possível perceber e justificar a presença de atletas não-profissionais em ambientes de alto rendimento. A esse grupo, que apresenta alta dedicação e alto grau competitivo, porém, não recebe recompensa financeira por sua performance atlética (rendimento esse que o diferencia do público em geral), pode-se definir como componentes devotados do amadorismo moderno (HOWE, 2004).

Qualquer pessoa pode deixar de ser amadora e se tornar profissional, e vice-versa. Tais mudanças de *status* implicam não apenas no recebimento de recompensa pela participação esportiva, mas também numa mudança de *habitus* do sujeito e sua inserção numa nova classe dentro de um campo específico (HOWE, 2004).

As transformações sofridas pelo esporte moderno no sentido de conformação do fenômeno contemporâneo foram graduais, tanto através de mudanças de paradigmas, seguindo tendências da sociedade, quanto por marcos históricos. Tais processos começaram a ocorrer de forma mais significativa após a Segunda Guerra Mundial quando o uso político, a popularização,

mundialização e espetacularização desse fenômeno tomaram maiores proporções e tiveram seu ápice no final da Guerra Fria.

No início do século XX, o esporte sofreu uma mudança qualitativa em sua estruturação e divulgação, em razão de dois movimentos básicos: 1) Transformação das estruturas sociais e econômicas, principalmente após a 2ª Guerra Mundial; 2) Progressiva mercantilização da cultura (PRONI, 1998).

Essa transformação não se deu como uma ruptura pontual e surgimento de um fenômeno totalmente novo, como no século XIX. Tal modificação resultou de adaptações do fenômeno moderno a novas configurações sociais, gerando um objeto diferente. O esporte contemporâneo se faz herdeiro do esporte moderno quanto à sua identidade como campo social (campo esportivo), porém, autêntico quanto às suas formas de manifestação e a seus símbolos, signos e objetivos.

Nesse período de transição, o esporte tomou importância em âmbito político, devido sua capacidade de comparações de performances e de enfrentamento entre nações. Além disso, algumas de suas características facilitaram seu uso por parte dos Estados (BRACHT, 1997, p.70-72): Regras de fácil compreensão e resultado imediato; Regras universais; Possibilidade de identificação com o coletivo; O esporte cria um mundo próprio; Representação nacional via comparação de rendimentos e sucesso da nação; É um espelho da respectiva concepção de valores já existente na sociedade capitalista atual.

Entre as funções políticas do esporte moderno destaca-se seu papel diplomático, que o transformou no portador da ideologia de coexistência pacífica entre as superpotências, além de cumprir a tarefa de marcar a presença de uma nação no cenário internacional (PRONI, 2002).

No período entre as duas grandes guerras mundiais notou-se a valorização do uso político do esporte em âmbitos nacional e internacional, no qual os governos passaram a explorar melhor a capacidade desse fenômeno para atrair o interesse das populações e se apresentar como possibilidade de comparação direta de performances numa única linguagem e pautada em normas universais. Como exemplo disso, tem-se a organização das Olimpíadas de Berlim, em 1936. No caso, notava-se a destacada intenção do estado nazista em demonstrar a superioridade da raça ariana sobre o resto do mundo. Até esse período, quando o esporte começa a tomar proporções de espetáculo (nesse caso voltado à política), os Jogos Olímpicos não faziam muito sucesso, o que

mudou com o incremento de seu uso pelos governos e consequente aumento da divulgação (TUBINO, 1997).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a separação das grandes potências mundiais em dois blocos econômicos, o esporte passou a ser uma forma de manifestar superioridade frente a outros povos e ferramenta política para os Estados. Ganhar medalhas, no período da Guerra Fria, tornou-se um símbolo não somente de orgulho nacional, mas também da superioridade de um sistema político sobre o outro (WADDINGTON, 2006). Nesse período, o esporte começou a se expandir devido ao aumento de investimentos nas melhorias do alto rendimento e à representatividade exercida por atletas em encontros internacionais, inclusive de países em desenvolvimento.

“O esporte (...) transformou-se numa extensão da competição política, militar e econômica que caracterizou relacionamentos entre os superpoderes e seus blocos associados” (WADDINGTON, 2006, p. 29).

Nesse panorama, com a entrada da União Soviética nos Jogos Olímpicos (1952, em Helsinke, Finlândia), e com o aumento do financiamento a modalidades olímpicas por parte dos Estados Unidos, o investimento dos estados no esporte aumentou de forma substancial (TUBINO, 1992). Ocorre nesse período o fortalecimento da perspectiva espetacular do esporte, pois para que seu uso político fosse eficiente era necessário divulgá-lo, fazer desse fenômeno uma manifestação cultural importante que gerasse interesse e que unificasse formas de comunicação entre todo o mundo. Isso ampliou seus limites geográficos e culturais, tornando-o mais conhecido e valorizado em todo o planeta. Além disso, também abriu possibilidades de novas formas de manifestação, devido às diferentes incorporações desse fenômeno por inúmeras fontes de cultura.

O uso ideário-político do esporte teve seu ápice durante o período da Guerra Fria, e, com a queda do muro de Berlim, os investimentos mudaram de sentido. Além de finalidade política, como tinha a capacidade de mobilizar grandes multidões, o esporte começou a apresentar potencial mercadológico. Isso ocorreu devido ao aumento das proporções de divulgação e influência cultural das competições esportivas, principalmente dos Jogos Olímpicos, que passaram a atrair um enorme público mundial e a representar um valioso mercado em potencial. Por exemplo, os primeiros Jogos Olímpicos modernos, em Atenas em 1896, contaram com a participação de 311 atletas e público estimado de apenas 280 mil pessoas (TAMBUCCI, 1997),

enquanto que em um século depois, a Olimpíada de Atlanta, em 1996, teve cerca de 10 mil atletas de 197 países e custou ao comitê organizador cerca de 1,7 bilhão de dólares (PAES, 2001), sendo um evento transmitido em nível mundial, com o número de espectadores na casa dos bilhões.

Segundo Landry (1995), a molécula constitutiva do olimpismo é a busca pela excelência no esporte; o jogo limpo; o desinteresse pelas recompensas e ganhos materiais; rejeição à discriminação sob qualquer forma; promoção do respeito mútuo, ou seja, cooperação e paz entre sujeitos e nações.

Com base nos processos de comercialização dos Jogos Olímpicos pode-se falar num “Olimpismo Contemporâneo”, que tem sua origem nos valores originais dos Jogos Modernos pautados no *fair play*, paz entre as nações e superação dos limites do Homem, porém, mais atualizado, com perspectiva comercial e mercadológica.

O processo de espetacularização antecedeu o de comercialização (PILATTI, 2000), ou seja, a capacidade de expansão e de veiculação do esporte como forma de cultura de massa, produzida pelo seu uso político, motivou a mudança desse paradigma para o comercial.

Com o fim da Guerra Fria e fortalecimento da globalização, o esporte, antes pautado principalmente pela disputa político-ideológica, rumou no sentido da disputa mercadológica entre marcas e fornecedores que financiam o espetáculo e direcionam o sentido das disputas (DARIDO, 2000).

[...] a metamorfose dos Jogos Olímpicos parece se completar: o esporte-espetáculo da era da globalização não tem muito que ver com o esporte de elite dos tempos de Coubertin. A sociedade de consumo propiciou a base para que o espetáculo esportivo se convertesse em veículo de propaganda de produtos destinados a mercados de massa (PRONI, 1998, p. 131).

Alguns estados e investidores privados iniciaram a transformação desse universo num mundo de mercado, aproveitando-se desse quadro de interesse pelo espetáculo esportivo e a capacidade do esporte dialogar com inúmeras formas de cultura por ser um fenômeno universal. A partir daí, esse objeto assume o status de produto e criador de outros novos mercados e bens associados a ele.

Esse movimento expande os limites geográficos, culturais e de significados do esporte. Seu uso se amplia e ele se faz produto não somente em competições internacionais, mas também em níveis regionais. Além disso, a imagem desse fenômeno, por ser considerada positiva e unificadora dos povos, atrai o interesse de prática de muitas pessoas de diferentes culturas.

O esporte moderno, pautado prioritariamente no alto rendimento, não foi capaz de abarcar as inúmeras necessidades de prática dos sujeitos envolvidos por todo o mundo, e o que se nota no fenômeno mais atual é o aumento da utilização e criação de formas de atividades esportivas (TUBINO, 1992). Isso se expressa nos diversos sentidos e significados para essa prática que estão presentes na sociedade contemporânea. Esse fato levou ao surgimento de inúmeras formas de manifestação desse fenômeno. A diversificação de práticas se coloca como uma das características desse universo que lida com a variedade cultural e social de todos os praticantes.

Devido à fase de re-organização político-econômica por que passava o mundo no período “Pós-Guerra Fria” e início de globalização, pôde-se notar diferentes formas de gerenciamento e organização esportiva. Sempre com o intuito de divulgar e disseminar a prática, com seu uso em favor do Estado e do comércio.

Eis outro ponto de diferenciação entre o esporte moderno e o contemporâneo: o fim do amadorismo como forma de diferenciação social. A democratização, massificação, espetacularização e as inúmeras formas de manifestação desse fenômeno proporcionam acessos tanto em ambientes profissionais quanto não-profissionais, não representando uma disputa de classes, embora o contato com certas modalidades não se expresse de forma homogênea para sujeitos de estruturas sociais distintas. Na verdade, a diferenciação social que ocorre no fenômeno contemporâneo se dá através das diferentes condições de vida, ou seja, possibilidades de acesso a bens de consumo que proporcionem oportunidades de prática e consumo do esporte como produto (MARQUES, 2007).

Bourdieu (1983c) afirma que as formas de capital econômico, cultural e social, nesta ordem, estabelecem predominância nas estratégias de distinção e nas disputas entre agentes no campo esportivo moderno. Porém, tem-se no fenômeno contemporâneo uma predominância ainda maior da questão financeira em relação ao caráter cultural ou social, também em relação ao acesso às suas práticas.

O esporte-espetáculo se faz presente nesse quadro como o resultado da descoberta de que o esporte pode ser um produto rentável, a partir de sua relação deste com os meios de comunicação (TUBINO, 1997). Engloba desde o alto rendimento espetacularizado até a criação e comercialização de produtos voltados a praticantes de lazer, e é caracterizado da seguinte maneira:

“Esporte-espetáculo seria a transformação do esporte em mercadoria veiculada pelos meios de comunicação de massa” (BRACHT, 1997, p. 13).

Quando falamos em esporte-espetáculo estamos nos referindo a uma forma particular de práticas altamente competitivas e a uma esfera específica de consumos esportivos. O esporte-espetáculo não substitui, e sim se sobrepõe às formas mais simples de competição esportiva; não concorre com, e sim potencializa as demais formas de consumo esportivo (PRONI, 1998, p. 84).

O esporte-espetáculo tem três traços mais elementares (PRONI, 1998, p. 85):

- Competições esportivas organizadas por ligas ou federações que reúnem atletas submetidos a esquemas intensivos de treinamento (no caso de modalidades coletivas, a disputa envolve equipes formalmente constituídas);
- As competições esportivas tornaram-se espetáculos veiculados e reportados pelos meios de comunicação de massa e são apreciados no tempo de lazer do espectador;
- A espetacularização motivou a introdução de relações mercantis no campo esportivo, seja porque conduziu ao assalariamento de atletas, seja em razão dos eventos esportivos apresentados como entretenimento de massa passarem a ser financiados através da comercialização do espetáculo.

O objetivo do processo de espetacularização do esporte contemporâneo é a rentabilidade e a busca por profissionalização em diferentes instâncias de intervenção. Seus procedimentos e objetivos são distintos do processo de popularização da prática. Espetacularizando um produto, as ações são direcionadas para um potencial público consumidor, ao passo que popularizando, invariavelmente, o sentido seria a democratização da prática (MARCHI JR, 2006).

É preciso ter claro que o esporte-espetáculo não se limita somente às competições de alto rendimento, profissionalizadas, mas também exerce influência em manifestações esportivas amadoras, através do consumo de espaços, materiais e práticas tidas como produtos indispensáveis. Além disso, tem-se a importância que as notícias e acontecimentos esportivos tomam no dia-a-dia de inúmeros indivíduos ou no consumo cotidiano de bens que se promovem através do esporte.

Esse consumo ocorre devido aos valores de competitividade, garra, saúde, companheirismo, força, inteligência, entre outros, que o esporte associa a uma marca ou produto, sendo vantajosa para a empresa que quer expandir suas vendas a ligação de sua marca com esse fenômeno (TAMBUCCI, 1997).

O esporte pautado no espetáculo tem como referência principal a transmissão televisiva e as modalidades, para sobreviver, têm de se adequar às suas normas, exigências e promover certa dose de “espetacularização”. Nesse processo definham as modalidades clássicas que não viabilizam tantos lucros, em detrimento das mais rentáveis que, por motivos diversos, são melhores espetáculos para a televisão (TUBINO, 1992). Além disso, ocorre a adaptação dos eventos para a lógica televisiva, como por exemplo, os horários dos jogos da Copa do Mundo de futebol de 1994, nos Estados Unidos, que foram estipulados visando um melhor acesso e audiência do público europeu, desprestigiando o local (TAMBUCCI, 1997). A televisão transmite o que lhe interessa, principalmente o que estiver ligado ao lucro, e assim, o esporte fica refém de seu sucesso televisivo, pois um evento como os Jogos Olímpicos é transmitido e interpretado de acordo com a lógica de mercado televisivo (BOURDIEU, 1997).

O esporte contemporâneo vem a diferenciar-se do período moderno, após o término da Guerra Fria, por assumir características comerciais e um caráter heterogêneo quanto às suas formas de manifestação. Por essa segunda característica, o conjunto de práticas e de consumos esportivos oferecidos aos agentes sociais pode ser considerado como uma oferta destinada a encontrar certas demandas sociais. As transformações das atividades esportivas ocorrem com base na relação entre a oferta de produtos num dado momento específico e a demanda de disposições para consumi-lo. Ou seja, o espaço dos produtores tende a reproduzir o espaço dos consumidores (BOURDIEU, 1990d). E, além disso, essa relação se faz dinâmica. As trocas entre demanda e oferta não são permanentes e derivam das condições sociais em determinado período dentro do campo.

A oferta caracteriza-se pelas lutas de concorrência pela imposição da prática legítima e pela conquista de clientela de praticantes comuns, lutas entre diferentes modalidades e, no interior de cada uma delas, entre as diferentes escolas, tradições e categorias de agentes engajados nessa disputa. As transformações de demanda derivam de uma dimensão dos estilos de vida diferenciados (BOURDIEU, 1983c).

Para Marchi Jr (2002), na oferta encontra-se um espaço para programas esportivos específicos. Na demanda, destacam-se as disposições esportivas, que também variam de acordo com o estado atual da oferta. Como exemplo, o próprio autor (MARCHI JR, 2006) cita a transição de um período amador do voleibol, e a passagem para o profissionalismo crescente, o

que fez com que a relação oferta/demanda se alterasse, visto os outros rumos de comércio e consumo que o esporte passou a tomar.

Nota-se, nessa perspectiva, que o caráter apontado por Bourdieu, ligado à “elasticidade semântica” do esporte, se expande no fenômeno contemporâneo, à medida que tais diversidades de práticas aumentam, principalmente devido à demanda comercial e de democratização do esporte após a segunda metade do século XX.

1.5. A conformação de um sub-campo do esporte. O esporte adaptado como uma forma de manifestação do esporte contemporâneo.

É possível observar que, durante toda a história do campo esportivo, houve um processo de espetacularização e comercialização do mesmo. De certa forma, esse sentido acabou por reforçar a disputa entre amadorismo e profissionalismo, visto que o segundo acabou por abrir portas a classes dotadas de menos capital cultural, social e econômico no campo.

Essa tendência a espetacularizar e fazer do esporte um mercado, com base em seu caráter heterogêneo, é constante e crescente nos dias atuais, visto serem essas duas das principais características do esporte contemporâneo (MARQUES, 2007; MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009). Esse processo acaba tendo uma séria intervenção e importância no campo esportivo atual.

O contínuo aumento da ruptura entre amadores e profissionais, no campo do esporte, colabora com o desenvolvimento de um fenômeno totalmente separado do esporte comum, para não-profissionais. A constituição progressiva de um campo reservado a profissionais é acompanhada da transformação dos leigos em meros espectadores. Isso leva à compreensão e apreciação totalmente passivas. Dessa forma, a evolução da prática profissional acaba por depender cada vez mais da lógica interna do campo de profissionais sendo os não-profissionais, muitas vezes, relegados a público (BOURDIEU, 1990d).

O esporte profissional determina também outro sentido e caminho para a prática esportiva. Sem anular a prática de lazer, não-profissional, abre uma nova perspectiva que acaba por abranger sujeitos de diferentes formas (dirigentes, atletas, técnicos, jornalistas, espectadores, etc.), mas num sentido único do lucro (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009).

Nesse sentido, o campo esportivo acaba abarcando agentes e instituições próprios de outros campos de disputas, como por exemplo, grandes empresas, redes de televisão, comitês, etc. Tais órgãos, próprios de outros campos específicos, acabam por se encontrar no esporte, contribuindo para a conformação das posições neste campo (PIMENTA, 2007). Dessa forma, o esporte, que nasceu nos jogos populares, isto é, produzido pelo povo, retorna ao povo sob a forma de espetáculos produzidos para o consumo (BOURDIEU, 1983c).

O esporte atual, contemporâneo, se encontra direcionado para a criação de espectadores consumidores de seus símbolos, produtos, imagens e emoções. Nota-se, então, o crescimento do poder econômico sobre o campo esportivo (MARCHI JR., 2006).

Essa massificação do esporte conduziu os agentes desse espaço para um *habitus* social distintivo (diferenciador social), ligado à capacidade de consumo e acesso às práticas (MARCHI JR., 2006). Por exemplo, tem-se o dado de que a possibilidade de praticar esporte depois da adolescência decresce à medida que se desce na hierarquia social, enquanto que a possibilidade de assistir pela televisão aos espetáculos esportivos mais populares decresce a medida em que se sobe na hierarquia social (BOURDIEU, 1983c).

Para o desenvolvimento desse caráter comercial do esporte, a divulgação e criação de um simbolismo sobre ele tiveram extrema importância. Assim, foram associados a esse fenômeno capacidades e atribuições fizeram dele um objeto de extrema importância na sociedade contemporânea. Por exemplo, sua capacidade educativa, de melhora da saúde, de transmissão de valores morais, de prática de lazer, entre outros.

Embora exista no esporte uma utilização ideológica e seu uso como instrumento de manipulação comercial, focalizar essa característica como um problema pode levar à não valorização de outros aspectos inerentes a esse fenômeno, e que podem ser elementos transformadores da sociedade contemporânea (PENAFORT, 2001).

Tais valores transmitidos pelo esporte acabam transparecendo, especialmente para os leigos nesse campo, sujeitos sem o *habitus* específico, que permita compreender e apreciar sutilezas e ocorrências, como a valorização da vitória a todo custo. Além disso, tal ignorância frente à apreciação desse fenômeno fortalece a ocorrência de seus efeitos políticos e de manipulação. Como consequência, somada a uma tendência de comercialização dos espetáculos maior do que das práticas, verifica-se o crescimento do consumo passivo do esporte (BOURDIEU, 1983c).

Dessa forma, conviver com o esporte implica, muitas vezes, testemunhar ações mercadológicas, o que cria inúmeros personagens ligados a esse universo (MARQUES, 2007, p. 97-98):

- *Atleta-astro*: o esportista profissional que, além de atuar como atleta também tem sua imagem vinculada a outras formas de ganho de capital e, por que não, outras carreiras como modelo fotográfico e diplomacia internacional;
- *Atleta-produto*: o esportista profissional que é negociado entre clubes ou organizações financeiras como uma peça que gera lucros;
- *Esportista-consumidor*: o sujeito que paga tanto para ter acesso à prática esportiva quanto para acompanhar exposições profissionais e produtos vinculados ao esporte-espetáculo;
- *Esportista-praticante*: o não-profissional que pratica esporte efetivamente como forma de atividade física sistematizada, sem compromisso formal e econômico de alta performance;
- *Esportista-sedentário*: o sujeito que se sente atraído pelo esporte, o consome de inúmeras formas, vive seus momentos de lazer em função de manifestações esportivas e de seus produtos, mas não pratica nenhuma modalidade esportiva.

Nesse processo, o capital simbólico do esporte, que se expõe como o mérito esportivo (MARQUES; GUTIERREZ, 2009), ou seja, o respeito ao atleta ou ao profissional do esporte de acordo com suas conquistas em competições, acaba sendo o fator de fortalecimento da perspectiva econômica, visto que existe um aproveitamento, por parte dos agentes detentores de capital econômico nesse campo, da valorização simbólica do sujeito para investimento e geração de lucros sobre sua imagem.

O atleta, agente primordial do campo esportivo, por suas reconhecidas manifestações corporais torna-se detentor de algumas formas de capitais descritos: econômico (recebe salários e gratificações); simbólico (valores como coragem, bravura, etc.) e social (quantidade de capital econômico e simbólico). Devido ao capital simbólico, são conferidos valores extraordinários ao atleta. E suas habilidades e capacidades acabam ganhando atribuição de valor monetário (PIMENTA, 2007).

Para compreender uma modalidade esportiva se faz necessário reconhecer a posição que ela ocupa no espaço do esporte. Para tal, podem ser utilizados alguns indicadores, como a distinção dos praticantes segundo sua posição no espaço social, a distribuição das diferentes federações, seu número, riqueza, características sociais dos dirigentes. Além disso, têm-se como outras categorias interessantes, o tipo de relação com o corpo que o esporte fornece ou exige. Portanto, é na relação entre o espaço das práticas esportivas e o das posições sociais que se definem as propriedades pertinentes a cada modalidade esportiva (BOURDIEU, 1990d).

Nesse apontamento mora outra categoria de Bourdieu, a idéia de sub-campo, ou seja, um espaço dentro do espaço específico (no caso do esporte, o campo esportivo) que incorpora as disputas do campo, porém com algumas características próprias de história e relações entre os agentes.

Os sub-campos existem devido aos campos funcionarem como espaços estruturantes, pois são passíveis de criar esses sub-espacos dotados de diferentes agentes sociais que se articulam. Reconhecer uma modalidade como um sub-campo do esporte é afirmá-la como fenômeno que se modela pelos valores agregados ao esporte como campo maior. Por isso, para compreendê-la, é preciso pensá-la como um sistema dependente do conjunto de práticas esportivas (PIMENTA, 2007).

Além de modalidades esportivas formarem sub-campos, outras formas de manifestação acabam sendo sujeitas a essa categorização, como por exemplo, o esporte de aventura e o esporte adaptado para pessoas com deficiência.

É possível observar que ambas as formas, assim como outros sub-campos do esporte contemporâneo, acabam sendo herdeiros das conformações do mesmo, ou seja, se apresentam como práticas heterogêneas quanto aos seus sentidos (são sujeitas de aplicação ao “Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte”), e passíveis de influência de um modelo hegemônico do alto rendimento e comercialização.

Os processos de separação entre ambiente profissionais e não-profissionais do esporte se apresentam também no esporte adaptado, visto a ocorrência cada vez maior de atletas em competições paraolímpicas nos últimos 30 anos (MARQUES et al., 2009). Mora nesse aspecto um exemplo de aplicação ou aproximação de um fato de disputas ocorrido no campo esportivo e que se reflete no sub-campo do esporte adaptado.

É importante considerar que o esporte se configura como um campo abrangente e, dessa forma, engloba o esporte adaptado como parte de sua esfera e, principalmente, uma de suas frentes (PENAFORT, 2001)

Dessa forma, sendo uma das leis gerais dos campos a aplicabilidade de conhecimentos de um espaço ao outro, devido a regras invariantes, é possível afirmar que na conformação do sub-campo do esporte adaptado, verificam-se as disposições exigidas pela estrutura formada e, conseqüentemente, a geração de um *habitus* específico. Por isso, tornam-se úteis e interessantes intervenções sobre esse sub-espaco, na tentativa de melhor compreender as relações entre os

agentes, num sentido de desmistificá-lo socialmente e, de forma paralela, incorporar e sofisticar o conhecimento relativo ao campo esportivo e seus sub-campos.

Possíveis intervenções sobre esse objeto (esporte adaptado) podem ser traduzidas como análises sobre distinções sociais, distribuição e acesso dos agentes ao capital econômico, papel e estrutura do seu capital simbólico e a existência e conformação de seu *habitus* esportivo próprio.

Pode-se tomar como exemplo de relações dentro de um espaço específico, que acaba por se conformar como um sub-campo (e comprovar a existência do esporte adaptado como uma forma desse espaço), o caso da natação adaptada competitiva. Sociologicamente, ela se apresenta como um sistema complexo de atores interagindo entre si em suas funções específicas e necessárias para o funcionamento deste ambiente. Tem-se desde atletas, até técnicos, árbitros, classificadores e patrocinadores. Todos buscando otimizar suas atuações e realizações (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000).

De forma mais específica, Howe (2004) cita a possibilidade de um atleta com deficiência deixar de ser amador e passar a integrar um grupo profissional, mudando de posição social e, conseqüentemente, de possibilidades de acesso ao capital específico do campo e seu *habitus*.

Para uma conformação mais detalhada e definitiva do sub-campo do esporte adaptado, seguindo o raciocínio científico-metodológico de Bourdieu, figura a necessidade de questões relativas ao desenvolvimento sócio-histórico desse espaço, e às condições em que foram e são construídas suas configurações próprias de oferta e demanda, seus bens em disputa, além da lógica emergente no processo de mercantilização e espetacularização das modalidades esportivas presentes nesse espaço.

2. DEFICIÊNCIA COMO CONTEÚDO SÓCIO-CULTURAL E A CONFORMAÇÃO DO SUB-CAMPO DO ESPORTE ADAPTADO.

Na busca por análise a respeito das relações sociais próprias do esporte paraolímpico a conformação de um espaço social específico, que implique em normas e regras de ação próprias, além de um capital simbólico em disputa, fazem-se importantes. Nesse sentido, a compreensão desta forma de esporte como um sub-campo do esporte contemporâneo é uma ferramenta metodológica que conduz a aproximação das ciências do esporte com as formas de socialização ocorrentes neste meio, permitindo maior compreensão sobre o objeto.

O presente capítulo busca apresentar o processo de conformação histórica do esporte paraolímpico e de sua solidificação na sociedade contemporânea, com base na análise do processo de sistematização do esporte adaptado e na exploração de características desse fenômeno que o confortam dentro do campo do esporte contemporâneo.

Para tal, será realizada uma abordagem a respeito de temas como deficiência, considerando-a atualmente como um fator de caráter sócio-cultural; aspectos históricos e sociais do início do esporte paraolímpico e seu posicionamento como forma de manifestação do esporte contemporâneo.

2.1. Deficiência e inclusão no esporte adaptado.

O campo da atividade motora adaptada como um todo, incluindo o esporte adaptado, caracteriza-se por transformações históricas e por diferentes formas de enxergar, abordar e relacionar-se com a pessoa com deficiência.

Nesse sentido, ao envolver-se nesse meio é preciso certos cuidados em relação às formas de tratamento e relacionamento, visando evitar situações constrangedoras ligadas à segregação, preconceito e estigmatização dessas pessoas. Por isso, para inserção no sub-campo do esporte adaptado, é prudente refletir sobre as diferentes formas de deficiência ligadas a esse objeto, além dos conceitos e movimentos de inclusão e integração, visando oferecer análise mais pontual, precisa e livre de questionamentos ligados a problemas de segregação e exclusão social.

O primeiro item que merece atenção diz respeito às nomenclaturas e semântica de termos ligados ao universo das pessoas com deficiência e, mais precisamente, ao esporte adaptado.

Existem diferentes termos na sociedade atual direcionados à caracterização da pessoa com deficiência, que derivam de aspectos legais e/ou estando inseridos no cotidiano das pessoas.

Por exemplo, o termo “deficiente” tem sido discutido por vários autores, tendo significados diferentes. Inclusive porque o conceito e os limites de “deficiência” estão relacionados com a própria idéia de normalidade e sua historicidade na sociedade. O que é ou não ser deficiente depende do referencial que determinada sociedade adota do acerca da normalidade. Embora, segundo Glat (1995), a limitação orgânica da deficiência é um dado da realidade.

A deficiência é algo muito presente na sociedade. Segundo Cidade e Freitas (2002), um décimo de todas as crianças nasce ou adquire impedimentos físicos, mentais ou sensoriais. De acordo com o Censo do IBGE de 2000, 14,5% da população brasileira (24,5 milhões de pessoas) tem algum tipo de deficiência, sendo 48% Deficientes Visuais; 27% Deficientes Físicos; 8,3% Deficientes Auditivos e 8,3% Deficientes Intelectuais (IBGE, 2000). Cabe analisar os resultados do Censo que está sendo realizado durante o ano de 2010 para dados atualizados e diferenças em relação ao aumento, diminuição ou manutenção deste público. Carvalho (2006), autor português, acrescenta ainda que a população com deficiência na comunidade dos países de língua portuguesa seja de 20 milhões de pessoas. É nítido que os dados apresentados mostram-se incoerentes. Talvez isto ocorra devido a dois fatores: diferença temporal de 6 anos entre autores; e incompatibilidades em relação aos critérios para se considerar um sujeito como pessoa com deficiência. Por exemplo, alguém com déficit de visão pode ser incluído nas estatísticas como deficiente visual, porém, com o uso de lentes corretivas tem essa característica superada. Mas, de todo modo, é um fato que acaba influenciando os dados quantitativos sobre o assunto.

As deficiências podem ser categorizadas de acordo com o período em que ocorreu o dano, (congenito ou adquirido) ou ainda, em relação ao nascimento (pré-natal ou pós-natal) (COSTA, 2001) e serem progressivas, permanentes ou crônicas (CIDADE; FREITAS, 2002).

Como dado relativo a tais diferenciações, tem-se que dos 18 medalhistas de ouro brasileiros nos Jogos Paralímpicos de 2004 (Atenas), 11 tiveram a deficiência adquirida, e 7 congênita (FLORENCE, 2009)

As autoras americanas De Pauw e Gavron (1995) apontam para uma tendência contemporânea em adotar sempre a palavra “Pessoa” antes de sua condição. Por exemplo,

“Pessoa com deficiência” ou “Pessoa com desvantagens físicas”, o mesmo se aplicando à palavra “atleta”, “Atleta com deficiência” ou “Atleta com desvantagens físicas”.

A Declaração dos Direitos das Pessoas deficientes, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das nações Unidas (ONU), em 9 de dezembro de 1975, especifica em seu artigo 1º que o termo “pessoa deficiente” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar a si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de suas capacidades físicas ou mentais (CIDADE; FREITAS, 2002).

Nota-se que esta abordagem pode ser falha se direcionada a algumas pessoas que, embora apresentem certa deficiência, ainda assim, são autônomas e independentes na sociedade atual. O que dizer de atletas que não dependem de ninguém, nem de nenhum implemento especial para treinarem e competirem, ou mesmo de ajudas indispensáveis para sua vida cotidiana?

Em relação à pessoa com deficiência, Pettengill (2001) aponta que, no Brasil, enquanto a área da educação utiliza o termo “portadores de necessidades especiais”, no esporte, a partir da Constituição Federal de 1988, é utilizada a denominação “portadores de deficiência”. A legislação esportiva deste país também utiliza tal denominação, embora esteja bastante ultrapassada.

É importante destacar que o termo “necessidades especiais” abarca uma série de situações (CIDADE; FREITAS, 2002): deficiência; síndromes; altas habilidades (superdotados); distúrbios de saúde; problemas de comunicação; dificuldades de aprendizagem.

Na Política Nacional de Educação Especial Brasileira de 1994, o termo “Pessoa Portadora de Deficiência” é usado para designar a pessoa que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social. Porém, é possível notar que o documento, de mesmo nome, apresentado em 2008, refere-se a essas pessoas como “Pessoa com deficiência”.

Nota-se que, ao comparar as afirmações de Pettengill (2001) e a legislação atual, houve certa mudança semântica em relação a essas pessoas. Isto se justifica, segundo Cidade e Freitas (2002), pelo fato de que “pessoa portadora de necessidades especiais” é o termo que caracteriza alguém que não é necessariamente portador de alguma deficiência, mas sim, a que apresenta algum tipo de deficiência ou condutas e habilidades fora dos padrões, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar

suas dificuldades. Por isso, o termo “portadora” torna-se impróprio, pois a pessoa não porta necessidades, como se estas pudessem ser descartadas.

Outros termos presentes nesse ambiente são citados por Leitão (2002, p. 11):

- Pessoa deficiente: qualquer um que, devido suas capacidades físicas ou mentais, não seja capaz de assegurar uma vida individual ou social “normal”;

- Pessoa portadora de deficiência: pessoa que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretem dificuldades em sua interação com o meio físico e social;

- Pessoa portadora de necessidades especiais: pessoa que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades;

- Pessoa portadora de necessidades educacionais especiais: utilizado no âmbito escolar.

No campo esportivo, os termos “Pessoa portadora de deficiência” ou “Pessoa deficiente”, ainda continuam a ser segregadores, pois estas pessoas não portam deficiência. (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007). Desta feita, a Federação Internacional de Atividade Física Adaptada (IFAPA) sugere, em seu Simpósio em 1999, em Barcelona, o uso do termo “Pessoa com deficiência” como sendo o mais adequado quando relacionando ao sujeito no ambiente de atividade física. Em relação à deficiência mental, o termo sugerido é “descapacidade intelectual”, embora o termo “descapacidade” não exista em português, podendo ser usado o termo “deficiência” (LEITÃO, 2002).

Quanto à pessoa que não tem deficiência é preciso cautela para evitar termos como “normal”. O mais adequado, na mesma perspectiva apontada até o momento, seria “pessoa não-deficiente” (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007).

Quanto à nomenclatura de atletas paraolímpicos é importante o cuidado para evitar termos como “atleta-deficiente” ou “para-atleta”, este segundo significando que o sujeito é quase um atleta. O atleta que participa dos Jogos Paraolímpicos é tão atleta quanto o que está presente nos

Jogos Olímpicos. Logo, o termo mais adequado seria “atleta paraolímpico” (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007).

Neste trabalho, embora de forma diferente da legislação esportiva brasileira, o termo adotado será “Pessoa com deficiência”, pois exclui a idéia de “portador”, como se o sujeito pudesse se desfazer da deficiência, e atribui mais importância à pessoa do que à sua deficiência facilitando a relação com a idéia de eficiência. O mesmo procedimento será adotado em relação ao termo “atleta”, quando usado no lugar da palavra “pessoa”.

Os campos de deficiência abarcados pelo esporte adaptado podem ser classificados da seguinte maneira (JORDÁN, 2009): Deficiências sensoriais – visual (D.V.) e auditiva (D.A.); Deficiências motoras ou físicas (D.F.); Deficiências intelectuais e cognitivas (D.I.).

A DV corresponde à anulação ou redução da capacidade de ver; a DA, à perda parcial ou total da audição; a DI, a um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média (CIDADE; FREITAS, 2002), a DF, a qualquer modificação no corpo humano, relativa a um impedimento ortopédico, neurológico ou de má formação (COSTA, 2001).

Quanto à deficiência visual (D.V.), Conde (2001) aponta que, pedagogicamente, delimita-se como cego aquele que não detém o sentido da visão ou, mesmo possuindo visão subnormal necessita de instrução em Braille e que lê impressos ampliados ou com auxílio de potentes recursos ópticos. Este autor acrescenta ainda que o deficiente visual congênito não tem memória visual e não desenvolve de forma natural outros sentidos intactos de forma compensatória.

Cidade e Freitas (2002) classificam a DV em: cegueira total (ausência total da visão); visão subnormal (sensação de projeção luminosa) e ambliopia (déficit parcial em apenas um olho ou ambos, em estados organicamente perfeitos – estrabismo).

Quanto à DA, pode ser classificada em relação ao déficit auditivo (CIDADE; FREITAS, 2002, p.53): Leve - perda auditiva entre 40 e 60 decibéis. Percepção da voz real e perda de alguns elementos fonéticos; Moderada - perda entre 60 e 70 db. Percepção de apenas vozes altas; Grave - perda entre 70 a 90 db. Não podem ouvir a voz, mas percebe sensações auditivas; Profunda - perda acima de 90 db.

Para Craft (2004), o termo surdez designa uma perda auditiva em que a capacidade de audição é insuficiente para compreender as informações ligadas ao som, com ou sem uso de aparelho.

Quanto à DF, este tipo pode ser temporário ou permanente. Têm-se como seus principais tipos e causas (COSTA, 2001): Amputação; Poliometrite; Traumatismo crânio-encefálico; Traumatismo raquimedular; Acidente vascular cerebral; Espinha bífida; Paralisia cerebral; Más formações, como nanismo. Embora, exceto à baixa estatura, as pessoas com nanismo podem ser consideradas não-deficientes (PORRETA, 2004b).

Quanto à DI, o sujeito com esse tipo de deficiência caracteriza-se por um déficit de inteligência em níveis práticos (independência), social e conceitual (cognitivo). A confirmação desta situação se dá na ocorrência concomitante de limitações em duas ou mais áreas ligadas à capacidade do indivíduo de responder adequadamente às demandas da sociedade em aspectos ligados à comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, no lazer e trabalho (KREBS, 2004).

O indivíduo com DI pode ser classificado em apenas dois níveis: leve e severo. Tais graus se baseiam nas habilidades adaptativas e no grau de apoio que o indivíduo necessita num ambiente particular ou em toda sua vida cotidiana (KREBS, 2004).

O corpo humano convive com a dialética eficiência X deficiência. Todo corpo tem eficiência em suas ações, assim como apresenta deficiências e limites. Corpos com deficiência são estruturas que apresentam graus diferentes de limites do que os esperados socialmente (MORAIS, 2006), o que aproxima a deficiência de um fator relativo à compreensão social. Independentemente do tipo, razão ou grau de deficiência, sua presença na sociedade ainda é motivo para segregação e preconceito. No decorrer da história, a percepção sobre deficiência se mostrou de forma diferente frente aos diversos grupos sociais. Porém, nos dias de hoje, a presença de uma pessoa com deficiência em determinados grupos ainda é, infelizmente, uma situação que causa estranheza ou incômodo em algumas pessoas.

Por isso, existe certo movimento de busca da inclusão dessas pessoas em várias as áreas da sociedade, o que visa aumentar a possibilidade de sua participação ativa e interativa (PETTENGILL, 2001). Nota-se que, a partir do século XX, as pessoas com deficiência têm estado mais presentes e ativas na sociedade do que em épocas anteriores.

Nesse processo encontra-se o campo do esporte, onde ainda moram algumas estranhezas, preconceitos e segregações em relação a essas pessoas. Discussões a respeito de inclusão,

integração e exclusão são muito recorrentes e estão na pauta em qualquer que seja o ambiente de manifestação esportiva.

Por essa razão, torna-se importante abordar tal reflexão, visto que é chave importante para a compreensão das relações sociais no sub-campo do esporte adaptado e, especificamente, do esporte paraolímpico.

Um primeiro ponto importante de análise é a idéia de que as dificuldades das pessoas com deficiência, de se desenvolverem e atuarem no espaço social, mora não somente em sua condição biológica, mas também, e com muito destaque, em questões culturais, econômicas e ambientais (PETTENGILL, 2001). A exclusão, de modo geral, baseia-se no princípio de que os incluídos têm acesso a bens, riquezas, possibilidades ou oportunidades que os excluídos não têm. Nesse quadro, eles formam uma dialética em que um não existe sem o outro (CARMO, 2006), tendo, nesse aspecto, uma aproximação entre a perspectiva de classe de Bourdieu, própria de campos sociais, com o tema da exclusão social.

No decorrer da história o tratamento prestado a pessoas com deficiência foi focado na diferença, medo e superstição (DE PAUW; GAVRON, 1995). Tais dificuldades vêm se arrastando no decorrer dos tempos. Na antiguidade, sujeitos fora do “tipo ideal”, ou seja, com deficiências, não tinham a mesma valorização e posicionamento social que as pessoas sem deficiência. Eram tratadas como sujeitos possuídos pelo mal, sendo torturadas, mortas, queimadas, expulsas da sociedade, eliminados (DE PAUW; GAVRON, 1995) evitando assim, a contaminação de todo um povo que necessitava ser sadio e forte para o combate corpo a corpo que predominava na época (ROSADAS, 1989).

Na Grécia e Roma antigas (500 a.C. a 400 d.C.), apenas amputações de guerra eram toleradas pelas sociedades. A superstição em relação a maus espíritos ainda persiste, assim como o assassinato e abandono de crianças com deficiências (WINNICK, 1990).

No início do Cristianismo (400-1500 d.C.), devido à influência religiosa, as pessoas com deficiência eram trancadas em casa ou ficavam sob proteção dos padres. Mas isso não os livra, ainda, da idéia de maldição, havendo, inclusive, sessões de exorcismo com essas pessoas. Ainda nos séculos XVI e XVII, pessoas com deficiência eram perseguidas e torturadas (CIDADE; FREITAS, 2002).

O século XVIII marcou a transição do medo, superstição e hostilidade com pessoas com deficiência, para a compaixão e a decisão de educar estes sujeitos como indivíduos. Eles eram

tratados como doentes. Porém, ainda não eram aceitos como indivíduos, como parte da sociedade, mas sim, pessoas coitadas que deveriam ser remediadas (DE PAUW; GAVRON, 1995). Deu-se, neste período o início da perspectiva médica da deficiência.

O modelo médico acabou sendo, e ainda é, em parte, responsável pela resistência da sociedade em mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência e/ou condições atípicas, pois, sendo nessa perspectiva, a deficiência como algo ligado à doença específica destas pessoas, basta prover-lhe algum tipo de serviço, que o problema estará solucionado (SASSAKI, 2002).

As primeiras instituições brasileiras para atendimento de deficientes foram construídas em 1854 por ordem de D. Pedro II: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Instituto dos Surdos Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria (destinado a ex-combatentes mutilados) (SILVA, 2009).

Durante o século XX, inicia-se a busca por fazer a vida destas pessoas serem parecidas com a de sujeitos sem deficiência, principalmente após a I Guerra Mundial (DE PAUW; GAVRON, 1995). Depois da II Guerra Mundial, tem-se o início dos métodos de ensino especializados e dos programas de reabilitação para pessoas com deficiência (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Reabilitação é o processo de preparação final para a re-inclusão, ou re-inserção de pessoas com deficiência na sociedade. É uma fase de transição entre a terapia e a ação ativa da pessoa no todo social (SOUZA, 2006a).

Nesse sentido observa-se, durante a segunda metade do século XX, o surgimento do movimento de integração que buscava inserir as pessoas com deficiência na sociedade sem a devida transformação desse ambiente social.

A premissa da integração é a de que todas as pessoas com deficiência têm o direito de gozar uma vida o mais próxima possível das condições gerais que prevalecem para as pessoas sem deficiência, tendo oportunidades e livre acesso às mesmas normas sociais, educacionais e de lazer oferecidas à população como um todo (GLAT, 1995; PENAFORT, 2001).

O processo de integração social pauta-se na esperança de a sociedade acostumar-se com a presença da pessoa com deficiência e acomodá-la em seu cotidiano (GLAT, 1995). Este processo, ainda baseado numa lógica médica de deficiência, nasceu com o intuito de derrubar a prática de exclusão social arrastada por vários séculos e inserir estas pessoas em sistemas sociais gerais

como educação, trabalho, família e lazer, e teve seu ápice na década de 1980 (SASSAKI, 2002). Ou seja, inserí-los em ambientes não necessariamente adaptados à suas possibilidades.

A palavra “integrar” significa oferecer oportunidades iguais, principalmente nos campos da educação, saúde, trabalho, cultura, lazer e atividade física. Nesse sentido, os princípios do movimento de integração são: igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos (CIDADE; FREITAS, 2002).

O movimento de integração ocorre de três formas (SASSAKI, 2002): Inserção pura e simples da pessoa com deficiência na sociedade; Inserção com alguma adaptação; Inserção com ambientes separados. Neste modelo integrativo a sociedade aceita receber portadores de deficiência, desde que sejam capazes de adaptar-se e vencer os obstáculos físicos e atitudinais do meio social (CIDADE; FREITAS, 2002).

Como aplicação desse modelo no esporte, Winnick (1987) aponta uma proposta de continuidade de inserções da pessoa com deficiência até um esporte integrativo, ou seja, a participação conjunta de pessoas com e sem deficiência na mesma atividade esportiva. Esse modelo busca apresentar um tipo ideal de oportunidades no esporte para essas pessoas.

Nesse modelo, o autor americano propõe que a pessoa com deficiência possa melhorar sua capacidade de desempenho esportivo permitindo-se participar juntamente com outros atletas, sendo este segundo grupo não deficiente. Nessa lógica, pautada no movimento de integração, cabe à pessoa com deficiência capacitar-se para competir com sujeitos não-deficientes.

Esse processo, baseado numa escala de graus de integração esportiva, expressa a ação conjunta entre sujeitos com e sem deficiência neste ambiente, e assim, segue cinco etapas (WINNICK, 1987): Esporte adaptado segregado (atividade com adaptações, exclusivo a pessoas com deficiência); Esporte adaptado integrado (atividade com adaptações, não-exclusivo a pessoas com deficiência); Esporte regular e adaptado (pessoa com deficiência consegue participar tanto do esporte adaptado, quanto do convencional); Esporte regular com ajustes (pessoa com deficiência participa com pessoas sem deficiência, mas com pequenos ajustes e adaptações); Esporte regular (pessoa com deficiência se insere no esporte para não-deficientes sem nenhuma adaptação).

Paciorek (2004) aponta a idéia central da integração no esporte. Ele afirma que esta só é possível desde que as adaptações não mudem as características do esporte e nem alterem a

habilidade necessária para o mesmo. Ou seja, é reforçada a idéia de que o sujeito deve se adaptar às condições do ambiente.

Pautado no processo de ensinar a pessoa com deficiência a se adaptar a sociedade, embora também tenha gerado alguns bons resultados, o movimento integrativo promoveu alguns poucos exemplos de êxito e inserção de atletas com deficiência no esporte para não-deficiente. E, em muitos casos, acabou por expor e aumentar as diferenças e preconceito em relação a essas pessoas.

Como exemplo de sucesso dessa integração (embora ainda antes da I Guerra Mundial), tem-se George Eyser, atleta norte-americano que ganhou a medalha de ouro na ginástica nos Jogos Olímpicos de 1904, em Saint Louis, competindo com uma perna de madeira. Atuações mais recentes também podem ser destacadas, como Natalie du Toit, nadadora Sul-africana (maratona aquática), e Natalia Partyka, polonesa (tênis de mesa), que participaram dos Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim, tornando-se as primeiras atletas a participarem tanto de Jogos Paraolímpicos quanto de Jogos Olímpicos. A participação desses atletas em provas nos Jogos Olímpicos demonstra que nos dias de hoje há um reconhecimento destes sujeitos como atletas de verdade (PACIOREK, 2004). A entrada de atletas nesses Jogos depende apenas de sua capacidade de alcançar certos índices esportivos.

Por outro lado, são muitas as frustrações provenientes do processo de integração. Existem ambientes não preparados para receber e oportunizar a esses sujeitos vivência e interação completas e satisfatórias na sociedade contemporânea. Tem-se a ocorrência de atletas com deficiência inseridos em ambientes de alto rendimento sem a devida preparação para tal. Essa má colocação do sujeito num nível inadequado pode fazer com que o processo seja apenas segregador para ele (ALMEIDA; OLIVEIRA FILHO, 2001).

Talvez a grande falha do processo de integração tenha sido a expectativa de que a sociedade recebesse as pessoas integradas de braços abertos. Porém, nem sempre isso ocorreu e ocorre, pois tanto o grupo social, quanto a própria pessoa, precisam se preparar para tal inserção (GLAT, 1995).

Pode-se citar também outra forma de integração no esporte, é o que Nixon (2007) chama de “integração inversa”. Que se configura como a presença de atletas não-deficientes no esporte adaptado, porém, sujeitando-se às condições de pessoa com deficiência, usando cadeira de rodas,

por exemplo. O autor aponta que isso pode ser negativo, pois tira a vaga de um atleta com deficiência e, em alguns casos, pode representar alguma desvantagem técnica.

Porém, há quem apóie este tipo de processo. Craft e Liebermann (2004) e Munster et al (2008) defendem a prática do Goalball (modalidade esportiva exclusiva para DV) para pessoas com visão, sendo esta uma oportunidade de identificar e vivenciar percepções e situações enfrentadas por pessoas com visão prejudicada. Florence (2009) também apóia a inserção de pessoas sem deficiência em práticas adaptadas, fortalecendo o princípio de igualdade de participação e de oportunidades, diminuindo a diferença entre os atletas.

Num outro sentido, a partir do final do século XX surge um outro movimento que não nega a integração, mas a melhora buscando adaptar a sociedade às possibilidades e realizações das pessoas com deficiência. Oportunizando-os melhores condições de convivência e realizações, proporcionando-lhes certa independência, autonomia e empoderamento. Este novo enfoque recebe o nome de inclusão social.

A inclusão social baseia-se em princípios de aceitação de diferenças, valorização de cada indivíduo, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem por meio da cooperação (SASSAKI, 2002). O movimento de inclusão é uma forma elaborada que procura, através de ações articuladas adaptar a pessoa com deficiência à sociedade e vice-versa (DUARTE; SANTOS, 2003).

Este movimento é fruto de uma mudança da predominância do modelo médico de deficiência (que destaca os impedimentos do sujeito e o responsabiliza pela sua re-inserção na sociedade), para um modelo social de deficiência (que destaca a relação da pessoa com a sociedade e suas potencialidades de relação com a mesma) (MUNSTER, et al, 2008). Nessa perspectiva é o ambiente social que cria problemas à pessoa com deficiência. Nesse caso, cabe à sociedade eliminar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para a inclusão destes sujeitos, sendo dificuldades maiores do que a própria deficiência (SASSAKI, 2002; PEREIRA; SILVA; PEREIRA, 2006).

Nesse período, ocorre uma fase de transição entre a integração e a inclusão e, como toda transformação cultural, se apresenta como algo processual. Por isso, é possível e compreensível que ambos co-existam por algum tempo até que a primeira ceda espaço em definitivo para a segunda (SASSAKI, 2002).

Para Sasaki (2002), a inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com deficiência possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. É um processo amplo, que pressupõe transformação nos ambientes físicos e sociais, inclusive da própria pessoa com deficiência. O mesmo autor conceitua inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam e capacitam para assumir seus papéis na sociedade.

A adaptação de um sujeito à sociedade se constitui de dois fatores básicos, a informação e a mudança de atitude do grupo social em relação à pessoa com deficiência, dependendo ambos da situação social em que o indivíduo está inserido (DUARTE, 2001). Afinal, o problema da deficiência não é apenas físico, mas social. Tanto a semântica deste termo, quanto o tratamento dado a estas pessoas, deriva da forma como a sociedade as recebe e trata (DUNCAN, 2001).

Assim, a essência que contribui para um efetivo processo, a fim de assegurar os direitos humanos e sociais das pessoas com deficiência, não é olhar e valorizar suas limitações ou desvantagens, mas sim, suas potencialidades (PEDRINELLI; VERENGUER, 2005).

A inclusão social tem sua filosofia voltada à modificação dos sistemas sociais gerais, visando facilitar a participação de pessoas com deficiência na sociedade (MUNSTER et al, 2008). Nesse processo, entidades de atendimento especializado podem ou não ter papel positivo, pois, por um lado, ajudam no desenvolvimento de potencialidades do indivíduo, por outro, correm o risco de segregá-los num ambiente totalmente favorável e fantasioso em relação à sociedade, favorecendo certo preconceito quanto a esses sujeitos.

A inclusão social baseia-se em duas esferas que agem em conjunto. Uma pautada no desenvolvimento das capacidades do indivíduo e sua preparação para a participação no espaço social. Outra na adaptação e adequação da sociedade para receber, interagir e posicionar a pessoa com deficiência em seu quadro social sem nenhuma forma de preconceito e segregação, oferecendo a ela as mesmas oportunidades de realização de qualquer outra pessoa.

A inclusão não é só inserir mais uma pessoa no grupo, e sim dar condições para que ela se sinta como membro que dele participa ativamente, em termos de relacionamento e conhecimento com os demais que são considerados normais. Ou seja, querer estar incluído é querer fazer parte, estar junto e ser complemento daquele grupo (AGUIAR; DUARTE, 2005).

Com base nisso, o princípio de igualdade adquire grande importância num processo de inclusão. Não existe um pré-requisito para que a pessoa possa ser incluída na sociedade, pois ela

vai se desenvolver durante o processo, em parceria com a sociedade, buscando soluções e equiparando oportunidades (SASSAKI, 2002).

Da mesma forma que existe uma “integração inversa”, existe o movimento de “inclusão inversa”, no qual um grupo tem maioria de pessoas com deficiência e minoria de pessoas sem deficiência, porém, todos com as mesmas oportunidades de ação e participação (PEDRINELLI, 2006).

A inclusão necessita, além da colocação de pessoas com e sem deficiência nos mesmos locais e processos, de serviços de apoio para que essa implementação seja bem-sucedida. Nesse sentido, é reforçada a idéia de que o termo “esporte adaptado” seja mais adequado do que “esporte para portadores de deficiência”, pois se faz necessário, nesse processo de inclusão, oferecer oportunidades de esporte que sejam adequados a qualquer público, com e sem deficiência (WINNICK, 2004b).

No sentido de preparação da sociedade e abertura de oportunidades de aproximação da pessoa com deficiência com o esporte, competições de esporte adaptado têm sido os meios principais, desde a metade do século XX, de mudança de atitudes da sociedade em relação à deficiência e a aceleração da agenda de inclusão, ajudando a preparar o meio social para a participação da pessoa com deficiência, diminuindo o preconceito e melhorando a compreensão sobre as possibilidades de realização destes sujeitos. Os Jogos Paraolímpicos, por exemplo, têm causado impacto positivo em diferentes partes do mundo, inclusive onde a deficiência era ideologicamente problemática, focando mudanças em atitudes oficiais (GOLD; GOLD, 2007).

Tem-se, por exemplo, o registro de que em 2000, na preparação da cidade de Sidney para os Jogos, foram realizados programas de divulgação e educação a respeito de esporte adaptado voltados à população, principalmente a crianças. Outro exemplo, em 2004, quando foi realizado um grande programa de adequação de uma cidade-sede (Atenas, Grécia) às exigências de adaptação para os Jogos. Na oportunidade, foi desenvolvido o “Programa de Escolha Acessível” (Accessible Choice Program), que orientou estabelecimentos privados da Grande Atenas a se prepararem e se adaptarem para facilitar o acesso de pessoas com deficiência (GOLD; GOLD, 2007).

A inclusão real no esporte significa que indivíduos possam ter as mesmas possibilidades de escolha, independente de sua condição. Ter acesso ao esporte não implica na idéia de que todos os sujeitos escolheriam ou desejariam participar ou competir com não-deficientes. Esse

acesso significa poder escolher, e ter condições de práticas que possibilitem uma participação plena. A inclusão de indivíduos com deficiência no campo esportivo é dar a eles a chance de escolher, e não ser excluído somente por ser como é (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Além disso, pode-se apontar a idéia de que o esporte adaptado busca também traduzir a imagem de pessoa deficiente para pessoa eficiente, salientando suas possibilidades de realização e desvalorizando suas limitações (MUNSTER; ALMEIDA, 2005; FLORENCE, 2009).

Esse processo ocorre quando a condição de participação é apropriada, isto é, quando as formas estruturais comportam e demandam motivação, interesse e habilidade do participante. Isso permite afirmar que a pessoa está apta a competir sem estigma ou medo de ter sua identidade estragada, ou seu *status* ou interação afetados negativamente por sua deficiência ou percepção dela. Nesse processo, a deficiência tem de ser transformada em algo irrelevante para a competição, estando os atletas satisfatoriamente acomodados e a disputa adaptada às suas necessidades e possibilidades (NIXON, 2007).

Jordán (2006) aponta para uma discussão a este respeito, acerca da possibilidade de exclusão das modalidades de arco e flecha e tiro dos Jogos Paraolímpicos. Pois, segundo o autor, tais formas de disputa não privilegiam atletas sem deficiência em detrimento dos com deficiência. Logo, poderia ocorrer em disputa única para os dois grupos, apenas nos Jogos Olímpicos.

Embora o objetivo maior do esporte adaptado contemporâneo não seja a reabilitação, são inegáveis os benefícios que a prática pode proporcionar ao sujeito, principalmente ligado a aspectos psicossociais (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Assim como todas as manifestações do esporte, a prática esportiva para pessoas com deficiência acaba não sendo apenas vinculada ao aspecto técnico, mas também a valores morais que interferem tanto no desenvolvimento da pessoa em questão, quanto dos outros a sua volta (MUNSTER; ALMEIDA, 2005).

Wheeler et al. (1999), apresentam dados relativos à percepção de atletas paraolímpicos norte-americanos, ingleses, canadenses e israelenses a respeito de sua inclusão bem-sucedida no esporte. Eles apontam que esse processo se deu de forma positiva em suas vidas pessoais, devido à melhora em sua auto-estima, da sensação de competir contra a deficiência e vencê-la, além da possibilidade de retornos materiais. A maioria desses atletas não considera a deficiência um desastre, mas sim uma bênção disfarçada.

O movimento inclusivo no esporte adaptado não pode, de maneira nenhuma, negar a busca por excelência atlética peculiar a muitas esferas do esporte convencional (WINNICK,

2004b). Esta forma de manifestação pode ser uma oportunidade valiosa de inserção social de um sujeito e desenvolvimento de suas qualidades. Por isso, atletas com deficiência devem poder escolher entre praticar esporte com a finalidade de busca por alto rendimento, ou somente visando participação e bem-estar.

No ambiente da prática esportiva de alto rendimento, a partir do momento em que o atleta com deficiência está incluído ele sofre as mesmas pressões e obrigações e está sujeito às mesmas implicações positivas e negativas que o atleta não-deficiente. Sendo um ambiente de comparação de performances atléticas, os sujeitos com deficiências mais severas acabam sendo menos privilegiados em alguns momentos, pois, segundo Rodrigues (2006b), a comparação competitiva de performances acaba por dificultar o processo. Outro exemplo ocorrente nesse meio é que esses atletas mostram ao mundo que a deficiência pode ser superada enquanto barreira para a alta performance, porém, assim como no esporte convencional, as lesões e a dor são obstáculos presentes e até mais duros (HOWE, 2004).

Logo, a capacidade de inclusão social do esporte adaptado pode ser considerada de grande valor. Em relação ao seu sentido oficial, as questões segregacionistas são as mesmas do esporte de alto rendimento para atletas sem deficiência.

Independente da forma de manifestação do esporte praticado, os feitos da pessoa com deficiência têm criado uma nova dimensão do potencial humano e das habilidades possíveis para esses e outros sujeitos (LANDRY, 1995).

Porém, como cita Ribeiro (2001), apenas oportunizar a prática esportiva não garante a inclusão. Para tal, é importante que todos os envolvidos estejam fazendo parte do objetivo da atividade, seja ele qual for, não ignorando as diferenças existentes, muito menos a diversidade que os cerca. É preciso, nesse processo, que cuidados como a motivação para a prática e boas instruções aos participantes colaborem com a boa qualidade da participação dos indivíduos.

Nesse sentido, existem propostas, como cita Nixon (2007), de eventos esportivos que atendam atletas com e sem deficiência conjuntamente, pois, segundo o autor, pessoas com deficiência podem participar de qualquer prática esportiva de que sejam capazes, mesmo que não haja nenhum tipo de adaptação.

Para Nixon (2007), seria possível a simples adaptação e acomodação de pessoas com deficiência no esporte convencional, sem alterar sua dinâmica. Os tipos ideais de esporte (convencional e adaptado) não apresentam hierarquia entre si. O mais importante neles é a

oportunidade de escolha e a ocorrência de justiça para os atletas. Por isso, o autor defende que tanto organizadores, quanto a mídia, espectadores e até atletas não deveriam ser resistentes em relação à adaptação do esporte convencional (desde que não o desconfigure) para a participação de pessoas com deficiência.

Porém, esta é uma questão complexa. Se, por um lado, a existência do esporte adaptado representa a adequação das práticas e da sociedade às pessoas com deficiência, incluindo-as como atletas, por outro, isto pode ser interpretada como uma forma de segregação. Os Jogos Paraolímpicos, por exemplo, exclusivos para um certo público, objetivam o esporte de alto rendimento e a busca por altas performances competitivas, o que delimita possibilidades de participação aos atletas, de acordo com sua capacidade de realização esportiva, pois separa quem pode e quem não pode fazer parte de certo grupo.

Nesse sentido, é preciso reflexão e discussão, pois, da mesma forma que inclui, esse tipo de evento esportivo pode estigmatizar também. Embora os Jogos Olímpicos sejam abertos a qualquer pessoa, podendo até serem tidos como mais democráticos, determinam que o atleta consiga se adequar às suas regras e exigências (movimento de integração). Nesse sentido, ele também pode ser excludente. Como no caso de Oscar Pistorius, corredor sul-africano impedido de participar dos Jogos de 2008 devido à sua necessidade de uso de próteses nas duas pernas. Embora ele tivesse condições de performance atlética para alcançar o índice classificatório aos Jogos, sua inserção foi negada pelo Comitê Olímpico Internacional (IOC) devido ao fato das próteses poderem significar uma vantagem para ele em relação a outros atletas. Mesmo com uma liberação posterior do IOC, o corredor acabou não conseguindo um novo índice para sua participação (HOWE, 2008b).

Para Nixon (2007), a inclusão de atletas terá seu ponto final somente quando estes forem aceitos, respeitados e estejam envolvidos em todos os níveis de competição e organização. Porém, esta idéia não é um consenso no ambiente esportivo, visto que o esporte adaptado ainda representa uma séria tentativa de inclusão de atletas.

O mais adequado nesse sentido é tirar o foco das formas de organização e voltá-lo ao atleta. Ou seja, a preservação da possibilidade de escolha de onde e como ele irá competir é o caminho mais democrático e inclusivo, cabendo ao sujeito optar pela disputa junto com pessoas com ou sem deficiência.

Um resultado importante do esporte para o atleta com deficiência é a construção da percepção da identidade de atleta, ao invés de pessoa com deficiência. É importante, num processo de inclusão, ser visto como um nadador, corredor, no lugar de uma pessoa que necessita de cuidados e dependente da ação alheia (BRAZUNA; CASTRO, 2001).

Como forma de fortalecimento desse processo as ações de inclusão e integração podem ser interligadas por meio de leis, políticas, programas, gerados pelo poder público e consolidado pela comunidade, buscando promover a equidade de oportunidades e permitindo uma vivência plena de cidadania. Um início positivo é o dever do governo brasileiro a respeito do oferecimento de oportunidades esportivas às pessoas com deficiência. Na Carta Magna Brasileira, em vigor desde 1988, consta no artigo 217 que é dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais, como direito de todo cidadão. Logo, inclui-se nisso o esporte adaptado e seu processo de inclusão social (PETTENGILL, 2001).

O esporte para pessoas com deficiência cresceu no século XX, mas não de forma tranquila. Muitos dos avanços se deram apenas por força de leis federais e políticas públicas, tendo reconhecimento cultural num segundo momento (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Uma das ações que interferem de forma positiva no crescimento da atividade motora adaptada e, por consequência, do esporte adaptado, é o resultado da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela ONU, em 2006, que estabelece obrigações aos Estados que fazem parte dessa organização (SILVA, 2009): Realizar e promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com “desenho universal” (a ser usado por todas as pessoas, sem exclusões); realizar e promover a pesquisa e o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias voltadas à melhoria da vida dessas pessoas; promover informação acessível para pessoas com deficiência, a respeito de técnicas e tecnologias de locomoção; promover a capacitação de profissionais de equipes que trabalhem com pessoas com deficiência.

2.2. Esporte adaptado como forma de manifestação do esporte contemporâneo.

Segundo Araújo (1998a, p.18), esporte adaptado é “... a adaptação de um esporte já de conhecimento da população. Este conhecimento está relacionado às regras estabelecidas e à sua prática”.

Winnick (1990) assim define o esporte adaptado: experiências esportivas modificadas ou especialmente designadas para suprir as necessidades especiais de indivíduos.

É importante destacar que o esporte adaptado abarca, assim como cita Araújo (1998a), a atividade transformada para atender a determinado público, assim como a prática criada para um grupo específico. Ou seja, tais definições se completam na conformação do objeto.

Um dos princípios do esporte adaptado é que as pessoas não podem ser prejudicadas por suas características. Outro princípio é a inclusão através da aceitação dessas pessoas como atletas (NIXON, 2007).

Da mesma forma com que Lovisolo (2002) e Marques (2007) apontam que o esporte contemporâneo é uma forma de atividade física e/ou motora (essa diferenciação pode fazer-se necessária devido à diferenciação teórica entre os dois termos apontada por alguns autores), o esporte adaptado, por ser um sub-campo deste espaço, tem íntima relação com a atividade física adaptada ou atividade motora adaptada.

Por atividade física adaptada, tem-se que é a prática corporal que engloba o esporte, lazer, reabilitação, saúde e condicionamento físico de pessoas com limitações e/ou deficiências (SOUZA, 2006b). De modo bastante similar, à primeira vista, a atividade motora adaptada pode ser definida como a adequação na realização de uma tarefa não-possível através de meios convencionais (ARAÚJO, 1998a). Essa prática está ligada a diferentes grupos de pessoas – gestantes, idosos, hemofílicos, diabéticos, hipertensos, pessoas com deficiência, entre outros (SILVA, 2009).

Nesse sentido, com base num referencial teórico ligado à teoria da motricidade humana, Rodrigues (2006a) diferencia atividade física de atividade motora destacando que a primeira remete à separação cartesiana do corpo como objeto perfeito, higienista e dissociado de outros aspectos humanos, enquanto que a segunda já se mostra mais complexa, como a expressão de um comportamento humano.

Castro (2006), por sua vez, afirma que o objetivo da atividade motora adaptada é integrar e aplicar fundamentos teórico-práticos de diferentes disciplinas na motricidade humana e suas áreas relacionadas à saúde e educação em diferentes programas educacionais e de reabilitação. Porém, ao observar o esporte adaptado contemporâneo é possível ainda incluir as perspectivas de atividade motora adaptada ligada ao lazer e à competição.

Feitas tais considerações, o conceito prioritário ligado a este trabalho mora no ato de adaptar algo ou alguma prática. O que não significa apenas direcioná-la a um público de pessoas com deficiência. Mais do que isso, é a adequação da atividade aos praticantes, suas possibilidades, limitações, desejos e expectativas, com base em três variáveis - desempenho do executante, tarefa a desempenhar e contexto da atividade -, sendo as questões ambientais e culturais mais importantes do que características individuais, pois adaptar é um processo de interação entre fatores intra-individuais e intersubjetividades (RODRIGUES, 2006a).

Adaptação envolve a modificação de objetivos, atividades e métodos a fim de suprir necessidades específicas e melhorar a capacidade de auto-realização do sujeito (WINNICK, 2004a). Castro (2005) complementa a idéia a respeito das formas de adaptação apontando para a possibilidade de ajuste ou acomodação de contextos físicos (equipamentos, locais, materiais) e procedimentais (regras, organização, ações pedagógicas) de determinada atividade esportiva.

Nesse sentido, Costa (2001, p.73) apresenta uma definição que aproxima o esporte adaptado de uma esfera ligada à atividade física de forma ampla, mas que, ainda assim, permanece na linha de compreensão dos autores citados acima:

Entende-se por atividade física e/ou esportiva adaptada toda e qualquer atividade que, levando-se em consideração as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais impostas pelas respectivas deficiências, apresenta adaptações e/ou modificações nas regras, materiais ou no campo de jogo, proporcionando às pessoas portadoras de deficiência melhores condições para a sua efetiva participação nas diversas modalidades esportivas, recreativas e facilitando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades residuais.

Semanticamente definido, o esporte adaptado se apresenta como um objeto que, embora direcionado e adequado a determinado público, tem uma forte característica de versatilidade em relação às suas práticas e, objetivos. Além disso, esta prática esportiva não se coloca como um espaço exclusivo de pessoas em determinada posição ou situação. Embora a maioria de suas práticas sejam direcionadas a determinado público, é um ambiente democrático e aberto para receber pessoas em diferentes condições.

Tal versatilidade se exprime nas possibilidades de o esporte adaptado vir a ser realizado de forma integrada, em que indivíduos com e sem deficiência possam praticar e competir juntos, ou segregados, no qual a prática se faz exclusiva de determinado grupo (WINNICK, 2004a). Talvez o termo “segregados” não seja o mais adequado para definir a prática ligada ao

direcionamento exclusivo a determinado público, porém, ela será mantida nesse ponto do texto em conformidade com a citação do autor referenciado.

O termo “esporte adaptado” é bem específico da língua portuguesa, não sendo encontrado em alguns outros idiomas, como o inglês, por exemplo. Nessa língua, os mais encontrados são “Disability Sport” e “Sport for handicapped” (esporte para deficientes ou esporte para pessoas com deficiência ou desvantagem), que acabam apresentando um caráter mais restrito, pois exprimem algo direcionado a adaptações e criações esportivas para pessoas com deficiência (DE PAUW; GAVRON, 1995).

No decorrer deste trabalho serão utilizadas algumas fontes de informação e referências em língua inglesa. No intuito de uniformizar a compreensão sobre os assuntos e considerando que o termo “esporte adaptado” da língua portuguesa é mais abrangente, será adotado o seguinte critério: quando houver menção a alguma informação ligada ao termo em inglês, este será traduzido, ou adaptado para a língua portuguesa como “esporte adaptado”, visto que compreende o esporte para pessoas com deficiência, além de outras formas de adaptação.

Portanto, neste trabalho, o termo esporte adaptado será ligado à prática destinada a pessoas com deficiência. Para diminuir o risco de confusões de significado com outras possíveis formas de adaptação de uma prática (para idosos, por exemplo) é importante compreendê-lo como um ambiente heterogêneo, que permite sua apropriação de acordo com o intuito e foco de cada abordagem.

Propor um termo mais específico como “esporte para pessoas com deficiência” pode ser uma solução semântica, ou, por outro lado, se apresentar como um aumento do problema, visto a possibilidade de participação de pessoas não-deficientes no esporte adaptado. Justifica-se, então, o uso do termo “esporte adaptado” nos limites adequados para esta pesquisa ligada à prática esportiva para pessoas com deficiência. Cabendo também a consideração de que o esporte paraolímpico se apresenta na sociedade contemporânea como uma das possibilidades de ação do esporte adaptado, ligado ao alto rendimento.

O ponto histórico de origem do esporte adaptado para pessoas com deficiência não é recente, datando do século XIX com a prática de modalidades esportivas por pessoas com D.A. (ARAÚJO, 1998a).

Segundo Winnick (1990), por volta de 1870, na Ohio School of Deaf, nos Estados Unidos, iniciavam-se as primeiras participações de crianças D.A. no esporte com o oferecimento

de beisebol. Tem-se também em 1885, na Escola estadual de Illinois, o futebol americano. Na Europa, em Berlim, em 1888, já havia clubes esportivos para atletas com essa deficiência.

O esporte para pessoas com D.F. teve seu início em atos entre as duas Grandes Guerras. Antes delas, quase não haviam oportunidades de competições organizadas (DE PAUW; GAVRON, 1995). Esse tipo de organização teve seu início com programas de reabilitação de lesados e mutilados da 1ª Grande Guerra na Alemanha, em 1918 (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Já a primeira competição internacional para pessoas com deficiência ocorreu em Paris, em 1924, logo após os Jogos Olímpicos. Foram os “Jogos do Silêncio”, destinados a pessoas com D.A (WINNICK, 2004a). Em 1932 foi fundada a primeira associação de esporte destinada a esse público, na Inglaterra. A Associação de Jogadores de Golfe, que englobava atletas amputados unilaterais, atuando com apenas um dos braços (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Até o século XIX, a reabilitação de pessoas com deficiência era pautada pela ginástica médica. O esporte tinha um caráter mais ligado à educação dessas pessoas. Segundo Castro (2005), é a partir da primeira metade do século XX que o esporte assume um caráter ligado à reabilitação. Porém, o esporte para D.F. somente teve continuidade e crescimento em âmbito internacional, com mudança de foco exclusivo da reabilitação para uma nova esfera competitiva, após as ações do médico neurologista alemão Ludwig Guttmann a partir de 1944. Esse médico, de origem judaica, foi convidado pelo governo britânico a dirigir o hospital para lesados medulares de Stoke Mandeville, na cidade de Aylesbury, e ali, iniciou um trabalho de uso do esporte como forma de reabilitação de veteranos de guerra com lesões medulares (CIDADE; FREITAS, 2002).

Ludwig Guttmann afirmava, nesse período, que a paraplegia era o objeto mais depressivo e negligenciado na medicina, contando com poucos bons especialistas (GOLD; GOLD, 2007). Nesse sentido, justifica-se seu intenso e importante interesse e trabalho com este público.

Um dado interessante sobre este tipo de intervenção, nessa época, é que o índice de sobrevivência de pessoas com lesão medular na década de 1940 era de 1 para 10, e passou de 9 para 10 em 1950 (SAINSBURY, 2004). Por isso, durante a II Guerra, a reabilitação era considerada como um fator essencial pelos governos envolvidos na batalha, devido à necessidade de prestar contas à sociedade buscando minimizar as consequências dos combates (FLORENCE, 2009).

Embora Guttmann não tenha sido pioneiro na oferta de atividade esportiva para D.F., foi inovador e muito competente no modo como sistematizou tais práticas e organizou programas para realização das mesmas, internacionalizando-as. O esporte em Stoke Mandeville transcendia o lazer e a reabilitação física, era uma forma de re-inserção social através de estímulos físicos que complementavam o tratamento (GOLD; GOLD, 2007).

O primeiro programa de esporte em cadeira de rodas foi iniciado no Hospital de Stoke Mandeville, em 1945 (ARAÚJO, 1998a). Este será o ponto inicial da estrutura sistematizada dos Jogos Paraolímpicos atuais. Já os primeiros Jogos de Stoke Mandeville ocorreram em 1948 (simultaneamente aos jogos Olímpicos) e contaram com 16 participantes em cadeira de rodas, incluindo 3 mulheres na modalidade de arco e flecha e envolvendo duas equipes, uma de Stoke Mandeville e outra do hospital Star Gater Home for Disable, de Londres. A primeira participação de sul-americanos nesses Jogos ocorreu em 1957 (DE PAUW; GAVRON, 1995).

O fato dos Jogos terem sido realizados simultaneamente com os jogos Olímpicos demonstra as intenções de Guttmann a respeito do crescimento e ganho de importância que ele buscava para o esporte adaptado. Para ele, a deficiência não impedia o atleta de alcançar o mais alto nível de realização (CARVALHO, 2006).

O primeiro regulamento formalizado dos Jogos de Stoke Mandeville data de 1949, ano em que Guttmann anunciou sua intenção de transformá-lo nos Jogos Olímpicos para pessoas com deficiência (CIDADE; FREITAS, 2002).

Paralelamente (no mesmo período) à organização do esporte para pessoas com deficiência em Stoke Mandeville, que se caracterizava pela organização dos médicos frente ao movimento esportivo, surgiram nos Estados Unidos grupos ligados à prática esportiva para D.F. que apresentavam uma gerência coordenada pelos próprios atletas. Um exemplo disso foi a fundação, por iniciativa de Benjamin Lipton, em 1946, da PVA (Paralysed Veterans of America), entidade organizadora do esporte adaptado para pessoas desse grupo, em modalidades como basquete em cadeira de rodas e atletismo (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Outra evidência de organização esportiva nos Estados Unidos, neste mesmo sentido, foi a fundação do time de basquete em cadeira de rodas “The Flying Wheels”, em Van Nuys, Califórnia, que fazia apresentações com o objetivo de despertar o interesse do público para os problemas causados pela deficiência e estimular a adesão de novos praticantes (CIDADE; FREITAS, 2002).

Lipton e Timothy Nuggent, professor da Universidade de Illinois, associaram-se na década de 1940, para treinarem equipes de basquetebol em cadeira de rodas.

Ainda nos Estados Unidos, em 1949, ocorreu a organização, por parte de Nuggent, do I Campeonato Nacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas, com 15 equipes, juntamente com a fundação da NWBA (National Wheelchair Basketball Association). Em 1950, foi fundada a NWAA (National Wheelchair Athletic Association) (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Foi Nuggent quem, durante a década de 1950, iria subsidiar pedagogicamente as ações do Dr. Guttmann na Inglaterra (WINNICK, 1990).

Em 1952, aconteceram os primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, na Inglaterra, sendo criada também naquela oportunidade a Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville (ISMGF) (PENAFORT, 2001). Aos poucos, os Jogos passaram a contar não somente com atletas pacientes de hospitais, mas também com ex-pacientes e não-pacientes (GOLD; GOLD, 2007).

Em 1955, os Jogos de Stoke Mandeville tiveram sua primeira grande evolução organizacional quando a Federação de Veteranos de Guerra da Inglaterra começou a financiá-los, além da transformação dos Jogos em uma fundação presidida por um membro do Comitê Olímpico Internacional (IOC), Sir Arthur Porrit, facilitando o acesso a recursos financeiros para sua realização (CIDADE; FREITAS, 2002).

No final da década de 1950 os Jogos de Stoke Mandeville cresceram em tamanho (número de participantes e países envolvidos) e em importância, visto o prêmio Fearnley Cup, recebido por Ludwig Guttmann durante os Jogos Olímpicos de Melbourne, em 1956, pelo IOC, o que representou o reconhecimento desta entidade ao Jogos Internacionais de Stoke Mandeville (CIDADE; FREITAS, 2002; FLORENCE, 2009).

Ludwig Guttmann está para o esporte adaptado paraolímpico, assim como Barão de Coubertin para o esporte olímpico. O médico alemão foi motivado pelos ideais olímpicos e pela busca por excelência na inclusão e nas realizações humanas (CARVALHO, 2006). Porém, eles diferenciam-se em relação a alguns valores, como o amadorismo segregacionista pregado por Coubertin e a idéia de inclusão de sujeitos na sociedade, de Guttmann.

Finalmente, em 1959, foi criado o Comitê dos Jogos de Stoke Mandeville, devido ao grande número de participantes. Este órgão contava com cinco nações: Inglaterra, Itália, Bélgica, França e Holanda (CIDADE; FREITAS, 2002).

Em 1960 ocorreram dois fatos importantes, nos Estados Unidos e na Europa. No primeiro, a PVA (Paralysed Veterans Association) organizou o Grupo Internacional de Trabalho para o Esporte Adaptado, responsável por facilitar o esporte para pessoas com deficiência no país. No “Velho Continente” foram organizadas as I Olimpíadas para pessoas com deficiência, em Roma (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Incentivado pelo Dr. Antonio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, Itália, o Comitê dos Jogos de Stoke Mandeville organizou, em 1960, em Roma, os futuros Jogos Paraolímpicos, utilizando os mesmos espaços esportivos e o mesmo formato das Olimpíadas (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006). Foram disputadas, na oportunidade, 8 modalidades: snooker, arremesso de peso, lançamento de dardo, basquete em cadeira de rodas, natação, tênis de mesa, arco e flecha e pentatlo (FLORENCE, 2009). Porém, sendo objeto principal desta pesquisa, os Jogos Parolímpicos serão tratados com maior especificidade e atenção mais adiante neste trabalho.

Embora com início paralelo, as correntes americana e inglesa de esporte para pessoas com deficiência apresentavam objetivos comuns e acabaram se interligando no processo histórico. Ambas têm origem na lógica terapêutica, estendendo-se à incorporação da prática competitiva de busca pela alta performance e integração do atleta à sociedade (COSTA; SOUZA, 2004).

As décadas de 1960 e 1970 representaram um marco neste período de sistematização, crescimento e sedimentação dos Jogos Paraolímpicos e do surgimento de outras formas de manifestação do esporte para pessoas com deficiência, como as Olimpíadas Especiais, por exemplo. Devido a um critério de organização do texto, esses eventos serão mais detalhadamente tratados adiante, pois este período traduz uma fase em que instituições organizativas e nichos de convivência esportiva foram criados e estabelecidos mais fortemente.

Por isso, objetivando uma análise mais criteriosa sobre tais objetos, faz-se interessante expor, em separado, algumas das principais manifestações durante o período e que perduram até os dias de hoje. São listar algumas dessas manifestações: Jogos Paraolímpicos; Olimpíadas Especiais; Jogos Mundiais para Surdos; Modalidades esportivas adaptadas, com organização de confederações mundiais, mas que não fazem parte destes grupos mencionados.

Cabe ainda apontar, seguindo uma perspectiva histórica, acontecimentos e ações que envolveram o esporte adaptado para pessoas com deficiência de uma maneira mais ampla e generalista, exercendo influência sobre todas as suas formas de manifestação.

Em 1975, a Assembléia Geral da ONU, através da resolução nº 3447, como parte da declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, instituiu que, independentemente da origem, natureza e seriedade dos déficits e deficiências, essas pessoas têm direitos fundamentais como cidadãos e acesso a uma vida decente e completa (DE PAUW; GAVRON, 1995). E nisto se inclui o direito à prática esportiva.

A resolução nº 31/123 da Organização das Nações Unidas, de 1976, estabeleceu que o ano de 1981 seria o Ano Internacional para as Pessoas Deficientes, e que os países-membros dessa entidade deveriam estabelecer planos e metas voltados para as necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas áreas de atuação. Entre os anos de 1976 e 1981 houve certa mobilização nestes países para envolver segmentos públicos e privados num esforço conjunto de estabelecer um processo de conscientização e envolvimento em níveis internacional, nacional, regional e local (ARAÚJO, 1998a). Como consequência deste ato, em 1981 houve resoluções com prioridades políticas criadas em todo o mundo, que influenciaram muitos campos da sociedade. Inclusive o esporte.

Ao considerar o esporte adaptado como um sub-campo do esporte contemporâneo, é importante investigar a ocorrência de algumas características presentes no primeiro que fazem parte da conformação do segundo. O esporte contemporâneo configura-se por duas grandes características: suas formas de manifestação heterogêneas e a comercialização do produto “esporte” (MARQUES, 2007). Ao buscar tais requisitos no esporte adaptado, pode-se afirmar que este, de fato, faz parte do espaço social da prática contemporânea, visto que se apresenta em três ambientes de prática, segundo Paciorek (2004), alto rendimento, escolar e de lazer, e ainda é possível perceber tendências comerciais no esporte paraolímpico, a ser tratado mais adiante neste trabalho.

A similaridade entre os ambientes citados por Paciorek (2004) e os embutidos no “Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte” de Marques (2007) não se colocam como coincidência, mas sim, como confirmação da abrangência e heterogeneidade do esporte contemporâneo e, em consequência, do esporte adaptado.

É possível perceber a ocorrência desta forma de esporte na escola, vinculada a um plano pedagógico oficial (ARAÚJO, 1998a), no alto rendimento, baseado num sentido oficial, e no lazer, em espaços de reabilitação, iniciação esportiva e competições não-profissionais, podendo ser encontrados tanto o sentido re-significado quanto oficial do esporte.

Outra aproximação e confirmação da existência de um sub-campo do esporte adaptado vinculado ao campo do esporte contemporâneo é o fato de haver maior divulgação de ações ligadas ao esporte adaptado de alto rendimento no Brasil, em detrimento de ações ligadas ao lazer ou esporte escolar. Isso acaba por fortalecer a imagem hegemônica do esporte num sentido oficial, influenciando a prática em outras esferas. Além disso, existe a valorização de grandes feitos de atletas brasileiros, principalmente os paraolímpicos, o que acaba transmitindo a idéia de que a formação de base, iniciação, ou ambiente não-profissional do esporte adaptado esteja bem fundamentada. Porém, segundo Penafort (2001), não está. A autora afirma que é preciso incentivo e criação de mais oportunidades de prática nos três ambientes de manifestação do esporte no Brasil, visto que o alto-rendimento é restrito a poucos atletas.

Este quadro em muito se assemelha ao esporte para não-deficientes no Brasil, provando certa similaridade e herança social próprias de um mesmo campo social, o esportivo. O atleta que pratica esporte na escola é tão sujeito às implicações deste ambiente de educação formal, seja com deficiência ou não. Isso vale também para o lazer e alto rendimento.

A participação de atletas com deficiência em competições de nível internacional requer a mesma dedicação dos não-deficientes, além das mesmas atitudes, ligadas à disciplina, sacrifício, habilidade, determinação, vontade de vencer (CASTRO, 2005), desejo de alcançar a excelência, de performance próxima aos padrões de limite pessoal (SHERRIL, 1999) e até profissionalismo.

Para De Pauw e Gavron (1995), performances de atletas com deficiência de elite têm estado muito próximas de atletas de elite não-deficientes. Existem atletas com deficiência que vêm competindo, inclusive, em ambientes do esporte para não-deficientes, sendo este, para as autoras, um caminho inevitável. Para elas, a união, em competições únicas, entre atletas com e sem deficiência é um caminho previsto.

Porém, mesmo estando cada vez mais sedimentado e estruturado na sociedade contemporânea, o esporte adaptado para deficientes ainda apresenta algumas controvérsias ligadas ao seu espaço social próprio, e que geram conflitos entre os atores que se envolvem nas disputas por poder e participação nesse sub-campo do esporte.

Exemplos dessas disputas se dão em relação ao papel do esporte adaptado ser, primeiramente, o de criar oportunidades de participação, ou de corroboração e afirmação do esporte competitivo. Outro exemplo é a discussão entre o que seria mais benéfico para esse público, competições integradoras ou separadas. Um terceiro seria a busca de uma melhor forma

de classificar os atletas em grupos de disputa (DE PAUW; GAVRON, 1995) e um quarto, ligado à necessidade de presença de pessoas com deficiência na administração e organização de entidades esportivas.

3. AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO ESPORTE ADAPTADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

O esporte adaptado teve sua gênese pautada num cenário social próprio do século XX, ligado, especificamente, a uma herança própria do esporte moderno. Passou pela mesma transição temporal enfrentada pelo esporte convencional, sobrevivendo como conteúdo cultural das sociedades da segunda metade do século XX e início do XXI.

Diferentemente do esporte convencional, a conformação adaptada apresenta-se na sociedade com alguns braços bem definidos e campos de atuação, de certa forma, independentes. Tal diferenciação se baseia nos agrupamentos sociais pautados por similaridades de deficiência, e o nascimento de entidades organizativas do esporte com finalidades específicas e campos de atuação próprios.

Nesse sentido, este capítulo objetiva apresentar e mapear as áreas de atuação presentes no sub-campo do esporte adaptado, com a finalidade de nortear e facilitar a delimitação metodológica em relação a intervenções específicas nesse espaço.

Bourdieu (2004) aponta que o campo é relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias, diferentes do macrocosmo (leis gerais da sociedade), mas que jamais escapam de imposições do espaço social. Podendo-se aplicar isso a um sub-campo, tem-se que, embora este obtenha suas próprias particularidades, que direcionam seu funcionamento e existência, ainda assim, sofre influência do espaço social externo e suas diretrizes sociais.

Logo, para analisar e intervir sobre o esporte paraolímpico, apenas uma entre muitas das formas de manifestação do esporte adaptado, faz-se necessário analisar, além da conformação social da qual se origina e se suporta este sub-campo, as relações entre as diferentes formas de apresentação esportiva no mesmo, sua posição e formas de interação e atuação.

Para tal, num primeiro momento, serão descritos os diferentes ambientes e espaços de atuação próprios do esporte adaptado, classificados pela associação entre formas de deficiência e a organização de entidades organizadoras deste tipo de fenômeno esportivo.

Em seguida, com base nos objetivos principais deste trabalho, será dado maior enfoque ao esporte paraolímpico e suas manifestações em âmbito internacional e no Brasil.

3.1. Formas e espaços de expressão e atuação do esporte adaptado.

O esporte adaptado organiza-se, no século XXI, pautado principalmente em dois critérios. O primeiro ligado ao tipo de deficiência, prevalecendo 3 formas de estruturas de organização – esporte para deficientes auditivos (DA); esporte paraolímpico (englobando deficientes físicos - DF, visuais – DV e intelectuais - DI); e as Olimpíadas Especiais (DI).

O segundo está relacionado ao sentido da prática, na qual se destaca, num sentido oficial, o esporte paraolímpico e os campeonatos destinados aos DA, e num sentido mais re-significado, as Olimpíadas Especiais.

Independente da modalidade esportiva e do tipo de deficiência envolvido, o esporte se mostra, em relação a todas estas vertentes, adequado ao “Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte” apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, podendo tomar sentidos diversos de acordo com as intenções, expectativas, possibilidades e gostos dos praticantes, se expressando tanto numa forma *oficial*, quanto *re-significada*.

Com o intuito de sistematizar a análise sobre tais formas de organização, inicia-se neste ponto uma apresentação pautada em três das principais entidades organizadoras do esporte adaptado no mundo. Primeiramente, serão expostos dados a respeito da organização de esportes para DA, posteriormente, sobre as Olimpíadas Especiais e, num terceiro momento, sobre os Jogos Paraolímpicos (JP). Tal forma de apresentação privilegia o objeto central deste trabalho, os JP. Por isso, são apresentadas primeiramente as entidades que não participam deste evento e que têm suas formas e processos de organização independentes em relação ao Comitê Paraolímpico Internacional (IPC).

A apresentação de órgãos não pertencentes ao universo paraolímpico justifica-se pelo fato de serem expressões importantes do esporte adaptado e componentes fundamentais na conformação deste sub-campo. Sua utilidade metodológica se dá na necessidade de uma compreensão profunda sobre este espaço social, para que intervenções e análises sociológicas sobre o esporte paraolímpico (que se caracteriza como uma das formas de expressão do esporte adaptado) possam ser feitas com base nos princípios de Pierre Bourdieu ligados à autonomia relativa dos campos e também à importância do posicionamento social dos sujeitos e objetos envolvidos nestes espaços.

3.1.1. O CISS e a organização do esporte para deficientes auditivos no mundo.

O esporte destinado a pessoas com DA data do século XIX e se apresenta como a primeira forma sistematizada de oferecimento de práticas esportivas para um público com uma deficiência específica (ARAÚJO, 1998a).

Entre 1888 e 1924, seis federações nacionais de esportes para DA surgiram. Bélgica, Tchecoslováquia, França, Grã-bretanha, Holanda e Polônia. Essas entidades, mais atletas de Hungria, Itália e Romênia participaram dos primeiros Jogos Internacionais do Silêncio, em 1924, em Paris, França (DE PAUW; GAVRON, 1995), sendo estes Jogos uma indicação importante da possibilidade de realização de eventos esportivos para pessoas com deficiência.

O esporte para DA é organizado internacionalmente pelo CISS – Comitê International des Sports des Sourds (Comitê Internacional de Esportes para Surdos), fundado em 1922, com sede em Copenhagem, Dinamarca, e não participa dos Jogos Paraolímpicos. O CISS foi reconhecido pelo IOC como uma federação internacional com padrões olímpicos em 1955, porém, isso não o fez membro deste órgão. De Pauw e Gavron (1995) alegam que existe um acordo entre CISS e IOC que garante ao primeiro a autonomia em relação ao esporte para DA. O estatuto do CISS foi criado apenas em 1926, em Bruxelas, na Bélgica (CISS, 2009). Embora tenha participado do movimento paraolímpico até 1995 (GOLD; GOLD, 2007), o CISS não é membro do IPC atualmente, tendo sua organização e atuação completamente independentes.

A competição esportiva mais importante para os DA são os Jogos Mundiais para Surdos (WGD – World Games for the Deaf), antigos Jogos Mundiais do Silêncio, que ocorre de 2 em 2 anos, alternando entre jogos de Verão e Jogos de Inverno, sempre em anos seguintes aos Jogos Olímpicos. Existem modalidades de verão - atletismo, badminton, basquete, boliche, ciclismo, futebol, handebol, judô, karatê, luta livre e greco-romana, mountain bike, natação, orientação, pólo aquático, taekwondo, tênis de mesa, tênis de campo, voleibol de quadra e de praia, e tiro - além de modalidades de inverno – curling, esqui alpino e cross country, hóquei no gelo e snowboard. Nessas disputas as regras são idênticas ao esporte convencional, apenas com adaptações nas formas de comunicação. Os primeiros Jogos de Inverno para este público ocorreram em 1949, em Seefeld, Áustria (CISS, 2009).

Os Jogos Mundiais para Surdos foram reconhecidos pelo IOC e adotaram o nome de “Deaflympics” em 2001 (GOLD; GOLD, 2007). Nesse cenário, os Deaflympics representam uma

celebração e oportunidade de troca de informações culturais da comunidade dos DA (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Os Deaflympics seguem um sentido oficial do esporte, ou seja, são pautados em critérios similares aos Jogos Olímpicos e competições ligadas à comparação direta de performances e a busca e destaque ao vencedor.

Para participar de competições internacionais para DA o atleta deve apresentar déficit auditivo de, pelo menos, 55 decibéis (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Não existe classificação e separação de atletas por nível de audição (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Entre 1988 e 1993 houve tentativas fracassadas de incorporação dos Jogos Mundiais para Surdos aos Jogos Paraolímpicos. Dentre os motivos para tal insucesso pode-se citar o excessivo número de atletas que surgiria nesta junção, a necessidade de altos custos para a presença de um grande número de tradutores, além de outras questões políticas. Porém, o reconhecimento e suporte do IOC ainda são mantidos (CISS, 2009).

Outra justificativa para a não participação de DA nos Jogos Paraolímpicos é o fato de que sua prática requer adaptações mínimas que não justificariam a entrada destes atletas em eventos paralelos. De fato, é comum a participação de DA em competições esportivas convencionais junto com atletas não-deficientes, inclusive em âmbito internacional (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

O esporte para DA se apresenta como uma esfera mais ampla do que o esporte convencional, representando uma comunidade específica para estes sujeitos. Segundo Craft e Lieberman (2004), o esporte para DA é uma forma de compreensão da cultura destes sujeitos e de seus padrões sociais de comportamento, ressaltando a honra de ser DA. Isso acaba fortalecendo certo sentimento de autonomia, mas dificultando também a junção do Deaflympics aos Jogos Paraolímpicos e o CISS a outros órgãos.

O CISS adota, em suas competições, regras praticamente idênticas às utilizadas em outros eventos do esporte convencional para pessoas sem deficiência. As alterações que se incorporam são as de comunicação, na qual são usados, além de sinais sonoros, também sinais visuais, como bandeiras (CRAFT; LIEBERMAN, 2004).

No Brasil, a CBDS (Confederação Brasileira de Desportos para Surdos), órgão responsável pela organização esportiva para o público DA, é filiada ao CISS e foi fundada em 1984, tendo realizado sua 1ª Olimpíada Brasileira de Surdos em 2002 (CBDS, 2009).

3.1.2. As Olimpíadas Especiais e o esporte num sentido re-significado.

As Olimpíadas Especiais caracterizam-se não apenas como uma competição esportiva destinada a pessoas com DI, mas também como movimento e instituição voltados ao desenvolvimento humano destes sujeitos, priorizando na maioria das vezes esse sentido, ao invés da própria competição em si.

O esporte adaptado para pessoas com DI é administrado internacionalmente por duas instituições com objetivos parecidos, porém, com formas de atuação diferentes: A SOI (Special Olympics Inc. – Organização das Olimpíadas Especiais, com objetivos ligados ao esporte num sentido re-significado), e a INAS-FID (Federação Internacional de Esporte para atletas com DI, com objetivos ligados ao esporte num sentido oficial). Neste momento do trabalho será enfocada a atuação da SOI, seguindo o critério de apresentar primeiro as entidades não participantes dos JP, visto que a INAS-FID encontra-se numa situação de membro e participante dos eventos do IPC (com fins organizacionais do texto, a INAS-FID será tratada num momento posterior, juntamente com outras federações componentes do IPC).

Embora haja uma diferença na filosofia entre as duas entidades, ambas não são adversárias, ao contrário, se complementam, visto que existem atletas que participam de eventos promovidos por ambas (INAS-FID, 2009).

As Olimpíadas Especiais - Special Olympic Inc (SOI) - surgiram em 1968, nos Estados Unidos, como uma organização de caridade sem fins lucrativos, criada por iniciativa da família Kennedy, mais especificamente, por Eunice Kennedy Shiver e pela Fundação Joseph Kennedy Jr., num acampamento para pessoas com DI. O IOC autorizou a SOI a utilizar o termo “Olimpíadas” em seu nome desde 1988 (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

O objetivo principal da SOI é a inclusão da pessoa com DI na sociedade através de programas de capacitação, e de inserção destes sujeitos em atividades unificadas, preparando o grupo social para percebê-los como indivíduos realizadores e produtivos, por meio da prática esportiva e outras atividades culturais oferecidas, assim como atuar de forma efetiva em sua sociedade.

Trata-se de um programa internacional de treinamento e competição esportiva em modalidades olímpicas durante todo o ano, vinculado com processos de educação voltados ao público com DI. Segundo Leitão (2002), está presente em 52 estados norte-americanos e mais

161 países. É aberto a pessoas com DI, com idade a partir de 8 anos em modalidades individuais (crianças com 7 anos ou menos, apenas podem participar dos treinamentos), e 15 anos em coletivas, desde que diagnosticado por profissional de saúde competente. Seu funcionamento é baseado na ação conjunta de atletas, familiares destes e voluntários.

As Olimpíadas Especiais compreendem desde a participação esportiva destes sujeitos, até programas voltados ao seu desenvolvimento pessoal na comunidade e escolas. Em todos os projetos da SOI é oferecida aos os atletas envolvidos a possibilidade de ganhar prêmios e certificados esportivos das equipes e torneios, usar uniformes e transporte iguais ao das equipes convencionais, participar de cerimônias de premiação internas (serem reconhecidos como atletas nas escolas ou clubes) e representar suas entidades nas competições das Olimpíadas Especiais em que estiverem classificados (KREBS, 2004). A SOI recebe ainda sujeitos com DF, desde que tenham a DI como característica principal (CASTRO, 2005).

A SOI é sediada em Washington, DC. Suas políticas e procedimentos são delimitados por um grupo de diretores que inclui empresários, políticos, atletas profissionais, educadores e especialistas internacionais em DI. É filiada ao Comitê Olímpico Norte-americano (USOC – o que confere certo vínculo ao IOC, porém, é um órgão internacional e autônomo, não filiado diretamente a nenhuma outra entidade de organização esportiva internacional para atletas com deficiência (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Os Jogos Internacionais da SOI ocorrem de 2 em 2 anos, intercalando entre Jogos de verão e inverno. Participam desses e de outros eventos da SOI indivíduos com DI e síndromes ligadas a esse grupo (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Para ser elegível ao programa, o atleta deve se classificar nas fases local, setorial, regional e nacional. Para começar a competir precisa ter, pelo menos, 8 semanas de treinamento (LEITÃO, 2002).

Na passagem de uma fase a outra, cada atleta vencedor de um grupo de classificação por habilidade concorre a um sorteio que define quem vai à outra etapa. Esse sistema é questionado, pois muitos não entendem por que não podem ir a uma nova fase se venceram suas disputas (LEITÃO, 2002).

Associado à disputa dos Jogos do Nível Mundial existe um programa de recepção dos atletas que inclui desde treinamentos até passeios turísticos pelas cidades-sede (LEITÃO, 2002).

Os primeiros Jogos Internacionais da SOI de Verão ocorreram em 1968, em Chicago, nos Estados Unidos. Já os de Inverno surgiram apenas em 1977, no Colorado, no mesmo país. O

número de participantes de cada país é definido por cotas pela SOI, com base no desenvolvimento de cada programa nacional (LEITÃO, 2002).

Embora tenha maior influência e número de eventos nos Estados Unidos, algumas edições de Jogos da SOI também ocorreram e ocorrem em outros países como, por exemplo, a Bélgica, em 1981 e a Irlanda, em 1985 (DE PAUW; GAVRON, 1995). Esses Jogos adotam regulamentos olímpicos para suas modalidades, desde que não neguem condutas próprias da SOI (KREBS, 2004).

O objetivo maior desses Jogos é preparar os atletas para a vida, utilizando o esporte como meio durante todo o ano e de forma permanente e não pontual. Tais eventos têm como premissa o fato de que sujeitos com DI têm o mesmo potencial de desenvolvimento atlético dos sujeitos sem esse tipo de deficiência. Por isso, a manifestação esportiva ligada a uma tentativa de vincular a um sentido re-significado, pois não exclui a competição, transforma o esporte em algo mais agregador e inclusivo, privilegiando e valorizando não só o vencedor, como também todos os integrantes, pelo processo de treinamento e participação. Aí reside, talvez a grande diferença entre os Jogos Paraolímpicos (ligados a um sentido oficial do esporte) e as Olimpíadas Especiais.

Seria ingenuidade negar a importância do treinamento visando a melhora de performance, principalmente devido ao fato de existirem etapas e cotas de participação nas competições (LEITÃO, 2002). Por isso, é possível afirmar que a re-significação do esporte, nesse caso, é ainda um processo em desenvolvimento, mas que se diferencia de uma forma totalmente oficial.

Nas competições da SOI não se tocam hinos nacionais, nem se hasteiam bandeiras e não há uma contagem de número de medalhas por país. É o esforço e as conquistas individuais que contam. O juramento das Olimpíadas Especiais deixa isso claro: *“Let me win. But if I cannot win, let me be brave in the attempt”* (Deixe-me vencer. Mas se eu não puder vencer, deixe-me ser bravo na tentativa) (LEITÃO, 2002).

Outra evidência que expressa o processo de re-significação do esporte se revela nos dados de Harada e Siperstein (2009), segundo os quais a maioria dos atletas norte-americanos das Olimpíadas Especiais, em nível nacional, faz parte de seus programas devido à busca por prazer e diversão. Os mesmos autores demonstram que 54% deles buscam a diversão, 21% visam fazer amizades, 13% buscam realização e empreendimento pessoal, 12% estão nas atividades por influência de outras pessoas e 10% apontam outros motivos.

Os critérios de premiação também respeitam um sentido re-significado do esporte, no qual os três primeiros colocados de cada disputa ganham medalhas, e os outros participantes recebem fitas simbolizando um prêmio de participação (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Tem-se também, como expressão deste sentido do esporte, a seleção de atletas para os jogos da SOI, que não se baseia apenas nas performances atléticas, mas também em outros critérios.

Os atletas escolhem as modalidades em que vão participar, porém, sempre dentro de seu nível de habilidade. Para que as disputas sejam niveladas e haja justiça nas participações, existe uma classificação para a participação dos atletas nesses eventos. O processo ocorre com base no nível de habilidade, idade e sexo dos participantes e não em relação ao seu grau de deficiência. Nesse sistema, a diferença de índices de resultados entre o primeiro colocado e o último não pode ser maior do que 15% (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Esse processo de classificação ocorre com base em performances anteriores ou baterias preliminares, procurando acomodar os atletas de forma que todos tenham chance de vitória (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Os grupos divididos não são denominados por números ou letras, expressando níveis. São utilizados nomes de frutas, cores, entre outros, não hierarquizando os mesmos (LEITÃO, 2002). Isso explicita um dos objetivos e princípios da SOI, de destacar as possibilidades de ação das pessoas com DI sem apontar suas limitações e dificuldades.

Embora haja propostas para profissionalização de alguns membros da SOI, a organização dos Jogos Mundiais conta com muitos voluntários, inclusive pessoas com DI que trabalham como organizadores de eventos e técnicos. A SOI não prioriza nem exige que essas pessoas tenham formação ligada a atividade física ou DI. Em termos mundiais, é grande o número de familiares e/ou voluntários sem formação específica envolvidos com a organização e o treinamento de atletas. Apenas em núcleos como o Brasil, França e Rússia, países em que a lei exige profissionais formados em Educação Física para atuarem nesta área, as pessoas com DI são maioria ou totalidade (LEITÃO, 2002). Para organizar os processos de treinamento e orientar os voluntários-treinadores, existe o “Special Olympics Skills Program Guides” (KREBS, 2004).

Nessas competições, não é cobrada nenhuma taxa de participação dos atletas, muito menos ingressos. A SOI sobrevive de fundos de doação para sua Fundação e do trabalho de seus cerca de 500.000 voluntários (LEITÃO, 2002).

A SOI detém programas nacionais pelo mundo. Cada um desses tem autonomia para seus treinamentos e competições, porém, seguindo diretrizes políticas e organizacionais específicas e padronizadas pelo órgão mundial (LEITÃO, 2002).

No Brasil existem programas de atividade física voltados ao público com DI. Como exemplo tem-se as Olimpíadas Especiais e as APAEs. O movimento das Olimpíadas Especiais no país surgiu em 1990, congregando 12 estados e o Distrito federal, sendo filiado à SOI (GORGATTI; GORGATTI, 2005) e com um programa de características próprias desvinculado da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) (CIDADE; FREITAS, 2002).

A Associação Olimpíadas Especiais Brasil gerencia o programa implantando coordenadorias estaduais que, desenvolvem núcleos de treinamento autônomos em relação ao treinamento e geração de recursos financeiros em seus estados, desde que de acordo com o calendário nacional. A maioria dos núcleos brasileiros encontra-se em entidades de educação especializada e todos os treinadores devem ser formados em Educação Física (LEITÃO, 2002).

3.1.3. O Comitê Paraolímpico Internacional e os Jogos Paraolímpicos

Conforme já apontado no capítulo anterior, os Jogos Paraolímpicos (JP) são fruto do trabalho do Dr. Ludwig Guttmann e dos envolvidos com os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville que, a partir de 1960, em sua 9ª edição, em Roma, ocorreu na mesma sede dos Jogos Olímpicos e passou a receber um tratamento diferenciado que deu origem aos Jogos Parolímpicos (JP). Desta forma, segundo Paciorek (2004), os Jogos que começaram como forma de terapia e re-inserção de sujeitos na sociedade, tornam-se o evento esportivo mais importante para pessoas com deficiência, cujo objetivo maior é a busca pela excelência atlética e exposição das capacidades de realização destes atletas.

Araújo (1998a) define o esporte paraolímpico atualmente como as modalidades esportivas praticadas por pessoas com deficiência, reconhecidas pelo Comitê Paraolímpico Internacional e apresentadas em eventos de sua promoção e gerenciamento.

Segundo Sherril (1999), o esporte paraolímpico refere-se a 3 critérios: Desejo de alcançar a excelência; performances com padrões próximos ao limite pessoal; igualdade no nível de competição ou próximo do mais alto nível de excelência para um evento particular, com uma classificação esportiva específica.

Isso se confirma, segundo Krebs (2004), em comparação às Olimpíadas Especiais. A autora diz que, enquanto a SOI oferece competição, treinamento e premiação a todos os participantes, independente de sua capacidade, os JP atendem apenas a atletas de elite, capazes de cumprir requisitos mínimos para sua inserção no esporte. Ou seja, é um evento aberto a sujeitos com índice de realização atlética que credencie sua participação. Além disso, os JP premiam apenas os 3 primeiros colocados em cada prova. Isso os caracteriza como uma manifestação esportiva de sentido estritamente oficial, ou seja, pautado na comparação de performances e na busca pelo campeão e excelência atlética num ambiente de alto rendimento.

Outros fatores que agregam um sentido ligado ao alto rendimento dos JP são a comercialização, as pesquisas em melhora de performance, novas tecnologias e redução de lesões, além da presença do *doping* (HOWE, 2004).

Enquanto as competições internacionais tendem a atrair grande parte da atenção da mídia, semelhante ao esporte convencional, pouquíssimos atletas com deficiência estão em condições atléticas de participar de competições no alto rendimento. A maioria desses sujeitos irá participar de eventos de pequeno porte em comunidades locais (PACIOREK, 2004).

O caráter oficial não desabona de forma alguma os JP. Pelo contrário, o esporte de alto rendimento tem seus pontos positivos e negativos, assim como o re-significado. Uma participação frustrada, assim como a elitização, são questões que o indivíduo que aceita entrar neste ambiente sabe que está sujeito a enfrentar e para isso deve estar preparado. O problema é quando atletas não preparados são inseridos no ambiente de alto rendimento ou quando o esporte oficial é a única opção de prática de uma pessoa. De acordo com Nyland (2009), os modelos de disputa das Olimpíadas Especiais e do paraolímpico devem ser respeitados e considerados como legítimos pela sociedade. Afinal, segundo Marques (2007), tanto o esporte oficial, quanto o re-significado, podem ser positivos, de acordo com a forma como são oferecidos e as expectativas, possibilidades, intenções e objetivos dos sujeitos envolvidos.

Atualmente, os JP podem ser considerados equivalentes aos Jogos Olímpicos (JO) em relação ao modelo e à participação de atletas de elite com DF, DV e DI. Ambas as versões, de verão e inverno, ocorrem de 4 em 4 anos, na mesma cidade-sede dos JO, 2 semanas após o término deste, utilizando as mesmas instalações e locais, apresentando, inclusive, muitas modalidades em comum. Podem ainda ser considerados, de acordo com Castro (2005), como o 2º maior evento esportivo do mundo. Os atletas paraolímpicos são tão atletas quanto os olímpicos.

A primeira edição dos Jogos, em 1960 incluiu os atletas com deficiência no ambiente do alto rendimento e contou com 400 participantes de 23 países, sendo deste, 230 competidores e marcou o início do envolvimento político e social de autoridades e personalidades, como o Papa João XXIII (ARAÚJO, 1998a). No mesmo período dos JP de 1964 realizados em Tóquio, Japão, foi fundada a Organização Internacional de Desportos para Deficientes (ISOD) (ARAÚJO, 1998a). Nesta edição dos Jogos pela primeira vez foi usado, de forma oficial, o termo “Paraolimpíada”, numa alusão à junção das palavras “paraplegia” e “olimpíada” (COSTA; SOUSA, 2004).

Para os JP de 1968, em Tel Aviv, Israel, foi construído o 1º complexo esportivo adaptado do mundo. Os Jogos de 1972, em Heidelberg, Alemanha, marcaram a estréia de uma delegação brasileira. Em 1976, em Toronto, Canadá, foram incluídos atletas com DV e com paralisia cerebral, acabando com a exclusividade de atletas com amputação e lesão medular nos Jogos. O Brasil conquista, neste evento, suas 2 primeiras medalhas (ARAÚJO, 1998a). No mesmo ano, devido ao aumento de participantes, propôs-se o nome de “The Oympiad for the physical disabled” (Olimpíada dos deficientes físicos) aos Jogos. A princípio negado pelo IOC (CIDADE; FREITAS, 2002), foi aceito e reconhecido apenas em 1984, nos JP de Nova York (CARVALHO, 2006; GOLD; GOLD, 2007).

Ainda em 1976, ocorreram os primeiros Jogos de Inverno, em Ornskoldrisk, Suécia. Até 1992, os Jogos de verão e inverno aconteceram no mesmo ano. (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

A partir da década de 1980, o movimento paraolímpico entrou num processo de cientificidade surgindo, então, a necessidade de implementar medidas que assegurassem as individualidades e igualdade nas competições esportivas, assim como a divisão dos atletas em classes de disputa (ARAÚJO, 1998a).

Em 1982 foi fundado o ICC (Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Atletas com Deficiência) através da junção dos trabalhos e atuações de federações internacionais ligadas ao esporte para pessoas com deficiência (ARAÚJO, 1998a). O ICC foi fundado para coordenar o esporte para pessoas com deficiência em nível mundial, e também para negociar com o IOC a participação destes atletas em eventos esportivos convencionais (DE PAUW; GAVRON, 1995). Este órgão organizou os JP de 1988 (verão e inverno) e colaborou na transição de informações para os Jogos de 1992 (verão), sendo este

último, com base numa nova comissão paraolímpica pautada em normas e procedimentos do ICC e do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) (GOLD; GOLD, 2007).

Com a manutenção do termo “Jogos Paraolímpicos” o prefixo “para” acabou mudando de sentido. O que antes era ligado a “paraplegia” hoje denota a idéia de “paralelo”, “próximo” ao movimento olímpico, agregando pessoas com deficiências diversas, assim como o espírito olímpico próprio dos Jogos.

Essa mudança de sentido da palavra “paraolímpico” é sintomática em relação à mudança do sentido dos Jogos, de uma forma ligada à reabilitação para a competição pautada na alta performance dos atletas (GOLD; GOLD, 2007).

Em 1988 foram realizados os JP no mesmo local e com a mesma estrutura dos Jogos Olímpicos (JO), contando com a participação de atletas com DV e DF, o que ocorre até os dias de hoje. Os Jogos de 1988 representam um grande marco histórico, pois pela primeira vez os JP receberam *status* parecido com os JO (JORDÁN, 2006).

A partir da abertura dos JP a pessoas com diversos tipos de deficiência, o Movimento Paraolímpico tem separado os atletas em 6 grupos (COMITÊ ORGANIZADOR DO JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007): Paralisia cerebral; Lesão medular/poliomelite; Amputação; Deficiência Visual; Deficiência Intelectual; *Les autres* (sujeitos com deficiências que não se enquadram nas classificações anteriores. Por exemplo, distrofia muscular, artrite reumatóide juvenil, nanismo, entre outras).

Segundo Penafort (2001), a organização, pela mesma cidade-sede, dos JO e JP significou e ainda é um avanço em termos organizacionais, pois contribui, inclusive, para o aumento da qualidade do legado deixado à mesma pelos Jogos. Por exemplo, toda modificação que possa ser feita em relação às barreiras arquitetônicas torna-se um benefício para as próprias cidades e soma-se à evolução política da sociedade e não somente do esporte adaptado. Tais benefícios contribuem para a realização de ações previstas em lei que favorece toda a sociedade. Embora, segundo Gold e Gold (2007), tenham ocorrido na mesma cidade, os JO e JP de 1988 foram organizados por comitês distintos, porém articulados.

No final da década de 1980, o ICC mostrou-se uma aliança frágil entre as federações, não tendo uma história fácil entre 1982 e 1987. Por isso, em 1987, representantes de 39 países e 6 federações internacionais reuniram-se num seminário em Arnhem, na Holanda, para discutir o futuro do esporte paraolímpico. Decidiu-se, então, que uma nova organização internacional

deveria ser criada para representar esse público em nível mundial. Dessa forma, os membros do ICC tornaram-se parte integral da nova organização e, em 1989, em Bonn, na Alemanha, nasceu o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) que, além de organizar o esporte, passou a ter comunicação direta e facilitada com o IOC (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Em 1989, o IPC (Comitê Paraolímpico Internacional) foi criado e designado como o representante dos princípios das organizações esportivas internacionais, num sentido oficial, para atletas com deficiência. Um de seus objetivos é a facilitação da integração do esporte adaptado com o convencional (ligado ao IOC). A mudança de foco e controle do ICC para o IPC foi símbolo de uma nova filosofia na busca da equiparação com o movimento olímpico internacional (ARAÚJO, 1998a). A criação desse órgão deu início ao surgimento de comitês paraolímpicos nacionais.

Na época de sua fundação, o IPC tinha como membros 5 Organizações esportivas (IOSD): IBSA, CP-ISRA, INAS-FMH, ISMWSF e ISOD. Nos dias de hoje, O IPC opera como organizador central de 162 comitês paraolímpicos nacionais, 5 corporações regionais, 4 organizações esportivas internacionais caracterizadas por deficiência e 13 federações internacionais de modalidades esportivas específicas. Centraliza as ações organizacionais do esporte paraolímpico, pois, antes de sua criação, este era gerenciado internacionalmente por federações esportivas representadas de maneira não muito forte politicamente pelo ICC, que tinham a responsabilidade de constituir um calendário esportivo específico (DE PAUW; GAVRON, 1995).

O IPC é administrado pela Diretoria Executiva e sua equipe, com assessoramento de 5 conselhos e 12 comitês (IPC, 2009). São missões desse órgão (IPC, 2005): garantir o crescimento e fortalecimento do movimento paraolímpico, através do desenvolvimento dos Comitês Nacionais em todos os países, e dar suporte às atividades de todos os seus membros; supervisionar e garantir a organização bem-sucedida dos JP; agir como órgão gerenciador das modalidades controladas pelo IPC, incluindo a premiação e reconhecimento de Jogos e campeonatos mundiais e regionais ligados a diferentes deficiências; promover esporte para atletas com deficiências sem discriminação política, religiosa, econômica, de deficiência, racial, gênero ou orientação sexual; dar suporte e encorajar pesquisas e atividades científicas que contribuam para o desenvolvimento e promoção do movimento paraolímpico; garantir que no movimento paraolímpico o espírito de *fair play* prevaleça, a violência seja banida, os riscos de saúde de

atletas sejam controlados e que os princípios éticos sejam atuantes; contribuir para a criação de um envolvimento esportivo livre de drogas para todos os atletas paraolímpicos, em união com a Agência Mundial Anti-doping (WADA).

Nesse processo de desenvolvimento do IPC foi criada a bandeira paraolímpica formada pelas cores azul, verde e vermelho que, segundo Castro (2005), representam a mente, o corpo e o espírito, e segundo o Comitê de organização dos Jogos Parapanamericanos Rio 2007 (2007), simboliza as cores mais encontradas em bandeiras de países de todo o mundo.

O símbolo do IPC, lançado em 2003, possui 3 “agitos” que circundam um ponto central, enfatizando o papel do IPC de reunir atletas de todo o mundo e propiciar condições para competirem (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007).

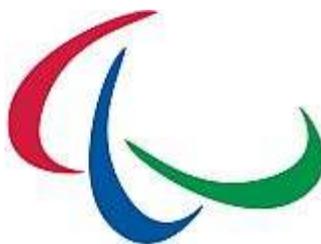


Figura 1: Símbolo do IPC.

O período entre os JP de 1988 e 1992 marcou a transição da estrutura administrativa dos JP (PEERS, 2009). Em 1992, os Jogos contaram com 3100 atletas de 24 países. Foi a última competição organizada sob tutela do ICC (ARAÚJO, 1998a). Também nesse ano os JO e JP foram gerenciados pelo mesmo comitê de organização. Esse tipo de comitê é formado pela cidade-sede dos Jogos, com a responsabilidade de prepará-los. Tanto o IOC, quanto o ICC ou IPC participaram do mesmo oferecendo suporte técnico. Em setembro de 1992, o IPC foi reconhecido pelo IOC como a principal entidade mundial do esporte para pessoas com deficiência (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Num primeiro momento, o IPC tornou-se um parceiro do Comitê Organizador dos JP de 1992. Como resultado dessa associação, tornou-se apto a exercer forte influência na direção e organização dos próximos JP (HOWE; JONES, 2006).

O IPC teve um crescimento rápido entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Isso contribuiu para estabilizar uma extensiva rede de mais de 160 nações filiadas que, em alguns casos, replicam essa forma de organização do IPC às suas organizações nacionais. Além dos JP, o IPC organiza alguns campeonatos e calendários mundiais de algumas modalidades que não possuem federações específicas e são vinculadas diretamente a este órgão (HOWE; JONES, 2006). Além disso, atua no recrutamento e desenvolvimento de atletas em todos os níveis de performance (IPC, 2005).

O IPC tem como slogan tornar os atletas com deficiência capazes de realizar esporte com excelência e inspirar e excitar o mundo. Essa idéia é ligada ao empoderamento de atletas em relação à esperança de que suas performances inspirem outros a grandes realizações. Nisso se baseia a ideologia do movimento paraolímpico (HOWE; JONES, 2006).

O lema do IPC “espírito em movimento” traduz o que o movimento paraolímpico procura alcançar. A possibilidade de atletas de todos os lugares se unirem numa mesma cena, inspirando e contagiando o mundo com suas performances (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007).

Os Jogos Paraolímpicos de inverno de 1994, em Lillehammer, foram os primeiros organizados sob a tutela integral do IPC (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007), e a partir daí ocorrem no mesmo ano dos JO de inverno.

Com os recursos humanos das federações que o compõem (atletas, administradores voluntários e sistemas de classificação), o IPC fez dos JP o mais reconhecido e possivelmente mais influente veículo de promoção do esporte para pessoas com deficiência (HOWE; JONES, 2004).

Seguindo as tendências do esporte convencional para não-deficientes o esporte paraolímpico, durante a década de 1990, entra num processo que dura até os dias de hoje, de profissionalização e comercialização de suas práticas, sendo esse movimento uma característica do esporte contemporâneo que surge após a Guerra Fria (MARQUES et al., 2009). O IPC, seguindo uma tendência administrativa próxima ao IOC, que compreende a dinâmica do esporte do final do século XX e início do XXI, conduz o processo de mercantilização de práticas esportivas para pessoas com deficiência, o qual se fortalece principalmente através do aumento

de cobertura da mídia e da perspectiva profissional de gerenciamento de eventos e entidades (HOWE; JONES, 2004).

Assim, o esporte paraolímpico em menor escala do que o olímpico agrega valores ligados ao profissionalismo, estando sujeito aos mesmos pontos positivos e negativos desta tendência. Porém, é frágil e perigoso questionar a validade do caminho liderado pelo IPC, pois, fazendo parte do esporte contemporâneo, principalmente o esporte para pessoas com deficiência ligado ao alto rendimento, essa forma de manifestação esportiva precisa associar-se a ideais de profissionalismo e mercantilização para sobreviver e continuar crescendo.

Em 1996 foram agregados aos JP os atletas com DI que apresentam agravos leves, mas apenas como convidados vislumbrando uma participação mais efetiva em edições posteriores (ARAÚJO, 1998a). Esse convite surgiu após a ocorrência, em 1992, na cidade de Madrid, Espanha, dos 1º Jogos Paraolímpicos para Deficientes Mentais, num período próximo aos JP de Barcelona (DE PAUW; GAVRON, 1995).

A partir de 1996, em qualquer proposta de organização para jogos entre 2008 e 2014, a cidade candidata dos JO deve conter também os JP (PACIOREK, 2004). Esse prazo acabou se prolongando.

Esse processo de organização conjunta deve considerar ambos os eventos com a mesma importância, sem privilégios ou prejuízos entre eles. Logo, cidades que não possuíam tradição ou legislação específica de inclusão e adaptação para pessoas com deficiência acabavam ficando em desvantagem no processo de seleção e incorporação dos JP à sua candidatura. É o caso de Atenas, por exemplo, que sediou os Jogos em 2004. Com pouca estrutura voltada ao esporte adaptado elaborou um plano específico, a “Disabled Agenda”, para a construção de locais e formas de acesso que atendessem aos atletas com deficiência. Tais empreendimentos deveriam servir para o treinamento desse tipo de atleta no futuro. No caso de Atenas, foram necessárias grandes adaptações e medidas para sua adequação aos JP. A seleção de uma cidade-sede, no século XXI, exige não apenas a quebra de barreiras arquitetônicas, mas também uma recepção bem feita aos atletas com deficiência e à idéia de diversidade (GOLD; GOLD, 2007).

Nesse sentido, Jordán (2006) aponta uma tendência constante dos Comitês Organizadores dos JP, nos últimos anos, para o investimento em transporte público acessível às pessoas com deficiência. O que acaba sendo um importante legado às cidades-sede.

Embora a organização dos Jogos ocorra com base num mesmo comitê, Carvalho (2006) aponta que nunca se pretendeu fundir os dois Jogos, exceto num ato restrito de atletas ocorrido na década de 1990. Sempre se defendeu a preservação da identidade que é própria do esporte para pessoas com deficiência, da mesma maneira que nunca se pretendeu isolar os atletas com deficiência do esporte regular.

Nos JP de Sidney, em 2000, os atletas com DI foram incluídos de forma oficial nas modalidades basquetebol, atletismo, natação e tênis de mesa. Porém, devido a problemas de elegibilidade, ou seja, no processo de comprovação de deficiência, e a uma conseqüente fraude, um grupo foi excluído de edições posteriores dos Jogos, até que fosse criado um novo sistema de classificação, mais confiável. Essa fraude ocorreu na equipe de basquetebol masculino da Espanha, que havia conquistado a medalha de ouro com alguns atletas não-deficientes que haviam falsificado laudos e exames para participarem do evento (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

A exclusão de atletas com DI dos Jogos acaba por afastar uma grande parcela de possíveis atletas deste evento, visto que, segundo Adilson Ramos, presidente da Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais (ABDEM), durante os Jogos de Sidney 70% dos atletas com deficiência são pessoas com DI (CRAIDE, 2000).

Os Jogos marcaram também um crescimento acentuado da divulgação e do público presente nas disputas. O basquete em cadeira de rodas contou com média de 15.000 espectadores por dia durante os JP de Sidney (JORDÁN, 2006).

Em 2001, após vários anos de cooperação foi anunciado, na sede do IOC, em Lausanne, Suíça, um acordo em que o IPC e o IOC reconhecem partilharem de uma visão comum quanto ao direito de todos os seres humanos buscarem desenvolvimento físico e intelectual através do esporte. Esse acordo diz respeito a: (1) ações de apoio financeiro por parte do IOC, ao IPC; (2) troca entre as duas entidades, de representantes em comissões conjuntas; (3) zelo à organização dos JP ao obrigar que as cidades candidatas aos JO contemplem a organização dos 2 Jogos (CARVALHO, 2006).

Embora IPC e IOC trabalhem junto, o IOC ainda preserva seus direitos em relação ao logotipo olímpico (cinco anéis), sendo exclusivo. O logotipo do IPC foi originalmente criado para os JP de 1988 e transformado duas vezes, em 1994 e 2003 (GOLD; GOLD, 2007).

Esse processo de parceria não foi exatamente pontual, entre 2000 e 2006 foram assinados 4 acordos entre IPC e IOC (GOLD; GOLD, 2007):

- Outubro/2000: o acordo aproximou as duas instituições, fazendo do presidente do IPC um membro do IOC e garantindo ao IPC presença em 11 comissões do IOC, inclusive a comissão de avaliação que examina os projetos dos candidatos a cidade-sede dos Jogos. O IOC ainda repassa um subsídio de US\$ 3 milhões por ano ao IPC para desenvolvimento de projetos e ajuda a atletas;

- Junho/2001: definiu que o local-sede dos JO abrangeria também os JP num curto período de tempo após o primeiro, utilizando as mesmas instalações, estrutura e facilidades. A partir dos Jogos de 2008 e 2010, há integração total entre os comitês organizadores dos 2 eventos;

- Agosto/2003: Revisão de direitos de imagem de televisão e marketing dos JP. O IOC pagou ao IPC US\$ 9 milhões pelos Jogos de 2008 e US\$ 14 milhões pelos de 2010 e 2012;

- Junho/2006: esse acordo estendeu os anteriores até os anos 2014 e 2016, aumentando a verba para o IPC e classificando a função conjunta dos 2 comitês na organização dos Jogos.

Por tais acordos, que ajudaram e ajudam no crescimento do IPC e dos JP, não há razões, nos dias de hoje, para haver uma desvinculação entre IOC e IPC, pois isso enfraqueceria o movimento paraolímpico (SAINSBURY, 2004).

A partir dos Jogos de inverno de Salt Lake City, Estados Unidos, em 2002, que os comitês organizadores das cidades-sede passaram a trabalhar, de forma generalizada, na gerência dos JO e JP. Uma das vantagens dessa associação é a realização dos dois Jogos na mesma cidade-sede. Essa junção dependia, anteriormente, de um acordo entre IOC e IPC, do bom grado da cidade-sede e dos patrocinadores envolvidos. Entre 1964 e 1988 muitas cidades candidatas aos JO negaram a organização conjunta dos jogos, devido à maior exigência quanto à adaptação arquitetônica e de verbas complementares, principalmente após a inserção de diferentes tipos de deficiências a partir de 1976 (GOLD; GOLD, 2007).

A associação entre IOC e IPC acaba por facilitar a gerência de ambos os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e fortalece a perspectiva profissional dos mesmos. Com base nessa associação, ambos tomam um caráter de espetacularização mais acentuado, criando novas situações na forma de organização.

Algumas conseqüências se apresentam como fruto desse processo. Uma delas é o corte do crescimento do número de atletas nos Jogos Paraolímpicos a partir da edição de 2004, devido a certa demanda organizacional e de mídia. O limite próximo de 4000 participantes, determinado pelo IOC, visa tornar os JP um produto mais destinado ao mercado (HOWE; JONES, 2004). Essa medida baseia-se na tentativa de facilitação de algumas estratégias de venda dos Jogos, como a criação de ídolos (menos atletas com mais destaque), melhora na divulgação e valorização de resultados, menos campeões paraolímpicos (valorizando mais estes feitos).

Esse tipo de limite dificulta a entrada de novas modalidades nos JP. Para que isso corra, além de um grande jogo político favorável, é necessária a saída de alguma outra forma de disputa (COSTA, 2009b).

De todo modo, o IPC exige que, para ser incluída nos Jogos, uma nova modalidade deva ser praticada em, pelo menos, 15 países, de 3 continentes (CASTRO, 2005). Além disso, deve contar com, pelo menos, 6 atletas de 4 nações diferentes classificados, além de ter no mínimo, 10 atletas no ranking mundial do IPC. Porém, devido a divisões dos atletas em classes, nem sempre isso ocorre (HOWE, 2004). Os JP de verão de 2008, em Pequim, China, contaram com 4200 participantes, de 147 países (NYLAND, 2009).

Em 2009, a Assembléia Geral do IPC votou em favor da re-inclusão de atletas com DI a partir dos JP de Londres/2012, com base no relatório dos sistemas de avaliação e classificação da INAS-FID (Federação internacional responsável pelo esporte, num sentido oficial, para pessoas com DI). Esse relatório apresenta uma estrutura conceitual direcionada ao desenvolvimento de um sistema de critérios e elegibilidade por esporte específico, e em diretrizes para um novo código de classificação de graus de agravos, por modalidade. Para participar dos Jogos, o atleta deve se enquadrar no código e ser registrado por meio de documentos próprios da INAS-FID, não envolvendo comitês paraolímpicos nacionais (IPC, 2009).

A re-inserção dos atletas com DI será progressiva, com um número reduzido de modalidades no início, e não implicará na redução do número de participantes em outros grupos de deficiência. Dessa forma, as modalidades destinadas a esses sujeitos nos JP de Londres/2012 serão: natação, atletismo, tênis de mesa e remo (IPC, 2009). Posteriormente, outras modalidades que queiram incluir os atletas com DI deverão apresentar um código de avaliação de elegibilidade específico.

Sendo as duas expressões máximas do esporte contemporâneo, a vitória, ou a medalha, nos JO e JP deveriam ter o mesmo valor para atleta, mídia e sociedade em geral.

3.1.3.1. As Organizações federativas do movimento paraolímpico. Suas ligações com o IPC e as competições regionais.

No decorrer de sua história, o movimento paraolímpico esteve vinculado a diferentes grupos organizacionais. No seu início, foi gerido pela direção dos jogos de Stoke Mandeville. Ao se transformar em Jogos Paraolímpicos, passou a ser guiado por entidades ligadas a diferentes grupos de deficiência que, em 1982 fundaram o ICC, organização que deu origem ao IPC.

O esporte paraolímpico tem estrutura organizacional parecida com o olímpico, com uma entidade “guarda-chuva” (no caso, o IPC) e outras que se filiam a ela para participarem de seus eventos e discussão (Federações Internacionais- IF, Comitês nacionais- NPC, Comitês de Organização de Jogos, Organizações Esportivas Internacionais - IOSD). Tais organizações têm e tiveram um papel fundamental na administração e desenvolvimento do esporte paraolímpico, pois, além de serem agentes diretamente ligados às transformações deste sub-campo do esporte, elas atuam nos processos de disputa por capitais específicos e econômico nesse ambiente.

As instituições esportivas funcionam como organizações de ostentação burocrática que, além de outras coisas, desenvolvem um modo de sustentar práticas pela padronização de regras, organizando, fiscalizando e regulando o esporte. Outra função social destas entidades é a distribuição de recompensas e valores externos (financeiros) à própria realização do sujeito. O IPC é um exemplo de instituição que procura bens externos através de patrocinadores, apoios, contratos de TV, entre outros (MORGAN, 2002).

Prioritariamente, a função das IOSD é de classificar os atletas em grupos de disputas e definir questões técnicas para as disputas esportivas (HOWE; JONES, 2006).

Atualmente, os principais agentes atuantes no meio esportivo para pessoas com deficiência são o IPC, as entidades organizadoras de esporte para pessoas com deficiência (IOSD), as federações Internacionais (IF), os Comitês de Organização dos JP e JO e os Comitês Nacionais (NPC) – que têm a responsabilidade de organizar a representação dos países nos JP e junto ao IPC. O nível de autoridade e responsabilidade destes comitês varia de país a país (DE PAUW; GAVRON, 1995). Por exemplo, enquanto algumas nações têm tanto Comitês Olímpicos

quanto Paraolímpicos (Brasil) como entidades independentes, outras, como os Estados Unidos, têm seu Comitê Paraolímpico alocado dentro da estrutura do Olímpico (USOC).

No caso do tipo de organização norte-americana, todos os órgãos reguladores esportivos nacionais afiliados ao USOC devem permitir a participação de atletas com deficiência em suas modalidades. Isso acabou estimulando a fusão de algumas entidades e controlando tanto o esporte convencional como o adaptado. Esse processo recebe o nome de “Integração vertical” (PACIOREK, 2004).

São entidades que alocam e organizam as ações dos sujeitos em seu espaço social, dando-lhes legitimidade e limites de atuação. Por isso, é de fundamental importância compreender seu processo de surgimento, alocação no espaço, e o modo como atuam no movimento paraolímpico.

Esse processo de exploração e busca por caracterização dos agentes atuantes no sub-campo em questão faz-se importante, pois, de acordo com a lógica de Bourdieu, para compreender as interações sociais é preciso identificar as posições e capitais em disputa no espaço em questão.

Nessa rede de relações, as IOSD e as IF são responsáveis por organizar modalidades esportivas específicas em nível internacional. Elas têm autoridade para eleger e regular eventos ligados às suas modalidades nos JP. As Federações Nacionais devem fazer parte das IOSD ou IF correspondentes a seus campos de atuação. As IOSD se definem com base em grupos com deficiências específicas, enquanto que as IF delimitam-se por modalidades esportivas. Um esporte controlado por uma não diz respeito à outra.

Em contraste com a organização olímpica, que tem órgãos que gerenciadores para os esportes específicos, na organização paraolímpica as IF também se apresentam de forma poliesportiva, se organizando, em alguns casos, por deficiência (DE PAUW; GAVRON, 1995).

As entidades de organização esportiva para pessoas com deficiência (IOSD) podem ser classificadas como monoesportivas ou poliesportivas. As poliesportivas, com função muito semelhante à de um órgão nacional regulador de esporte não convencional, oferecem treinamento e competição em diversas modalidades para pessoas com uma deficiência específica. Essas instituições representam um grupo definido por sua deficiência. Já as monoesportivas promovem a participação em uma única modalidade, abarcando diversos tipos de deficiência (PACIOREK, 2004). Independente de sua forma de organização, cada entidade organiza seus Jogos Mundiais e, a cada 4 anos, participa dos JP (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Embora exista uma corrente de pensamento neste ambiente que defenda que o ideal para o desenvolvimento mais duradouro e pródigo do esporte adaptado seria que os mesmos órgãos responsáveis pelo esporte convencional, para não-deficientes, se tornem responsáveis pelo esporte para pessoas com deficiência, pois seria mais fácil criar um atendimento apropriado nesta estrutura, do que criar novas estruturas (ARAUJO, 1998a), o que se observa no decorrer da história é um processo diferente, pautado na criação de organizações específicas para o esporte adaptado.

A partir do início do século XXI, nota-se uma tendência em entidades ligadas ao esporte convencional de abarcar também o esporte adaptado como, por exemplo, a Federação Internacional de Tênis de Mesa, movimento não tão intenso atualmente no Brasil. Porém, como este é um processo lento e ainda não consensual, hoje em dia as organizações esportivas apresentam um caráter heterogêneo que por vezes, pode complicar ações e dificultar trabalhos conjuntos em algumas modalidades esportivas.

A história das IOSD está diretamente vinculada com as transformações sofridas pelo movimento paraolímpico. Foram elas que organizaram os JP de 1960 a 1988 (durante este processo algumas outras entidades foram fundadas). As organizações atuais que participam deste grupo são: IBSA, CP-ISRA, IWAS, INAS-FID, todas vinculadas ao IPC. As IF (como por exemplo a WOVD e a IWBF), por sua vez, são mais novas e com campo de atuação mais restrito, normalmente ligado a uma modalidade esportiva específica, porém, ainda assim, algumas delas são filiadas ao IPC também. As modalidades esportivas que não estão vinculadas nem a alguma IOSD, nem a IF, são caracterizadas como “IPC Sports”, e são gerenciadas pelo próprio IPC.

Em 1952 foi fundada a ISMGF (Federação Internacional de Stoke Mandeville), que durante os jogos de 1988 passou a ser denominada de ISMWSF (Federação Internacional de Esportes em Cadeiras de Rodas de Stoke Mandeville). Inicialmente este órgão contemplava as pessoas com lesão medular e posteriormente passou a integrar atletas com poliomelite e amputados. Foi organizador dos Jogos Paraolímpicos de 1960.

No ano de 1964, em Paris, surgiu a ISOD (Organização Internacional de Esportes para Deficientes), com o intuito de organizar eventos esportivos para pessoas com deficiência que não eram abarcadas pelos Jogos de Stoke Mandeville. Atendia a DV, amputados e outras DF (DE PAUW; GAVRON, 1995).

As competições da ISOD começaram a causar insatisfação em alguns grupos no final da década de 1970. No início da década de 1980, houve um desmembramento em organizações diferentes para cada tipo de deficiência, quebrando a hegemonia da ISOD, através do surgimento da IBSA e CP-ISRA.

Em 1978, a CP-ISRA (Associação Internacional de Esportes e Recreação para Pessoas com Paralisia Cerebral), devido ao considerável crescimento do número de atletas, foi reconhecida pela ISOD como um órgão específico pra organizar o esporte para pessoas com paralisia cerebral. Em 1981 foi fundada, em Paris, a IBSA (Associação Internacional de Esportes para Cegos), como uma consequência ao aumento do interesse e de oportunidades de expansão de competições para atletas com DV (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Esse desmembramento surgiu devido à necessidade de processos e regras de organização específicos para cada tipo de deficiência (ARAÚJO, 1998a). Após esta dissolvição, a ISOD passou a agregar apenas os atletas com amputação e o grupo *Lés autres* (distrofia muscular, esclerose múltipla, nanismo, poliomelite).

A fundação do ICC, em 1982, significou uma nova perspectiva organizacional nesse ambiente, pois este órgão tornou-se uma forma de expressão para as demais instituições (IBSA, CP-ISRA, ISMWSF e ISOD), além de simbolizar certa união de forças para a organização de JP que abarcasse diversos tipos de deficiências. Esse movimento começou em 1976, devido ao trabalho conjunto da ISOD e ISMWSF. Além disso, o ICC fortaleceu tais grupos, que assim ganharam poder de representação junto ao IOC (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Em 1986 foi fundada, na Holanda, a INAS-FMH (Federação Internacional para Pessoas com Desvantagem Mental), com o objetivo de organizar competições para pessoas com deficiência mental. No mesmo ano, tanto o CISS, quanto a INAS-FMH uniram-se ao ICC (DE PAUW; GAVRON, 1995). O primeiro, ligado aos DA, se retirou do IPC em 1995.

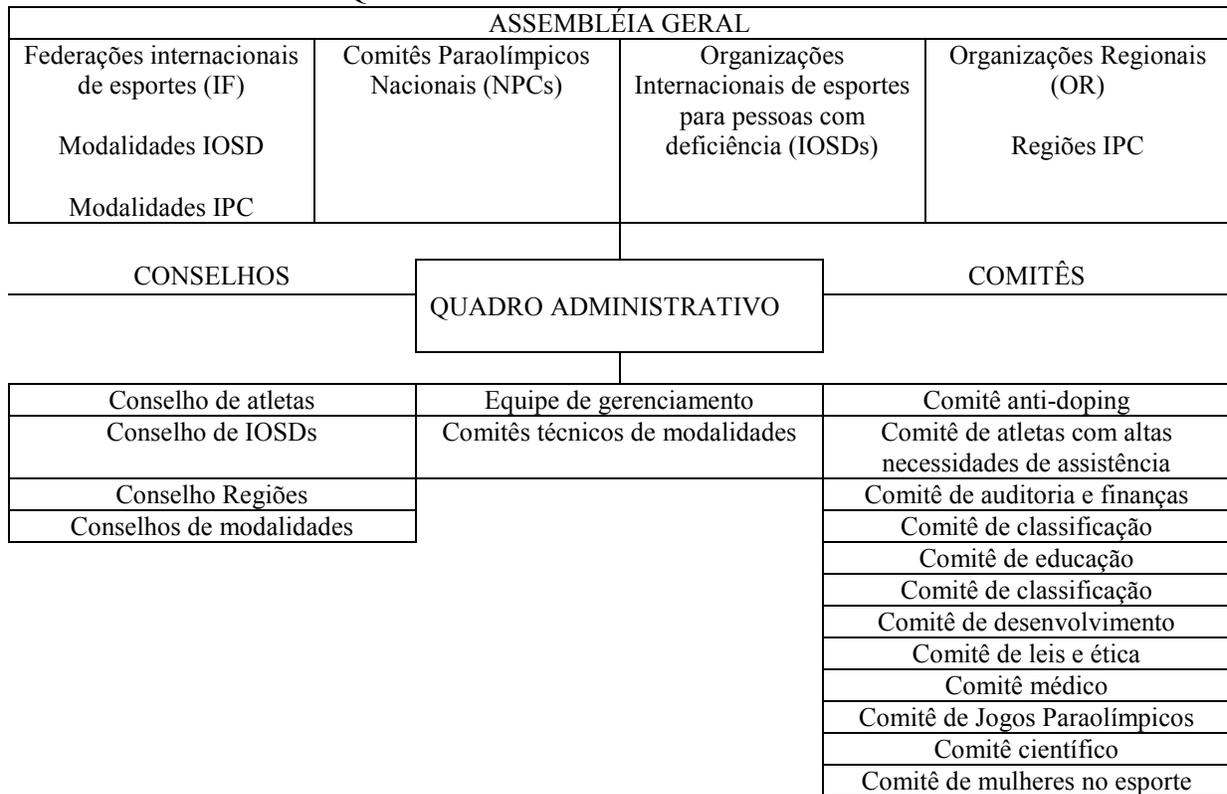
Até 1992, a INAS-FMH organizou apenas campeonatos mundiais para seu público específico. Neste ano lançou, com o apoio do IPC, os jogos Paraolímpicos para pessoas com desvantagem mental, em Madrid. (DE PAUW; GAVRON, 1995). Esta IOSD foi a última a participar dos Jogos Paraolímpicos. Esteve presente apenas entre 1996 e 2000, quando foi banida. Porém, retornará em 2012. A partir do século XXI, devido a alterações na forma como as pessoas com desvantagem mental passaram a ser chamadas (pessoas com incapacidade ou deficiência intelectual - DI), a INAS-FMH mudou de nome para INAS-FID.

Na década de 1990, surgiram algumas federações monoesportivas ligadas não exatamente a um tipo de deficiência, mas sim, a uma modalidade esportiva. Nesse processo, as IOSD que cuidavam destas disputas tiveram que abrir mão do controle, que agora segue a autonomia dessas novas IF. Tem-se como exemplo dessas instituições a WOVD (Organização Internacional de Voleibol para pessoas com deficiência), fundada em 1992, e a IWBF (Federação Internacional de Basquetebol em cadeira de Rodas), fundada em 1993 (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Em 2004, devido à necessidade de fortalecimento político e maior abrangência entre atletas, a ISOD e a ISMWSF se fundiram, criando a IWAS (Federação Internacional de Esportes para Amputados e Cadeirantes), e passando a englobar, de forma integrada, o esporte para seus respectivos grupos de atletas com deficiência.

Atualmente, o IPC conta como membros todos os Comitês Paraolímpicos Nacionais (NPCs) e 5 Comitês Paraolímpicos Regionais (ROs) – referentes aos continentes, 4 Organizações do esporte adaptado divididas por deficiência (IOSDs) - IBSA; IWAS; CP-ISRA; INAS-FID, Federações Internacionais (FIs) – ligadas a modalidades esportivas específicas, sendo que destas apenas os NPCs não têm direito a voto em suas decisões. Esta é a estrutura organizacional atual do IPC (IPC, 2010):

Quadro 1: ESTRUTURA GERAL DO IPC



Adaptado de IPC (2010)

Com base nas diferentes formas de organização próprias do movimento paraolímpico, surgem tanto competições em nível mundial (organizadas pelo IPC, IOSD e IF), como em âmbito regional (organizadas por federações e comitês regionais – continentais, nacionais, entre outros). Como exemplo destas competições tem-se a realização dos seguintes eventos: 1962 – I British Common-Wealth Multisports Games, na Austrália (CASTRO, 2005); 1967 - I Jogos Pan-americanos para pessoas com lesão medular, amputação e poliomelite (GORGATTI; GORGATTI, 2005); 2007 – Jogos Parapanamericanos, no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, foram organizados na mesma cidade utilizando as mesmas estruturas dos Jogos Pan-americanos convencionais (MIRANDA, 2008).

A divisão que existe na organização do esporte paraolímpico, ligada às IOSD, IF e IPC, acarreta na descentralização do poder político e econômico sobre o esporte e também no desenvolvimento de competições regionais e mundiais promovidas por entidades diferentes para uma mesma modalidade. Embora isso possa ser positivo, do ponto de vista do aumento de

oportunidades de prática, também diminui a importância dos resultados atléticos nos diferentes jogos, principalmente quando existe mais de uma versão para um mesmo nível de disputa, como os Jogos Panamericanos, por exemplo, que podem ser administrados tanto pela organização americana, quanto por IF de modalidade específica (OLIVEIRA FILHO et al, 2006).

Uma coordenação maior entre as entidades organizadoras do esporte em nível regional pode ser benéfica do ponto de vista de competições mais abrangentes, com maior valor, porém negativa se a criação de mais oportunidades e vagas de disputa ser visto como um ponto positivo da existência de tantas organizações.

Quanto às formas de financiamento, as IOSD se diversificam, em parte. Todas se sustentam com base principal nos subsídios de seus membros nacionais. A IBSA ainda conta com apoios e patrocínios (IBSA, 2010), quanto à INAS-FID, são as organizações nacionais que a subsidiam (INAS-FID, 2009), assim como a IWAS (IWAS, 2010) e a CP-ISRA (CP-ISRA, 2010).

3.1.2. O esporte paraolímpico no Brasil

Diversos países, em todo o mundo, organizam-se de forma a melhor desenvolver seu esporte adaptado. Embora com estruturas organizativas sempre parecidas com as do esporte convencional, não existe um modelo único de estruturação destes órgãos.

Por exemplo, nos países escandinavos existe uma estrutura específica para o esporte adaptado. Na Alemanha, o órgão gerenciador do esporte para pessoas com deficiência é alocado dentro da Federação Alemã de Esportes (DSB), o que lhe dá parcial autonomia. Na Holanda, existe uma única federação para todas as deficiências, assim como no Reino Unido. No Canadá, a organização de esportes para atletas com deficiência é um órgão controlado pelo governo (DE PAUW; GAVRON, 1995).

No Brasil, a prática social que a atividade motora adaptada vem desenvolvendo nas duas últimas décadas aponta para duas tendências: uma voltada para a prevenção e reabilitação por meio do esporte e lazer, e outra preocupada com a formação de atletas, em diferentes modalidades esportivas adaptadas, para participação em eventos nacionais e internacionais (CARMO, 2006). Ao tratar do esporte paraolímpico brasileiro, tem-se como foco principal a segunda esfera apontada.

No Brasil, o esporte adaptado se desenvolve dentro de uma esfera diferente do esporte convencional. Enquanto em alguns países a organização é conjunta (como no caso dos Estados Unidos), no Brasil, embora haja um Ministério do Esporte que é soberano a qualquer forma de prática esportiva (exceto, até certa medida, à escolar), as entidades organizativas dessas formas de manifestação do esporte trabalham de forma separada e autônoma.

Essa divisão tem ligação com a estruturação histórica do esporte adaptado no Brasil, que se implantou num ambiente em que o modelo de organização da manifestação convencional já se encontrava sedimentada.

O esporte adaptado brasileiro começou a ser praticado por iniciativa das próprias pessoas com deficiência e dentro dos princípios de reabilitação e organização desses próprios sujeitos (ARAÚJO, 1998a).

O esporte adaptado competitivo mundial tem sua origem na reabilitação de soldados e em organizações de veteranos de guerra. O esporte adaptado brasileiro nasceu neste mesmo contexto e foi influenciado pelo modelo norte-americano ligado à formação de entidades classistas e associações em nível internacional (ARAÚJO, 1998a; GORGATTI; GORGATTI, 2005).

O Movimento Paraolímpico Brasileiro, fruto do crescimento e desenvolvimento do esporte adaptado no país, tem 3 estágios importantes em sua história, que o colocam na situação atual: Fundação de Clubes; Criação de Comissões e CPB; Lei Agnelo/Piva e crescimento como potência internacional (atual) (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

O início do movimento esportivo para pessoas com deficiência no Brasil deu-se em 1957, com apresentação da equipe de basquetebol em cadeira de rodas “Pan Jets”, dos Estados Unidos, a convite de Sérgio Seraphim Del Grande (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE (2006).

Um marco histórico inicial do esporte adaptado em nosso país, tem-se o ano de 1958, com a Fundação do Clube do Otimismo (CO), no Rio de Janeiro, e do Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP). Em 1959 houve o primeiro jogo de basquetebol em cadeira de rodas entre os dois clubes. A primeira participação internacional de atletas brasileiros ocorreu em 1960, com a viagem do Clube dos Paraplégicos de São Paulo a Roma para a disputa do I Campeonato Mundial de Basquetebol em cadeira de Rodas (ARAÚJO, 1998a).

O CPSP teve como fundador Sérgio Serafim Del Grande e o CO, Robson Sampaio. Ambos foram para os Estados Unidos e Inglaterra, sucessivamente, onde passaram por reabilitação de lesões medulares e tomaram contato com o esporte como forma de tratamento, o

que os motivou a trazer estas práticas para o Brasil. Eles trouxeram a idéia de esporte adaptado ao país depois de terem praticado modalidades em cadeira de rodas no exterior (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Após a criação dos clubes e início das disputas, houve a necessidade de criar entidades organizativas deste tipo de esporte. A esse respeito, tem-se registros de 1959, com a fundação da federação desportiva de Surdos do Estado do Rio de Janeiro (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

No início da implementação do esporte adaptado brasileiro as entidades organizadoras necessitavam de autonomia financeira e organizativa. Como o crescimento do esporte adaptado no Brasil deveu-se ao trabalho conjunto de ONG's, decretos-lei e interesses políticos, seu início foi pautado em certa fragilidade estrutural das organizações, por isso, a participação de atletas em competições internacionais era bastante difícil, quase inviável (ARAÚJO, 1998a). Porém, mesmo sem uma política específica e apoios institucionais, a primeira participação brasileira em Jogos Paraolímpicos deu-se em 1972.

É na década de 1970 que o esporte adaptado nacional começa a dar sinais de crescimento, com bons resultados internacionais (medalhas nos JP de 1976) e a criação de entidades organizativas (ANDE, juntamente com o Conselho Nacional de Desporto - CND) (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004). A Lei 6.251/75, que regulava o CND delineou a forma como as entidades organizativas esportivas foram criadas no Brasil (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Durante os anos de 1976 e 1981, houve mobilização (ligada à busca por melhoria das condições de atendimento a pessoas com deficiência, como consequência da resolução 31/123 da ONU, de 1976) de segmentos públicos e privados, com o objetivo de estabelecer um processo de conscientização e envolvimento em níveis internacional, nacional, regional e local. Nesse período, não havia um órgão governamental nem legislação específica para a Educação Física e o esporte adaptado no Brasil. Tais atividades eram ligadas ao CENESP (Centro Nacional de Educação Especial – um órgão do governo federal), embora suas atividades estivessem pautadas, de forma geral, à educação especial (ARAÚJO, 1998a).

Devido, principalmente ao Ano Internacional das Pessoas com deficiência, 1981, a década de 1980 foi marcada também, no Brasil, pela preocupação com a formação de professores e profissionais especializados na área de Atividade Física Adaptada (CASTRO, 2005). Como

consequência disso é possível afirmar que no século XXI haverá um mercado aberto no esporte adaptado para o profissional especializado nesse campo (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

As ações de institucionalização do esporte adaptado brasileiro acabaram por canalizar formas e meios de discussão em torno dos problemas que envolvem as pessoas com deficiência como um todo (ARAÚJO, 1998a).

Araújo (1998a, p.35) defende que somente na segunda metade da década de 1980 é que o governo federal passou a se preocupar com o segmento ligado ao esporte adaptado. O mesmo autor aponta o processo de institucionalização do esporte adaptado no Brasil entre a década de 1980 e final de 1990, que, segundo ele, se baseou em ações governamentais pontuais e não numa política pública específica:

- Congressos Brasileiros do Esporte para Todos (EPT) em 1982, 1984 e 1986 – apresentaram-se como um espaço aberto para apresentação de trabalhos desenvolvidos com pessoas com deficiência, que, em sua maioria, eram ligados a sujeitos com DI;

- Projeto Integrado Secretaria Nacional de Educação e Desporto (SEED/Ministério da Educação - MEC) e CENESP – 1984-1985 – busca por articulação política e desenvolvimento de um programa de Educação Física e esportes para o público com deficiência, em nível federal. Além de estudos das condições em que essas pessoas eram atendidas. Ação esta motivada pela presença marcante desta área de trabalho nos Congressos do EPT – Como resultado deste projeto, tem-se a criação de cursos formadores de profissionais voltados à área de Educação Física para pessoas com deficiência;

- Plano nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente, entre 1985 e 1990 (Plano de ações, no sentido da integração da pessoa com deficiência, durante o governo de José Sarney) e a criação da Coordenadoria para a Integração da Pessoa Deficiente – CORDE, um órgão federal ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Além disso, foi apresentado um Plano de Ações de 89 itens ligados ao desenvolvimento científico, técnico e formativo na área de Educação Física e esportes adaptados;

- Plano Plurianual, entre 1991 e 1995 (Plano Geral de esporte do Governo Collor) – Aplicado após a criação, em 1990, da Secretaria de Desportos, órgão pertencente à estrutura organizacional do governo (SEDES). Nele, existia um departamento voltado à pessoa com deficiência que estabeleceu programas ligados a Educação Física especial e esportes adaptados.

Com a entrada do governo de Itamar Franco, a Secretaria foi transferida para o MEC (Ministério da Educação), continuando com ações sobre o esporte adaptado.

Em 1997, a CORDE foi transferida para a Secretaria dos Direitos da Cidadania, do Ministério da Justiça, o que enfraqueceu muito suas ações (ARAÚJO, 1998a). Entre 1996 e 1999, foi desenvolvida a proposta geral para o esporte nacional, do IDESP (Instituto Nacional de desenvolvimento do Desporto), que incluía o atendimento a pessoas com deficiência (ARAÚJO, 1998a).

É importante destacar que, durante este processo, em 1988, devido a impossibilidade legal para fundação do CPB pela constituição vigente (1975), foi formada pela CORDE a Comissão Paradesportiva Brasileira, composta por representantes do governo federal, SEED/MEC e CORDE, além dos presidentes das associações de organização esportiva adaptada, para organizar a participação do Brasil nos JP de 1988, em Seul (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Com a promulgação da Constituição de 1988 (que ainda estabelece que é dever do Estado fomentar práticas esportivas como direito de todo cidadão, o que intensifica sua responsabilidade em envolvimento em programas de desenvolvimento esportivo) e a mudança nas leis esportivas, foi criado em 1990 o Departamento de Desportos para Pessoas Portadoras de Deficiência (DEPED), órgão da SEDES. Em 1991, foram incluídos no orçamento desta organização, pela primeira vez, recursos específicos para o esporte adaptado (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Um exemplo da ação do poder público brasileiro em relação ao fortalecimento do esporte adaptado é a inserção de provas para pessoas com deficiência nos Jogos Abertos do Interior do Estado de São Paulo no ano 2000 (PENAFORT, 2001).

O processo de institucionalização do esporte adaptado no Brasil envolveu também o surgimento de entidades organizadoras do esporte no país. Como o Brasil mantém um modelo organizativo semelhante à estrutura de gerência internacional do esporte adaptado, as entidades brasileiras têm procurado trilhar caminhos estabelecidos por órgãos internacionais, seja incorporando as orientações, seja buscando acompanhar as evoluções nos diferentes campos de conhecimento que esta área envolve (ARAÚJO, 1998a).

Embora filiadas ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, as entidades têm certa autonomia organizativa e podem coordenar e avaliar a participação de atletas brasileiros em competições internacionais ligadas às suas modalidades ou deficiências (VAZ, 2001).

Tem-se como entidades organizativas do esporte adaptado no Brasil:

- FENAPAES: Federação nacional das APAE's. Fundada em 1962, órgão voltado atualmente apenas ao atendimento e desenvolvimento de pessoas com DI. Até 1981, englobava em seus eventos esportivos também DV e DA. Não é vinculada a nenhuma outra instituição esportiva brasileira e realiza seus eventos de forma independente;

- Associação Olimpíadas Especiais Brasil: Criada em 1990. É o órgão que organiza as Olimpíadas Especiais no país, além de estabelecer o contato com a SOI.

- CBDS: Confederação Brasileira de Desportos para Surdos. Criada em 1984, órgão filiado ao CISS. Era membro do CPB em sua criação, porém não faz mais parte deste órgão. Mas o início do esporte para pessoas com DA no Brasil é anterior, deu-se em 1957, com base no Instituto Nacional de Educação de Surdos.

- ANDE: Associação Nacional do Desporto para Deficientes. Primeira associação de dirigentes de esporte adaptado no país, fundada em 1975. No início cuidava do esporte para todas as deficiências, até a década de 1980, quando houve o surgimento de outras entidades e a separação de alguns grupos. Atualmente organiza a participação de atletas com paralisia cerebral e o grupo *Les autres*. Internacionalmente é filiada à CP-ISRA;

- CBDC: Confederação Brasileira de Desporto para Cegos. Fundada em 1984 como Associação Brasileira de Desporto para Cegos, foi transformada em Confederação em 2005 e teve suas atividades encerradas em 2009. Congregava clubes e associações regionais de todos os estados brasileiros. Era filiada à IBSA. Com seu fechamento, as modalidades das quais cuidava ficaram a cargo do CPB.

- ABDF: Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Físicos. Fundada em 1990, é herdeira da ABDA (Associação Brasileira Desportes para Amputados). É filiada à IWAS.

- ABDEM: Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais, fundada em 1989 e desvinculada da APAE em 1995 e filiada à INAS-FID. Também não tem vínculo com a SOI Brasil.

- CBBC: Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas. Surgiu a partir de desvinculação desta modalidade da ABRADACAR (Associação Brasileira de Desporto

em cadeira de Rodas), em 1996. Com o fim desta segunda entidade no início do século XXI, devido à sua desfiliação da IWAS e CPB, além de enfraquecimento político, as demais modalidades envolvidas com a mesma passaram aos cuidados do CPB.

- CBTMA: Confederação de Tênis de Mesa Adaptado: Fundada em 2001, segue o mesmo processo da CBBC.

- ABVP: Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico. Fundada em 2003.

- CPB: Comitê Paraolímpico Brasileiro. Fundado em 1995, a partir de ações conjuntas da ABDEM, ANDE, ABDC e ABDA. É filiado ao IPC. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com duração e tempo indeterminado. Atende às solicitações do IPC e é o elo de ligação entre associações, governo, instituições internacionais e iniciativa privada dispostas a incentivar e investir no esporte para pessoas com deficiência. O CPB tem como afiliados as associações e confederações dirigentes do esporte adaptado para pessoas com DV, DI e DF em nível nacional. Porém, não envolve todos os tipos de deficiência, como por exemplo, as atividades das pessoas com DA, da FENAPAES e as Olimpíadas Especiais. O CPB não contempla todas as formas de manifestação do esporte adaptado, destinando seus esforços ao esporte paraolímpico de alto rendimento em nível nacional e internacional.

O CPB surgiu com base na união de associações ligadas ao esporte adaptado e foi precedido por comissões que organizaram a participação do Brasil nos JP de 1988 e 1992. A concepção deste Comitê surgiu da necessidade de centralizar as informações e meios de comunicação esportivas, e principalmente pela exigência do IPC de se relacionar com apenas um órgão em cada país (PENAFORT, 2001). Um ano depois de sua fundação, o CPB organizou os I Jogos Brasileiros de Paradesporto, em Goiânia (CPB, 2009a). As modalidades que não estão vinculadas a nenhuma das associações descritas são geridas pelo CPB.

O CPB ainda realiza eventos esportivos em âmbito nacional, ligados ao seu calendário próprio. E emite sua chancela em eventos de associações filiadas a ele. Isso possibilita a classificação de atletas para competições internacionais e seleções brasileiras (VAZ, 2001).

A primeira vez que uma pessoa com deficiência assumiu o comando da presidência do CPB foi em 2001, o ex-atleta paraolímpico Vital Severino Neto, com DV desde a infância. Em 2002, o CPB foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília, com o objetivo de facilitar contatos políticos (CPB, 2009a).

Os objetivos do CPB são (CPB, 2009a):

- **Gerais:** Consolidar o Movimento Paraolímpico Brasileiro, visando o pleno desenvolvimento e difusão do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência no Brasil;

- **Promocionais:** Aumentar a visibilidade do Movimento Paraolímpico no Brasil; Facilitar a divulgação e comercialização do Movimento Paraolímpico para a conquista e fidelização de clientes; implantar um programa de Licenciamento do Movimento Paraolímpico no Brasil.

- **Técnicos:** Subsídios técnico-científico às equipes representantes do Brasil; criação de ranking nacional de atletas; padronização de métodos e instrumentos de avaliação de performance de atletas; fomentar competição no país na busca por novos talentos; estimular a participação brasileira em competições internacionais; capacitar profissionais; planejar e atuar na aposentadoria e período pós-carreira de atletas, ajudando na capacitação profissional; elaborar um calendário para o Movimento Paraolímpico Brasileiro; padronizar instrumentos de gerência de associações e clubes paraolímpicos.

A criação do CPB não apenas reformulou a estrutura do esporte paraolímpico no Brasil, como também a forma ideológica como era visto o esporte para pessoas com deficiência, ganhando um aspecto mais organizado e profissional. A atuação deste órgão mudou o rumo do esporte adaptado brasileiro que, de um sentido apenas ligado à participação, passou para o de competição e excelência em resultados (MELLO, 2001).

Com base nestas informações, tem-se que a estrutura do esporte paraolímpico brasileiro é semelhante à do esporte olímpico. A diferença é que as associações nacionais que representam os atletas paraolímpicos são formadas, em sua maioria, em função do tipo de deficiência e não de uma modalidade específica (COSTA; SOUZA, 2004). E podem ser classificadas como poliesportivas.

Embora exista uma estrutura internacional voltada à organização do esporte adaptado e o Brasil, além de fazer parte dela, ainda adota o mesmo modelo para sua organização interna, da

mesma maneira existem propostas para unificação de entidades em nível internacional, no país, autores como Araújo (1998a) propõem que a centralização de processos e funções seria benéfica para o esporte.

Esse discurso é fortalecido por Penafort (2001), que aponta a aproximação entre associações do esporte adaptado entre si, e com as do esporte convencional, fazem-se interessantes, ocorrendo barateamento de eventos, uma maior massificação do esporte adaptado, facilitação da aproximação entre esporte adaptado e Estado, e uso da estrutura já conquistada pelo esporte convencional, por parte da prática para pessoas com deficiência.

Da mesma forma como acontece em âmbito internacional nota-se no Brasil profundas transformações e transmutações de entidades organizativas do esporte. Por exemplo, tem-se a associação da ISMWSF com a ISOD para a formação da IWAS, em nível mundial, e o fim da ABRADecAR, com surgimento de federações monoesportivas no Brasil, como no caso da Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas. Para Vaz (2001), esse movimento de fortalecimento de entidades monoesportivas enriquece a modalidade, possibilitando melhor participação de atletas e aumento do número de eventos específicos.

É importante citar também a existência no país, mais uma vez acompanhando movimentos internacionais, de associações voltadas tanto ao esporte convencional, como ao adaptado. Um exemplo é o departamento de tênis de campo adaptado dentro da CBT (Confederação Brasileira de Tênis).

Com base na teoria de Bourdieu, pode-se compreender tal fato pela necessidade de fortalecimento (ascensão na escala social) de algumas entidades ou agentes e a criação de novos órgãos, como a ferramenta encontrada para a entrada do “novo” no sub-campo, em detrimento das formas de distribuição de capital do “velho” representado pelas entidades extintas. Além disso, expressa a relativa autonomia do sub-campo no país, visto o seguimento de uma mesma tendência internacional.

Pode-se observar ainda que, embora haja propostas num sentido de centralização do poder organizativo do esporte adaptado, e conseqüente redução do número de entidades, a cada dia surgem novas organizações com poderes de decisão, descentralizando a distribuição de capital no campo.

Durante o início do século XXI ainda é possível notar algumas mudanças em relação à política de esporte adaptado no Brasil que facilitaram a ação de entidades ligadas a este

fenômeno, principalmente à atuação do CPB, e inauguraram a terceira fase histórica do esporte adaptado no país.

Esse novo período, que dura até hoje, caracteriza-se pelo aumento da profissionalização do esporte olímpico e paraolímpico, maior autonomia financeira e ações ligadas ao crescimento do país como potência esportiva.

São pilares desta transição a criação de leis que promoveram a organização do esporte paraolímpico no Brasil, maiores recursos financeiros e, conseqüentemente, maior capacidade de realização.

A Lei Agnelo/Piva, sancionada em 16 de julho de 2001, conhecida por esse nome por causa de seus autores, o então Senador Pedro Piva (PSDB-SP) e o então Deputado Federal Agnelo Queiroz (PC do B-DF), estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Do total destes recursos, 85% são destinados ao COB e 15%, ao CPB (BRASIL, 2004a). A partir da Medida Provisória nº 502, de 20 de setembro de 2010, o repasse desses valores às confederações e federações ocorrerá com base em contratos firmados entre COB, CPB e esses órgãos, que determinarão as metas a serem cumpridas, em contrapartida ao valor recebido (BRASIL, 2010b).

É esta a maior fonte de verba do CPB atualmente, juntamente com o patrocínio das Loterias da Caixa Econômica Federal, cuja parte da arrecadação é destinada ao CPB e COB (COSTA, 2009a). Segundo a Revista Época (2008), o CPB recebe cerca de R\$ 15 milhões de patrocínio das Loterias da Caixa. O COB, R\$ 80 milhões e para os JP de 2008, o CPB recebeu R\$ 2 milhões da Cosipa como patrocínio.

A vantagem dessa legislação é que, pela primeira vez, o CPB passou a contar com verba fixa e, a partir daí pôde planejar suas ações com mais tranquilidade e a médio e longo prazo (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Esta lei tem permitido a formulação e o desenvolvimento de um planejamento estratégico para a consolidação e expansão do movimento paraolímpico no país (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

No início do governo do presidente Luiz Inácio da Silva, no ano de 2003, foi criado, pela medida provisória nº 103, o Ministério do Esporte, com o objetivo de formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano (BRASIL, 2004c).

No ano de 2004, foi realizada a I Conferência Nacional do Esporte, com o objetivo de aprovar uma política de esporte e lazer com foco na inclusão social. E desse encontro surgiu a proposta de criação do Sistema Nacional de Esporte, com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento. Um sistema descentralizado e regionalizado, baseado em discussões e solicitações que tiveram como base as fases municipal, estadual e federal, na tentativa de abarcar necessidades e princípios do esporte em todo o país (BRASIL, 2004c).

São princípios do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer (BRASIL, 2004c): o projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade; o reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais; a inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie; a gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos.

Suas diretrizes são (BRASIL, 2004c): descentralização da política esportiva e de lazer; gestão participativa; universalização do acesso; controle social da gestão pública; desenvolvimento da nação; integração étnica, racial, socioeconômica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiência e com necessidade especial de qualquer natureza; desenvolvimento humano e promoção da inclusão social.

E seus objetivos (BRASIL, 2004c): promover a cidadania esportiva e de lazer na sua dimensão científica, política e tecnológica, com ênfase nas pesquisas referenciadas socialmente; democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira; descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer; detectar e desenvolver talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas com e sem deficiência de rendimento; fomentar a prática do esporte educacional e de participação para toda a população, e fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.

Este sistema foi um importante passo referente à política pública de esportes no país, pois garantiu formas de financiamento e gerenciamento esportivo afetando, inclusive, o esporte paraolímpico.

Outro benefício legal destinado a atletas no Brasil, que acabou afetando positivamente o grupo paraolímpico é a bolsa-atleta instituída pela Lei 10.891, de 2004, destinada aos atletas praticantes do esporte de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – IOC e ao Comitê Paraolímpico Internacional - IPC.

Essa bolsa visa permitir o sustento mínimo de atletas de alto rendimento para que possam se dedicar exclusivamente a seu treinamento e participação em competições, desenvolvendo assim suas carreiras esportivas (FLORENCE, 2009). É uma facilitação ao atleta, porém seus valores, principalmente em nível nacional, não representam exatamente um salário, mas sim, como cita a autora acima, uma ajuda de custo.

A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo empregatício entre os atletas beneficiados e a administração pública federal. Originalmente, para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos (BRASIL, 2004b): I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil; II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil; III – estar em plena atividade esportiva; IV – não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário; V – não receber salário de entidade de prática desportiva; VI – ter participado de competição esportiva em âmbito nacional e/ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta; VII – estar regularmente matriculado em instituição de ensino público ou privado, sendo esta exigência exclusiva para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil.

As Bolsas-Atleta são concedidas pelo Governo Federal pelo prazo de 1 (um) ano, configurando 12 (doze) recebimentos mensais. Os atletas que já receberem o benefício e conquistarem medalhas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos serão indicados automaticamente para renovação das suas respectivas bolsas. Existem 4 categorias de atletas para recebimento da bolsa, com valores específicos, aumentando conforme o nível (BRASIL, 2004b):

- **Estudantil:** Atletas a partir de 12 (doze) anos de idade, participantes dos jogos estudantis organizados pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação nas

modalidades individuais ou que tenham sido selecionados entre os 24 (vinte e quatro) melhores atletas das modalidades coletivas dos referidos eventos e que continuem a treinar para futuras competições nacionais – Valor R\$ 300,00;

- **Nacional:** Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional e/ou que integrem o ranking nacional da modalidade, em ambas as situações, tendo obtido até a terceira colocação, e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades regionais de administração do desporto (federações) e das entidades nacionais do desporto (confederações) – Valor R\$ 750,00;

- **Internacional:** Atletas que tenham integrado a seleção nacional de sua modalidade esportiva representando o Brasil em Campeonatos Sul-americanos, Pan-americanos ou Mundiais obtendo até a terceira colocação, e que continuem a treinar para futuras competições internacionais. As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades nacionais do desporto (confederações) – Valor R\$ 1.500,00;

- **Olímpico e Paraolímpico:** Atletas que tenham integrado as Delegações Olímpica e Paraolímpica Brasileira de sua modalidade esportiva e que continuem treinando para futuras competições internacionais - Valor R\$ 2.500,00.

Do ponto de vista dos atletas, em relação a estas formas de apoio financeiro, Florence (2009) expõe dados relativos a 18 brasileiros campeões paraolímpicos nos JP de 2004, em Atenas. De maneira geral, os atletas apontam que esse suporte só acontece mediante grandes conquistas de resultados e sua manutenção, e que em sua maioria vivem com os ganhos da Bolsa-Atleta. Isso faz com que alguns deles trabalhem de forma paralela e desvinculada do esporte, com medo do fim do apoio financeiro.

A questão financeira destes atletas apresenta com os seguintes aspectos: escassez do apoio financeiro privado e instabilidade do apoio governamental, o que dificulta a presença da prática esportiva como sua única atividade cotidiana. Mesmo assim, todos vêm com bons olhos esse processo, visto que ser pago como atleta transforma seu modo de se relacionar com a sociedade, dando-lhe mais autonomia e papel importante inclusive em sua família (FLORENCE, 2009). Ou seja, é possível que o esporte de alto rendimento seja uma das inúmeras vias de contribuição para a inclusão social. Embora isso aconteça apenas com a minoria dos atletas.

Porém, em 20 de setembro de 2010, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou a Medida Provisória do Esporte de Alto Rendimento, nº 502, na qual estabelece algumas alterações frente ao Programa Bolsa Atleta, Lei Agnelo/Piva e Rede Nacional de Treinamento.

Quanto ao Bolsa Atleta, este documento cria duas novas categorias: Esporte de Base e Atleta Pódio.

O Esporte de base visa suprir as necessidades da categoria Estudantil e não contempla esportistas de destaques em categorias iniciantes de todas as modalidades olímpicas. Há casos de modalidades, como tiro esportivo, por exemplo, que o atleta de base já passou da idade de receber a Bolsa Estudantil. O valor mensal do benefício será de R\$ 370,00 (BRASIL, 2010b).

Quanto ao Atleta Pódio, este será beneficiado com bolsa de até 15 mil reais mensais, atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais. Para ter direito ao benefício, os desportistas devem estar entre os 20 melhores do mundo em sua prova, segundo ranqueamento oficial da entidade internacional da modalidade. Além disso, eles deverão ser indicados pelas respectivas confederações, COB ou CPB e pelo Ministério do Esporte. Nesse novo sistema, os atletas são beneficiados por um ciclo olímpico, ou paraolímpico, completo. Podendo, inclusive no caso de já ter contrato de patrocínio, ter o benefício por parte do Governo Federal (BRASIL, 2010b).

Outra mudança é o reajuste dos valores da Bolsa Atleta como um todo. A categoria Estudantil passará de R\$ 300,00 para R\$ 370,00; a Nacional passa de R\$ 750,00 para R\$ 925,00; a Internacional passa de R\$ 1.500,00 para R\$ 1.850,00; e Olímpica/Paraolímpica passará de R\$ 2.500,00 para R\$ 3.100,00 mil. Além disso, os valores serão reajustados anualmente por um indexador que será definido na regulamentação da lei (BRASIL, 2010b).

Além disso, a partir de 2011, será feita a exigência de exames antidoping no atleta beneficiário do Ministério do Esporte (BRASIL, 2010b).

No ano de 2006, foi realizada a II Conferência Nacional do Esporte, baseada na mesma estrutura da anterior, com o objetivo de criar o Sistema Nacional de Esportes adequado às necessidades reais do país, com base em reflexões sobre a aplicação do mesmo. Uma de suas propostas foi o encaminhamento da Lei de Incentivo Fiscal (BRASIL, 2007).

Conseqüentemente, no mesmo ano, outro avanço em relação ao financiamento e geração de recursos para o esporte no país entrou em vigor com a promulgação da Lei do Incentivo fiscal, sob o nº 11.438, em dezembro de 2006. Esta lei prevê que de 2007 a 2015 poderão ser deduzidos

do imposto de renda devido, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos do esporte convencional e adaptado, previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. Pessoas físicas poderão doar ou usar como patrocínio até 6% do imposto devido, e as pessoas jurídicas – empresas, clubes sociais, entidades de classe, entre outros –, até 4% (BRASIL, 2006).

Os beneficiários poderão tratar de qualquer uma das formas de manifestação legais do esporte: alto rendimento, participação, educacional. É vedada a utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei para o pagamento de remuneração de atletas profissionais, nos termos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, em qualquer modalidade desportiva (BRASIL, 2006). Essa lei beneficia não somente o CPB, mas também, e principalmente, atletas e entidades esportivas que passam a ter maior oferta de patrocínio e apoios financeiros.

Com o apoio de tais formas de financiamento, implantadas após os JP de Sidney/2000, foi criada a Equipe Paraolímpica Permanente (EPP), composta por técnicos, atletas e guias. A seleção dos atletas se faz com base em resultados técnicos anteriores e avaliações em centros de excelência esportiva (CASTRO, 2005). Essa iniciativa possibilita, até hoje, uma preparação mais adequada aos atletas paraolímpicos brasileiros.

Em junho de 2010, foi realizada a III Conferência Nacional do Esporte, com o tema “Plano decenal do esporte e lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Através de debates, seguindo a mesma estrutura das outras conferências, foram realizadas propostas para contribuir com a elevação do padrão esportivo positivo do Brasil e tornar o esporte e lazer fatores que venham a impulsionar o país no cenário internacional. Este tema deriva, principalmente, das eleições do Brasil como sede das Copas do Mundo de Futebol de 2014 e JO e JP de 2016, e a busca por resultados esportivos expressivos em nível internacional (BRASIL, 2009). Como resultado deste encontro, tem-se propostas de mudanças ou inserções à Política Nacional de Esportes, ligadas à melhoria do esporte brasileiro como um todo, especialmente aquele ligado ao alto rendimento.

Quanto a esta categoria específica, tem-se como proposta de ação a Promoção de eventos esportivos com ênfase na divulgação de mídia nas categorias de base. E como metas provenientes desta edição da Conferência (BRASIL, 2010a): criação de políticas de transmissão e divulgação proporcionais às categorias de alto rendimento e categorias de base nas modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas; criar uma rede nacional pública em canal aberto para a promoção

de modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas; realizar eventos esportivos e paradesportivos com maior frequência em todos os níveis de governo, selecionar novos talentos e divulgar através da mídia os eventos e resultados; estipular cotas mínimas de transmissão e divulgação de eventos esportivos de todas as modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas nos meios de comunicação subsidiados pelo governo, com as devidas condições de acessibilidade.

Costa (2009b), em palestra proferida no III Congresso de Ciência do Desporto, na Universidade Estadual de Campinas, em 2009, apontou algumas intenções de realização do CPB, visando o crescimento do esporte paraolímpico no Brasil: manutenção de equipes permanentes; criação de cargo de técnico nacional de modalidades permanentes; criação de cargo de coordenador técnico de modalidades; criação de centros de treinamento; busca da continuidade do Circuito Brasil Paraolímpico Caixa de Atletismo e Natação nas 5 regiões do país; Intercâmbios internacionais de técnicos e atletas; manter uma equipe de avaliação física por modalidade; investir na aquisição de equipamentos e tecnologia; Investimento na equipe de classificadores funcionais, pois a classificação no Brasil ocorre, às vezes, de forma diferente dos processos internacionais.

Embora seja uma realidade incontestável, o esporte paraolímpico no Brasil encontra sérias dificuldades para seu crescimento: problemas como infra-estrutura dos clubes e associações de esportes, locais não apropriados, materiais e equipamentos inadequados, pouca conscientização das próprias pessoas com deficiência e suas famílias sobre a importância do esporte como fator de auxílio na vida social e a falta de profissionais habilitados e preparados para atuarem com esse público, principalmente no que diz respeito a avaliação e metodologia de treinamento (COSTA 2009a).

Em contrapartida, a cada evento internacional o Brasil tem apresentado melhores resultados. O investimento tem aumentado, sendo a maioria os investidores ligados a órgãos do governo, ou empresas estatais, como a Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil, entre outros. Porém, a maioria do investimento do governo se coloca, até 1998, no esporte de alto rendimento (ARAÚJO, 1998a). Isso possibilita facilidades para ascensões técnicas, como a vivida pelo esporte paraolímpico brasileiro.

O Brasil tem estado na elite dos JP de verão, ficando entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas na edição de 2008, em Pequim, China. Isso é consequência tanto de um

aumento no número de atletas da delegação brasileira nos Jogos, 188 (4ª maior delegação de todo o mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Grã-bretanha), quanto do número de provas disputadas pelo país (17, das 20 oferecidas) e de uma notável ascensão técnica, acompanhada de ações administrativas e organizacionais (COSTA, 2009a).

O Brasil, junto com alguns países como a Ucrânia, tem dado grande importância a atletas paraolímpicos e sua preparação. Segue abaixo tabela demonstrativa da evolução das delegações brasileiras, em termos de resultados, nos últimos JP (COSTA, 2009a, p. 2):

Tabela 1: Quadro de medalhas do Brasil em Jogos Paraolímpicos de Verão recentes.

JOGOS PARAOLÍMPICOS	DELEGAÇÃO GERAL	NÚMERO DE ATLETAS	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÚMERO DE MEDALHAS			
				ouro	prata	bronze	total
ATLANTA, 1996	98	59	37°	2	6	13	21
SIDNEY, 2000	104	63	24°	6	10	6	22
ATENAS, 2004	168	98	14°	14	12	7	33
PEQUIM, 2008	319	188	9°	16	14	17	47
TOTAL	689	408		38	42	43	123

Adaptado de Costa (2009a).

O esporte paraolímpico, e adaptado de forma geral, do Brasil, tem alcançado resultados internacionais mais expressivos do que o convencional. Embora isso ocorra, é maior a atenção e desenvolvimento do segundo sobre o primeiro em nosso país (PENAFORT, 2001), visto maior distribuição de renda para o esporte olímpico, em relação ao paraolímpico (justificado pela maior possibilidade de retorno midiático).

Por isso, o movimento paraolímpico brasileiro encontra-se num estágio muito importante e favorável, seguindo uma onda crescente de divulgação, amplitude e resultados que deve ser aproveitada.

Segundo Costa (2009a), o esporte paraolímpico no Brasil chegou num momento crucial, de grande decisão política em relação ao seu destino. Ou toma-se o caminho de se adequar à realidade das grandes potências internacionais, no que diz respeito à profissionalização dos dirigentes e de ações de efetiva participação dos métodos científicos de avaliação e treinamento de atletas e equipes, visando manter-se no alto escalão esportivo, ou opta por um caminho de

conformismo em relação aos resultados já alcançados e à necessidade de adaptação de processos, equipamentos e treinamentos.

Como um passo a ser destacado, tem-se a recente organização da Comissão Científica do Comitê Paraolímpico Brasileiro que visa sistematizar, organizar e viabilizar pesquisas científicas ligadas a este objeto, contribuindo para o seu desenvolvimento e crescimento.

4. PROBLEMATIZAÇÃO E ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE ESFERAS DE ANÁLISE DA PESQUISA.

Este trabalho busca uma análise exploratória a respeito do esporte paraolímpico brasileiro, a partir de dados que indiquem características sociais deste fenômeno. Nesse sentido, três vertentes são propostas como diretrizes para uma análise sociológica deste objeto: 1) o processo de treinamento, recrutamento e coordenação dos classificadores funcionais; 2) a profissionalização no esporte paraolímpico; 3) a presença de pessoas com deficiência na gerência de entidades organizativas desta forma de manifestação do esporte. Estas esferas de análise se justificam por serem eventos que produzem diferenças sociais e estipulam formas diversificadas de capital no sub-campo.

Para tal, faz-se neste ponto do texto uma apresentação sobre os três temas, baseada em análise de dados relativos a referências bibliográficas, com a finalidade de problematizar as esferas de análise.

4.1. Componentes sociais dos Jogos Paraolímpicos.

Para compreender e descrever as relações sociais próprias do sub-campo do esporte paraolímpico faz-se necessário, ao considerá-lo como um espaço social com autonomia relativa, primeiramente caracterizá-lo em relação à sua estrutura formativa e distribuição de classes e agentes, além de situá-lo no ambiente de outros sub-campos dentro do esporte adaptado. Este processo foi realizado até este ponto do texto.

Inicia-se neste momento, com base na estrutura organizativa deste espaço social, uma apresentação a respeito dos componentes sociais específicos do mesmo, ou seja, formas, sentidos e ferramentas de disputa social dentro deste espaço, assim como maneiras de ação dos seus agentes.

Tem-se como estrutura e exemplos deste conteúdo o movimento de elaboração e condução dos processos de classificação de atletas, o crescimento do profissionalismo no

movimento paraolímpico e a influência da mídia no mesmo, a presença do doping, da pesquisa científica, os processos de formação e aposentadoria de atletas, e diferenças de gênero e oportunidades.

Tais descrições e reflexões configuram uma problematização sociológica a respeito do esporte paraolímpico brasileiro. Ou seja, orientam uma análise a respeito da disputa por capital neste espaço e pelos meios de produção e distribuição deste, com a finalidade de orientar uma análise mais aprofundada sobre o tema, visto que, embora haja certa produção científica sobre esta forma de manifestação esportiva, questões ligadas às esferas de análise a serem tratadas neste trabalho, ainda são raras.

4.1.1. Processo de classificação de atletas ou classificação esportiva do esporte adaptado.

As diferentes formas de deficiência colocam, para os organizadores dos Jogos, o problema de encontrar um sistema que garanta o princípio de igualdade de condições na disputa garantindo resultados justos no final das competições. Afinal, a comparação entre atletas só faz sentido se todos estiverem com condições próximas de disputa, sendo esta uma premissa que compunha o esporte moderno, e que foi herdada pelo contemporâneo.

Além de haver diferenciações em relação aos tipos de deficiência, dentro delas existem diferentes graus de comprometimento que produzem desigualdades, oferecendo desvantagem a pessoas com mais comprometimentos (HOWE; JONES, 2004).

A solução encontrada foi agrupar os competidores em categorias de acordo com o comprometimento apresentado. Surgem então os sistemas de classificação, que têm por objetivo garantir a legitimidade das competições e seus resultados, além de ajudar na prevenção de lesões. Esse instrumento deve garantir que o nível de treinamento, talento, condição física, motivação e a habilidade do atleta sejam os fatores decisivos para seu sucesso e não o grau ou tipo da lesão (SHERRIL, 1999; PACIOREK, 2004). Além disso, estabelece os sujeitos elegíveis para as disputas, ou seja, os que, de fato, tenham alguma deficiência que os qualifique para as disputas no esporte adaptado (TOLOCKA, 2008).

Desse modo, os atletas competem dentro de suas classes, definidas de forma específica por modalidade. Ou seja, para cada modalidade há um sistema próprio de classificação de deficiência.

Por isso, a classificação esportiva é um ponto importantíssimo no esporte adaptado, sendo a área onde a pesquisa científica se faz mais necessária, pois busca a justiça e legitimidade do esporte (SHERRIL, 1999).

Devido a sua importância, a classificação está presente no esporte paraolímpico como um componente do *habitus* dos sujeitos envolvidos, articulado através das formas de classificação e a discussão sobre processos e resultados das mesmas (HOWE, 2004).

A classificação também existe em algumas modalidades esportivas no esporte convencional, visto as divisões por peso em práticas de luta (PACIOREK, 2004; HOWE, 2008a). Porém, este processo se coloca como um instrumento intrínseco a qualquer prática esportiva adaptada, conferindo-lhe um caráter de justiça e validade de resultados (PENAFORT, 2001). Mora aí uma diferença entre esporte convencional e adaptado pois, no segundo, a classificação se dá com base nas características médicas e motoras do atleta e consiste em instrumento primário e indispensável para as disputas, principalmente no esporte paraolímpico (WILLIAMS, 1994).

Para Wu e Williams (1999), um sistema de classificação é considerado justo quando tem 3 condições: as performances entre as classes são diferentes, com atletas com menos comprometimento de deficiência com performances melhores dos que têm mais comprometimento; atletas de elite nas mesmas classes devem apresentar performances similares; atletas com deficiências diferentes devem ter condições iguais de obter bons resultados e vitórias.

Existem hoje dois tipos principais de sistemas de classificação, o médico (que verifica o nível mínimo de deficiência e não leva em conta a capacidade funcional do atleta) e o funcional ou integrado (que identifica como o atleta executa as habilidades específicas da modalidade). Este segundo instrumento combina informações médicas com dados sobre desempenho, a fim de avaliar habilidades específicas da modalidade esportiva, que são necessárias para o atleta. Esses sistemas de classificação podem ser usados em competições que envolvam uma ou mais deficiências (PACIOREK, 2004).

Tem-se também uma tendência em relação à classificação de atletas com DV, de associar a perspectiva médica, predominante neste tipo de deficiência, com o efeito que a dificuldade apresentada pelo competidor exerce em sua modalidade específica, como já começa a ser pensado pelo IPC em 2010 (CPB, 2010). Nota-se, assim, uma perspectiva funcional, inclusive, frente à classificação de sujeitos com DV, desvalorizando a deficiência, em relação às necessidades e capacidades do sujeito.

O primeiro processo de classificação e separação de atletas em grupos de disputa ocorreu na década de 1940, na Inglaterra, e era baseado em critérios médicos, herança dos hospitais para pessoas com lesão medular, e utilizado em todas as modalidades. Este sistema foi predominante no mundo até a década de 1990 (DE PAUW; GAVRON, 1995).

No início, a classificação médica separava pessoas com lesão medular completa de comprometimentos parciais, chegando a existir competições paralelas de basquetebol em cadeira de rodas para os dois grupos (PENAFORT, 2001). Esse tipo de classificação baseava-se, ainda, no segmento da medula espinhal que foi comprometido, o que fornecia uma idéia das possibilidades de ação do sujeito (KELLY, 2004).

A partir de 1969, a classificação médica começou a considerar, além do tipo de deficiência, alguns movimentos possíveis para o sujeito, mas sem especificidade por modalidade, sendo este seu maior problema, pois o mesmo processo de classificação era válido para qualquer esporte a ser praticado pelo atleta. Somando-se o grande número de classes por competição e a pouca capacidade de equivalência de capacidades dos atletas, a classificação médica sofreu muitas críticas na década de 1990 (PENAFORT, 2001).

A classificação médica quase não leva em consideração a natureza de demandas específicas de cada modalidade esportiva. Além disso, segundo De Pauw e Gavron (1995), cria um número muito grande de classes, o que já causou cancelamento de eventos devido ao pequeno número de atletas inscritos por provas para as disputas, embora isso seja um dado questionável. Outro problema deste sistema era a humilhação ao atleta, por ser tratado como um sujeito com limitações e não capacidades (SAINSBURY, 2004).

Muitas classes, com poucos participantes, acarretam na desvalorização da vitória e descrédito do mérito esportivo, pois geram muitos campeões numa mesma modalidade e poucos competidores por classe de disputa. Porém, diminuir o número de classes pode significar certa elitização de deficiências numa mesma classe. Visando melhorar o espetáculo esportivo e comercialização do mesmo como produto existe certa intenção, em nível mundial, de diminuir ainda mais o número de classes (CARVALHO, 2006).

Esta é uma desvantagem dos sistemas de classificação. Quanto mais classes, mais campeões. Ou seja, enquanto existe apenas um campeão olímpico em determinada prova, há vários campeões paraolímpicos – por exemplo, nos JP de Seul, em 1988, foram distribuídas 800

medalhas de ouro, os JO do mesmo ano, apenas 1/3 delas. Nos JP de Sidney/2000 havia 15 classes para disputa dos 100 metros rasos no atletismo, e apenas 1 nos JO correspondentes.

Por outro lado, para Sainsbury (2004), os JP nunca terão uma disputa justa se houver apenas um campeão por modalidade. As classes, para este autor, são necessárias se o objetivo do movimento paraolímpico for se afirmar como meio de oportunidades. O fato de haver vários campeões não chega a ser um problema que diminua o valor de uma conquista paraolímpica. Porém, por questões mercadológicas, pode ser interessante certa aproximação deste fenômeno a modelos olímpicos, o que levaria a ocorrência de menos vencedores a ser um objeto mais lucrativo. Mas ambas as alternativas somente terão sucesso se houver justiça na classificação e os critérios sejam claros para público e atletas.

Howe e Jones (2004) defendem a idéia de que a diminuição de classes é um fator fundamental para o desenvolvimento do processo de comercialização do esporte adaptado. Mas, por outro lado, caem na situação crítica de escolha em que se encontra o esporte em relação a esses processos, pois afirmam que a redução de classes ruma num sentido contrário ao movimento olímpico e paraolímpico de inclusão e oportunidade de participação.

No final da década de 1980 e início de 1990 foi desenvolvido, pelo alemão Horst Strohkendl, um sistema de classificação que enfatiza o desempenho esportivo específico por grupos de deficiência, evoluindo em relação à separação apenas por tipo de deficiência. A natação se utiliza deste sistema desde 1988, o que reduziu suas classes de 31 para 10 (PENAFORT, 2001). O basquetebol em cadeira de rodas foi a primeira modalidade coletiva a utilizar tal sistema nos JP, em Barcelona, 1992 (DE PAUW; GAVRON, 1995). Porém, apenas em 2004 houve a abertura nesta modalidade a atletas com deficiências diferentes de lesões medulares (SAINSBURY, 2004).

Este sistema mais novo, a classificação funcional, se baseia na capacidade de movimento e de realização motora do atleta, valorizando o que ele consegue fazer e não apenas o nível e tipo da lesão (GORGATTI; GORGATTI, 2005), além disso, baseia-se nas habilidades da modalidade específica da qual participa o sujeito. Todos os sistemas de classificação, de todos os esportes, utilizam-se de processos padronizados de análise, agrupamento, distribuição e atuação do classificador. Ou seja, é um processo objetivo, pautado em parâmetros pré-estabelecidos e critérios estruturados.

Carvalho (2006) afirma que a classificação médica por tipo de deficiência segrega o atleta, enquanto a baseada em capacidade, minimiza o valor da deficiência em relação às habilidades do sujeito, tendo um papel de inclusão social mais interessante.

O sistema funcional foi criado com base nos seguintes aspectos (DE PAUW; GAVRON, 1995): agrupar diferentes classes de atletas com deficiência e performance competitiva similares; introduzir um sistema de classificação funcional; evitar o cancelamento de eventos com poucos competidores, ampliando a abrangência das categorias de disputa antes caracterizadas apenas pelo tipo de deficiência.

Nesse sistema, atletas com deficiências diferentes podem competir entre si de forma mais justa. Esse processo possibilita maior diversidade de atletas por prova, otimizando o tempo das competições, barateando custos do evento, tornando o processo mais seletivo e competitivo para algumas deficiências (PENAFORT, 2001).

Por outro lado, atletas com a mesma deficiência, por exemplo, lesão no mesmo ponto da coluna, podem ser classificados em grupos diferentes, de acordo com suas habilidades. Embora seja mais abrangente, esse tipo de classificação causa controvérsias. Se por um lado, divide os atletas de forma mais justa em relação às suas capacidades, por outro, baseia-se nas habilidades dos mesmos, o que pode prejudicar sujeitos com maior comprometimento (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Fisiologicamente, diferentes deficiências podem responder de formas diversas a um mesmo exercício causando desigualdade na disputa quando alocadas na mesma classe (RICHTER et al, 1992). Por exemplo, atletas com amputação têm limites diferentes dos com paralisia cerebral, sendo que os segundos apresentam a espasticidade muscular como complicação, algo que não ocorre no primeiro grupo (KRUIMER, 1996).

Outra crítica a este sistema é a chance de o atleta esconder suas capacidades durante a classificação. Um sinal disto é quando muitos acabam sendo re-classificados durante as provas (RICHTER et al, 1992).

Além disso, pode ser vantajoso para um atleta estar classificado num grupo com maior comprometimento, não sendo interessante para ele evoluir tecnicamente, sendo confortável ficar no mesmo nível de performance. Visto que a classificação desconsidera o nível de treinamento do atleta, e sim sua capacidade funcional de realização motora (HOWE, 2004).

Alguns autores (HOWE; JONES, 2004) propõem que deveria haver um novo sistema de classificação que conseguisse fazer dos JP um evento mais comercializável, atendesse à necessidade das IOSD de aumentar seu número de participantes em competições, além de facilitar a ocorrência de eventos locais e regionais. Porém, mesmo não sendo o ideal, o sistema atual faz parte de um processo de evolução do esporte adaptado que não se esgotou e ainda se desenvolverá mais.

Os sistemas de classificação são administrados pelas federações específicas, o que gera uma batalha política entre os membros das federações e o IPC (HOWE, 2004). O sistema atual, ainda aceito pelo IPC, com particularidades entre as modalidades esportivas, devido ao processo de formação desse comitê, herdando determinações das IOSD que o constituíram, é complicado e não mercadológico, pois cria muitos campeões e se baseia em diferentes critérios, dificultando o entendimento do público. Por isso tudo, o IPC tem a intenção de controlar e influenciar um sistema único de classificação abrangendo todas as modalidades assim como o código anti-doping, objetivando maior competitividade e aumento do número de atletas por prova (HOWE; JONES, 2004).

Porém, essa intenção é dificultada, pois cada IOSD e IF busca um sistema de classificação que lhe favoreça. Nesse sentido, um acordo sobre um sistema igualitário a todos fica muito difícil (HOWE, 2004).

Os sistemas de classificação são constantemente reavaliados e questionados na busca por promoção do sentido de igualdade e justiça nas disputas. Da mesma forma, por motivos ligados às deficiências que possuam quadros de evolução, e pela capacidade dos atletas melhorarem suas performances motoras, os participantes são constantemente reavaliados, tanto antes, quanto durante a competição (MARQUES et al, 2009). Se sua performance não for equivalente à sua classificação, pode ser re-classificado. Existe um consenso de que a classificação, como sistema social, deve assegurar que o sistema funcione através de mudanças contínuas em suas regras de classificação e avaliação (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000).

Esse processo de agrupamento dos participantes em função de sua deficiência gera o surgimento de classes, as quais indicam o grau de comprometimento dos mesmos para participação nas disputas. De forma geral, atletas com deficiência visual são avaliados por critérios médicos, enquanto os comprometimentos físico-motores são avaliados pelo sistema funcional. Quando um atleta tem mais de uma deficiência, deve escolher em qual classe irá

competir (MARQUES et al., 2009). Se houver necessidade, pode haver agrupamento de classes num evento, mas isso deve ser usado com cautela (WU; WILLIAMS, 1999).

As classes são definidas por modalidades, fazem parte de suas regras específicas e são determinadas por uma variedade de processos que podem incluir avaliação física, técnica, médica e observações dentro e fora das competições (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007).

A classe de um atleta é expressa através de um número que não é transferível de uma modalidade esportiva à outra. Caso o sujeito queira mudar de modalidade, deverá passar por nova classificação. Quanto maior o número da classe de um atleta, menor é o comprometimento do mesmo. Geralmente, esse número é precedido pela inicial da modalidade esportiva em inglês. Na natação, por exemplo, antes dos números tem-se a letra “S”, de “swimming”. No caso de modalidades de participação exclusiva de pessoas com deficiência visual, a classe é precedida pela letra “B” de “blind” (cego). A classificação recebida pelo competidor pode mudar durante sua carreira, de acordo com alterações em sua deficiência ou nos parâmetros de avaliação (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS, 2007).

Na modalidade natação, por exemplo, têm-se as seguintes classes (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007): S1 a S10 - atletas com deficiência físico-motora; S11 a S13 - atletas cegos e com deficiência visual; S14 - atletas com deficiência intelectual.

As avaliações de deficiência visual, com base no “Guide for the evaluation of visual impairment”, da Organização Mundial de Saúde (OMS), abordam ainda 4 aspectos (MUNSTER; ALMEIDA, 2005): 2 relativos ao órgão visual (mudança estrutural ou anatômica e mudança funcional do nível do órgão) e 2 relativos à pessoa (alteração nas habilidades do indivíduo e consequências econômicas e sociais).

Porém, a classificação esportiva de atletas com DV respeita 3 classes, com base em alguns critérios específicos. Em qualquer classificação leva-se em consideração o melhor olho, com a melhor correção óptica possível (CONDE 2001): B1 – Desde não percepção de luz, até percepção luminosa, sem haver qualquer reconhecimento da forma de uma mão em qualquer distância ou direção; B2 – Desde a capacidade de reconhecer a forma de uma mão, até a acuidade visual de 2/60 metros e/ou campo visual inferior a 5 graus; B3 – Desde acuidade visual de 2/60 até 6/60 metros e/ou campo visual superior a 5 e inferior a 20 graus.

Caso o sujeito tenha índices de visão maiores do que a classe B3, não pode ser considerado um atleta com deficiência visual elegível para a disputa (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Apenas no judô e goalball não há divisão de classes entre os atletas com DV (OLIVEIRA FILHO et al, 2006). Entretanto, no goalball os atletas usam vendas para a disputa e, com isso, eliminam o benefício de qualquer resíduo visual. Já no judô, as vendas nos olhos não são adotadas.

Quanto aos atletas com DI, a classificação segue critérios médicos, com base em laudos específicos que consideram raciocínio, memória, percepção visual-espacial, tempo de reação e velocidade de processamento, atenção e concentração, e função executiva. Estes fatores formam o que a INAS-FID chama de “Inteligência Esportiva” do atleta (IPC, 2009).

Atletas que fazem parte da CP-ISRA e IWAS são sujeitos a testes funcionais de habilidades ligadas ao seu cotidiano, e medição de velocidade, precisão e amplitude de movimento em relação à função dos membros superiores, inferiores e tronco (PORRETA, 2004a).

Atletas com DF, em geral, são classificados com a sigla da modalidade e o número de sua classe. O processo para tal determinação respeita 3 variáveis (CASTRO, 2005): natureza e severidade da deficiência; funcionalidade nas habilidades relacionadas ao esporte; desempenho do atleta observado em competições anteriores.

A classificação dos atletas segue normas específicas dos órgãos reguladores das modalidades esportivas (IPC, IOSD e IF), que racionalizam e representam o componente burocrático desse universo (MARQUES et al., 2009). Cada organização esportiva tem seu próprio método de classificação e de formação, coordenação e recrutamento de classificadores.

A classificação de atletas pode ser considerada, sociologicamente, como uma forma de controle social que delimita a estrutura e o processo de operacionalização do esporte adaptado. Os classificadores são profissionais que atuam nesse meio como agentes de controle e mantenedores do sistema (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000).

Além do médico, no sistema funcional, o especialista técnico passou a fazer parte de todo o processo de classificação. Sua função é analisar o potencial motor do atleta dentro da modalidade específica (PENAFORT, 2001).

Por separar sujeitos em disputa, na busca por classes que privilegiem igualdade de condições, esse processo acaba alocando os atletas de forma a oferecer-lhes mais ou menos

condições de vitória, o que pode significar mais ou menos ganho financeiro e simbólico ao atleta e patrocinador. Por mais precisos que sejam os processos de classificação, atletas que se encontram próximos aos limites de entrada numa classe mais ou menos comprometida, podem ser classificados como dos mais comprometidos em sua classe, diminuindo sua chance de vitória, assim como dos menos comprometidos de outra classe, aproximando-o do êxito. Dessa forma, o processo de classificação ganha uma importância em grande escala no esporte paraolímpico, dando, conseqüentemente, grande poder aos processos e equipes de classificadores sobre as condições de disputa dos atletas. Inclusive o poder, à organização das provas, de juntar classes para disputa, quando há baixo número de atletas.

Explicita-se, neste processo, uma forma de capital específico deste sub-campo. O poder de classificar e ordenar atletas, conferindo-lhe mais ou menos chances de vitória. É nítida a luta pelo controle deste processo, entre IPC, com interesses mercadológicos, e IOSDs, por garantir procedimentos que favoreçam seus atletas.

O controle dos procedimentos de classificação é um exemplo de poder oriundo de capital simbólico (“autoridade específica” – BOURDIEU, 1989b) e de disputa entre classes e *habitus* diferentes neste espaço social.

Numa escala diferente, quem recebe também esta autoridade específica deste sub-campo são os classificadores. Inclusive, eles ainda atuam na elaboração e transformação das regras de classificação, podendo, inclusive, administrar as formas de distribuição deste capital, visto que a mudança de procedimentos e critérios deve ser avaliada e autorizada por eles.

Tem-se como exemplo da influência e importância da classificação no esporte adaptado o ocorrido com a atleta brasileira Suely Guimarães, nos JP de Atlanta, em 1996. Ela pertencente à classe T-55 (amputada dos 2 membros inferiores), é recordista mundial no arremesso de peso, lançamento de dardo e disco deste grupo, viu-se obrigada a competir com as classes T-56 e T-57, que contavam com atletas em pé e em vantagem técnica, devido a organização do evento buscar a redução no número de provas. Mesmo com a desvantagem, a brasileira conquistou a medalha de bronze no lançamento de disco, com 2 metros acima de seu recorde mundial na T-55, e também o 4º lugar no arremesso de peso. Essa mesma atleta havia conquistado a medalha de ouro nas 3 provas nos JP de Barcelona, em 1992, competindo apenas com atletas de sua classe (ALENCAR, 1997).

Quando está prevista a necessidade de combinação de classes numa mesma disputa os NPCs deixam de investir em atletas que seriam prejudicados por isso, não inscrevendo-os em eventos. Isso provoca a não-realização de algumas disputas esportivas (HOWE, 2004). Por tudo isso, a escolha e treinamento dos classificadores se coloca como uma questão de suma importância no esporte adaptado, visto que eles têm caráter de julgamento sobre as condições de disputa dos atletas (PENAFORT, 2001).

Para ser um classificador em uma determinada modalidade, é necessária a realização de cursos específicos, além de estágios em campeonatos, supervisionados por classificadores mais experientes (TOLOCKA, 2008). Geralmente, estes sujeitos são médicos (para a classificação médica – DV), fisioterapeutas, ex-atletas e outros profissionais ligados ao esporte e dotados de conhecimentos sobre cinesiologia e deficiência (para a classificação funcional) (PACIOREK, 2004), além de domínio da língua inglesa. Tanto os classificadores médicos, quanto funcionais, devem dominar conceitos ligados à deficiência e à modalidade esportiva em questão.

A autoridade específica dos classificadores neste campo se dá de duas formas, sendo uma institucional, por base em nomeação nesse cargo, a partir de certificação e trabalho bem executado, e outra de reconhecimento, pautado na experiência esportiva e profissional dos mesmos (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000).

Os classificadores utilizam alguns recursos para manter e transformar o sistema de autoridade: conhecimento profissional em sua área de formação, conhecimento dos processos de classificação, experiência de classificação e na modalidade específica. Dessa forma, por ocorrer uma situação de dominação e subordinação, além do reconhecimento de um poder específico ao classificador, tem-se como premissa que ele atue de forma justa, com base em processos e procedimentos protocolares de acordo com as determinações da entidade responsável (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000).

Wu, Williams e Sherril (2000) atentam para o fato de a maioria dos classificadores em nível internacional da natação serem europeus, existe um sub-comitê no IPC para transformações nos processos de forma mais imparcial. Além disso, os classificadores não avaliam atletas de seus próprios países em competições internacionais.

Existe ainda um código de conduta de classificadores, no qual estes devem manter os dados sobre os atletas em total sigilo (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000).

Nesse processo, técnicos e atletas devem adequar-se às formas estipuladas por esta classe predominante para que sua participação não seja prejudicada e possa brigar por outro capital específico deste espaço, o reconhecimento esportivo. Segundo Wu; Williams e Sherril (2000), se quiserem mudar algum critério ou processo, devem estabelecer contato com os classificadores para tais sugestões, o que comprova o poder destes sujeitos.

Para fazer parte de equipes internacionais de classificação este profissional deve participar sucessivamente de equipes locais, regionais, nacionais. A elite deste processo é formada pelos membros de nível internacional que realizam o treinamento de outros menos qualificados. Classificadores com baixo rendimento podem ser cortados destes quadros (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000). Mora nesta hierarquia, mais uma vez, a perspectiva de classes de Bourdieu, visto que os classificadores mais experientes têm o poder de autorização de participação dos mais jovens no processo.

Os países da Ásia, África, América Central e do Sul têm dificuldades de desenvolvimento de seus sistemas de classificação, devido ao baixo número de classificadores e, em alguns lugares, à falta de atletas de alto nível, sendo necessária a contratação, mais cara, de profissionais de outros países (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000).

Mello (2001) aponta a necessidade de o setor de classificação do CPB, e demais comitês paraolímpicos participarem dos processos de avaliação e planejamento de treinamento dos atletas, frente a possibilidade de maximização de tópicos ligados à performance, como a avaliação e prescrição biomecânica, por exemplo. Além disso, essa proximidade se faz saudável, visto uma maior adequação destes atletas aos processos de avaliação e aquisição de habilidades.

Um dado importante a respeito dos classificadores é apontado por Wu; Williams e Sherril (2000). Ao entrevistar 21 classificadores nos Estados Unidos, da área de natação, constatou-se que a maioria deles não são pessoas com deficiência.

4.1.2. Componentes do processo de profissionalismo e administração no esporte paraolímpico

O profissionalismo de atletas com deficiência não é novo. Já em 1883 havia atletas com DA competindo profissionalmente no beisebol norte-americano (CRAFT; LIEBERMANN,

2004). Porém, essas ocorrências davam-se num processo de integração no esporte, quando estes sujeitos jogavam entre atletas não-deficientes.

O profissionalismo esportivo é um processo irreversível. Tanto no esporte convencional, quanto no adaptado. A partir do século XX, quando houve a criação de um nicho específico para atletas com deficiência, nota-se um processo de profissionalismo crescente nesta prática. Esse processo acaba sendo uma possibilidade de ascensão social e reconhecimento simbólico nacional e internacional para o sujeito. Essa ocorrência pode ser fruto tanto da influência de transformação do esporte moderno em contemporâneo, assim como da necessidade de subsídios para que o sujeito possa se dedicar aos treinamentos e práticas exigidas no alto rendimento (MARQUES et al, 2009).

A chegada do profissionalismo mais acentuado no esporte paraolímpico nos últimos anos acabou transformando seu movimento, antes centrado apenas no empoderamento, numa forma de alcançar este objetivo, mas com base em perspectivas de mercado e comercialização do esporte. Essa mudança de perspectiva tem aumentado o poder econômico das entidades organizadoras desta forma de manifestação do esporte (HOWE, 2004).

Embora o fomento ao esporte adaptado já tenha sofrido com a instabilidade e dificuldade financeira (ARAÚJO, 1998a), é possível notar certo crescimento e estruturação neste aspecto, principalmente no esporte brasileiro.

Assim como no esporte de elite convencional para atletas sem deficiência, no esporte paraolímpico a máxima performance de rendimento é observada em países de primeiro mundo e em outros emergentes, embora as oportunidades de participação para países mais pobres esteja aumentando (CASTRO, 2005).

Indícios de que o profissionalismo já se instaurou no esporte paraolímpico e que este realmente se encontra no status de alto rendimento, verifica-se com a presença de atletas estrangeiros naturalizados para atuar em seleções nacionais de outros países (HOWE, 2004), e na estrutura montada para avaliação e controle de treinamento de atletas brasileiros participantes dos JP de 1996, em Atlanta e 2000, em Sidney, por intermédio do CPB. Tais equipes de avaliação contaram com profissionais específicos para avaliar inúmeros aspectos: médicos, psicológico, antropométrico, composição corporal, biomecânicos, exames laboratoriais, cardiológicos, fisiológicos, padrão de sono, diagnósticos de imagem, suplementação alimentar, controle de doping (ALENCAR, 1996; MELLO, 2001; COSTA; SANTOS, 2002).

Segundo Alberto Costa (2009b), em palestra no III Congresso de Ciências do Esporte, realizado em 2009, na cidade de Campinas/SP, o Brasil se encontra numa situação ainda não definitiva em relação ao profissionalismo. Muitos vivem de bolsas vinculadas à performance competitiva. Os técnicos não são profissionais para o esporte paraolímpico. Ou são voluntários, ou recebem de outras fontes, ou pagos como treinadores pessoais pelos atletas.

Segundo o mesmo autor, na Espanha a situação é parecida, com cada federação buscando financiamento próprio. Neste país, é dado certo privilégio ao esporte de lazer por parte do governo, o profissionalismo ainda não é completo.

O capital econômico tem grande importância em qualquer prática esportiva de alto rendimento, sendo ele um fator que possibilita melhoria dos processos de preparação e competição. Para sua geração e captação é preciso que o fenômeno esportivo seja visto como um produto capaz de gerar receita, atrair empresas investidoras e possibilitar avanços.

O interesse comercial no esporte se pauta pela proximidade dele com espectadores que se tornam clientes consumidores e o desejo de empresas se aproximarem dessas pessoas para vender seus produtos (HOWE, 2004). Essa necessidade de geração de lucros aumenta a importância do resultado, da vitória. Assim, é ela quem garante a sobrevivência esportiva, e até econômica do atleta (HOWE; JONES, 2004). Nesse sentido, a capacidade de geração de receitas e investimento das equipes tem se mostrado como um fator de diferença de performance entre elas.

Tem-se percebido que as constantes melhoras de desempenho de atletas no esporte paraolímpico se deve, em parte, à evolução tecnológica, que permite melhor aparelhamento de atletas; aos avanços médicos, que oportunizam novos meios terapêuticos; e também às teorias de treinamento esportivo, que seguem, em grande parte, conceitos ligados ao esporte convencional (HOWE, 2004; BRITAIN, 2010). Nota-se que, em todos esses fatores, existe a necessidade de maiores investimentos e de posse de capital econômico considerável, algo que já é necessário nesta esfera do esporte, se o atleta busca uma boa performance no alto rendimento.

Assim, em países com menor capacidade de investimento em novas tecnologias, o avanço científico ligado a métodos de treinamento e preparação de atletas torna-se uma saída para a busca por desenvolvimento esportivo.

Embora avanços tecnológicos venham melhorando as performances de atletas com deficiência, até aproximando-os de índices de outros do esporte convencional, o acesso a estas melhorias ainda é desigual, devido à distribuição econômica heterogênea. Uma melhor cadeira de

rodas, por exemplo, possibilita melhores condições de participação numa prova de atletismo, inclusive de uma pista com piso sintético. Outra questão também ligada a esta tecnologia é o risco da normatização dos corpos e a quase construção de ciborgues, mudando as formas de empoderamento e capacidade de realização atlética do sujeito. Embora haja o ponto positivo de diminuição de lesões (HOWE, 2004).

A criação destas novas tecnologias e o estímulo à sua comercialização para não-atletas, pode transformar o esporte paraolímpico, se já não o fez, numa espécie de Fórmula 1 (categoria de corridas de automobilismo), onde montadoras desenvolvem e testam novas tecnologias que virão a ser comercializadas, o que atrai novos patrocinadores e investidores ao esporte (HOWE, 2004).

Embora exista um processo de profissionalismo muito presente no esporte adaptado, muitos atletas ainda treinam por conta própria e acumulam prejuízos financeiros durante suas carreiras (WHEELER et al, 1999). Como consequência disto, uma das grandes dificuldades para esses sujeitos se coloca no alto custo de alguns equipamentos específicos e imprescindíveis para a prática. O que deixa estes utensílios ainda mais caros é a sua durabilidade, que em alguns casos, não é grande, e a necessidade de desenvolvimento sob medida para o atleta, sua modalidade e até função na mesma, como no caso das próteses (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Nesse sentido, os patrocínios e apoios são fundamentais para atletas de elite, pois além da necessidade de dedicação ao esporte como profissão, os mesmos necessitam, em alguns casos, de estrutura melhor apropriada do que atletas não-deficientes. A parceria privada se faz de grande importância neste processo. Porém, segundo De Pauw e Gavron (1995), o esporte adaptado ainda tem muito menos empresas envolvidas como patrocinadoras do que o esporte convencional.

É possível notar que entidades organizadoras do esporte paraolímpico seguem as mesmas lógicas de marketing e captação de recursos de outras ligadas ao esporte convencional. Segundo Howe e Jones (2004), o IPC coloca-se como um expoente neste processo, transformando o esporte paraolímpico num produto atrativo a ser comercializado em altos preços, o que acaba influenciando a ação de comitês nacionais e outras entidades ligadas ao movimento paraolímpico.

A principal mudança de *habitus* de uma instituição amadora que se torna profissional é o processo de re-organização para operar em empreendimentos comerciais, tanto em relação à sua forma de administração, quanto de preparação de atletas (HOWE, 2004). E é isso o que vem

acontecendo com algumas das principais entidades organizadoras do esporte paraolímpico nos últimos anos.

Como exemplo de ações ligadas à busca pela comercialização otimizada dos JP, tem-se a busca por redução de classes de disputa através de um novo sistema de classificação que possibilite a ocorrência de menos campeões, evitando a inflação de medalhas, que desvaloriza a vitória, e busque uma compreensão facilitada do público em relação aos Jogos. Pois em alguns casos, os atuais sistemas confundem o espectador, influenciando na capacidade de mídia e de mercado do esporte (SCHANTZ; GILBERT, 2001; HOWE; JONES, 2004).

É preciso que o movimento paraolímpico torne-se mais atrativo comercialmente, aproximando-se da mídia e imprensa, de forma geral, para crescer em patrocínio e verba. Visto isso no fato de, em alguns países, como no Brasil, ainda ser sustentado, em grande parte, por financiamentos governamentais. Enquanto o movimento olímpico baseia-se em verbas privadas, o paraolímpico precisa avançar nesse sentido.

Porém, é necessário cuidado nas mudanças e adaptações mercadológicas para que os eventos não percam o caráter de empoderamento e aceitação de diferentes atletas com deficiência, inclusive os mais comprometidos (SCHANTZ; GILBERT, 2001). Esse caráter deve ser mantido, pois é a principal identidade dos JP e o expoente do movimento paraolímpico. Sem a exposição das diferenças e capacidades específicas o esporte adaptado iguala-se demais ao convencional, perdendo sua riqueza e valor.

Para Landry (1995), o esporte paraolímpico tem experimentado grande crescimento e sucesso. Pode-se concordar com esta afirmação e apontar que isso se deve, em grande parte, a um constante aumento da condição espetacular do objeto, em muito possibilitada pela ação do IPC em aproximar-se do IOC, o que facilitou contatos e incorporou não só a imagem, como ganhos antes apenas vinculados aos Jogos Olímpicos. A emenda do acordo entre IPC e IOC, realizada em 2003, referente a repasses de direitos de imagem do segundo para o primeiro, determina que os direitos de transmissão e responsabilidade de marketing dos JP de 2008, 2010 e 2012 é do Comitê Organizador de ambos os Jogos, ligado a cada cidade-sede. Através de acordos como este, o IPC tem seus negócios financeiros facilitados, podendo investir no crescimento do esporte para pessoas com deficiência. Porém, a desvantagem é que ficam dificultadas ações de educação da população em relação à atividade física adaptada, visto que as ações de marketing de ambos os Jogos são as mesmas (HOWE; JONES, 2004).

Pode-se ratificar ainda a importância de ações como esta, visto que a arrecadação do IPC baseia-se em (IPC, 2005): direitos de imagem dos JP (60%); concessões e doações (20%); Patrocínios e apoios (17%); outras fontes (3%). Dessa forma, é possível afirmar que a mídia tem grande importância no processo de desenvolvimento do esporte paraolímpico, embora ainda seja pouco explorada na divulgação deste objeto. Para Schantz e Gilbert (2001), a cobertura da mídia em relação aos JP é quase inexistente, em relação aos JO.

Porém, mesmo da forma como ocorre, a mídia ligada ao movimento paraolímpico está em crescimento e exerce certa influência tanto no campo econômico quanto cultural, inclusive no Brasil. O ponto mais positivo dessa relação é a apresentação à sociedade contemporânea das potencialidades das pessoas com deficiência, o que pode mudar o olhar sobre as limitações e facilitando processos de re-inserção social. Nesse sentido, atletas paraolímpicos tornam-se exemplos para as pessoas com deficiência sedentárias, como incentivo à procura pelo esporte (BRAZUNA; CASTRO, 2001).

Diferentemente da cobertura olímpica, onde comprometimentos físicos são catástrofes, na paraolímpica são uma possibilidade de apresentação, pouco explorada, de novas perspectivas de ação e patrocínio (SCHANTZ; GILBERT, 2001). Nesse sentido, a mídia muitas vezes ressalta os atletas paraolímpicos como bravos, corajosos, agregando valores além da esfera esportiva apenas. E possibilita ainda que estes sujeitos possam se expressar como de fato são, passando a serem admirados pelo que podem fazer (GOLD; GOLD, 2007). Porém, nesse processo, o caráter de alto rendimento e busca por alta performance ainda não é destacado pela imprensa como seu foco principal nos JP (HOWE, 2004).

Quanto à forma de tratamento dado pela mídia aos JP, as opiniões são distintas. Davies e Ferrara (1995) apontam que a partir da década de 1990, tem-se dado mais atenção à performance de atletas, do que à sua deficiência. Porém, Gold e Gold (2007) discordam desta afirmação alegando que, por muitas vezes, a mídia prefere destacar atos de coragem, bravura e superação dos atletas, relacionados à deficiência, do que seus resultados esportivos. Schantz e Gilbert (2001), por sua vez, apontam que atletas paraolímpicos preferem ser referidos em notícias pelos seus feitos atléticos e não por suas deficiências.

O esporte paraolímpico vive um processo de profissionalização e a presença positiva da mídia nesta fase se faz fundamental, pois sem divulgação não há investidores. Porém, não é no mundo todo que isso ocorre.

Durante os JP de 1996, as coberturas de imprensa de França e Alemanha deram pouca ênfase aos acontecimentos em suas especificidades destacando apenas o quadro de medalhas. Isso talvez tenha ocorrido devido ao pouco espaço destinado a essa forma de manifestação esportiva nos jornais. Quando houve especificidade, esta não foi ligada a aspectos técnicos, mas sim a escândalos, problemas, questões tecnológicas (SCHANTZ; GILBERT, 2001).

Nos Estados Unidos existe uma cobertura midiática maior para as Olimpíadas Especiais, do que para os Jogos Paraolímpicos (DE PAUW; GAVRON, 1995). Os JP de 2004 foram transmitidos neste país aproximadamente 2 meses após seu fim, posteriormente à cobertura estendida dos JO. Essa apresentação dos JP consistiu de 2 horas de reprises sobre os 11 dias de competições (NIXON, 2007).

Já na Grã-Bretanha, a cobertura midiática dos JP é maior. Em 2004, a BBC emitiu um programa diário de notícias e boletins dos JP, oferecendo o mesmo tratamento profissional dos JO (SAINSBURY, 2004).

Em Portugal, apesar da evolução do esporte paraolímpico, principalmente em relação ao profissionalismo, as competições para pessoas com deficiência têm apresentado quase que ausência total de público e sem a devida divulgação por parte dos meios de comunicação. A mídia valoriza, mesmo nos JP, apenas os resultados e quadro de medalhas, realizando ainda uma comparação entre atletas olímpicos e paraolímpicos (PEREIRA; SILVA; PEREIRA, 2006).

Esta comparação direta pode se configurar como algo equivocado, pois desconsidera as diferentes condições de prática e disputa, inclusive o número de medalhas oferecidas entre os Jogos em algumas modalidades como a natação, por exemplo, com 32 nos JO e 160 nos JP. Porém, são as comparações entre esses eventos que acabam ajudando a melhor divulgar o esporte paraolímpico, mesmo com estes equívocos.

A mídia portuguesa usa os atletas paraolímpicos como exemplo de dedicação e superação. Não existe um trabalho para a criação de ídolos e comercialização dos nomes dos mesmos (CARMO, 2006).

Quanto à cobertura midiática brasileira aos JP, tem-se que em 1996, 4 jornais viajaram a Atlanta a convite do CPB, assim como uma rede de televisão contratada pelo mesmo órgão. Houve ainda 1 jornal - “Rumo a Atlanta” – e 2 revistas editadas pelo CPB durante os Jogos (ALENCAR, 1996). Costa (2001) aponta que a atividade física adaptada tem recebido certo

espaço na mídia brasileira após os JP de 2000. Porém, este espaço ainda é pequeno em relação ao esporte e formas de atividade física convencionais.

Para os JP de 1996, 2000 e 2004, o CPB pagou a viagem da imprensa brasileira como forma de investimento na divulgação do esporte paraolímpico (COSTA, 2009b). Já para os JP de 2008, em Pequim, o Brasil, que disputou 17 das 20 modalidades esportivas, teve, em âmbito mundial, a maior equipe de jornalismo e comunicação, assim como o maior tempo de transmissão até o momento nos Jogos. A televisão fechada realizou transmissões diretas de jogos e provas individuais. No país, a televisão tem colaborado para o aumento do número de praticantes de esporte para pessoas com deficiência (COSTA, 2009a).

Embora o Brasil apresente uma boa participação da mídia no esporte paraolímpico em relação ao resto do mundo, Florence (2009) aponta que 18 medalhistas brasileiros nos JP de 2004 alegam que, em relação aos JP, a imprensa só cobre grandes eventos, destaca apenas as medalhas de ouro e prioriza a transmissão de JO.

Pode-se então, questionar: Será que o público em geral não se interessa pelo esporte adaptado e, por isso, ele tem pouco espaço? Ou é o esporte adaptado que não oferece retorno financeiro aos meios de comunicação, dificultando sua presença na mídia? Ou é a mídia que não o divulga, dificultando a ligação com o público?

Um dos motivos do desinteresse da mídia pelos JP é a presença de corpos desvinculados dos padrões de beleza da sociedade contemporânea. As modalidades em cadeira de rodas são mais valorizadas do que outras, pois, não só representam uma imagem estereotipada da pessoa com deficiência, ainda mas possibilitam atletas com corpos mais próximos dos padrões sociais. Outro exemplo disso é o fato de que atletas com paralisia cerebral não foram tratados em nenhum artigo sobre os JP de 1996, tanto na imprensa alemã, quanto francesa. Nesses casos, a prioridade sempre foi dada aos cadeirantes (SCHANTZ; GILBERT, 2001). Quanto menos visível a deficiência, maior a probabilidade de a notícia ser ilustrada com uma fotografia do atleta. A pessoa com deficiência não é valorizada do ponto de vista estético (HOWE, 2004; PEREIRA; SILVA; PEREIRA, 2006).

O marketing esportivo paraolímpico valoriza o “capital físico” do ponto de vista da performance e da estética. Nesse sentido, existe o interesse, por parte do IPC, na redução de classes e na disputa entre-deficiências, o que privilegiaria sujeitos com menos comprometimentos (HOWE, 2004).

O esporte paraolímpico tem de se fazer interessante para o público e mídia. Segundo Bourdieu (1997), a notícia tem de ser vendida ao público, e por isso, acabam priorizando assuntos que atraíam mais pessoas. Logo, o esporte para pessoas com deficiência tem de se transformar sempre em algo mais interessante e atraente do ponto de vista comercial. E o IPC tem atuado de forma importante neste sentido. Por exemplo, na busca pela redução de classes de disputa.

A desvalorização dos JP em relação aos JO, por parte da mídia, dificulta o crescimento e objetivo do primeiro (de divulgar feitos e inspirar pessoas e, claro, de comercializar seus produtos), além de marginalizarem os atletas com deficiência a um segundo plano em relação aos olímpicos (SCHANTZ; GILBERT, 2001; PEREIRA; SILVA; PEREIRA, 2006).

Outro ponto que oferece dificuldade aos atletas paraolímpicos é o final de sua carreira, sua aposentadoria. Embora a vida útil no esporte de um atleta paraolímpico (por volta de 20 anos) seja maior do que um olímpico (HOWE, 2008b), durante sua vida atlética os processos de profissionalismo nem sempre garantem um ganho financeiro capaz de estruturar a vida do sujeito para o momento em que não há mais condições de prática esportiva em alto rendimento. Isso é um problema, pois a dedicação exigida pelo esporte de elite dificulta que o atleta tenha outras atividades para ganhos de capital durante sua vida esportiva. Quando isso ocorre, os processos de treinamento ficam prejudicados.

Soma-se a isso o fato de que poucos atletas com deficiência do esporte de elite se preparam econômica ou emocionalmente para a aposentadoria. Uma minoria recebe alguma informação a respeito do assunto, por meio das entidades de organização esportiva. Este processo caracteriza-se como o fim de uma dependência, o esporte, e por isso, muitos a temem (CASTRO, 2005).

Em um estudo com atletas aposentados canadenses, norte-americanos, israelenses e britânicos, Wheeler et al (1999) demonstram que nenhum entrevistado alega ter se preparado para a aposentadoria. Além disso, a maioria mostrava preocupação e depressão por não ser mais lembrado para eventos e não encontrar mais colegas do esporte para conviver e trocar experiências.

Atletas apresentam diversos motivos para a aposentadoria, desde invalidez, fadiga, até a queda de rendimento, mudança de prioridades na vida e a necessidade de grande investimento na carreira esportiva. Assim, a saída do esporte traz para o atleta a sensação de ser excluído de seu ambiente. Simboliza o fim de um sonho (CASTRO, 2005). Apenas poucos atletas com

deficiência fazem uma transição satisfatória para a aposentadoria. Quanto mais o sujeito se distanciou da vida social durante a carreira, maior a dificuldade de se aposentar (WHEELER et al, 1999).

Com a aposentadoria, atletas demonstram desde sentimentos de conforto até de raiva, depressão. Isso ocorre porque durante a carreira abrem mão de outros aspectos da vida e a saída da rotina esportiva promove a perda da identidade de atleta, para a de pessoa com deficiência (CASTRO, 2005). Além disso, a dedicação na vida de atleta cria expectativas referentes a retornos financeiros e/ou profissionais pós-carreira (WHEELER et al, 1999).

A re-inserção em outras funções no esporte, como técnico ou administrador, é a principal estratégia de ajuste social e emocional adotada por atletas aposentados brasileiros (BRAZUNA; CASTRO, 2001). Existe um início de trabalho do CPB num sentido de auxiliar a re-inserção social de ex-atletas, contribuindo com sua formação profissional.

Porém, em outros lugares do mundo, como Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Israel, os atletas não recebem auxílio ou orientação das instituições de organização esportiva, visando sua aposentadoria. Além disso, reclamam que isso é agravado pelo fato de que as entidades são gerenciadas apenas por pessoas não-deficientes, e por isso, funcionam em seu próprio benefício (WHEELER et al, 1999).

Mora nessa informação um aspecto importante, a presença de pessoas com deficiência em instituições de organização do esporte paraolímpico. Esta é a terceira esfera a ser explorada neste trabalho e lida com a questão da identidade de grupo, por parte dos atletas e dos envolvidos de forma geral, além do acesso destes sujeitos a posições de poder no sub-campo.

É curioso analisar que os atletas investigados por Wheeler et al (1999) atribuem, até certa medida, os problemas de falta de assistência à ausência de uma pessoa com deficiência na gerência esportiva. Independente do perfil e competência de quem exerce tal função, ou venha a exercê-la. Além disso, segundo os mesmos autores, são poucas as pessoas com deficiência atuando como classificadores, inclusive, sendo esta, mais uma posição de poder no esporte paraolímpico.

Finalizando a questão do profissionalismo ligado ao esporte paraolímpico, tem-se uma questão que ratifica a idéia de esporte de alto rendimento e rotula essa forma de manifestação esportiva como uma disputa ligada a um sentido oficial, motivada, inclusive, por razões financeiras, o *doping*.

O IPC, juntamente com o IOC, busca banir o *doping* do esporte, visto que esta é uma artimanha que anula o princípio de igualdade de condições na disputa e superestima a capacidade de ação do atleta por vias não naturais ou dependentes apenas de seu esforço e treinamento. Ambos os órgãos agem em conjunto com a Agência Mundial Anti-doping (WADA) no combate a esta prática.

As listas de substâncias e procedimentos avaliados nas provas de *doping* dos atletas paraolímpicos são as mesmas de atletas olímpicos (CIDADE; FREITAS, 2002). Porém, existem algumas pequenas diferenças em relação à aceitação de medicamentos, visto que o esporte paraolímpico exige-os em algumas situações (VANDLANDEWICK, 2006).

Por esta razão, Richter (1996) defende que o IPC deveria ter um código anti-doping próprio. Pois existem substâncias banidas pelo IOC, que em alguns casos, podem ser usados por atletas com deficiência como forma legítima de manutenção da saúde e, por isso, para este autor, não podem ser considerados *doping*. Como exemplo, ele cita a Propoxyphen, que causou a perda da medalha de ouro da equipe dos Estados Unidos de basquete em cadeira de rodas em 1992, é utilizada por sujeitos com lesões medulares, como forma de tratamento.

Hoje já existem certos protocolos aceitos pela WADA, referentes à medicação terapêutica no esporte adaptado. Logo, a questão do *doping* no esporte paraolímpico se apresenta muito mais complexa do que no convencional. Isso ocorre devido ao processo de crescimento da profissionalização e reconhecimento, ao maior número de medalhas em disputa, à crença de que é mais fácil ser campeão paraolímpico do que olímpico e a real necessidade de adaptação de práticas aos sujeitos com deficiência.

Estas questões são fruto do esporte profissional e seguem sem solução imediata. Mas simbolizam que o esporte paraolímpico, embora sem envolver as mesmas quantias em dinheiro, pode ser considerado tão profissional e tão esporte de elite quanto o olímpico.

Assim como no esporte convencional, existe, no combate ao *doping* paraolímpico, um grande investimento por parte das entidades de organização esportiva. Por exemplo, do orçamento previsto para 2010, o CPB destinará R\$ 150.000,00 para o controle anti-doping no Brasil, intensificando as campanhas e aumentando o número de testes em suas competições. Esta é a primeira vez que há um orçamento específico voltado a esse sentido (CPB, 2009b).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme descrito na sessão “Materiais e métodos”, na introdução deste trabalho, a seleção, análise e interpretação dos dados coletados em campo seguiram uma forma adaptada do método “Discurso do Sujeito Coletivo”, proposto por Lefèvre e Lefèvre (2005). Neste processo, alguns passos foram seguidos na busca por selecionar e separar idéias e posicionamentos dos sujeitos que direcionassem a análise a ser percorrida na pesquisa.

Com base na utilização das IAD propostas pelo método, foram construídos 3 (três) discursos coletivos (classificação de atletas; profissionalismo no esporte paraolímpico; presença de pessoas com deficiência em órgãos de administração do esporte paraolímpico), contendo as idéias, posicionamentos e opiniões dos sujeitos. Embora cada um dos entrevistados estiveram, na época da pesquisa, envolvidos com destaque em determinada esfera de investigação deste trabalho, alguns temas foram transversais em relação às discussões realizadas. Isso ocorreu porque todos os sujeitos são atuantes em atividades de administração e/ou coordenação do CPB. Cabe destacar que, para efeito de discussão sobre *habitus* e classes sociais presentes neste trabalho, os sujeitos 1 e 2 são pessoas não-deficientes, e os sujeitos 3 e 4 pessoas com deficiência (quanto às entrevistas, encontram-se em sua versão integral no anexo deste trabalho).

Deste modo, a apresentação e discussão dos dados, baseada na contraposição com outras informações coletadas em referencial teórico seguirão a partir da relação de tais discursos, e seus conteúdos, com conceitos ligados à obra de Pierre Bourdieu, para compreensão deste espaço social.

5.1. Classificação de atletas

O primeiro tema tratado nas entrevistas, em relação ao universo da classificação de atletas paraolímpicos no Brasil, abordou questões ligadas à formação, treinamento e recrutamento de classificadores. Em relação a este tema, o Sujeito 1 (S1) apontou que hoje em dia existem poucos classificadores formados no Brasil. Os poucos sujeitos que atuam nesta área foram formados fora do país, visto que os processos de capacitação e treinamento de classificadores no Brasil é bastante recente.

Segundo o mesmo sujeito (S1), existe, atualmente, um processo coordenado e ministrado pelo CPB, de formação de classificadores no Brasil. Já foram, ou estão sendo preparados, cursos para as modalidades natação, atletismo, vôlei e esgrima (é importante destacar que tanto a formação, quanto atuação de classificadores respeitam uma modalidade específica em que o sujeito se especializa, e que também, após o período da realização da entrevista, foram desenvolvidos cursos para as modalidades goalball, basquetebol em cadeira de rodas e powerlifting). A intenção do CPB é formar classificadores para atuarem internamente no país, tanto na função de classificação, quanto no auxílio a equipes e atletas em processos de treinamento. Estes cursos são realizados com base em convênios com universidades do país, o que é apontado por S1, como uma iniciativa recente, tanto no Brasil quanto no mundo.

Para participar destes cursos, financiados com verba do CPB e apoio do IPC (são considerados caros e, por isso, devem ser aplicados somente em candidatos a classificadores que realmente irão atuar na área), o interessado tem que se inscrever em sua região, pois um dos interesses dos formadores é que hajam classificadores formados em todas as regiões do Brasil, como aponta S1. Além do curso, existe ainda um estágio de observação de 1 ano.

Segundo Castellano (2001), a responsabilidade dos classificadores no esporte paraolímpico é muito grande, por interferir diretamente na composição das equipes, condição de disputa e até na motivação dos atletas, que podem sentir-se prejudicados com o resultado da avaliação.

Nesse sentido, pode-se notar grande preocupação do CPB em relação a uma formação de boa qualidade de classificadores, com base no exposto por S1, que aponta uma posição muito clara em relação ao tema. Segundo descrito, a idéia do CPB é que sem bons classificadores, a chance de melhora do nível dos campeonatos e atletas fica bastante comprometida. Quanto melhor a formação, maior a chance de desenvolvimento do esporte no país. Por isso existe, conforme apontado pelo mesmo entrevistado, a busca por processos profissionais de formação e atuação dos classificadores.

Essa preocupação do CPB se confirma e justifica na literatura. Os classificadores são profissionais que atuam nesse meio como agentes de controle e mantenedores do sistema (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000). Por isso, a escolha e treinamento desses sujeitos se coloca como uma questão de suma importância no esporte adaptado, visto que eles têm caráter de julgamento sobre as condições de disputa dos atletas (PENAFORT, 2001).

Ainda em relação aos processos de formação de classificadores, foi questionado sobre como era realizado esse tipo de treinamento antes dos cursos coordenados pelo CPB. S1 apontou que eles ocorriam com base empírica, com os conhecimentos e experiência ensinados de classificador para classificador, de maneira informal. Nesse processo, S1 afirma que esse conhecimento acabava sendo uma forma de poder, podendo ser traduzido como um capital específico ou simbólico no sub-campo, numa leitura pautada em Pierre Bourdieu (1983a; 1989b). Isso pode ser afirmado, pois os classificadores mais experientes exerciam certo controle sobre a atividade, não compartilhando, de forma pública, os conteúdos referentes à sua área de atuação. Isso lhes conferia um caráter de indivíduos indispensáveis no processo. Foi esse quadro, segundo S1, que motivou a criação do curso de formação do CPB.

Nota-se, nesse discurso, que a criação do curso demonstra uma intenção do CPB de entrada na disputa por este capital simbólico, através da mudança de valoração do mesmo. Com o oferecimento de uma formação de maneira formal e científica, o CPB transforma a compreensão sobre essa forma de bem no sub-campo, mudando, inclusive, os caminhos para que os sujeitos o alcancem. Dessa maneira, consegue maior domínio sobre as formas de distribuição e posse desse capital. Fica explícita a tentativa de entrada do “novo” (CPB), tentando ocupar o lugar do “velho” (classificadores mais antigos) no espaço social, sendo esta uma das características de disputa em campos sociais, como cita Bourdieu (1983a).

Outro ponto abordado foi a possibilidade de treinamento de classificadores para atuarem junto a equipes. Nesse sentido, S1 aponta que esse indivíduos têm grande importância na orientação a técnicos e atletas durante os processos de treinamento e competição. Além disso, quando um país tem classificadores experientes e reconhecidos, passa a ser mais respeitado em competições e em processos de classificação, para efeitos de questionamentos e recursos.

Fica nítido, mais uma vez, que o conhecimento sobre os conteúdos e procedimentos que envolvem os processos de classificação configura-se como um capital simbólico altamente valorizado neste espaço social. Segundo S1, a importância, para a delegação de um país, de ter em seu quadro um classificador conhecido internacionalmente, é grande. Pois dá legitimidade aos questionamentos sobre resultados da classificação. Implicitamente, neste espaço, isso mostra que o país tem uma formação e atuação profissional, sistematizada e bem orientada neste sentido. Segundo Wu; Williams; Sherril (2000), o reconhecimento social dos classificadores neste espaço também se dá de forma institucional, por base em nomeação nesse cargo, a partir de certificação

e trabalho bem executado, e por reconhecimento, pautado na experiência esportiva e profissional dos mesmos.

Por estas razões que S1 coloca a importância de uma boa formação regional e nacional do classificador e uma posterior experiência internacional do mesmo. Porém, também é citado que a atitude e gastos com intercâmbios internacionais de formação são responsabilidade do classificador interessado, embora seja de interesse de todo o movimento esportivo nacional.

Nota-se que essa preocupação com intercâmbios internacionais é compartilhada com alguns autores, sendo bem explícita por Castellano (2001), que afirma que existe a necessidade de tais trocas de informação para a melhoria dos processos de formação e atuação.

O curso coordenado pelo CPB segue as normas e padrões do IPC. De forma paralela a este meio de formação, S1 aponta que existem processos ligados a IOSD que, embora utilizem os mesmos protocolos, apoiam-se em filosofias diferentes, sendo o IPC apontado pelo entrevistado como o mais rígido. Segundo Castellano (2001), o sistema de classificação, historicamente, dá margens a avaliações superficiais e à tomada de critérios individuais de acordo com o órgão e estilo de formação de cada classificador. Deste modo, a subjetividade não mora na capacidade de interpretação do indivíduo que realiza a avaliação, mas sim, na forma de atuação que o órgão formador adota, ensina e exige dos sujeitos.

Quanto ao recrutamento de classificadores e organização dos processos de avaliação em competições, S1 destacou que tais decisões cabem às entidades organizadoras dos eventos, embora os protocolos utilizados sejam os mesmos. Segundo o entrevistado, em modalidades esportivas coordenadas pelo IPC, o controle no Brasil é todo do CPB. Em modalidades comuns entre IPC e IOSD, essa gerência sobre a classificação de atletas depende de quem se responsabiliza pelo evento. Em modalidades sem controle do IPC, o CPB não interfere.

Foi apontado, com bastante destaque por S1, a necessidade e empenho do CPB em formar classificadores em todas as regiões do Brasil. Segundo ele, isso se justifica, pois, principalmente as regiões norte e nordeste, estão carentes de profissionais formados para essa função. Por isso, este é o foco do curso, inicialmente. Foi apontado ainda, que existe um interesse de manter o cursista atuando em sua região, primeiramente como classificador regional, depois nacional e internacional. Mas sempre sem romper vínculos com seu local de origem.

O critério utilizado para recrutamento e seleção de classificadores é baseado na vivência da pessoa com o esporte e sua ligação, até formal, com ele. Além, claro, de seu desempenho no

curso de formação. S1 apontou ainda, que a obtenção deste vínculo esportivo é mais fácil de ser observado entre médicos, que atuam na classificação de atletas com DV. Cabe destacar que a procura pelos cursos tem aumentado, principalmente por pessoas que não têm ligação anterior com o esporte. Isso é um problema, pois a ausência deste vínculo dificultaria muito seu bom rendimento na função pretendida.

No Brasil, segundo S1, existe uma tendência por recrutamento em nível regional, com base no local de cada competição. Porém, em alguns locais, ainda não existe pessoal qualificado, o que obriga o deslocamento de outros profissionais, encarecendo os processos.

Nota-se que a formação, capacitação e conhecimento sobre esporte são elementos-chave para o recrutamento de um classificador. Nesse sentido, é possível relacionar tais aspectos a formas de capital cultural e simbólico do sub-campo, como componentes do *habitus* esperado de um sujeito que venha a atuar nesta função. Inclusive, tais pré-requisitos tornam-se componentes de certa diferenciação social entre sujeitos aptos e não-aptos para a entrada no grupo de classificadores no Brasil.

Outro tema tratado na coleta de dados foi o desenvolvimento e aplicação de protocolos de classificação. Segundo S1, os procedimentos atuais foram desenvolvidos pelas IOSD e padronizados pelo IPC, e devem ser utilizados da mesma maneira em qualquer que seja o local e competição. Porém, tais guias de ações foram desenvolvidos com base em características de atletas europeus e norte-americanos. Segundo S1, isso traz alguns problemas para outros países, como o Brasil, que apresentam características de deficiência diferentes, que não são abordadas com a devida importância nos protocolos, ou acabam sendo prejudicadas nos resultados.

Quanto a esta situação, Howe (2008b) aponta que a participação das IOSD e atletas na elaboração de processos de classificação é falha. Primeiro porque existe pouca comunicação entre atletas e administradores. Segundo, porque existem poucos representantes de entidades de países orientais, por exemplo, o que elitiza os protocolos com base numa perspectiva de padrões do ocidente.

Porém, além da Ásia, países ocidentais da África, América Central e do Sul também apresentam dificuldades de desenvolvimento de seus sistemas de classificação devido ao baixo número de classificadores e, em alguns lugares, à falta de atletas de alto nível. Fazendo-se necessária a contratação, mais cara, de profissionais de outros países (WU; WILLIAMS; SHERRIL, 2000), o que dificulta a adaptação dos protocolos a outras realidades.

Wu, Williams e Sherril (2000) atentam para o fato de a maioria dos classificadores em nível internacional da natação serem europeus. Embora exista um sub-comitê no IPC para transforma es nos processos de forma mais imparcial, ainda prevalece uma tendência direcionada. Tal quadro de tendências específicas dos protocolos também se manifesta dentro do Brasil, segundo S1, entre diferentes regiões, com caraterísticas diversas em rela o a quadros de deficiência.

Nesse sentido, S1 propõe a necessidade de adapta o dos protocolos, porém, com embasamento científico. E, segundo o entrevistado, isso   responsabilidade de acadêmicos desses países prejudicados. Mas mesmo assim,   colocado pelo entrevistado, que as propostas direcionadas aos  rgaos internacionais até agora são escassas.

Mais uma vez, fica explícita a disputa pelo capital simbólico ligado ao domínio sobre os protocolos e processos de classifica o. A presença e influência mais acentuada de classificadores europeus e norte-americanos leva a uma tendência de direcionamento dos processos num sentido mais próximo   realidade desses países. Cria-se, então, uma disputa neste espaço, ligada   tentativa de outros países, com base em fundamenta o teórica e científica, com a inten o de adaptar os protocolos às suas características também.

Assim, o poder ligado ao desenvolvimento de protocolos, que está vinculado a certa capacidade científica e capital cultural, ganha em importância e solidifica-se como capital em disputa no sub-campo. Torna-se importante a capacidade de propor formas de adequa o dos processos de classifica o às realidades próprias, assim como, o poder de decisão frente aos protocolos. Assim, essa capacidade pode ser tida como um capital específico deste campo, que atribui certa autoridade específica, ou violência simbólica (BOURDIEU, 1989b), para os sujeitos que interferem diretamente nos protocolos.

Os sistemas de classifica o são administrados pelas federa es e organiza es específicas (IF e IOSD), o que gera uma batalha política entre os membros dessas entidades e o IPC (HOWE, 2004). Nesse sentido, o IPC busca protocolos que tornem o esporte mais mercadológico, com redu o de classes de disputa, enquanto que as organiza es e federa es buscam processos que os privilegiem (SCHANTZ; GILBERT, 2001).

Tal quadro gera certa tensão entre IPC e IOSD. Por isso tudo, o IPC tem a inten o de controlar e influenciar um sistema único de classifica o, abrangendo todas as modalidades,

assim como o código anti-*doping*, objetivando maior competitividade e aumento do número de atletas por prova (HOWE; JONES, 2004).

A posse por controle dos protocolos de classificação fica ainda mais nítida como uma forma de capital do sub-campo, sendo motivo de tensões entre os agentes. Com base nesse quadro, a respeito da relação entre CPB e IPC, e CPB e organizações esportivas brasileiras, S1 foi categórico ao afirmar que não existe nenhum tipo de tensão no Brasil. Ele justifica tal afirmação, apontando que não há motivos para tais disputas, pois cita que o CPB segue, claramente, os padrões do IPC.

Como o CPB toma uma posição muito clara frente aos processos de classificação, ele investe e prepara sujeitos para atuarem diretamente em seus eventos sob os processos do IPC, segundo S1. Se é que existe algum tipo de afastamento entre classificadores do CPB e de outras organizações no país, o entrevistado aponta que é por causa da falta de contato direto e vínculos sociais para trabalhos em conjunto. O que desenha certa disputa entre classes sociais de classificadores dentro de um sub-campo, pelo direito legítimo de atuação em processos de classificação padronizados, sob a filosofia de sua entidade formadora.

Nota-se então, duas classes diferentes de classificadores no Brasil, sendo os formados pelo CPB, de acordo com processos do IPC, e os capacitados pelas organizações de modalidades ou deficiência, que seguem os protocolos aceitos pelo IPC, mas atuam sob coordenação das IOSD ou IF de referência.

S1 aponta que os protocolos são os mesmos utilizados pelos dois grupos. Porém, nem sempre eles atuam em conjunto, e isso às vezes, é motivo para tensões entre eles. Segundo o entrevistado, uma simples aproximação no dia-a-dia bastaria para um trabalho mais coordenado. Vale apontar então a importância, neste sub-campo, de posse de certo capital social (BOURDIEU, 1998b) que permita ao sujeito transitar pelos diferentes grupos e ter mais chances de atuação como classificador, assim como mais conhecimento sobre o processo.

Nesse sentido, o sujeito entrevistado 4 (S4) ratifica que a relação entre CPB e organizações esportivas no Brasil é muito tranquila. Para ele, o fato do Brasil seguir padrões do IPC não abre possibilidades para grandes discussões sobre protocolos e formas de atuação. Logo, o que aparenta, é que a disputa entre os dois grupos ocorra apenas nos processos de recrutamento para atuação em eventos organizados pelo CPB e organizações brasileiras.

Ainda sobre esta tensão, S1 afirma que, em relação aos órgãos internacionais (IPC e IOSD), as disputas já foram maiores e a tendência atual é de unificação, num sentido de seguir mais a filosofia do IPC. Segundo o sujeito, o IPC seria mais competente neste assunto, devido suas comissões científicas. Embora ele ainda afirme que hajam procedimentos não comprovados cientificamente. Por exemplo, ele cita que, quanto à classificação para pessoas com DI, ainda não há comprovação científica dos protocolos da INAS-FID e, conseqüentemente, da ABDEM.

Quanto à autonomia dos classificadores em relação a procedimentos e formas de atuação, S1 aponta que esses sujeitos seguem os protocolos sem alterá-los. Existe autonomia de alteração desses guias apenas por parte da Comissão de Classificação do IPC, que é formada por classificadores e sujeitos atuantes em áreas técnicas do esporte. Administradores não fazem parte deste órgão.

Outro tema abordado em relação aos processos de classificação foi a relação entre técnicos e classificadores. Segundo Wu; Williams; Sherril (2000), os classificadores são profissionais que atuam nesse meio como agentes desse controle e mantenedores do sistema. E o que se observa é uma luta de classes entre esses sujeitos e os técnicos envolvidos nas competições.

S1 aponta que os classificadores são vistos pelos técnicos como sujeitos concorrentes, ou más influências, devido ao seu poder social no esporte. Ele afirma que os técnicos e atletas conhecem pouco sobre processos de classificação e deveriam estudar mais sobre o tema. Muitas vezes, segundo ele, os técnicos questionam o classificador sem conhecerem bem o funcionamento do processo.

Tais reclamações ocorrem, pois as regras de classificação permitem apelos em relação a resultados de avaliações. Esses processos são julgados, em eventos do IPC, sob políticas e procedimentos do Guia de Classificação da competição (IPC, 2008b).

Essa ocorrência de tensão acontece, de acordo com S1, devido ao fato de os técnicos presentes em competições serem rotativos, o que é uma consequência da falta de uma condição profissional de trabalho dos mesmos. Quando um sujeito está aprendendo sobre processos de classificação, acaba deixando o esporte.

De todo modo, S1 aponta que é direito do técnico e do atleta conhecerem os processos de classificação. Por isso, o CPB promove, segundo o mesmo sujeito, formação para técnicos e atletas durante competições. Pois além disso, segundo Castellano (2001), os técnicos deveriam

servir como educadores dos atletas, num sentido de esclarecer particularidades dos processos de classificação. Porém, pela falta de conhecimento, ou alguma forma de interesse, acabam atuando como interlocutores negativos, com atitudes que desrespeitam, desafiam e colocam o atleta contra o classificador.

Ao conhecer mais sobre classificação, o técnico pode atuar como uma espécie de pré-classificador, oferecendo informações importantes que podem contribuir com o processo de classificação, e até com o rendimento de seu atletas (CASTELLANO, 2001).

Nota-se, nesse sentido, uma clara tensão entre classes sociais com acesso desigual ao capital específico do sub-campo. É nítido o poder centrado nos classificadores. Uma autoridade legítima que se baseia tanto num capital cultural, ligado à formação oficial para a função, assim como simbólico, de detentor do conhecimento sobre o tema, que nem sempre os técnicos dominam.

Porém, nota-se certa boa vontade por parte dos classificadores em capacitar a outra classe, com o objetivo de aliviar tensões, visto que elas não fortalecem a violência legítima desse sujeito no espaço social. Nesse tipo de disputa existe uma união entre as diferentes classes de classificadores (com formações pelo IPC ou IOSD). Visto que os técnicos posicionam-se de forma a disputar espaços de poder no campo, em relação à classificação de atletas.

Outro ponto importante tratado sobre a questão da classificação, com carga de destaque nas disputas sociais deste sub-campo, foi a presença de sujeitos com deficiência atuando na função de avaliadores. S1 apontou que eles são minoria em relação a classificadores não-deficientes. Porém, quando presentes, atuam na modalidade em que eram atletas. Segundo o entrevistado, todos os classificadores brasileiros com deficiência são ex-atletas.

Tal minoria é explicada por S1, com base na formação educacional básica precária oferecida a estas pessoas no Brasil. Visto que é exigida formação em nível superior para que um sujeito possa tornar-se classificador. O que se configura como um problema de política pública de educação e inclusão.

Por fim, S1 aponta que, fora do Brasil, existem, proporcionalmente, mais classificadores com deficiência em relação aos não-deficientes do que em nosso país. Isso se atribui, segundo ele, às melhores condições de educação e oportunidade de formação em nível superior. Embora Wu; Williams e Sherril (2000) apontem que nos Estados Unidos, há 10 anos atrás, na área de natação, a maioria dos classificadores ainda eram pessoas não-deficientes.

Como caracterização social desta esfera do esporte paraolímpico brasileiro, tem-se que é um espaço com certas disputas específicas entre classes que lutam pelo controle da elaboração de protocolos, pelo recrutamento e atuação em competições, pelas formas e filosofias de atuação e pela posse de conhecimento sobre os processos de classificação.

De forma geral, a entrada dos sujeitos neste espaço da classificação se dá com base em aquisição de capital cultural (ensino superior formal) e específico (processos e protocolos). Porém, as vias de entrada são duas (IPC ou IOSD) o que acaba configurando dois grupos relativamente distintos, mas que compartilham a busca por afirmação de sua autoridade específica sobre uma terceira classe (os técnicos), que também busca qualificação, mas com objetivos distintos (favorecimento e melhora de performances de atletas). A classe dos atletas também se posiciona neste campo de forma menos ativa, visto que assume o papel de corpo a ser analisado (HOWE, 2008b), sendo, por muitas vezes, apenas objeto de classificação e alocação de capacidades físicas e ação social.

Percebe-se por fim, que os sujeitos atuantes no espaço da classificação, excetuando-se a comissão científica do IPC destinada a este tema, têm pouca ou nenhuma autonomia frente às organizações do movimento paraolímpico, visto que cumprem os protocolos, filosofias, políticas e processos estipulados por órgãos administradores do esporte. Embora os protocolos sejam passíveis de algumas formas de aplicação, ou filosofias, como cita S1, que se diferenciam de acordo com o organizador do processo (IPC ou IOSD), os classificadores, em si, não têm autonomia de interpretação, visto que devem seguir a forma de atuação indicada pelo órgão que o formou e o contrata.

5.2. Profissionalismo no esporte paraolímpico

Em relação à ocorrência do profissionalismo no esporte paraolímpico, a primeira questão investigada diz respeito ao conceito e critério, adotado pelo CPB, sobre o que é um atleta profissional. Quanto a isso, o sujeito 3 (S3) apontou que a legislação brasileira (Lei Pelé, nº10.672/2003) (BRASIL, 2003) é muito clara nesse sentido e o CPB a acata. Assim, legalmente, o atleta profissional seria caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva. Para S3, quem não tem contrato de

trabalho formal e vínculo empregatício, não é profissional. O que coloca muitos atletas paraolímpicos, e até olímpicos, numa situação amadora perante a lei.

Howe (2004) reforça a posição de S3 ao apontar que os profissionais são os que recebem recompensas financeiras para competirem e dedicarem-se à melhora de sua performance atlética. Já os amadores, subdividem-se em 2 grupos, os “devotados”, que apresentam características muito próximas dos profissionais, e os “apaixonados”, que praticam esporte pelo simples prazer, sem compromisso com a melhora de rendimento. O amador devotado tem a mesma conduta esportiva do atleta profissional, porém, em seu momento de tempo livre.

Já o sujeito 2 (S2) não se apoiou na legislação para esta questão. Com base na forma de dedicação e recebimento de apoio financeiro por parte dos atletas, respondeu que o CPB compreende que existem dois tipos de atletas profissionais: um grupo que vive do esporte, que tem a prática esportiva como única atividade diária e de sustento, estando envolvido nessa atividade por dois períodos no dia; e também outro grupo, que tem o esporte como complemento de seu sustento, através do Bolsa-atleta, patrocínio, ou algum apoio de órgão público estadual ou municipal, além da atuação em outra profissão de forma paralela.

Porém, para o CPB, de acordo com S2, todos são considerados atletas profissionais, mesmo que estes não tenham nenhum contrato de trabalho assinado. Visto que, por exemplo, a Bolsa-atleta não é um salário, mas um apoio que pode ou não ser duradouro, de acordo com os resultados do atleta.

Quanto ao primeiro grupo (com dedicação integral ao esporte), S2 coloca que se configura com cerca de 10.000 atletas no alto rendimento, sendo destes, 2.000 ligados ao altíssimo rendimento. Neste grupo existem atletas que vivem exclusivamente do Bolsa-atleta, e outros que têm financiamento de patrocínios e contratos com clubes e empresas. Nota-se que há grande número de profissionais no Brasil, em relação à delegação paraolímpica que representou o país nos JP de Pequim/2008, que contou com 188 competidores (COSTA, 2009a). Isso pode ser um sinal positivo de que o investimento no país está alcançando um grande número de atletas, o que pode vir a aumentar as chances de crescimento de delegações brasileiras futuras para os JP. Além disso, demonstra que as políticas de investimento no esporte adaptado e, mais especificamente, paraolímpico brasileiro, talvez baseadas nas determinações já apontadas das três Conferências Nacionais do Esporte, vêm rumando não só para a formação de atletas, mas também do crescimento da cultura esportiva como um todo.

Embora no decorrer desta pesquisa não tenham sido encontrados dados relativos ao número de atletas com deficiência não-profissionais, espera-se que este grupo seja significativamente maior do que os 10.000 atletas apresentados por S2. Desse modo, é possível vislumbrar essa disseminação da cultura esportiva no país.

Quanto a esses atletas não-profissionais, que não fazem parte de nenhum desses dois grupos mencionados (com dedicação integral ou parcial ao esporte de forma profissional), tem-se na literatura que, embora exista um processo de profissionalismo muito presente no esporte adaptado, muitos ainda treinam por conta própria e acumulam prejuízos financeiros durante suas carreiras (WHEELER et al, 1999).

Em relação ao programa Bolsa-atleta, S2 coloca que o primeiro grupo mencionado (dedicação integral), muitas vezes abre mão deste benefício, por conta de maiores ganhos financeiros com patrocínios e contratos individuais, embora existam alguns atletas que vivam exclusivamente deste programa. O entrevistado acima aponta que alguns chegam a ganhar cerca de R\$ 15.000,00 a R\$ 20.000,00 de salário, entre patrocínios e contratos com clubes e prefeituras.

Existe ainda, uma característica pontual frente a esses atletas com dedicação exclusiva. Segundo S2, cerca de 17 a 19 atletas, que abrem mão do Bolsa-atleta, têm contrato com as Loterias Caixa, principal órgão patrocinador do esporte paraolímpico brasileiro.

E quanto ao segundo grupo (dedicação parcial), a Bolsa-atleta acaba sendo um complemento para gastos com o esporte. Segundo S2, esses sujeitos obtêm seu sustento diário através de um trabalho fora do esporte e usam o dinheiro da Bolsa para gastos com a prática esportiva. Segundo este entrevistado, a maioria desses atletas, que estão no primeiro escalão do esporte nacional, recebe o benefício da Bolsa.

Neste princípio de análise, nota-se que existem três diferentes grupos de atletas paraolímpicos no Brasil. Dois que acumulam ganhos com a prática esportiva e um que pratica de forma completamente amadora, sem nenhum ganho financeiro, apenas simbólico. Embora configurem grupos sociais distintos, não se achou na literatura, nem nos conteúdos das entrevistas, indícios de luta de classes entre os três grupos, além da óbvia competição esportiva, que é o que acaba representado o capital simbólico nesta esfera, pois é o resultado competitivo que garante ao sujeito a possibilidade de financiamentos, seja por bolsas, seja por patrocínios. Logo, nota-se que o capital em disputa entre atletas acaba sendo apenas o simbólico (ligado ao

mérito esportivo e capacidade atlética), visto que outras formas não contribuem diretamente para melhores posicionamentos dentro deste espaço.

Existe outra forma de diferenciação social a ser tratada mais adiante, ligada ao tipo de deficiência do atleta, o que representa certa diferença de acesso à mídia. Porém, não se percebeu, com base nos dados coletados, nenhuma forma de disputa ou engajamento social por parte desses sujeitos, no sentido de mudança dessa variável. Apenas um interesse do CPB, como órgão gerenciador do esporte paraolímpico brasileiro, com objetivos, inclusive mercadológicos, sobre o objeto.

Devido às condições financeiras e possibilidades de dedicação tão diferentes entre os três grupos de atletas (os profissionais com dedicação exclusiva, os com dedicação parcial, e os atletas que não obtêm ganhos financeiros através do esporte), S2 aponta que existe uma nítida diferença de rendimento atlético entre os 3 grupos. Sendo que, como é esperado, os atletas com dedicação integral apresentam, em geral, melhor performance.

Segundo Nunn (2008), esse quadro, no qual o esporte paraolímpico é tratado como algo profissional, é fruto de uma mudança comportamental de técnicos e atletas, principalmente após os JP de 1988 em Seul. Quando os indivíduos com deficiência começaram a ser vistos primeiro como atletas e não como deficientes, começou a existir um comportamento, por parte de todos esses sujeitos, ligado ao esporte de elite.

Nota-se que essa data não é uma mera coincidência. Segundo Marques; Gutierrez; Montagner (2009), no final da década de 1980, devido ao final da Guerra Fria e crescimento da comercialização da cultura e espetacularização do esporte, surgiu uma tendência de profissionalização acentuada e liberada em esferas esportivas, inclusive olímpicas (e, conseqüentemente, paraolímpicas), espaço de culto ao amadorismo até então, que motivou eventos como os citados por Nunn (2008). Além da importância histórica da edição de 1988 dos JP, em relação à realização nos mesmos locais e estrutura dos JO, o que imprimiu maior importância ao evento.

Historicamente, o fomento ao esporte adaptado já sofreu com a instabilidade e dificuldade financeira. Porém, segundo Araújo (1998a), já era possível notar, no final da década de 1990, certo crescimento e estruturação neste aspecto, principalmente no esporte brasileiro. Nesse sentido, S2 aponta que, atualmente, esse quadro é bem positivo e estável, visto que a Lei Agnelo/Piva, os patrocínios e os programas de bolsas federais, estaduais e municipais, garantem

certa verba periódica ao esporte. Quanto às bolsas estaduais e municipais, S2 aponta que estas têm valores próximos ao Bolsa-atleta (federal), e que as regiões norte e nordeste tendem a dar mais bolsas aos atletas (visto que existem poucos, nestes locais, beneficiados com a Bolsa-atleta federal).

Tal quadro de preparação e profissionalismo no esporte paraolímpico brasileiro possibilita, segundo S2, um alto nível técnico dos esportistas do Brasil em relação ao resto do mundo. Porém, o país encontra-se com problemas para renovação e surgimento de novos talentos, visto que a divulgação do esporte paraolímpico ainda não é ideal. Segundo o entrevistado, essa forma de prática esportiva ainda não é usual no dia-a-dia do brasileiro, o que dificulta atingir o interesse de novos atletas e da mídia.

Como essa forma de esporte não é amplamente divulgada, algo que incomoda S2, parece, para pessoas leigas no assunto, ser fácil chegar ao alto rendimento. Mas ele frisa que não é. Esse tipo de idéia equivocada é resultado da falta de conhecimento do público em geral, sobre toda a estrutura esportiva paraolímpica no país.

S2 cita ainda, que fora do Brasil existem alguns programas que ajudam a disseminar o esporte paraolímpico, como os Jogos Militares, nos Estados Unidos, por exemplo.

Esta passagem mostra que há uma tendência e interesse pela abertura do sub-campo do esporte paraolímpico no Brasil para entrada de novos atletas. Porém, são exigidos capitais específicos que caracterizem o sujeito como atleta de alto nível. E isso, devido à pouca divulgação, nem sempre é compreendido por sujeitos que estão fora deste espaço social e, por isso, as leis imanentes do mesmo nem sempre são percebidas, assim como o *habitus* pertinente aos agentes envolvidos. Nota-se, nesse quadro, uma característica da teoria dos campos de Boudieu. A idéia de que só consegue participar da disputa específica por capital no sub-campo, quem possui um *habitus* próprio deste espaço (BOURDIEU, 1983b). E, nesse sentido, S2 destaca um importante papel divulgador e disseminador da imprensa, que precisa ser otimizado para o crescimento do movimento paraolímpico no Brasil.

Outro tema abordado em entrevista foi a questão da predominância e distribuição de atletas profissionais no Brasil, por grupo de deficiência. S2 aponta que atletas com DF são maioria. Embora, no atletismo, importante modalidade no país, sujeitos com DF e DV se equivalem em número de profissionais, tendo os com DV, os melhores resultados.

Questionado sobre a profissionalização de atletas com DI, S2 aponta que estes já estão presentes em grandes eventos, mas ainda de forma tímida e restrita. Porém, a questão profissional que os envolve respeita os mesmos critérios de atletas com outras deficiências. Os processos são iguais. Institucionalmente, S2 deixa muito claro que o CPB atua como parceiro da ABDEM.

Quanto à distribuição de atletas profissionais por modalidade esportiva, S2 aponta que o atletismo e a natação são as principais. Isso ocorre, segundo ele, porque é mais fácil e lucrativo o patrocínio em modalidades individuais no Brasil, pois existem mais campeonatos e medalhas em disputa, devido ao Circuito Paraolímpico Loterias Caixa, que abarca tais modalidades. Por estas razões, torna-se mais fácil, para estes atletas, obter patrocínio. Os custos para participação e treinamento são menores e é mais fácil quantificar a performance do sujeito.

Segundo S2, modalidades coletivas não são tão atraentes para patrocinadores, pois é difícil manter e avaliar o patrocínio e o rendimento dos atletas, devido à alta rotatividade destas nas equipes.

Nota-se que, dentro deste espaço, a visibilidade faz-se de grande importância para o atleta. Tanto em relação ao seu tipo de deficiência, quanto a sua modalidade esportiva. Ainda é importante o capital esportivo, porém, a porta de entrada (modalidade esportiva) do sujeito no sub-campo limita ou amplia suas chances de profissionalismo. Neste aspecto, o sub-campo encontra-se em grande dependência de entidades e agentes exteriores, como os patrocinadores e a mídia, demonstrando certa autonomia relativa, que, segundo Bourdieu (1983c) é uma característica dos campos sociais.

Outro tema abordado em entrevista diz respeito à diferença de gêneros na participação de atletas brasileiros no ambiente profissional. Segundo S2, tanto no Brasil, quanto no resto do mundo, existe uma predominância de homens participando dos eventos. No país, são cerca de 70%, segundo ele. Para o entrevistado isso ocorre pois há uma procura maior dos homens pela prática esportiva, além de questões culturais.

Como fortalecimento destes dados, Howe (2004) aponta que menos de ¼ dos participantes dos JP de 1992 e 1996 eram mulheres. Oliveira Filho et al (2006) enxergam nessa realidade uma oportunidade de crescimento esportivo, visto que o ainda menor número de atletas mulheres no esporte adaptado implica em uma necessidade de massificação, não somente com o objetivo de aumento do número de atletas, mas também por teórica maior facilidade de obtenção

de resultados em competições femininas. E, segundo Sainsbury (2004), este tem sido um dos pontos de trabalho do IPC, o aumento do número de atletas mulheres.

Como ilustração desta situação, em nível mundial, Brittain (2010, p. 107) apresenta um quadro comparativo entre a participação de homens e mulheres nos JP desde 1960, que ilustra as informações apontadas pela bibliografia e entrevistado:

Tabela 2: Participação de atletas, por gênero, nos Jogos Paraolímpicos.

ANO	LOCAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1960	Roma	NA	NA	~ 400
1964	Tóquio	309	66	375
1968	Tel Aviv	554	176	730
1972	Heidelberg	722	273	995
1976	Örnsköldsvik	161	37	198
1976	Toronto	1404	253	1637
1980	Geilo	229	70	299
1980	Arnhem	1539	472	2011
1984	Innsbruck	325	94	419
1984	Stoke Mandeville/ Nova York	NA	NA	1100/1800
1988	Innsbruck	300	77	377
1988	Seul	2503	710	3213
1992	Tignes-Albertville	288	77	365
1992	Barcelona/Madrid	2323/NA	697/NA	3020/ ~1400
1994	Lillehammer	381	90	471
1996	Atlanta	2415	780	3195
1998	Nagano	440	121	561
2000	Sidney	2867	978	3843
2002	Salt Lake City	329	87	416
2004	Atenas	2646	1160	3806
2006	Torino	375	99	474
2008	Pequim	2584	1367	3951

Adaptado de Brittain (2010)

A questão de gênero não se coloca como uma luta entre classes específica do sub-campo em análise, mas sim, dentro de um espectro mais amplo da sociedade. Os dados referentes à pequena participação feminina em relação aos homens dizem respeito a uma tendência que extrapola os limites do esporte paraolímpico, sendo observada em outros campos da sociedade contemporânea. Isso também comprova a idéia de autonomia relativa (BOURDIEU, 1983c) do sub-campo, pois fica nítido que ele sofre influência de leis e disputas sociais externas a ele.

Outro ponto abordado foram os critérios do CPB referentes ao profissionalismo de técnicos. Segundo S2, todos são considerados profissionais. Complementando, Costa (2009b) afirma que os técnicos não são profissionais para o esporte paraolímpico. Ou são voluntários, ou recebem de outras fontes (como técnicos de esporte convencional), ou são pagos como treinadores pessoais pelos atletas.

S2 aponta que existem dois tipos de técnicos em atuação no Brasil: um grupo voltado tanto a atletas convencionais, quanto para paraolímpicos, que, muitas vezes, fazem o trabalho com o esporte adaptado de forma voluntária, ou apenas com ajuda de custo, mas com a mesma dedicação do convencional; e outro, exclusivamente paraolímpico, sendo este segundo grupo muito menor do que o primeiro (apenas de 10 a 15% dos técnicos envolvidos), configurando poucos especialistas nesta forma no Brasil.

Nunn (2008) aponta um fato que pode ajudar a esclarecer este quadro. Para ele, a maioria dos técnicos são procurados por atletas com deficiência não por seu conhecimento sobre esporte adaptado, mas sim, por sua história e envolvimento numa modalidade esportiva específica. E complementa que é mais fácil um técnico aprender sobre deficiência do que sobre uma modalidade nova.

Além disso, no Brasil, tem-se o agravante de certa escassez de verbas para profissionalização de técnicos com vínculo apenas voltado ao esporte paraolímpico. Nesse sentido, S1 aponta que, como o profissionalismo dos técnicos paraolímpicos ainda é pequeno no país, existe uma grande rotatividade destes sujeitos em suas funções. Quando o técnico está aprendendo como funciona o esporte, ele sai em busca de melhor reconhecimento financeiro, e entra em seu lugar outro agente novo, que não conhece todo o processo.

S2 aponta que o movimento paraolímpico brasileiro não tem grandes entidades ou clubes especializados, devido sua origem no movimento de luta política pelos direitos de inclusão de pessoas com deficiência. Por isso, a maioria dos clubes vivem de forma precária. Segundo

Castellano (2001), existe um problema político no Brasil, onde entidades querem atuar de forma autônoma, sem condições para tal.

O mesmo entrevistado (S2) coloca ainda uma dificuldade ligada à diferença de conceito e atuação entre clubes e entidades de luta política em benefício de pessoas com deficiência. Embora estas segundas também acabem, algumas vezes, auxiliando na formação de atletas, não conseguem dar conta do alto rendimento, pois sua preocupação central é a questão política, de representação, e não têm “fôlego”, como cita o entrevistado, para o esporte.

Para S2, a luta política e o esporte são, em certa medida, movimentos separados, mas que têm o mesmo objetivo, de inclusão e reconhecimento social da pessoa com deficiência. Nesse ambiente, acontecem acordos entre técnicos e atletas, referentes à partilha de ganhos financeiros, contados por S2, como uma atitude muito pessoal destes sujeitos, sem nenhuma orientação do CPB nesse sentido.

O mesmo entrevistado aponta ainda, que existe o Projeto Ouro, organizado pelo CPB, que paga uma certa quantia econômica aos técnicos de atletas medalhistas de ouro em JP, para dedicarem-se ao seu treinamento com mais exclusividade.

Em relação aos técnicos, estes acabam assumindo-se como uma classe muito específica no sub-campo do esporte paraolímpico brasileiro. Atuam de forma a preparar os atletas para o alcance do mérito esportivo, e conseqüentemente de recompensas financeiras. Porém, não se encontram em posição de grandes ganhos econômicos, com condições de trabalho não-ideais. Dentro desta classe, existe certa tensão entre os agentes, visto a concorrência objetiva por capital simbólico do sub-campo (mérito esportivo), em competições, e os sigilos estratégicos em relação a atletas e processos de treinamento.

Logo, os técnicos colocam-se como uma classe com poucos aliados neste sub-campo, que lutam com classificadores por melhor acesso aos processos de classificação, com administradores pela manutenção de seus cargos e recompensas financeiras, e com outros técnicos, pelo alcance do mérito esportivo. Tem-se ainda, para estes agentes, uma porta de entrada bem específica, na qual, como aponta Nunn (2008), são exigidos como parte do *habitus* desta classe, o conhecimento específico sobre a modalidade esportiva e, em segunda instância, sobre deficiência, o que configura um capital cultural complexo e indispensável.

Outra classe que permeia o profissionalismo no esporte paraolímpico brasileiro é a dos classificadores. S1 aponta que este grupo não conta com profissionalismo ligado à dedicação

exclusiva. Para ele, ninguém se sustenta apenas como atuação em classificação. Porém, esses sujeitos recebem pelos serviços prestados, por competição em que atuam, mas sem vínculo empregatício. Essa verba, segundo o entrevistado, é proveniente do patrocinador de cada evento. Segundo S1, isso também ocorre fora do país. Com trabalhos voluntários ou secundários. O que gera abandonos da atividade.

Quanto aos árbitros atuantes no Brasil, S2 aponta que estes seguem o mesmo processo de profissionalização dos classificadores, recebendo por competição, sem nenhuma forma de vínculo com o CPB ou outra entidade organizadora.

Tanto classificadores quanto árbitros configuram duas classes específicas neste sub-campo, mas que não apresentam tensões entre si. Os primeiros lutam por acesso aos protocolos e formas de capital que lhes permitam ser recrutados e atuantes nas competições, proporcionando maiores ganhos simbólicos e financeiros. Os segundos, com processos de formação e recrutamento parecidos, encontram-se na mesma situação.

Porém, é importante destacar que ambos os grupos têm certa posição de destaque no sub-campo, devido sua função reguladora, de juízo e avaliação, o que lhes confere certo poder simbólico. Talvez esta consideração explique a não-existência de disputa direta entre as classes. Visto que ambas têm posições de autoridade específica, em aspectos paralelos frente ao movimento paraolímpico.

Sendo que os árbitros, assim como já mencionado em relação aos classificadores, também precisam de certa formação específica para atuarem, esses sujeitos encontram-se em posse tanto de capital cultural quanto específico no sub-campo. O que lhes coloca em evidência vantajosa em situações de disputa com outras classes.

Quanto à profissionalização de gestores e administradores, S2 e S4 apontam que é mínima no clubes e organizações no Brasil. S3 aponta que o que nutre o trabalho destas pessoas é a ideologia, pois atuam de forma amadora. O problema, nesse sentido, apontado por S3, é que muitas entidades são ONG, e, por lei, este tipo de órgão não pode remunerar seus dirigentes. S2 coloca também, que existe, para os administradores, a mesma dificuldade que ocorre com os técnicos, referente à questão da alta rotatividade nos cargos, devido à falta de profissionalismo.

S2 informa que os dirigentes brasileiros originam-se do próprio movimento paraolímpico, tendo ex-atletas, ex-técnicos e professores de educação física nesta função. Isso faz sentido, do

ponto de vista que estas pessoas já detêm o *habitus* que lhe permitam atuar e disputar certa ascensão social no sub-campo.

S2, S3 e S4 apontam a necessidade de profissionalismo em posições administrativas do esporte. Usam como exemplo o CPB, que é totalmente profissional neste sentido, com dirigentes contratados sob dedicação exclusiva, numa perspectiva de carreira. E informam, ainda, que este órgão tenta orientar outras entidades do país num sentido de profissionalização também. S2 acrescenta, ainda, que técnicos e coordenadores de seleções brasileiras são remunerados pelo CPB, como *pró-labore*, para realizarem planejamentos específicos para modalidades.

Quanto a administradores fora do país, S4 aponta que existem locais com estrutura profissional (como Espanha, Austrália, Inglaterra), e outros completamente amadores neste sentido.

Outro ponto, que já foi tratado de forma introdutória neste trabalho e que exerce grande relação com o profissionalismo no esporte, sendo, talvez, a principal célula de nutrição deste fenômeno, é a presença da mídia no movimento paraolímpico. Sobre isso, S2 aponta que a mídia brasileira explora pouco o esporte paraolímpico. S4 cita que este sub-campo ainda não tem força suficiente para criar essa demanda de visibilidade sozinho. Para a melhora neste quadro, ele defende que é preciso uma maior consolidação do esporte no país, visto o surgimento recente do fenômeno.

Porém, isso não é exclusividade no Brasil. Segundo Hardin e Hardin (2008), nos Estados Unidos a cobertura midiática dos JP é mínima em comparação aos JO. Para eles, é virtualmente não existente, visto que, como versam os mesmo autores, muitos jornalistas norte-americanos não vêem o esporte adaptado como válido ou legítimo. Nixon (2007) informa que os JP de 2004 foram transmitidos neste mesmo país aproximadamente 2 meses após seu fim, posteriormente à cobertura estendida dos JO.

Brittain (2010) coloca que os JP são a única oportunidade de um mínimo contato de muitas nações com o esporte adaptado. Outros estudos (DAVIES; FERRARA, 1995; SCHANTZ; GILBERT, 2001; SAINSBURY, 2004; PEREIRA; SILVA; PEREIRA, 2006; GOLD;GOLD, 2007) apontam isso como uma tendência mundial.

S2 coloca, neste processo, que é preciso esforço para convencer o mercado e a mídia de que o esporte paraolímpico é um bom produto. Nesse sentido, tanto os JO, quanto os JP, vêm utilizando-se de valores éticos e morais, assim como o nacionalismo, além da divulgação da paz

mundial, para atrair patrocinadores, mídia e público (MORGAN, 2002). Porém, este é um discurso quase que superado, devido ao grande crescimento da comercialização do esporte. É importante para o crescimento midiático dos JP que os agentes envolvidos neste sub-campo questionem-se o que atrai leigos e expectadores para esta forma de esporte? O sensacionalismo e criação de ídolos, ou o rendimento atlético?

São utilizadas também com o objetivo de divulgar os Jogos algumas alterações em regras e formas de disputa, como na classificação (HOWE; JONES, 2004). Porém, é necessário cuidado em suas mudanças e adaptações mercadológicas para que seus eventos não percam o caráter de empoderamento e aceitação de diferentes atletas com deficiência, inclusive os mais comprometidos (SCHANTZ; GILBERT, 2001).

O interesse comercial no esporte se pauta pela proximidade dele com espectadores que se tornam clientes consumidores e o desejo de empresas se aproximarem dessas pessoas para vender seus produtos (HOWE, 2004). A publicidade sobre o atleta paraolímpico pode ajudar a remover barreiras sociais sobre as pessoas com deficiência (CASTELLANO, 2001; HARDIN; HARDIN, 2008). Porém, existe uma tendência da mídia em transmitir o estereótipo de “super-deficiente”, no qual destaca as façanhas dos atletas incentivando o caráter de superação. Mas isso aumenta o foco sobre a deficiência e diminui a atenção sobre os feitos atléticos (BRITAIN, 2010).

Para S4 existem dois tipos de cobertura midiática sobre o esporte paraolímpico: a de apelo social, ligada ao sensacionalismo; e a que se apóia no rendimento atlético, com preocupação com resultados. Para ele, a cada dia, a segunda tem crescido, mas ainda não chegou ao ponto ideal.

Nota-se, nessa situação, um conflito onde, por um lado, posicionam-se os atletas, que querem ser tratados como pessoas comuns e terem seus feitos esportivos valorizados. E por outro, a mídia que vende a notícia por meio da superação de adversidades (HOWE, 2008b).

De todo modo, S2 aponta que, embora ainda insatisfatória a visibilidade do movimento paraolímpico na mídia televisiva principalmente, cresceu após os JP de 2004. Até então, apenas a mídia escrita se interessava. Isso é apontado por Macdonald (2008), que descreve que nos JP de 1996, estiveram presentes 1600 jornalistas credenciados. Em 2000, foram 2400 profissionais, e em 2008, 3100 representantes da imprensa internacional.

No Brasil, os JP de 2004 e 2008 foram marcos em relação à importância dada pela mídia ao esporte paraolímpico. S4 destaca que os 2 últimos JP e o Campeonato Mundial de natação de 2010 foram transmitidos pela televisão. Segundo S2, a maior emissora de televisão do país

exerceu uma grande cobertura, transmitida em seu canal de assinatura específico para esporte. De forma complementar a isso, S4 diz que o CPB ainda ofereceu uma estrutura de material e operacionalização de transmissões para outros meios de comunicação brasileiros. Segundo S2, o CPB compra direitos de imagem para repassar às emissoras e ainda oferece estrutura pessoal e material.

Esse tipo de atitude também é realizada por outros órgãos. Por exemplo, o IPC, que criou uma plataforma própria na internet para transmissão dos JP (www.paralympicsport.com), mantida com verba de patrocinadores (BRITAIN, 2010).

S2 faz questão de deixar claro que a relação entre CPB e mídia é muito boa. Que o movimento paraolímpico brasileiro não tem crises nem escândalos, além de um bom planejamento, o que causa uma imagem positiva, de equilíbrio.

A mídia pode ajudar na busca por patrocínios. Porém, a atual pouca visibilidade, além do destaque para as deficiências, no lugar dos feitos atléticos do esporte paraolímpico, não têm contribuído neste sentido (HOWE, 2008b). S2 confirma esse fato no Brasil, embora destaque alguns parceiros do CPB.

Fica claro que o sub-campo do esporte paraolímpico, não só no Brasil, como em todo o mundo, sofre com o problema de, ao mesmo tempo em que entra num processo de profissionalização, ainda tem dificuldade para captação de recursos financeiros, visto que a mídia pode ser grande aliada neste sentido.

Porém, fica nítida certa tensão e disputa entre agentes do movimento paraolímpico e a mídia que, na busca por vender suas notícias, destaca o que lhe é interessante (BOURDIEU, 1997). E, nesse caso, tem-se utilizado do sensacionalismo frente à deficiência e desvalorização dos feitos esportivos dos atletas. Isso, que se por um lado, auxilia na quebra de estereótipos e paradigmas frente ao deficiente na sociedade, não contribui para a valorização do produto esporte, dificultando a atração do interesse de patrocinadores e divulgação para captação de novos talentos. Desse modo, existe uma certa premiação simbólica à desfuncionalidade do atleta, em detrimento de sua funcionalidade esportiva.

Logo, tem-se neste aspecto, duas classes sociais pontuais. A mídia, e as entidades de organização do esporte. A primeira detém a autoridade específica de determinar o quê e como é transmitido o esporte. Enquanto a segunda busca maneiras e re-significa seus *habitus* num sentido de convencer a imprensa sobre seu valor simbólico e comercial.

Ao mesmo tempo em que há uma disputa pelo tipo de transmissão predominante – sensacionalista, com foco na deficiência; ou esportiva, com foco nos feitos atléticos – há uma tentativa de aproximação, por parte da classe das entidades esportivas, em busca por melhores espaços de divulgação, espetacularização e lucros. Sendo estes, formas de capital em disputa muito importantes nesta relação de tensão.

Como atitudes de aproximação, tem-se a transformação de *habitus* de alguns agentes no campo, como classificadores, técnicos, atletas, administradores. Isso configura a autonomia relativa deste espaço frente às imposições de órgãos próprios do macroespaço, como a mídia e o comércio específico deste campo midiático. Onde o esporte paraolímpico é apenas mais um conteúdo e possibilidade de produto, dentre tantos outros.

Como proposta para a facilitação de acesso a patrocinadores, a integração total entre os JO e JP poderia facilitar a questão comercial do segundo, porém, mudaria a identidade de ambos (GOLD; GOLD, 2007). Principalmente em relação ao empoderamento causado pelo esporte paraolímpico.

Por fim a este tema ligado à mídia, tem-se registrado na bibliografia (SCHANTZ; GILBERT, 2001; PEREIRA; SILVA; PEREIRA, 2006) que existe uma preferência por modalidades disputadas por cadeirantes. S2 confirma isso no Brasil. Principalmente em relação à televisão. E isso, para ele, é um problema, pois como o Brasil não tem predominância de atletas cadeirantes, torna-se necessária uma transformação neste sentido, visando maior espaço aos atletas brasileiros na mídia.

Outro ponto tratado foi em relação a planos de fortalecimento de modalidades esportivas no Brasil. Este assunto foi levantado por S2, que expôs a intenção do CPB conquistar o 5º lugar nos JP de 2016, através de um planejamento por modalidade, com foco na longevidade e aumento da mesma. O critério para escolha dos pontos de foco foi a análise de chances de cada uma delas conquistar medalhas em JP. S2 coloca que existe um orçamento de R\$ 70.000,00 para esse planejamento oriundo de auxílio do Ministério dos Esportes.

Para o crescimento das modalidades é preciso que elas sejam democratizadas e haja um aumento do número de participantes. Nesse sentido, S2 aponta uma necessidade de transformação da Educação Física escolar, num sentido de iniciar a formação destes atletas, dividindo esta responsabilidade com os clubes e entidades especializadas.

No Brasil, os dois principais mecanismos de ingresso de atletas no esporte adaptado são a reabilitação e a oportunidade de engajamento social com pares nas mesmas condições (BRAZUNA; CASTRO, 2001). Costa (2009b) reforça que a maioria dos atletas são formados em instituições especializadas que nem sempre possuem condições e características adequadas às necessidades do atleta para sua evolução esportiva, além do acesso a tais entidades não ser facilitado. No Brasil os clubes, de fato, não são uma das principais portas de entrada de sujeitos no esporte paraolímpico.

Dos 18 atletas campeões paraolímpicos de 2004, entrevistados por Florence (2009), 6 iniciaram a prática esportiva em escolas especializadas, 2 em processos seletivos e recrutamento para composição de equipes, 4 foram convidados para compor equipes, 2 por vias de reabilitação, 2 na escola regular, 1 diz não ter escolhido ser atleta e 1 era praticante de esporte convencional (clube) e rumou para o esporte adaptado. Estes dados, embora coletados numa população pequena, comprovam as afirmações citadas a respeito dos processos de iniciação esportiva adaptada.

Quanto à proposta de S2 referente à Educação Física escolar, parece um tanto quanto distante para a realidade brasileira, visto os objetivos atuais da Educação Física escolar no país, somada às formas sedimentadas de iniciação de atletas paraolímpicos em entidades especializadas ou na tradicional e enraizada estrutura clubística de formação de atletas olímpicos no país. Embora esta última seja vista como algo que vem sendo transformado (CARVALHO, 2009; GALATTI, 2010) e não tão predominante no ambiente das pessoas com deficiência.

Reforçando essa discordância, tem-se que, nos Estados Unidos, embora a tradição do país seja a formação de atletas olímpicos em escolas, são nas instituições especializadas, fora do ensino formal, onde existe a formação de atletas para o esporte paraolímpico (PACIOREK, 2004). A reabilitação e a educação em entidades especializadas são, ainda, o início da carreira de muitos atletas (VANDLANDEWICK, 2006).

Williams (1994) traz outro aspecto, que indica que pessoas com deficiência congênita iniciam no esporte em instituições especializadas, em geral. Mas sujeitos com deficiência adquirida têm formas mais distintas, de acordo com o histórico esportivo anterior ao fato desencadeador da deficiência.

Wheeler et al (1999) apontam como fatores para motivação na iniciação esportiva a reabilitação, chance de inclusão social, programas de recrutamento e continuidade no esporte

após deficiência adquirida. No mesmo trabalho os autores indicam que atletas de Estados Unidos, Canadá, Israel e Grã-Bretanha atingiram o nível internacional de performance entre 0,5 e 2 anos de treinos. O que é uma trajetória bem rápida.

Este é um ponto importante da iniciação esportiva no esporte adaptado. Por existirem menos praticantes e menos campeonatos, em tese, seria mais rápida a ascensão a níveis internacionais do que no esporte convencional.

Outra perspectiva abordada foi a captação de subsídios para o crescimento do esporte paraolímpico brasileiro, e a busca por melhores resultados. Além do auxílio já citado, por parte do Ministério dos Esportes, S2 e S4 colocam como principais fontes financiadoras a Caixa Econômica Federal, Lei Agnelo/Piva e parceiros institucionais.

Porém, S2 coloca que o principal meio de financiamento do esporte paraolímpico no Brasil é o fundo proveniente da Lei Agnelo/Piva, que permite a execução de planejamentos a médio e longo prazo por parte do CPB. Ele cita ainda, que, depois de 2008 a mídia ganhará espaço de grande importância na geração de recursos e busca por novos atletas, divulgando mais o esporte para pessoas com deficiência, que, segundo Brittain (2010), têm pouco acesso na imprensa, e por isso, não é tão conhecido ainda do grande público.

S2 coloca que, mesmo com certa verba periódica, o movimento paraolímpico brasileiro encontra certa dificuldade em alguns campos. Como por exemplo, o de material esportivo. O CPB não conta, hoje em dia, com fornecedor. Com o fim do contrato com o anterior, cabe ao Comitê esperar pelo acerto que será realizado pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Pois, segundo ele, há uma obrigatoriedade de serem os mesmos patrocinadores dos Jogos e das equipes do país-sede. O que confirma a afirmação de De Pauw e Gavron (1995), de que o esporte paraolímpico seguirá sofrendo influência pelo movimento olímpico e seus processos de desenvolvimento e transformação.

Nota-se grande dependência do sub-campo do esporte paraolímpico brasileiro em relação aos financiamentos públicos, principalmente federais. Mesmo com o crescimento do número de patrocinadores nos últimos anos, é a verba proveniente das Loterias Caixa, Lei Agnelo/Piva e Ministério dos Esportes que, de fato, sustenta as entidades deste espaço social. Desta maneira, explicita-se grande dependência deste campo frente ao campo político nacional, diminuindo sua autonomia. Por outro lado, tal perspectiva atribui maior estabilidade de financiamentos em relação a patrocínios de empresas privadas.

Fica nítido também, nesta passagem, a relação muito próxima entre as organizações olímpicas e paraolímpicas em nível internacional. Embora esse vínculo seja menor no Brasil, a organização dos JO e JP de 2016 aproxima em muito tais agentes.

Ao tratar de esporte profissional, o *doping* surge como outro tema muito relevante. S2 aponta grande preocupação, por parte do CPB, referente a esse assunto. E cita que este órgão tem realizado controles periódicos e investido muitos recursos financeiros no combate a este mal do esporte. Do orçamento previsto para 2010, o CPB destinará R\$ 150.000,00 para o controle anti-doping no Brasil (CPB, 2009b).

Além do controle, o CPB tem feito, segundo S2, um trabalho de educação em relação ao *doping*. As delegações brasileiras são acompanhadas por médicos com essa função e contam com uma cartilha desenvolvida para esclarecimentos de técnicos e atletas, devido à possibilidade do uso de substâncias de forma terapêutica, permitida pela WADA.

Isso tem ocorrido, pois não existe no Brasil uma agência de combate ao *doping*. E, segundo S2, para qualquer competição ser homologada pelo IPC, deve haver a instalação de um controle anti-*doping*. O próprio CPB se encarrega de todo o processo, já existindo casos de punições no Brasil. S2 coloca ainda, que a WADA discorda das ações do CPB, pois ele se auto-regula e fiscaliza. Mas defende que está sendo feito o possível no país e com bons resultados.

Nota-se certa tensão entre WADA e CPB, visto que a primeira busca a criação de uma agência anti-*doping* no Brasil, que seja ligada à mesma, conferindo-lhe maior capital simbólico no esporte. Já o CPB, luta por maior autonomia em relação a seus processos de fiscalização, preparação e gerenciamento de seus atletas, o que representa também a posse de autoridade específica sobre o sub-campo.

Como último tema a respeito do profissionalismo no esporte paraolímpico brasileiro, tem-se o processo de aposentadoria de ex-atletas. Nesse sentido, S2 e S4 afirmam que não existe nenhum projeto ou ação do CPB para a preparação desses sujeitos para sua retirada do esporte. Embora S3 afirme que, mesmo não sendo responsabilidade do CPB, existe uma preocupação deste órgão neste sentido. Já S2, aponta certo contato com determinada empresa de consultoria que faz esse tipo de planejamento para o IPC, mas sem nada concreto em planejamento.

Essa questão de tensão em relação à aposentadoria de ex-atletas não é exclusividade do Brasil. Em um estudo com ex-atletas canadenses, norte-americanos, israelenses e britânicos,

Wheeler et al (1999) demonstram que nenhum entrevistado alega ter se preparado para a aposentadoria, nem recebido auxílio de nenhuma entidade nesse sentido.

S3 coloca que não existe uma estrutura legal que facilite a aposentadoria destes atletas no Brasil. Segundo ele, os patrocinadores não se preocupam com isso, pois eles se ligam à imagem do atleta, não do ex-atleta. Não há interesse, por parte deles. O mesmo sujeito sugere que haja alguma forma de processo para aposentadoria pelo Ministério da Previdência Social, visto que, hoje em dia, o atleta, principalmente o que vive de Bolsa, não contribui com INSS.

A re-inserção no esporte, em outras funções, como técnico ou administrador, acaba sendo a principal estratégia de ajuste social e emocional adotada por atletas aposentados brasileiros (BRAZUNA; CASTRO, 2001). Fica claro que ao aposentar-se o ex-atleta perde seu capital específico do sub-campo (a capacidade de lutar pelo mérito esportivo e, em certas ocasiões, conquistá-lo, gerando até capital econômico e mais capital simbólico), que é o que movimenta o espaço gerando lucros simbólicos e econômicos a serem disputados pelos agentes.

Ao sair deste meio, através de sua aposentadoria, o sujeito deixa de ser agente atuante, e passa a não ser mais relevante nas lutas e posicionamentos dentro do sub-campo, perdendo sua importância. Isso justifica a falta de preparação, cuidado e planejamento acusadas pela bibliografia e entrevistados em relação a ex-atletas em processos de aposentadoria.

A presença do ex-atleta no sub-campo justifica-se apenas na ocorrência de grande posse de capital simbólico por parte do mesmo, ou capacidade de articular-se como membro de algum outro grupo, alterando seu *habitus*, mas permanecendo ativo e lucrativo aos outros agentes.

5.3. Presença da pessoa com deficiência em órgãos de administração do esporte paraolímpico

Este tema surgiu do dado apresentado por Wheeler et al (1999) que, ao analisarem atletas americanos, britânicos, israelenses e canadenses notaram que estes atribuem, até certa medida, os problemas de falta de assistência ligada à aposentadoria e representatividade política à ausência de pessoas com deficiência na gerência esportiva. Independente do perfil e competência de quem exerce tal função ou venha a exercê-la.

Desse modo, em relação à presença destas pessoas em órgãos de administração do esporte paraolímpico no Brasil, S3 e S4 apontam que existem muitas pessoas nesta condição, exceto os

sujeitos com DI, destacados por S4. Ambos os entrevistados apontam que isto significa um ganho em termos do protagonismo das pessoas com deficiência na sociedade e no movimento paraolímpico.

S3 afirma que é preciso mostrar que as pessoas com deficiência são capazes de se autogerenciar e atuar como profissionais na sociedade. Esse posicionamento ganhou força, segundo ele, a partir de 1981, devido ao destaque dado pela ONU. Ele coloca ainda, que existe uma luta por inserção da pessoa com deficiência na sociedade, visto que “todos cuidam dos idosos, pois as pessoas querem ficar velhas. Mas não há atenção com os deficientes, pois ninguém quer ser um”.

Essa interação entre pessoas com deficiência e não-deficientes se dá em duas mãos, uma em que o mundo não-deficiente rotula e define limites e significados do que é ser pessoa com deficiência. Outra, na qual os sujeitos com deficiência se expressam como autônomos responsáveis por seus atos, escritores de suas histórias e que acabam por delimitar seu próprio sentido de deficiência (WILLIAMS, 1994).

S4 aponta que, sem dados precisos, é possível afirmar que existem mais pessoas com deficiência em cargos administrativos no esporte paraolímpico brasileiro do que não-deficientes. Principalmente no movimento da DV. Sendo mais comum encontrar estas pessoas em entidades menores.

Ambos, S3 e S4 afirmam, com certo destaque, que no CPB existem 2 gestores com deficiência, numa chapa composta por 3 pessoas. Porém, S4 destaca que, em cargos técnicos, devido ao critério de contratação por formação acadêmica, não existe nenhuma destas pessoas. Como dificuldades para a inserção e atuação destas pessoas em órgãos de administração paraolímpica, S3 coloca a busca por espaço político, formação educacional e problemas arquitetônicos, como acessibilidade.

S4 coloca que, normalmente, os dirigentes mais altos na escala de poder são pessoas com deficiência. Em outros níveis, cada país tem seu modelo de organização e, por isso, ele aponta que é difícil mensurar. Como exemplo, ele cita os Estados Unidos, com o esporte paraolímpico sendo um departamento dentro do Comitê Olímpico; e a Inglaterra, na qual o futebol adaptado é gerenciado pela Federação Inglesa de Futebol convencional.

Quanto à percepção de técnicos e atletas perante a presença destas pessoas com deficiência nos órgãos de administração, S3 coloca que é considerada uma necessidade essencial, pois sem

tais sujeitos, não há representatividade política. É importante citar que isso vai ao encontro ao que os indivíduos pesquisados por Wheeler et al. (1999) indicaram.

S3 vai mais além, ao apontar que existe uma luta de classes, na qual as pessoas com deficiência querem se gerenciar, e não serem gerenciadas por outros agentes. Porém, ainda existem sujeitos não-deficientes nesses órgãos.

Já S4 afirma que existe uma expectativa, por parte dos atletas, frente à presença e atuação destas pessoas em órgãos administrativos. Porém, ele afirma que o simples fato de ser pessoa com deficiência não basta para sanar tais sentimentos da comunidade paraolímpica. Ele coloca que é mais importante o sujeito estar bem preparado e formado profissionalmente para exercer tal função.

Em relação ao ponto positivo na presença destas pessoas em tais órgãos, S4 aponta que a experiência de um ex-atleta pode contribuir, mas não é determinante. Não garante um bom trabalho. A formação educacional e profissional da pessoa é reforçada como fator mais importante. Ele ainda destaca que existem pessoas não-deficientes que são boas administradoras do esporte paraolímpico.

Quanto ao benefício prático e político deste processo, S3 coloca que ambos acontecem juntos. A atuação prática comprova a capacidade de realização da pessoa com deficiência, seu potencial. E isso traz ganhos políticos também.

A presença de pessoas com deficiência em órgãos de administração paraolímpica coloca-se como uma tensão muito destacada neste sub-campo. A ocupação destas posições significa grandes ganhos de poder simbólico e econômico aos agentes, o que gera interesse tanto de pessoas com deficiência quanto não-deficientes. Porém, nota-se que as pessoas com deficiência vêm na ocupação destes cargos uma oportunidade de representação política da classe perante a sociedade. Ou seja, um modo de afirmar suas capacidades e capitais específicos, que os reconhecem como cidadãos comuns, quebrando com estereótipos e paradigmas. Nota-se, nesse sentido, um interesse por afirmação dessa classe não apenas no esporte paraolímpico, mas na sociedade como um todo. O que parece, é que existe um sentimento de que ser reconhecido como autônomo e capaz neste espaço ajudará num melhor posicionamento social na macroesfera social.

Isso acaba sendo uma característica dos campos apontada por Bourdieu (1996a), visto suas autonomias relativas e a possibilidade, não obrigatória e necessária, de reprodução da posição social de um sujeito ou classe, em mais de um campo da sociedade.

Logo, existe certa tensão pelo acesso a tais cargos, principalmente da parte de pessoas com deficiência que, além de obterem lucros esportivos, econômicos e sociais, assim como os não-deficientes quando nestas funções, ainda vislumbram destaque político pessoal e representativo. Porém, nota-se certa indefinição em relação ao *habitus* deste grupo, visto que, como cita S4, não basta ter deficiência para ser um bom gestor.

O espaço de atuação destes sujeitos, ou seja, as entidades administradoras foram temas de algumas entrevistas. S4 aponta que o esporte paraolímpico no Brasil segue o Sistema Esportivo Nacional e, antes de mais nada, é esporte, assim como o convencional. S3 afirma que existe um padrão em relação à estrutura organizacional destas entidades. Mas S4 afirma que, como elas têm certa autonomia organizacional, existem particularidades de acordo com suas necessidades.

Assim, no Brasil, como no resto do mundo, o movimento paraolímpico está passando por uma transformação. Segundo S3, ao invés das instituições serem moldadas por deficiência, estão passando a se organizar por modalidade, abarcando diferentes tipos de deficiência. Esse tipo de transformação acontece porque o esporte paraolímpico é muito novo e está buscando uma forma melhor de se organizar.

Quanto ao acesso de possíveis dirigentes aos cargos de gestão desses órgãos, tanto S3, quanto S4, afirmam que se dá com base no engajamento político do sujeito no movimento paraolímpico, pois isso vai facilitar sua entrada por meio dos processos democráticos, através de votações que todas as entidades respeitam.

Segundo S3, para o sujeito chegar a um órgão de administração, deve estar mobilizado politicamente no clube, depois numa associação regional, nacional, etc. Deve ser conhecido e contar com votos das pessoas envolvidas. Nesse ponto, é possível atribuir a possibilidade de disputa política entre pessoas com deficiência e não-deficientes, sendo este, um fator que exerça possível influência nos votos dos envolvidos.

Ou seja, além de outras formas de atributos necessários para uma escolha por votos, a deficiência pode significar importante capital simbólico para um agente candidato numa eleição para um desses órgãos. Além disso, nota-se certa similaridade entre alguns comportamentos, entre o sub-campo em análise e o campo político na sociedade como um todo.

Em relação às entidades maiores, S3 aponta que são os clubes que votam para as conformações de gerência de entidades nacionais. Essas entidades votam para o CPB, e o mesmo

acontece internacionalmente. No CPB, por exemplo, ambos, S3 e S4, apontam que existe uma assembleia geral para votos e que, praticamente todas as instituições têm o mesmo peso de voto.

A questão da necessidade de profissionalismo na gestão do esporte paraolímpico, assim como de formação acadêmica para tal atuação, foram bastante destacadas por S1, S2, S3 e S4. Visto que, segundo o último, um importante critério para escolha de dirigentes, principalmente técnicos, em entidades maiores, é a formação profissional. Nesse sentido, sobre o tema surge um problema ligado a políticas públicas de educação.

S4 aponta que o que mais dificulta a presença de mais pessoas com deficiência atuando como gestores, técnicos, classificadores ou árbitros, é a formação educacional, visto a exigência de preparação deste ambiente. Sendo que as pessoas com deficiência que possuem formação em nível superior ainda são minoria no Brasil. S4, aponta que as pessoas com deficiência têm mais dificuldade para obter formação profissional. S3 coloca que existem leis que obrigam as empresas a contratar uma porcentagem de pessoas com deficiência, mas não incentivos legais que facilitem a formação destes sujeitos para atuarem no mercado.

Para atuar no esporte paraolímpico, além de boa formação, é necessário ter capacitação específica, segundo S4. Porém, esses cursos pontuais existem, mas são insuficientes, devido à má formação anterior das pessoas. Um fator dificultante para a obtenção de formação acadêmica é apontado por S3, quando ele coloca que o atleta paraolímpico começa sua vida esportiva mais tarde do que o olímpico. Isso, segundo ele, prejudica ainda mais sua formação profissional acadêmica.

Tanto S3, quanto S4, admitem que existe uma luta política frente à tentativa de melhorar a formação educacional de pessoas com deficiência. S4 pontua que há uma diferença de acesso à educação formal entre pessoas com deficiência e não-deficientes. Já S3 aponta que existe uma preocupação do CPB em preparar os atletas para que tenham formação, ao menos administrativa, para a vida pós-esporte.

Nota-se que, um fator impeditivo para a atuação de pessoas com deficiência nos órgãos de administração não diz respeito apenas ao sub-campo do esporte paraolímpico, mas sim, à sociedade como um todo. A questão sobre problemas de inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, envolve um macrocosmo social que acaba interferindo nas relações no sub-campo em questão. Por outro lado, seria irresponsabilidade do espaço do esporte paraolímpico, abrir mão da exigência de certos capitais culturais, principalmente para que sujeitos possam

exercer com competência, funções gerenciais que envolvem a vida de tantos agentes no sub-campo.

Outro agente importante ligado aos órgãos administrativos do movimento paraolímpico é o técnico esportivo. Quanto a esse grupo, S4 aponta que é muito rara a existência de técnicos com deficiência. Isso acontece, segundo ele, por causa dos locais não adaptados, e por dificuldades na formação. Quanto a esse tema, S2 diz não saber o motivo de haverem poucos técnicos nesta condição. Mas discorda de S4 em relação a questões de adaptabilidade arquitetônica em eventos do CPB, e reforça a importância da formação na vida do técnico, além de colocar isso como uma responsabilidade do próprio treinador. Para ele, a deficiência não é um fator determinante nesse sentido.

Quanto a esta última idéia, referente à deficiência, S1 coloca que ela também não é determinante na atuação do classificador. Embora a experiência como ex-atleta e a troca de experiências entre classificador e atletas possam contribuir com sua atividade (CASTELLANO, 2001).

Fica de certa forma destacado que 3 sujeitos (S1, S2 e S4) entrevistados posicionam-se claramente em relação à possibilidade de pessoas com deficiência atuarem de maneira profissional em funções que não seja a de atleta, no esporte paraolímpico. Esses sujeitos apontam que, antes da deficiência, um capital mais importante para o reconhecimento deste agente é o cultural. Ou seja, sua formação educacional e específica para a função exercida, além de sua competência na execução da função em foco. E esse “quase-concenso” no grupo de entrevistados, representa um problema para as pessoas que não têm essa formação educacional básica.

Em termos gerais, um tema tratado com os sujeitos entrevistados foi também relativo à posição ocupada pelo Brasil no campo político do esporte paraolímpico internacional. Sobre esse assunto, S2 e S4 apontam que o Brasil, por meio do CPB, tem posição de destaque internacional. Uma entidade de vanguarda. E que o país conta com representantes nas seguintes comissões do IPC - Comitê executivo; Comitê de desenvolvimento; Comitê de legislação; Comitê de finanças – além de classificadores, árbitros e coordenadores que atuam em níveis internacionais. O que aponta que o Brasil tem possuído um *habitus* importante para a disputa, posse e manutenção de certo capital simbólico no sub-campo do esporte paraolímpico internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho, juntamente com a apresentação de conclusões e ponderações finais, tem-se certa reflexão sobre perspectivas do esporte paraolímpico para o século XXI. O intuito é estabelecer um diálogo entre autores da área e as conclusões obtidas nesta pesquisa.

Após 1988, ano em que os JP e JO passaram a ser organizados na mesma cidade-sede, ganhou força um processo de aproximação prática e política entre ambos os movimentos, olímpico e paraolímpico, criando similaridades entre eles. Para De Pauw e Gavron (1995), no século XXI, o esporte para pessoas com deficiência não será moldado apenas por questões sociais e econômicas da sociedade como um todo. Ele seguirá sendo influenciado pelo movimento olímpico e seus processos de desenvolvimento e transformação.

Isto pode ser, de certa forma, sustentado, visto que a origem do esporte paraolímpico foi embasada na perspectiva de reabilitação, mas, principalmente, no uso do esporte nesse processo. Além disso, existem, de forma concomitante, dois movimentos que se fundem. Um ligado à maior autonomia organizacional e política do esporte paraolímpico, rumando para um notável crescimento de ordem financeira. Outro, numa aproximação cada vez maior entre o olimpismo e paraolimpismo, ligado à perspectiva de que ambos são, em essência, esporte.

Assim, é possível elencar algumas diferenças e similaridades entre o movimento olímpico e paraolímpico. Com relação às similaridades, ambos têm origens embrionárias semelhantes, embora o esporte adaptado tenha se inspirado em determinações construídas historicamente pelo convencional (MARQUES et al, 2009). Por isso, é possível associar a definição de esporte adotada anteriormente neste trabalho (MARQUES, 2007), tanto ao fenômeno olímpico quanto paraolímpico, assim como também se podem observar as categorias fundamentais do esporte moderno de Guttmann (1978) – Secularidade, Igualdade de condições na disputa, Especialização de papéis, Quantificação, Racionalização, Burocratização, Recordes - em ambos, sempre considerando que tais características foram herdadas pelo fenômeno contemporâneo e acrescidas de um caráter mercadológico e heterogêneo quanto a suas formas de manifestação.

Outro ponto importante é a existência do desejo de superação presente no esporte e que motiva o atleta a ser mais poderoso, capaz de efetuar mais realizações, de competir, presente tanto no esporte olímpico quanto no paraolímpico. O movimento paraolímpico, ao longo de sua história, tem se desenvolvido pautado nos ideais originalmente olímpicos de *fair play*, busca por

melhora de performances, autocontrole, rejeição à discriminação, promoção do respeito mútuo, cooperação e paz entre as nações. Por isso, não pode ser desvinculado do olimpismo. Embora trabalhe pautado em conceitos filosóficos específicos, ainda se apóia em algumas diretrizes que constam na Carta Olímpica. E não há nada nesse documento que impeça ligações tanto filosóficas quanto práticas entre os dois movimentos (LANDRY, 1995).

O esporte adaptado pode ser praticado, tanto no alto rendimento (como por exemplo, no esporte paraolímpico), como na escola, também com propósitos de lazer e de forma terapêutica e de reabilitação, dentro de programas formais, abertos ou não-estruturados (WINNICK, 2004). Nos dias atuais, é possível afirmar que tanto a pessoa com deficiência, quanto o não-deficiente pode ser atleta, profissional ou não, ou se relacionar de outra maneira com o fenômeno esportivo, em qualquer ambiente em que se encontre, sob todos os sentidos que a prática possa tomar.

Quanto à estrutura organizacional de ambos os movimentos, é possível encontrar caminhos semelhantes. Enquanto no esporte olímpico segue-se o IOC, Comitês Olímpicos Nacionais e Federações, o paraolímpico se apóia no IPC, Comitês Paraolímpicos Nacionais, Organizações e Federações (MARQUES et al, 2009).

Por fim às similaridades, tanto os JO, quanto os JP, vêm utilizando-se de valores éticos e morais, assim como o nacionalismo, além da divulgação da paz mundial para atrair patrocinadores, mídia e público (MORGAN, 2002). Ambos encontram-se em certa crise de valores devido a profissionalização. O esporte olímpico, devido à comercialização exacerbada, suprimindo valores ligados ao espírito olímpico, e o paraolímpico, devido à competitividade superando a idéia de oportunização de novas entradas e o empoderamento (*empowerment*).

Numa outra perspectiva, pode-se apontar diferenças entre os dois objetos de análise. Por exemplo, diferenças históricas quanto às gêneses do esporte olímpico e paraolímpico. Embora ambos sejam herdeiros do esporte moderno, criado entre os séculos XVIII e XIX na Inglaterra, o esporte olímpico teve seu surgimento motivado pela necessidade de organização e homogeneização das regras das modalidades e universalização de suas práticas durante os primeiros anos de 1800. Além disso, teve sua origem nutrida pelo desejo aristocrático de diferenciação social através do esporte e, além de divulgar valores morais positivos em sua essência através do espírito olímpico, foi uma forma de afirmação da prática esportiva como lazer amador de nobres, com tempo livre e condições sócio-econômicas para tal (BOURDIEU, 1983c).

Já o esporte paraolímpico, em sua gênese, se apropriou, numa época mais recente (metade do século XX), da herança do esporte moderno buscando uma alternativa para a recuperação e reabilitação de sujeitos com lesão medular e se estruturou de forma a atender ao público com outras deficiências, não como um diferenciador social, mas sim como um movimento de luta pela inclusão social através da prática esportiva (MARQUES et al, 2009). Embora sofra da mesma característica de diferenciação social do esporte contemporâneo olímpico, ditado pelo acesso ao capital econômico e a viabilização de processos mais caros e modernos de treinamento e equipamentos esportivos, facilitados aos detentores desta forma de capital.

Além de ambos os movimentos, olímpico e paraolímpico, terem suas gêneses em épocas distintas eles tiveram motivações diferentes para seu surgimento. O primeiro recebeu estímulos da sociedade relacionados à luta de classes, separadas, principalmente, por questões econômicas da era industrial e busca de racionalização das práticas. O segundo, mais recente e num tempo em que o grupo social já havia incorporado tais valores, foi influenciado pela fase posterior à II Guerra Mundial e a necessidade de reconstrução das instituições, relações sociais e a inclusão de sujeitos que, embora possuíssem alguma deficiência, muitas vezes causadas pelos conflitos militares, eram tão capazes de realizações quanto indivíduos não-deficientes.

Outra questão que os diferencia sócio-historicamente é que o esporte olímpico incorporou características integrais do esporte contemporâneo, ou seja, além de se manifestar de forma heterogênea, tem atualmente seu eixo principal guinado pela disputa no alto rendimento e a busca do lucro. Enquanto que o paraolímpico incorporou principalmente tendências esportivas contemporâneas ligadas ao caráter heterogêneo das formas de manifestação, pois o profissionalismo e a exploração comercial ainda se encontram em fase inicial e em forma embrionária se comparada ao esporte olímpico. Embora o esporte adaptado, especialmente o paraolímpico, seja um fenômeno promissor comercialmente e em ampla evolução neste sentido.

Esse fato é reforçado por dados ligados à espetacularização e divulgação do fenômeno esportivo na era contemporânea. Podem-se notar grandes diferenças entre a exploração comercial do esporte paraolímpico e olímpico. Por exemplo, os JO de Pequim, China, realizados em 2008, tiveram 55 empresas como patrocinadores oficiais (IOC, 2008), enquanto que os JP, realizados no mesmo local, nas mesmas instalações, e num período próximo, tiveram apenas 31 empresas nessa condição (IPC, 2008a). É importante ressaltar a diferença da importância comercial entre os

dois objetos, mesmo ambos tendo o mesmo objetivo e serem organizados por órgãos associados (Comitê Olímpico Internacional - IOC e Comitê Paraolímpico Internacional - IPC).

Ao visitar as *home pages* dos dois principais órgãos reguladores do esporte (IOC – www.olympic.org e IPC – www.paralympic.org), pode-se notar que o primeiro anuncia a realização de doações de sua parte a refugiados de guerra, enquanto o segundo anuncia que aceita doações para trabalhos ligados ao movimento paraolímpico (MARQUES et al, 2009).

Inclusive, os JP ainda contam com cobertura da mídia e a exposição de patrocinadores menores do que os JO. Especialmente porque ainda há algumas campanhas publicitárias relutantes em associar-se ao movimento paraolímpico (GOLD; GOLD, 2007), devido, talvez, à falta de conhecimento específico sobre essa forma de esporte, ou alguma forma de preconceito. Porém, independente desta parcela, existe um crescimento mercadológico evidente sobre o movimento paraolímpico.

Outro ponto de diferenciação é que, embora possam ser encontradas tanto federações monoesportivas quanto poliesportivas em ambos os casos, a motivação para essa ocorrência é diferente. Enquanto no esporte olímpico é possível encontrar, por exemplo, a FIVB (Federação Internacional de Voleibol – modalidades Voleibol de quadra e de areia) ou a FIFA (Federação Internacional de Futebol – modalidades Futebol, Futsal e *Beach Soccer*), entidades que cuidam de mais de uma modalidade por razões comerciais e organizacionais, no paraolímpico tem-se a ABDF (Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Físicos), que cuida de diversas modalidades buscando facilitar as adaptações de regras, instalações e procedimentos para um público específico.

Nessa tendência pode-se apontar a transformação de modalidades originadas no esporte olímpico, como o futebol, para práticas voltadas aos atletas paraolímpicos, como o “Futebol de 5” para pessoas com deficiência visual, que contém bandas laterais que impedem a saída da bola do campo de jogo e guizo na bola, para que os jogadores a localizem através da audição (MARQUES et al, 2009).

Além das coincidências e divergências específicas é possível apontar algumas características próprias do esporte paraolímpico que, além de adaptar práticas para pessoas com deficiências, também cria manifestações originais, visando possibilitar novas oportunidades para esses sujeitos. Por exemplo, existem algumas modalidades esportivas exclusivas do esporte paraolímpico, como um exemplo, o “Goalball”, jogado por pessoas com deficiência visual, sem

nenhum correspondente direto no esporte olímpico. Outro fato específico do movimento paraolímpico é a busca por distanciamento da perspectiva de recuperação e reabilitação e a aproximação da prática competitiva como fim em si mesma, num crescimento notável do alto rendimento adaptado. Um exemplo desse fato é a ocorrência do *doping*.

Nota-se, nessa perspectiva, uma evolução histórica do esporte paraolímpico que passou por fases distintas do olímpico, mas que talvez possa, no futuro, chegar ao mesmo ponto, principalmente em relação à perspectiva comercial. Isso pode ser percebido através de uma análise da história do esporte adaptado, que surgiu com propósitos de reabilitação e inclusão, passou por uma fase de aceitação e divulgação e, atualmente, vem rumando deste estágio para a comercialização de seus símbolos e produtos, adotando o modelo competitivo/comercial hegemônico.

O sucesso de alguns eventos de esporte adaptado têm mostrado que os sujeitos participantes são tão atletas quanto os não-deficientes (PACIOREK, 2004). Porém, embora haja este avanço, o esporte olímpico encontra-se mercadologicamente mais desenvolvido do que o paraolímpico, ou numa situação de melhor aproveitamento das possibilidades de atuação frente ao esporte-espetáculo. Isso pode acontecer devido à história mais longa do primeiro e também à existência de alguns preconceitos na sociedade contemporânea relativos ao esporte adaptado. A falta de conhecimento e a crença de que pessoas com deficiência estão fadadas à inatividade física podem ser fatores que atrapalham o desenvolvimento econômico do esporte paraolímpico. Mas, ao que tudo indica, trata-se de um fenômeno que, a cada dia, aumenta sua legitimidade e amplia suas fronteiras. Mas é preciso ter presente também que ainda existe um longo caminho a ser percorrido rumo a aceitação e abrangência já alcançadas pelo esporte olímpico (MARQUES et al, 2009).

O esporte paraolímpico encontra-se em pleno processo de desenvolvimento. Nesse sentido, algumas ações são importantes para que esse caminho continue. Mello (2001) aponta algumas sugestões em relação ao movimento paraolímpico brasileiro que merecem ser registradas: adequação de calendários esportivo nacional e internacional; estímulo a competições locais e regionais; investimento no desenvolvimento de atividades de classificação funcional. Podendo ser somado a tais pontos, o estímulo a competições internacionais, nos dias de hoje. É importante considerar que, embora os apontamos de Melo (2001) tenham sido feitos a 9 anos atrás, os dados apresentados nesta tese de doutorado indicam que o movimento paraolímpico

brasileiro vem se desenvolvendo justamente nessa direção sugerida pelo autor, o que parece ser um trabalho positivo para o esporte liderado, principalmente, pelo CPB.

No mesmo sentido, Costa (2009b), em palestra no III Congresso de Ciências do Esporte, realizado na cidade de Campinas, em São Paulo, aponta que a evolução do esporte paraolímpico, num futuro próximo, deve ser a criação de federações únicas entre esporte olímpico e paraolímpico. Com base nos dados coletados, pode-se apontar que hoje isso é algo dificultado, devido a inúmeras organizações caracterizadas por deficiência, e a constatada valoração e função política dessas entidades, como órgão de representação e afirmação de capacidades de gerência e realização de pessoas com deficiência. Porém, mostra-se possível em alguns casos, como no tênis de campo, no qual a federação convencional abarcou a modalidade adaptada, e também pelo crescimento das federações monoesportivas no Brasil.

Por tudo isso, esta última tendência (monoesportiva), quando de forma exclusiva para o esporte paraolímpico, parece ser mais viável no Brasil. Pois lida com especificidade de determinada modalidade destinada a atletas com deficiência e ainda preserva caráter político-representativo dessas pessoas.

Quanto às perspectivas do esporte para atletas com deficiência para o século XXI, De Pauw e Gavron (1995) citam: maior ligação entre entidades de organização do esporte adaptado e do convencional; aumento do nível de performance de atletas de elite; aumento da especialização dos atletas; classificação orientada mais pela habilidade do que deficiência; aumento da igualdade de oportunidades entre gênero, etnias, raça e classes sociais diferenciadas; aumento da participação de pessoas com deficiência na estrutura de organização do esporte; aumento de interesse do público a essa forma de esporte. É possível já perceber tais ocorrências nos dias de hoje, porém, algumas delas, até agora, somente de forma empírica não científica. E nisso se justifica, e mora a contribuição científica deste trabalho.

Quanto à esfera da classificação, hoje mais direcionada à avaliação das capacidades dos atletas do que as suas limitações, com base nos dados apresentados têm-se uma tendência a maior especialização do papel do classificador, o que lhe confere necessidade de preparação e formação. Porém, conseqüentemente, também agrega aumento de seu poder social.

Nesse sentido, essa esfera encontra-se rodeada de disputas entre agentes, ligadas ao controle, tanto de protocolos e procedimentos, assim como de processos de alcance de violência simbólica (BOURDIEU, 1989b), ligada ao conhecimento específico sobre tais conteúdos. Além

disso, tem-se uma tendência dos órgãos brasileiros de administração esportiva paraolímpica, de seguir as determinações de seus representantes internacionais diretos. O que, por um lado, como ficou evidente nos dados apresentados, não explicita uma tensão direta pelo controle dos processos, visto que tal ação diz respeito a órgãos internacionais, e os nacionais, simplesmente os acatam. Porém, existe certa disputa em relação às formas de recrutamento e envolvimento de agentes ligados a esses órgãos, quanto à atuação em competições e eventos. O que confere aos sujeitos participantes e aos organizadores dos mesmos, certo poder simbólico.

É possível também pontuar duas tendências ligadas à formação de classificadores no Brasil. Uma próxima a certa democratização do conhecimento específico, na qual são oferecidos cursos a um público em especial, que deseja atuar na área (pessoas com formação em nível superior e que tenham envolvimento anterior com esporte). O que pode representar uma mudança na forma de transmissão de capital simbólico neste meio. Pois, como apresentado, parte-se de uma tendência anterior da transmissão desse bem social por maneira não-formal, para um aspecto formalizado através dos cursos. E outra tendência ligada a certa limitação, devido aos pré-requisitos exigidos (*habitus*) para que o sujeito se torne um classificador. De todo modo, é possível notar certa posição de vanguarda do setor de classificação no Brasil, em relação ao resto do mundo, quanto à formação e meios de atuação de classificadores. Assim como na busca por sua qualificação e atuação mais próxima a técnicos, equipes e atletas.

Quanto ao profissionalismo no movimento paraolímpico brasileiro, ainda é um campo em desenvolvimento, contando com financiamento proveniente, principalmente de empresas e órgãos públicos. Ao mesmo tempo em que existem tendências de crescimento da comercialização do esporte e financiamento de atletas, observa-se um relacionamento nem tão estreito entre a mídia brasileira, maior agente de nutrição do esporte profissional, e o movimento paraolímpico do país. Embora existam grandes progressos nessa relação.

Nesse sentido, nota-se certa tendência, principalmente por parte do CPB, na busca por maior profissionalismo, tanto de atletas, quanto técnicos e equipes. Visto que esses últimos, quando profissionais exclusivos do esporte, são em minoria, especializados no esporte paraolímpico.

Quanto aos atletas, as regras e formas de disputa pelo capital simbólico (mérito esportivo e apelo comercial) e econômico são claras e implícitas ao ambiente esportivo, pois derivam do rendimento e resultados do sujeito em espaços de disputa esportiva. Inclusive, a posse de bens

simbólicos pode se apresentar num primeiro plano para esses sujeitos, o que confirma suas capacidades e os insere socialmente como um indivíduo de sucesso. Tal perspectiva coloca-se no sub-campo como algo anterior aos ganhos financeiros.

Porém, quanto a outros agentes (técnicos, dirigentes, mídia...), nota-se certa disputa pelo reconhecimento do valor comercial e simbólico de seu trabalho: os técnicos, que buscam a valorização em forma de ganhos financeiros e sociais; os dirigentes, que lutam por melhores financiamentos aos processos de treinamento e formação de atletas, comercialização do esporte e acúmulo de capital específico, o que pode lhe trazer ganhos e benefícios políticos; e a mídia, que detém o capital simbólico desta esfera, norteador formas de divulgação, e exigindo que o esporte se adapte a ela, e não o contrário.

Esse poder exercido pela mídia não se dá apenas em relação a bens financeiros, mas sim, como agente que domina os processos de fomento e estímulo à comercialização do esporte. Nesse sentido, explica-se a tendência, principalmente de dirigentes, em adequar normas, regras e processos de competição, à lógica da mídia, tentando fazer do esporte paraolímpico um produto mais rentável. Mesmo que, em algumas oportunidades, possa desprestigiar alguns agentes dentro deste sub-campo. Como por exemplo, atletas com deficiências mais severas, que podem ser prejudicados com a tendência de diminuição do número de classes em competições.

Quanto à presença de pessoas com deficiência em órgãos de administração, tem-se como conclusão, que existe uma disputa política entre classes dentro do movimento paraolímpico. De um lado, pessoas com deficiência (não em sua totalidade) que buscam ganhos políticos numa esfera macro-cósmica da sociedade, e acabam vendo no movimento paraolímpico uma forma de representação e de exposição de sua luta. E do outro, pessoas não-deficientes que buscam espaço de ganhos, tanto políticos, quanto econômicos e simbólicos no esporte paraolímpico.

Nessa disputa, nota-se que os sujeitos entrevistados dividem-se em opiniões diversas. Enquanto que os não-deficientes defendem que a presença de qualquer pessoa em órgãos de administração depende não de sua condição física ou sensorial, mas sim, de sua formação educacional e capacidade de atuação, tem-se um entrevistado com deficiência que defende este mesmo ponto, enquanto que outro, bastante vinculado a esta luta política já mencionada, apóia a presença dessa classe em órgãos de poder, como forma de representação e de afirmação de suas capacidades perante a sociedade.

Esse discurso é reproduzido nas esferas ligadas à classificação e profissionalismo de técnicos esportivos. Porém, existe certo consenso no sentido de que a formação educacional é um pré-requisito importante nas três esferas. Mas, ao mesmo tempo, coloca-se como um impeditivo a muitas pessoas com deficiência, visto que ainda há um quadro de desigualdade na formação desses sujeitos na sociedade, frente a indivíduos não-deficientes.

Não se percebeu, nesta pesquisa, uma hierarquia direta entre estas duas classes (pessoas com deficiência e não-deficientes). Ao que parece, o nível de poder deriva, neste sub-campo, além da condição e envolvimento do agente frente à deficiência, também sua capacidade política (visto processos democráticos de chegada ao poder) e formação educacional.

Por fim, pode-se caracterizar o sub-campo do movimento paraolímpico brasileiro como um espaço de algumas disputas específicas, expressas, entre outras formas, pela entrada de pessoas com deficiência em posições de poder, a tentativa de aproximação dessa forma de esporte com a mídia, assim como uma mudança em alguns capitais simbólicos e os caminhos para alcançá-los, como explícito na esfera de classificação (cursos de capacitação de classificadores, por exemplo).

Tem-se também que, embora esta pesquisa tenha dividido 3 esferas de análise como ferramenta metodológica para investigação do objeto, esta foi apenas uma opção de construção para direcionamento de ações de investigação. O que se percebe é que existe uma relação complexa entre os processos de classificação de atletas, os setores técnicos ligados ao profissionalismo e os ambientes administrativos do esporte paraolímpico no Brasil, que desenham íntima dependência entre tais esferas.

Por exemplo, observa-se que as discussões a respeito do número de classes de disputa, e seus protocolos de análise, derivam não somente da tentativa de tornar a competição esportiva mais justa, mas também envolve perspectivas comerciais e políticas.

De todo modo, nota-se, de forma geral, um processo de profissionalização e expansão iminente ao esporte paraolímpico brasileiro. Junto a isso tem-se uma busca por prestígio e valorização comercial que passa por uma afirmação esportiva necessária (visto que a afirmação e reconhecimento simbólicos precedem os ganhos econômicos no campo do esporte), e que está sendo, cada vez mais, alcançada. Porém, como em qualquer campo social, transformações são fruto de disputas, e levam à criação de lutas entre novos agentes em ascensão, que conseguem compreender e se qualificar melhor, a ponto de mudar as formas de distribuição de capital.

Nesse sentido, tem-se uma tendência à valorização da formação profissional para que sujeitos possam atuar nesse espaço. Assim como a capacidade esportiva do atleta, que vem sendo cada vez mais valorizada como alto rendimento, em substituição à de sujeito com limitações. Por um lado, tais transformações aproximam o esporte paraolímpico do olímpico e o caracterizam, cada vez mais, como uma forma de manifestação do esporte contemporâneo. Porém, é preciso cuidado com essa busca por comercialização para que o movimento paraolímpico não perca sua essência. Ou seja, que não deixe de ser um espaço aberto a pessoas que, infelizmente, ainda não têm todas as oportunidades desejáveis na sociedade como um todo.

É possível afirmar esse perigo, visto os pré-requisitos exigidos para formação do *habitus* específico deste sub-campo. Principalmente a formação educacional formal pode, se não melhorada numa perspectiva macro da sociedade, ser um fator impeditivo para entrada de algumas pessoas com deficiência, num espaço que, em tese, deve ser mais aberto a elas.

Portanto, tem-se no esporte paraolímpico brasileiro um espaço de disputas pelo controle das práticas esportivas e comerciais próprias do esporte contemporâneo do século XXI, mas que ainda está em processo de conformação e afirmação de posição na sociedade. E que depende, como já explícito pela Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, tanto de ações internas, quanto externas a seus limites sociais, visto sua autonomia relativa frente ao campo esportivo como um todo e à sociedade brasileira e suas conformações e características sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Serapião de; DUARTE, Edison. Educação inclusiva: um estudo na área de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Especial**. V.11, n.2, p. 223-240, Marília, 2005.

ALENCAR, Beronio. **1996 Paraolimpíada: o Brasil no pódio**. Rio de Janeiro: s/e, 1997.

ALMEIDA, José Júlio Gavião; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler de. A iniciação e o acompanhamento do atleta deficiente visual. In: Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada. **Temas em Educação Física Adaptada**. SOBAMA, 2001, p. 81-85.

ANDE. **História**. Disponível em <<http://www.ande.org.br>>. Acesso em nov 2009.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998a.

ARAÚJO, Marizia Ferreira de. **Bases teórico-práticas para um programa empresarial de qualidade de vida do ser humano**. Tese de mestrado (1998). Pós-graduação em engenharia de produção, Universidade Federal de Santa Catarina. 1998b.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983a, p. 89-94.

_____. A metamorfose dos gostos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983b, p. 127-135.

_____. Como se pode ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983c, p. 136-153.

_____. Trabalho e projetos. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983d, p.38-45.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983e, p.46-81.

_____. Gostoso de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983f, p. 82-121.

_____. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989a, p. 7-16.

_____. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989b, p. 133-161.

_____. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990a, p. 77-95.

_____. A codificação. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990b, p. 96-107.

_____. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990c, p. 149-168.

_____. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990d, p. 207-220.

_____. **Raisons pratiques**: sur la théorie de l'action. Paris: Seuil, 1994.

_____. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996a, p. 13-28.

_____. Espaço social e campo de poder. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996b, p. 48-52.

_____. Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996c, p. 91-124.

_____. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996d, p. 137-156.

_____. A economia dos bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996e, p. 157-194.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998a, p. 33-38.

_____. Capital social. Notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998b, p. 65-69.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998c, p. 71-79.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva. 2003, p. 3-25.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Vitória: UFES, 1997.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 10.672.** 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em 22 set 2010.

_____, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 5.139.** 2004a. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2FDEC%25205.139-2004%3FOpenDocument%26AutoFramed>. Acesso em: 19 abr 2010.

_____, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 10.891.** 2004b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/lei/L10.891compilado.htm>. Acesso em 19 abr 2010.

_____, I Conferência Nacional do Esporte: esporte, lazer e desenvolvimento humano. **Texto final.** 2004c. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/teseFinal.pdf>>. Acesso em 29 abr 2010.

_____, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.438.** 2006. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/institucional/legislacao/lei-no-11.438-de-29-de-dezembro-de-2006>>. Acesso em 19 abr 2010.

_____, **II Conferência Nacional de Esporte:** documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.

_____. **Caderno III: desenvolvimento institucional.** Coletânea Esporte e Lazer: políticas de estado. Brasília: ministério do Esporte, 2009.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte.** Propostas encaminhadas aos anais. 2010a. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/resolucoesIIICNE.jsp>>. Acesso em: 27 set 2010.

_____. **Medida provisória nº 502.** Esporte de alto rendimento. 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/502.htm>. Acesso em: 27 set 2010.

BRAZUNA, Melissa Rodrigues; CASTRO, Eliane Mauerberg de. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento. Uma revisão de literatura. **Revista Motriz**, v7, n2, p.115-123, 2001.

BRITTAIN, Ian. **The paralympic games explained.** New York: Routledge, 2010.

CARMO, Apolônio A. do. Atividade motora adaptada e inclusão escolar: caminhos que não se cruzam. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada:** a alegria do corpo. São Paulo: Artes médicas, 2006, p. 51-61.

CARVALHO, Jorge Vilela de. Dimensões da alta competição para atletas com deficiência In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes médicas, 2006, p. 199-213.

CARVALHO, Beatriz Leme Passos. **Associativismo, lazer e esporte nos clubes sociais de Campinas**. Dissertação de mestrado (2009). Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

CASTRO, Eliane Mauerberg de. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

_____. Atividade motora adaptada para crianças com atraso no desenvolvimento: a ação pedagógica segundo a abordagem dos sistemas dinâmicos In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes médicas, 2006, p. 105-117.

CASTELLANO, Marcia Lomeu. **Classificação no basquete sobre rodas: critérios e procedimentos** (2001). Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes. Pierre Bourdieu e a formulação de uma teoria social que procura revelar os fundamentos ocultos da dominação. In: BRUHNS, Heloísa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luis (orgs.). **O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidades**. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 53-65.

CBDS. **CBDS: uma história de sucesso**. 2009) Disponível em: <<http://www.cbds.org.br/2historico.html>>. Acesso em: dez 2009.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. A construção social da eficiência do deficiente: uma breve incursão. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes médicas, 2006, p. 17-27.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante; FREITAS, Patrícia Silvestre de. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Edit. UFPR, 2002.

CISS. **Time-line**. 2009. Disponível em: <<http://www.deaflympics.com/news/index.asp?ID=254>>. Acesso em: dez 2009.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE LONDRES. **Sports**. 2010. Disponível em : <<http://www.london2012.com/games/olympic-sports/index.php>>. Acesso em 10 abr 2010.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE SOCHI. **Sports**. 2010 Disponível em : <<http://sochi2014.com/en/games/sport/paralympic-games/sports/>>. Acesso em 10 abr 2010.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007. **Cartilha para professores**. CPB, 2007.

CONDE, Antônio João Menescal. A criança portadora de deficiência visual usando o seu corpo e descobrindo o mundo. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Lazer, atividade física e esportiva para portadores de deficiência**. Brasília: SESI-DN/MET, 2001, p. 135-176.

CONDE, Antonio João Menescal; SOUZA SOBRINHO, Pedro Américo de; SENATORE, Vanilton. **Introdução ao movimento paraolímpico**: manual de orientação para professores de educação física. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006.

COSTA, Alberto Martins da. Atividade física e esportes para portadores de deficiência. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Lazer, atividade física e esportiva para portadores de deficiência**. Brasília: SESI-DN/MET, 2001, p. 53-87.

_____. Esporte adaptado no Brasil: evolução e perspectivas. In: **Anais do III Congresso de Ciências do Desporto e II Simpósio Internacional de Ciências do Desporto**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009a.

_____. **Esporte adaptado**. Palestra proferida no III Congresso de Ciências do Desporto. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009b.

COSTA, Alberto Martins da; SANTOS, Silvio Soares dos. Participação do Brasil nos Jogos Paraolímpicos de Sidney: apresentação e análise. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v8, n3, p.70-76, 2002.

COSTA, Alberto Martins da; SOUZA, Sônia Bertoni. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v25, n3, p27-42, maio 2004.

CP-ISRA. **Home page**. 2010. Disponível em: <<http://www.cpisra.org/>>. Acesso em: 19 abr 2010.

CPB. **Conheça o CPB**. 2009a .Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/institucional/conheca>>. Acesso em: dez 2009.

_____. **Comunicado de doping**. 2009b. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/comunicacao/noticias/comunicado-de-doping>>. Acesso em dez 2009.

_____. **Especialistas se reúnem na Alemanha**. Novo sistema de classificação visual. 2010. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/comunicacao/noticias/especialistas-se-reunem-em-bonna-na-suica/view>>. Acesso em: 01 out 2010.

CRAFT, Diane H.; LIEBERMAN, Lauren. Deficiência visual e surdez. In: WINNICK, Joseph P (ed.). **Educação física e esportes adaptados**. 3 ed, Barueri: Manole, 2004, p. 181-205.

CRAIDE, Sabrina. Fraude em paraolimpíadas de Sidney deixa deficientes mentais fora dos Jogos do Rio. **Agência Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>>. Acesso em: dez 2009.

DARIDO, Suraya Cristina. As Olimpíadas de Sydney: o desempenho do Brasil e algumas implicações pedagógicas. **Revista Motriz**. V.6, n.2, p.101-105, 2000.

DAVIES, Ronald, W.; FERRARA, Michael S. Sports medicine and athletes with disabilities. In: DEPAUW, Karen; GAVRON, Susan J. **Disability and sport**. Champaign: Human Kinetics, 1995, p. 133-149.

DE PAUW, Karen; GAVRON, Susan J. **Disability and sport**. Champaign: Human Kinetics, 1995.

DOLL-TEPPER, Gudrun. The sport science committee of the International Paralympic Committee: history and future directions. In: **III Paralympic Congress**. Atlanta, 1996, p. 50.

DUARTE, Edison. Adaptação e a pessoa portadora de deficiência. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada**. Curitiba, SOBAMA, 2001, p.35-36.

DUARTE, Edison; SANTOS, Teresa Paula dos. Adaptação e inclusão. In: DUARTE, Edison; LIMA, Sonia Maria Toyoshima. **Atividade Física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003, p. 93-99.

DUNCAN, Margareth Carslile. The sociology of ability and disability in Physical Activity. **Sociology of Sport Journal**, v.18, p.1-4, Human Kinetics Publisher, Inc., 2001.

DUNNING, Eric; CURRY, Graham. Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol. In: GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz Alberto (orgs). **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, 2006. p.45-76.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992.

FLORENCE, Rachel Barbosa P. **Medalhistas de ouro nas paraolimpíadas de Atenas 2004: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado**. (2009). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GALATTI, Larissa Rafaela. **Esporte e clube sócio-esportivo: percurso, contextos e perspectivas a partir de estudo de caso em clube esportivo espanhol**. Tese de doutorado (2010). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GOLD, John, R.; GOLD, Margareth, M. Access for all: the rise of the Paralympic Games. **The journal of the Royal Society for the Promotion for Health**, v127, n3, p 133-141, 2007.

GORGATTI, Marcial Greguol; GORGATTI, Tiago. O esporte para pessoas com necessidades especiais. In: GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física**

adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, 2005, p. 413-519.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. A contribuição da teoria da ação comunicativa para a pesquisa sobre o lazer. In: BRUHNS, Heloísa Turini (org.). **Lazer e ciências sociais:** Diálogos pertinentes. São Paulo, Chronos, 2002, p.149-174.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record:** the nature of modern sports. New York: Columbia University Press, 1978.

HARADA, Corven M.; SIPERSTEIN, Gary, N. The sport experience of athletes with intellectual disabilities: a national survey os Special Olympics athletes on their families. **Adapted Physical Activity Quaterly**, 26, 68-85, 2009.

HARDIN, Marie; HARDIN, Brent. Elite wheelchair athletes telate to sport media. In: GILBERT, Keith; SCHANTZ, Otto J. (ed.) **The paralympic games:** empowerment or side show? Maidenhead: Meyer & Meyer ltd., 2008, p. 25-33.

HOWE, P. David. **Sport, professionalism and pain:** ethnographies os injkury and risk. New York: Routledge, 2004.

_____. The tail is wagging the dog: body culture, classification and the paralympic movement. **Etnography**, V. 9, n.4, p. 455-517, 2008a.

_____. **The cultural politics of the paralympic moviment.** Throught an anthropological lens. New York: Routledge, 2008b.

HOWE, P. David; JONES, Carwyn. Classification of disabled athletes: (dis) empowering the paralympic practice community. **Adapted Phisycal Activity Quaterly**, 23, 29-46, 2006.

IBGE, **Censo 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>>. Acesso em: 3 mar 2010.

IBSA. **Sponsors.** 2010. Disponível em: <http://www.ibsa.es/eng/patrocinadores.htm>. Acesso em: 19 abr 2010.

INAS-FID. **About INAS-FID.** Disponível em:<<http://www.inas-fid.org/aboutinas.html>>. Acesso em nov 2009.

IOC. **Home page.** 2008. Disponível em: <http://www.olympic.org/uk/index_uk.asp>. Acesso em: 10 abril 2008.

IPC. **History and background os IPC and Paralympic Games.** (Impresso) Paralympic games Workshop, Vancouver, 2005.

_____. **Home page.** 2008a. Disponível em: http://www.paralympic.org/release/Main_Sections_Menu/index.html>. Acesso em: 10 abril 2008.

_____. **Classification.** In Press. 2008b.

_____. **Memorandum.** Re-inclusion of athletes with intellectual impairment in paralympic sport. 2009. Disponível em: <http://www.paralympic.org>>. Acesso em: dez 2009.

_____. **IPC General Structure.** 2010a. Disponível em: <http://www.paralympic.org/IPC/Organization/>>. Acesso em 15 abr 2010.

IWAS. **Home Page.** 2010. Disponível em: <http://www.iwasf.com/iwasf/index.cfm>>. Acesso em: 19 abr 2010.

JORDÁN, Miguel Angel Torralba. Desporto paraolímpico: desenvolvimento e perspectivas. **Anais do I Congresso de Ciências do Desporto**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. **Esporte adaptado.** Palestra proferida no III Congresso de Ciências do Desporto. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

KELLY, Luke. Deficiências medulares. In: WINNICK, Joseph P (ed.). **Educação física e esportes adaptados.** 3 ed, Barueri: Manole, 2004, p. 249-270.

KOENEN, Katrin. Paralympic competition or technical showdown? In: GILBERT, Keith; SCHANTZ, Otto J. (ed.) **The paralympic games: empowerment or side show?** Maidenhead: Meyer & Meyer ltd., 2008, p. 134-139.

KREBS, Patrícia. Retardo mental In: WINNICK, Joseph P (ed.). **Educação física e esportes adaptados.** 3 ed, Barueri: Manole, 2004, p. 125-145.

KRUIMER, Aart. Apples and oranges. In: **III Paralympic Congress.** Atlanta, 1996, p. 36.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** Ijuí, Ed. Unijuí, 1994.

LANDRY, Fernand. Paralympic Games and social integration. In: MIRAGAS, Miguel de; BOTELLA, Miquel. **The keys to success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona'92.** Barcelona: Servei de Publicacions de la UAB, 1995, p. 124-138.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos).** 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

LEITÃO, Maria Teresa Krähenbühl. **Perspectivas de atuação profissional: um estudo de caso das Olimpíadas Especiais,** Tese de doutorado (2002). Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LOVISOLO, Hugo. Atividade física e saúde: uma agenda sociológica de pesquisa. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 277-296.

MACDONALD, Margie. Media and the paralympic games. In: GILBERT, Keith; SCHANTZ, Otto J. (ed.) **The paralympic games: empowerment or side show?** Maidenhead: Meyer & Meyer ltd., 2008, p. 68-78.

MARCHI JR, Wanderley. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. IN: PRONI, Marcelo Weischaupt; LUCENA, Ricardo de Figueiredo (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 77-111.

_____. Como é possível ser esportivo e sociológico? IN: GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz Alberto (orgs.). **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, 2006, p. 159-195.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Esporte e Qualidade de Vida: reflexão sociológica** (2007). Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. **Revista Conexões**. Campinas, UNICAMP V. 6, n.2, 2008.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Contribuições teóricas da obra de Pierre Bourdieu à educação nutricional. In: MENDES, Roberto teixeira; VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis (orgs.) **Qualidade de vida e cultura alimentar**. Campinas: IPES, 2009, p. 97-106.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MONTAGNER, Paulo César. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 20, n. 4, p. 637-648, 2009

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; DUARTE, Edison; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, José Júlio Gavião; MIRANDA, Tatiane Jacusiel. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.23, n.4, p.365-77, out./dez. 2009.

MATTOS, Elisabeth. Atividade física nos distúrbios neurológicos e musculares. In: GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri: Manole, 2005, p.218-247.

MELLO, Marco Túlio de. Avaliação dos atletas paraolímpicos brasileiros: Sidney 2000. In: Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada. **Temas em Educação Física Adaptada**. SOBAMA, 2001, p. 74-80.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MIRANDA, Tatiane Jacusiel. **Palestra** proferida na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2008.

MORAIS, Regis de. Motricidade humana e déficits existenciais. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo: Artes médicas, 2006, p. 3-15.

MORGAN, William J. Social criticism as moral criticism: a habermasian take on sport. **Journal of sport and social issues**. 26, 281-299, 2002.

MUNSTER, Mey de Abreu Van; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Atividade física e deficiência visual. In: GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, 2005, p.28-76.

_____. Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo: Artes médicas, 2006, p. 81-91.

MUNSTER, Mey de Abreu Van; SILVA, Afonsa Janáina da; CAETANO, Aletha Silva; FERREIRA, Ana Carolina Gonçalves de Oliveira. Goalball: uma proposta inclusiva. In: ALMEIDA, José Júlio Gavião; OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler; MORATO, Márcio Pereira; PATROCÍNIO, Regina Matsui; MUNSTER, Mey de Abreu Van (orgs.) **Goalball**: invertendo o jogo da inclusão. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 9-15.

NIXON, Howard, L, II. Constructing diverse sports opportunities for people with disabilities. **Journal of sport and social issues**. V31, n4, p.417-433, nov 2007.

NUNN, Chris. Coaching at the paralympic level: if only the administrators understood. In: GILBERT, Keith; SCHANTZ, Otto J. (ed.) **The paralympic games**: empowerment or side show? Maidenhead: Meyer & Meyer Ltd., 2008, p. 102-114.

NYLAND, John. The paralympic moviment: addiction by substraction. **Journal of orthopedic and sports physical terapy**. V39, n4 , p.243-245, abril 2009.

OLIVEIRA, Diná Teresa Ramos de. **Por uma re-significação crítica do esporte na Educação Física**: uma intervenção na escola pública. (2002). Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

OLIVEIRA FILHO, Ciro Winckler de; SILVA, Afonsa J.; GOMES, Mariane S. P.; ROCHA, Liana, G. F.; MELO, Ricardo, S.; MATSUI, Regina; PONTIN, Vivian.; FREIRE, Jonas, R.; CALDEIRA, Natalia, O A; ITANI, Daniela Eiko.; SHIHONMATSU, Áureo S; MATARUNA, Leonardo; CARVALHO, Arthur, J S; FERREIRA, Ana Carolina G O; MORATO, Márcio; MINUSSI, Mônica; ALMEIDA, José Júlio Gavião. Análise técnica e contextualização da prática

esportiva de atletas participantes dos IV Jogos Pan-americanos IBSA 2005. **Revista Conexões**, v4, n1, p. 99-112, Campinas, 2006.

PACIOREK, Michael J. Esportes adaptados In: WINNICK, Joseph P (ed.). **Educação física e esportes adaptados**. 3 ed, Barueri: Manole, 2004, p. 37-51.

PAES, Roberto Rodrigues. **Educação Física escolar: o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental**. Canoas: Editora Ulbra, 2001.

PEDRINELLI, Verena J.; VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri: Manole, 2005, p.1-27.

PEDRINELLI, Verena J. Por uma vida ativa: a deficiência em questão In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes médicas, 2006, p. 215-227.

PEERS, Danielle. Athlete first: a history os the paralympic moviment. Book review. **Adapted physical Activity Quaterly**, 26, 187-188, 2009.

PENAFORT, Jaqueline Dourado. **A integração do esporte adaptado com o esporte convencional a partir da inserção de provas adaptadas: um estudo de caso**. Dissertação de mestrado (2001). Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PEREIRA, Ana L; SILVA, M. Odila; PEREIRA, Olga. O valor do atleta com deficiência. Estudo centrado na nálise de um periódico português. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v6, n1, p. 65-77, 2006.

PETTENGILL, Nilma Garcia. Política Nacional do Esporte para pessoas portadoras de deficiência. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Lazer, atividade física e esportiva para portadores de deficiência**. Brasília: SESI-DN/MET, 2001, p. 19-51.

PILATTI, Luis Alberto. **Os donos das pistas: uma efígie sociológica do esporte federativo brasileiro** (2000). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física , Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. Pierre Bourdieu: apontamentos para uma reflexão metodológica da história do esporte moderno. **Lecturas Educación Física y Deportes**. Buenos Aires, v.2, n.97, junho 2006.

PILZ, Gunter A. Sociologia do esporte na Alemanha. **Revista Estudos históricos: esporte e lazer**. v.1, n.23, p. 3-17, 1999.

PIMENTA, Thiago Farias da Fonseca. **A constituição de um sub-campo do esporte: o caso do Taekwondo**. (2007). Dissertação de mestrado. Departamento de sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PORRETA, David L. Paralisia cerebral, acidente vascular cerebral (avc) e traumatismo crânio-encefálico (TCE) In: WINNICK, Joseph P (ed.). **Educação física e esportes adaptados**. 3 ed, Barueri: Manole, 2004a, p. 207-227.

_____. Amputação, nanismo e *Lês autres*. In: WINNICK, Joseph P (ed.). **Educação física e esportes adaptados**. 3 ed, Barueri: Manole, 2004b, p. 229-247.

PRONI, Marcelo Weischaupt. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. (1998). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, Marcelo Weischaupt; LUCENA, Ricardo Ferreira (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 31-61.

REVISTA ÉPOCA. **Potência inesperada: uma aplicação eficiente de recursos explica os bons resultados do Brasil nos jogos de Pequim**. n.539. set 2008.

RIBEIRO, Sônia Maria. Inclusão e esporte: um caminho a percorrer. In: Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada. **Temas em Educação Física Adaptada**. SOBAMA, 2001, p. 33-37.

RIBEIRO, Sônia Maria; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v25, n3, p. 57-69, maio 2004.

RICHTER, Ken, J; ADAMS-MUSHETT, Carol; FERRARA, Michael, S.; McCANN, B. C. Integrated swimming classification: a faulted system. **Adapted Physical Activity Quarterly**, 9, p.5-13, 1992.

RICHTER, Ken. The drug dilemma: IOC, IPC or perplexity? In: **III Paralympic Congress**. Atlanta, 1996, p. 33.

RODRIGUES, David. As dimensões da adaptação de atividades motoras. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes médicas, 2006a, p. 39-47.

_____. As promessas e as realidades da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes médicas, 2006b, p. 63-69.

ROSADAS, Sidney de Carvalho. **Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente: eu posso. Vocês duvidam?** Rio de Janeiro/SP: Atheneu, 1989.

_____. Atividade física e esportiva para portadores de deficiência mental. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. **Lazer, atividade física e esportiva para portadores de deficiência**. Brasília: SESI-DN/MET, 2001, p. 89-134.

SAINSBURY, Tony. Paralímpicos: pasado, presente y futuro. **Lección universitária olímpica..** Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB), 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SCHANTZ, Otto J.; GILBERT, Keith. An ideal misconstrued: newspaper coverage of the Atlanta Paralympic games in France and germany. **Sociology of sport journal**, 18, p.69-94, 2001.

SHERRIL, Claudine. Disability sport and classification theory: a new era. **Adapted Physical Activity Quaterly**, v16, p. 206-215, 1999.

SILVA, Rita de Fátima da. **A atividade motora adaptada**: o conhecimento produzido nos programas stricto-sensu em Educação Física no Brasil (2009). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUZA, Pedro Américo de. Educação Física, esporte e saúde: aspectos preventivos de reabilitação e terapêuticos. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo: Artes médicas, 2006a, p. 29-37.

SOUZA, Joslei Viana de. Dimensões da organização de um centro de atividades motoras adaptadas para pessoas com deficiência com base na extensão universitária. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo: Artes médicas, 2006b, p. 131-140.

SOUZA, Juliano de; MARCHI JR, Wanderley. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. **Revista Movimento**, v16, n1, jan-mar 2010.

STIGGER, Marco Paulo. **Educação Física, esporte e diversidade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

TAMBUCCI, Pascoal Luiz. O esporte e a comunicação. In: TAMBUCCI, Pascoal Luiz; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de; COELHO SOBRINHO, José (orgs.) **Esporte e jornalismo**. São Paulo: CEPEUSP, 1997, p. 11-18.

THOMAS, J. R; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TOLOCKA, Rute Estanislava. In: FERREIRA, Eliana Lúcia (org). **Atividade física para pessoas com deficiências físicas**: vivências práticas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2008, p. 21-47.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1995.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992.

_____. Esporte, política e Jogos Olímpicos. In: TAMBUCCI, Pascoal. Luiz; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de; SOBRINHO, José Coelho. **Esporte e jornalismo**. São Paulo: CEPEUSP, 1997, p.19-23.

VANDLANDEWICK, Yves. Sport science in the paralympic movement. **Journal of Rehabilitation Research and Development**, v43, n7, p.XVII-XXIV, 2006.

VAZ, Irajá de Brito. A dança como modalidade esportiva na ABRADecAR. In: **Anais do Simpósio Internacional Dança em Cadeira de Rodas**, Campinas, Curitiba: ABRADecAR/UNICAMP, 2001, p.161-172.

WADDINGTON, Ivan. A história recente do uso de drogas nos esportes: a caminho de uma compreensão sociológica. In: GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz Alberto (orgs). **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 13-43.

WHEELER, Garry, D; STEADWARD, Robert, D; LEGG, David; HUTZLER, Yesahavy; CAMPBELL, Elizabeth; JOHNSON, Anne. Personal investment in disability sport careers: an international study. **Adapted Physical Activity Quaterly**, v16, p. 219-237, 1999.

WILLIAMS, Trevor. Disability sport socialization and identity construction. **Adapted Physical Activity Quaterly**, v11, p. 14-31, 1994.

WINNICK, Joseph P. An integrated continuum for sport participation. **Adapted Physical Activity Quaterly**, v4, p. 157-161, 1987.

_____. Introdução à educação física e esportes adaptados. In: WINNICK, Joseph P (ed.). **Educação física e esportes adaptados**. 3 ed, Barueri: Manole, 2004a, p. 3-19.

_____. Organização e gerenciamento de programas. In: WINNICK, Joseph P (ed.). **Educação física e esportes adaptados**. 3 ed, Barueri: Manole, 2004b, p. 21-35.

WU, Sheng, K.; WILLIAMS, Trevor. Paralympic swimming performance, impairment and the functional classification system. **Adapted Physical Activity Quaterly**, v16, p. 251-270, 1999.

WU, Sheng, K.; WILLIAMS, Trevor; SHERRIL, Claudine. Classifiers as agents of social control in disability swimming. **Adapted Physical Activity Quaterly**, 17, p. 421-436, 2000.

ANEXOS



**FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

www.fcm.unicamp.br/pesquisa/etica/index.html

CEP: 08/06/10
(Grupo III)

PARECER CEP: N° 356/2010 (Este n° deve ser citado nas correspondências referente a este projeto)
CAAE: 0272.0.146.000-10

I - IDENTIFICAÇÃO:

PROJETO: "O ESPORTE PARAOLÍMPICO NO BRASIL: ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE DE PIERRE BOURDIEU".
PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Renato Francisco Rodrigues Marques
INSTITUIÇÃO: Faculdade de Educação Física/UNICAMP
APRESENTAÇÃO AO CEP: 04/05/2010
APRESENTAR RELATÓRIO EM: 08/06/11 (O formulário encontra-se no site acima)

II - OBJETIVOS

Investigar e delimitar questões ligadas às formas de interação social presentes no campo do esporte para-olímpico brasileiro.

III - SUMÁRIO

Trata-se de um projeto de doutorado cujos objetivos consistem em avaliar a presença e forma de atuação de pessoas com deficiência na gerência e administração de entidades organizativas do esporte para-olímpico brasileiro, avaliação da ocorrência de profissionalismo de atletas e formas de recompensas financeiras e a atuação dos classificadores para-olímpicos, que são responsáveis pela alocação dos atletas em diferentes classes de disputa. Numa das etapas do projeto será feita a coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas com 3 sujeitos atuantes em funções técnicas e/ou administrativas do Comitê Para-Olímpico Brasileiro, que trará informações relacionadas aos objetivos do projeto. Serão utilizados recursos do próprio pesquisador para os gastos com o projeto.

IV - COMENTÁRIOS DOS RELATORES

Após respostas às pendências, o projeto encontra-se adequadamente redigido e de acordo com a Resolução CNS/MS 196/96 e suas complementares, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

V - PARECER DO CEP

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, após acatar os pareceres dos membros-relatores previamente designados para o presente caso e atendendo todos os dispositivos das Resoluções 196/96 e complementares, resolve aprovar sem restrições o Protocolo de Pesquisa, bem como ter aprovado o Termo do Consentimento Livre e Esclarecido, assim como todos os anexos incluídos na Pesquisa supracitada.

Comitê de Ética em Pesquisa - UNICAMP
Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126
Caixa Postal 6111
13083-887 Campinas - SP

FONE (019) 3521-8936
FAX (019) 3521-7187
cep@fcm.unicamp.br

- 1 -



O conteúdo e as conclusões aqui apresentados são de responsabilidade exclusiva do CEP/FCM/UNICAMP e não representam a opinião da Universidade Estadual de Campinas nem a comprometem.

VI - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).

Pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.1.z), exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade do regime oferecido a um dos grupos de pesquisa (Item V.3.).

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4.). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, Item III.2.e)

Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução CNS-MS 196/96.

VII- DATA DA REUNIÃO

Homologado na V Reunião Ordinária do CEP/FCM, em 25 de maio de 2010.

Carmen Silvia Bertuzzo
Profa. Dra. Carmen Silvia Bertuzzo
VICE-PRESIDENTE do COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
FCM / UNICAMP



Parecer do Projeto

O projeto intitulado "O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu" apresentado pelo pesquisador **Renato Francisco Rodrigues Marques** foi aprovado pela Comissão Científica da Academia Paraolímpica Brasileira. Desse modo recomendamos a sua realização, solicitamos que após a sua conclusão nos seja encaminhado cópia do documento final produzido, para que o mesmo seja arquivado e divulgado.

Agradecemos sua colaboração e sem mais no momento, nos pomos à disposição para maiores esclarecimentos.

Campinas, 10 de Outubro de 2010.

José Júlio Gavião de Almeida

Coordenador da Comissão Científica da Academia Paraolímpica Brasileira
Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB

Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB)

SBN, Quadra 02 | Bloco F | Ed. Via Capital, 14º andar
Brasília | DF | Brasil | CEP: 70.040-020

www.cpb.org.br

Fone: +55 61 3031.3030 | Fax: +55 61 3031.3023/3024
contato@cpb.org.br

TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu

Pesquisador responsável: Renato Francisco Rodrigues Marques (doutorando da Faculdade de Educação Física da UNICAMP)

Finalidade da pesquisa: Tese de doutorado

Instituição vinculada: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – FEF/UNICAMP

Justificativa: O trabalho proposto possibilita uma abordagem diferenciada e com base científica de análise da conformação do espaço de disputas, ações e administração do esporte paraolímpico brasileiro. Os benefícios oriundos das conclusões desta pesquisa justificam-se no fato da apresentação de características técnico-administrativas ainda não documentadas e atuais desta forma de esporte. Além disso, cria a oportunidade de reflexão sobre as formas de interação e gerência do objeto, visando propor direções que contribuam no desenvolvimento, crescimento e alcance de suas práticas tanto em níveis ligados à quantidade de praticantes, como à qualidade e condições de prática esportiva.

Objetivos: O presente trabalho, aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, tem por objetivo geral investigar e delimitar, com base em análise sociológica, questões ligadas às formas de interação social presentes no esporte paraolímpico brasileiro. Os objetivos específicos apontam para três esferas presentes neste espaço: a presença e formas de atuação de pessoas com deficiência na gerência e administração de entidades organizativas do esporte paraolímpico brasileiro (federações, associações, comitês, entre outros); a ocorrência do profissionalismo de atletas, formas e sistemas de distribuição de recompensas financeiras; e formas e processos de formação, recrutamento e atuação de classificadores paraolímpicos, responsáveis pela alocação dos atletas em classes de disputa.

Métodos: O presente estudo configura-se em uma pesquisa de caráter descritivo-analítico que busca absorver as informações provindas dos discursos e documentos, discutindo e analisando seus conteúdos evidentes e latentes. Esse processo ocorre através da análise das respostas, provenientes de entrevista realizada pessoalmente pelo pesquisador aos voluntários, de forma oral, com uso de aparelho gravador e posterior transcrição das respostas.

O ponto a ser discutido refere-se aos graus de ocorrência de alguns fenômenos ligados à profissionalização, presença de pessoas com deficiência na gerência de entidades organizativas do esporte paraolímpico e formação e conformação da equipe de classificadores do CPB. Os dados coletados nas entrevistas oferecerão possibilidades de atuações mais fundamentadas, de profissionais ligados à área técnica e administrativa do esporte paraolímpico, sendo estes de caráter benéfico à população em geral e, em certa medida, com base nas conclusões finais da pesquisa, à atuação prática dos próprios sujeitos entrevistados.

Devido ao fato de os sujeitos entrevistados serem gerentes técnicos e administrativos do esporte paraolímpico, adultos, sem nenhuma incapacidade ou impossibilidade de comunicação, o grau de sua vulnerabilidade é mínimo e não há riscos previsíveis a tais indivíduos.

Os sujeitos têm total liberdade de não comentarem sobre temas que lhes tragam alguma forma de desconforto, assim como de se recusarem a participar da pesquisa, sem nenhum tipo de penalidade nem represálias de qualquer natureza.

Os dados coletados serão divulgados respeitando o sigilo à fonte, ou seja, os sujeitos entrevistados serão identificados no trabalho apenas como membros técnicos e administrativos do esporte paraolímpico, e ordenados em ordem numérica na descrição dos dados no trabalho final. Exemplo: Sigla S1 (para o sujeito número 1).

As eventuais despesas decorrentes da participação na pesquisa serão ressarcidas integralmente. O ressarcimento inclui apenas as despesas que o voluntário tem com a participação na pesquisa e que não teria se não participasse. Se a participação na pesquisa não gerar despesas ao voluntário, não há nenhuma forma de reembolso de dinheiro.

O voluntário ficará de posse de uma cópia deste termo.

O pesquisador responsável coloca-se totalmente à disposição para qualquer necessidade de esclarecimentos a respeito do trabalho, seja antes, durante ou depois da entrevista.

Pesquisador responsável:

Renato Francisco Rodrigues Marques, doutorando, Faculdade de Educação Física da UNICAMP.

Endereço: Avenida Érico Veríssimo, 701 - Cidade Universitária Zeferino Vaz - Barão Geraldo, Campinas/SP.

Telefones: (19) 8114-5027 e (19) 3308-7929

e-mail: renato.marques@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126 - Caixa Postal 6111 13083-887 Campinas – SP
Fone (019) 3521-8936 Fax (019) 3521-7187

e-mail: cep@fcm.unicamp.br

Local e data

Assinatura do Voluntário

ENTREVISTA COM SUJEITO 1

P – Bom, então a primeira pergunta que eu queria te fazer é em relação à formação dos classificadores no Brasil. Então como são formados, como são treinados os classificadores no Brasil?

R – Bom, isso é uma ação muito nova, muito recente, na verdade é a primeira turma que foi formada, já tem um ano, né, é formação do Comitê com a necessidade de ter novos classificadores, porque na verdade nós temos só três classificadores internacionais, e o Brasil é muito grande, na verdade o esporte está aumentando demais, a participação das pessoas no esporte, e a classificação ela é obrigatória nas competições para aqueles que não têm classificação. Então, o que estava acontecendo é que muitas modalidades não tinham classificadores e inviabilizava a melhora da performance, a melhora da competitividade, então o Comitê Brasileiro, com essa nova tendência de formação juntando com as universidades, né, propôs então a Coordenação de Classificação pra entre outras coisas gerenciar essa questão da formação. Então é muito recente, na verdade nós fizemos um curso de atletismo, de classificadores, um de nataçãõ, e existem as entidades que fazem esses cursos, como a ANDE, né, que fazem esse curso para os seus classificadores, e é outra forma de entendimento da área de classificação, porque na verdade a gente tem uma tendência a ser um pouco mais profissional. E nós vamos fazer o primeiro encontro de classificadores agora porque nós temos mais de cinquenta classificadores entre as modalidades, mas que foram formados lá fora, e nosso grande problema é transformar essa formação internacional em formação regional e nacional.

P – Então ainda não houve um processo nacional de formação, está começando agora?

R – Está começando, nós tivemos dois cursos do Comitê Paraolímpico, agora já inicia um de esgrima, outro no Norte e Nordeste que é nosso grande ponto chave porque o Norte e Nordeste realmente são, tanto na área de esporte quanto na área de formação profissional, ela é muito aquém, né. Para nataçãõ, atletismo, esgrima e a classificação de deficientes visuais. E as outras modalidades elas tem tido seus classificadores, mas elas não têm difundido e aí o encontro que nós estamos fazendo com os classificadores, que é uma proposta do Comitê, é exatamente dar subsídios para que essa formação seja nacional e regional, ou seja, a gente multiplica os classificadores, né, porque pra nós é muito mais fácil você vir com uma pré-classificação ou com uma informação melhor sobre o que é aquela classificação pra ter condição de melhor classificar o atleta.

P – Então pelo que eu entendi existem esses classificadores regionais, não regionais, mas pelas Federações, né?

R – Existem.

P – E elas mesmas formam os classificadores, né, por conta?

R – É. Porque na verdade tem que entender um pouco a idéia da configuração da administração esportiva internacional, né. Nós temos o IPC e temos as entidades internacionais que gerenciam, então elas são livres pra fazer os seus cursos, né, então o que acontece? Por exemplo, a ANDE ela tem os classificadores internacionais formados pelas Federações e elas multiplicam esses classificadores aqui, com outra filosofia, né, ou seja, não que seja errado, mas uma filosofia que um classifica todas as modalidades na ANDE e aí a nossa filosofia dentro do Comitê é que

quanto mais profissionais melhor, né, então você tem que saber se você vai ser classificador de atletismo você precisa saber de atletismo.

P – Sem dúvida.

R – Você não pode simplesmente ser um médico, um fisioterapeuta ou um professor de educação física que é alheio a área de esporte, mas eu acredito que isso, com esse encontro a gente está tentando normatizar algumas coisas que são comuns entre as modalidades da classificação, né?

P – Legal. Bom, quem recruta hoje são as Federações mesmo?

R – É o Comitê.

P – E o Comitê também?

R – É o Comitê. Pelo Comitê eu posso falar melhor, a gente faz seleção, e essa seleção tem sido mais rigorosa no sentido de que essas pessoas tem que mandar um currículo pra gente, ela tem que ter maior aproximação com o esporte, né, porque tem muita gente que quer participar hoje do esporte, porque está mais visível, porque viaja, né, e na verdade a gente tem que escolher muito bem essas pessoas porque em primeiro momento o IPC banca esses investimentos, metade desse investimento, então a gente tem que ter uma certa certeza de que ele vai continuar. Então na verdade existe a seleção por currículo, por aproximação com o esporte, se ele já trabalha no esporte pra nós é um fato já interessante e se ele tiver alguma interface com alguma entidade que seja uma Associação municipal, federal, sei lá, de alguma forma, pra nós também já é importante porque nos diz que ele está participando dos eventos.

P – Já está envolvido.

R – Que ele já está envolvido.

P – Legal.

R – Área médica é mais difícil.

P – Os médicos estarem envolvidos?

R – É, médicos, porque geralmente ele começa a se envolver a partir do momento em que ele começa a trabalhar, porque geralmente ele não tem essa intenção.

P – O que é um problema pra deficiência visual principalmente, né?

R – É um problema, a deficiência visual está sendo um caso a parte mesmo, mas só pode ser classificado por oftalmologista e hoje em alguns locais pode ser por, esqueci o nome agora, que não é oftalmo, é, puxa, esqueci o nome, agora não vou lembrar, são pessoas que fazem a medição, fazem um trabalho de treinamento ocular, que não são médicos.

P – Bom, mas aí eles também poderiam fazer?

R – Isso.

P – Eu ia te perguntar se os classificadores estão em todos os estados do país?

R – Pouquíssimos, nós temos muitos, a nossa incidência maior é sul, sudeste e centro oeste um pouco, agora norte e nordeste nós devemos ter, por exemplo, do nordeste nós temos um da natação, aí tem de outras modalidades, né, por exemplo, eu acho que na ANDE tem dois, mas que para o tamanho do estado não dá diferença e pela pouca competição que existe lá não faz diferença, tanto é que a nossa ação agora via coordenação de classificação é exatamente tentar melhorar o nível profissional norte e nordeste, curso de classificação, curso de iniciação ao esporte, né, porque é complicado fazer uma competição lá em cima que você tem que levar todo mundo pra lá.

P – Existe classificação profissional no Brasil, a gente pode considerar que eles são profissionais, os classificadores?

R – Tem, se a gente entender, se a gente conseguir entender que não sobrevivem disto, porque na verdade todos os classificadores, os internacionais eles têm outra atividade, né, porque no IPC assim como nas Federações Internacionais o classificador assim como outros profissionais eles

são voluntários, o que é um outro problema porque está havendo uma debandada muito grande porque na verdade você sai daqui pra ir classificar no Quênia, fica dez dias lá, tudo bem, eles pagam tudo, mas você deixa de ganhar aqui, o que é a diferença, o Comitê paga por classificação, nós recebemos por classificação, assim, pela competição, né, agora se a gente for olhar em termos de profissionalismo, de conteúdo e de curso nós temos, nós temos vários classificadores internacionais, pelo Comitê Paraolímpico em internacionais nós somos sete, se eu não me engano.

P – Mas de várias modalidades?

R – São modalidades específicas, atletismo, o pessoal de deficiente visual que é o Dr. Elder e o Alexandre que é o classificador deficiente visual de todas as modalidades, né, nós temos o Edson Duarte que é o classificador internacional da esgrima, temos agora formando, inclusive os meninos estão lá nos Estados Unidos fazendo o primeiro curso de vôlei sentado, que não é uma modalidade IPC, mas que quem está dando apoio logístico e financeiro é o Comitê, né, que vão sair classificadores internacionais, então na verdade a gente hoje é tão recente que a gente está investindo nisso desde 2005, quer dizer, nós estamos com cinco anos e aí o processo é complicado, cada modalidade tem o processo de fazer classificadores internacionais. O que é interessante pra nós hoje, que é a linha mestra do Comitê é que a gente não quer fazer classificador para o Comitê Internacional, a gente quer fazer classificador para o Brasil. Por que isso, qual a diferença? Nós temos, por exemplo, a modalidade atletismo, classificador internacional nível um, dois e três. O nível um você classifica no seu país, classifica fora, tem capacidade de mudar a classificação internacional e o dois ele pode ser chefe da classificação, nas bancas de classificação, e o nível três é o chefe da classificação de uma forma geral. O que acontece com o nível dois e três é que e a gente classifica muito fora do Brasil e aí a gente deixa de agir dentro do Brasil, essa é a minha visão, ela é muito particular, eu acho que é uma carreira que as pessoas podem querer fazer. Hoje eu, na minha carreira eu não tenho, eu tenho intenção de fazer o nível dois pela questão, né, de poder estar atuando nos painéis aqui no Brasil, mas o meu foco é o Brasil, é eu poder estar, por exemplo, em uma competição internacional como está a equipe brasileira e poder brigar pela classificação dos brasileiros, é poder protestar e ter a capacidade de fazer isso com competência, né? E aí vai mais da minha questão profissional, eu sou professora em universidade, eu tenho outras coisas que o meu foco hoje não é ser classificadora fora do Brasil. Vou? Vou, fui agora pra Alemanha, pro Quênia classificar, mas informalmente, não como uma carreira, né, porque eu acho que quando você faz a sua carreira infelizmente nesse momento a gente tem que deixar um pouco o Brasil e eu acho que o Brasil precisa mais hoje, eu acho que a gente precisa investir mais aqui, trazer a informação lá de fora e investir.

P – Investir aqui, legal. E os brasileiros quando atuam aqui, exceto essa questão de custo, dos pagamentos, eles recebem ajuda de custo, não existe vínculo de classificador...

R – Não, é uma prestação de serviços.

P – Como é formada hoje, então, por exemplo, vai ter uma competição de atletismo, como é feito hoje esse recrutamento, essa convocação dos classificadores?

R – Então, hoje nós temos no Brasil essa classificação ela é feita porque nós já temos dez classificadores que nós formamos, né, que ficaram um ano fazendo curso, depois ficaram mais um ano a gente chamando pra observar a atuação deles e especialmente pegando experiência. A gente chama por região, então assim, por exemplo, vai ter a competição em São Paulo, quem são os classificadores de atletismo que mora mais perto pra trazer com competência, então a gente tenta trazer, mas é óbvio que se precisar trazer alguém de mais longe a gente traz, não tem problema nenhum, mas isso só acontece do sudeste, centro oeste pra baixo, porque quando eu

falo de competição no norte ou nordeste eu tenho que carregar todo mundo. É óbvio, tem locais que são mais complicados, por exemplo, quando a gente vai classificar em Belém, no norte, as patologias são mais complicadas, é bem diferente, né, as patologias, a gente precisa fazer a nossa pesquisa sobre isso assim, não é que é bem diferente, as incidências em determinados locais do norte e nordeste a gente ainda tem muito pólio, ainda tem muita má-formação, então você precisa de pessoas que realmente dominem mais essa área de patologia, né, porque nós temos professor de educação física, temos fisioterapeuta, infelizmente no atletismo nós ainda não conseguimos nenhum médico, a gente usa o médico do Comitê nos casos mais complicados, então pra determinadas regiões a gente pega aquelas pessoas que tem um pouco mais de experiência, porque são casos mais complicados.

P – E alguém que queira começar a ser classificador, como faz?

R – *Nós, uma das ações que a gente tá fazendo são cursos anuais, só que a gente está fazendo assim, um ano e pula um, porque nós temos o curso de natação, atletismo, esgrima, tem que dar uma, né, então, por exemplo, pra esse ano em setembro nós já estamos começando o curso no norte e nordeste que foi pedido e eu acho que é uma ação muito boa pro Comitê tentar bancar essa área, que a gente vai dar, como chama, to assim ainda, viu, na verdade a gente vai dar mais força pra quem mora nessas regiões, vamos dizer assim. Se alguém quiser fazer o curso que mora no sul se sobrar vaga tudo bem, mas as vagas são pra norte e nordeste, né, e agora no começo do ano a gente começa, porque é um curso regional, veja bem, não é nacional, então ele é menor, né, agora o curso nacional ele começa no começo do ano de 2011 e ele é o ano inteiro durante o ciclo da Caixa e os nacionais, e ele só termina no final em Dezembro, né, e aí ele tem mais um ano de observação, na verdade a gente está tentando realmente formar bem formado o classificador, porque hoje a classificação ela é, tanto os técnicos quanto a área administrativa, eles estão conseguindo enxergar a importância da classificação, então a gente tem que formar muito bem porque você sempre fica ali no meio, né, você pode acabar com o atleta ou você pode pôr ele lá em cima, se você dá uma classificação errada você acaba com ele.*

P – Você fica no limiar ali, né?

R – *Exatamente, e o foco do Comitê Paraolímpico é exatamente isso, profissionalismo, então quanto melhor for essa formação pra nós, mais a gente consegue melhorar o nível técnico do esporte de uma forma geral.*

P – E como essa formação até agora foi meio, vamos dizer assim, não tão centralizada, como se dava há cinco anos atrás?

R – *O que contava era a experiência, na verdade eu comecei a classificar por entender técnicas de atletismo, tinham duas pessoas que eram a Sheila e a Sandra Telles que classificavam, que fez um curso lá fora há 20 anos atrás, e eu também deve ter uns 18, e eu aprendi a classificar com eles informalmente, completamente informalmente, e a gente vinha classificando material, porque até então não se colocava esse material na internet ou ninguém dava esse material quando tinha exatamente pela questão do poder, quer dizer, só eu sou classificador do Brasil, só eu viajo, então “Oh, eu vou te ensinar, mas eu não te passo material.”, né, então a gente ficava pegando uns sites da Austrália que também tinha um pouco essa filosofia então disponibilizava coisas pequenas, né. E observação, então era feita muito porque as entidades mandavam sempre quem eles queriam e as pessoas que iam, voltavam e assim, em off tinham que assinar contrato de que não ia passar essas informações, né, eu uma vez com o Sérgio que depois falou assim, ele deu o curso e eu fui fazer, ele queria que nós assinássemos um termo que nós não íamos passar essas informações à frente, e eu não assinei então eu não terminei o curso, porque eu achei um absurdo, como que eu não vou ensinar classificação pro técnico? O técnico tem que saber, é a primeira pessoa que tem que saber, ele tem que discutir comigo, né, aí quando se viu que o*

esporte realmente não se gerenciava, não se organizava em função disso foi abrindo, o próprio IPC, as próprias entidades internacionais foram abrindo um pouco mais, né, então em 2005 quando o Comitê voltou com os circuitos regionais e nacionais que precisavam de classificadores eles me chamaram de volta e uma das coisas que eu disse foi isso, eu falei “Oh, eu volto, mas se for pra ser mais profissional, e profissional pra mim é passar pela formação, eu não quero estar sozinha.”, e a gente começou a fazer essas ações de formação e que, diga-se de passagem, é bem melhor do que a internacional.

P – Ah é?

R – Muito melhor, porque a gente tem essa via didática.

P – É porque sai da universidade a formação, né?

R – Exatamente, então os cursos que a gente, que fizeram no ano passado deu de dez a zero no que eu fiz lá fora.

P – Fora do Brasil as universidades não são presentes assim?

R – Algumas, hoje a gente já vê uma universidade que está junto com o IPC, tem a da Austrália que está mais ou menos junto, as outras estão começando agora, a nossa é mais recente.

P – Era uma coisa meio empírica então?

R – Exatamente.

P – O atual, os atuais, né, de acordo com as modalidades, o sistema de classificação tem trazido problemas ou soluções pro esporte brasileiro? Os protocolos de avaliação, né, eles têm sido adequados pro Brasil?

R – Olha, na verdade os protocolos sempre são feitos, e hoje isso está mudando também, com uma referencia européia, lógico que diferentes patologias existem que é bem diferente da nossa, mas muitas coisas já foi adaptado, hoje, por exemplo, o handbooking do atletismo a gente vê lá amputação, bilateral, cargas similares opostos, mas a adaptação é mais pra, né, pra estar lá, agora eu também acredito que se nós do Brasil não começarmos a pesquisar a classificação e mostrar pra eles que, assim como nós a África, América Central, temos alguma coisa de diferente...

P – Particulares, né?

R – Bem particulares, não adianta me falar que pode estar erradicado do mundo, do Brasil e tal porque a grande verdade é que nós temos um número de seqüelas muito grande ainda, né, eu fui classificar agora na Nicarágua, na Colômbia, é complicadíssimo, então nós temos grupos, nós temos países que precisam ser, estar nesses parâmetros.” Eu não acho que isso é ruim não, eu acho que o que está faltando é a nossa resposta à classificação na área técnica, enquanto a gente fica calado eles vão continuar fazendo da forma como é porque as coisas estão acontecendo lá.na Europa e Estados Unidos. A África, América do Sul e América Central a gente só sabe o que eles mandam, então uma das propostas de encontro é exatamente essa, o que nós vamos pesquisar, né, o que nós temos, qual é a visão que nós temos hoje sobre as seqüelas, as patologias dentro do Brasil? São completamente diferentes se pegar o norte e pegar o sul é completamente diferente.

P – Então o CPB tem uma posição de que é necessário fazer algumas adaptações no protocolo internacional inclusive, né?

R – Exatamente, só que pra gente entrar no protocolo internacional a gente tem que ter um embasamento muito grande, e pra isso a gente precisa começar aqui dentro. Quais são os problemas na modalidade de vôlei sentado que vocês que estão classificando estão vendo? Olha, tem dificuldade nisso. Por quê? Aí vamos analisar na nossa condição se é um problema de entendimento de classificador, de classificação ou porque nós temos algumas diferenças que precisam ser levadas em consideração.

P – E já tem alguma proposta mais pontual, alguma coisa mais pontual que o Brasil propõe?

R – *Não, na verdade a gente tem algumas coisas que o Ciro está discutindo em relação a, a Unicamp tá discutindo em relação à classificação e treinamento técnico, a Unifesp, a USP, então na verdade a gente está começando as pesquisas agora.*

P – Legal. Eu ia te perguntar, mas acho que você já respondeu isso. Em relação ao resto do mundo o Brasil, em que estágio ele se encontra em relação ao profissionalismo dos classificadores?

R – *Isso é muito, muito, depende da modalidade, se você me falar do vôlei, que eu estou com o vôlei porque eu estou acompanhando, é, a gente está saindo um pouco na frente, tem pouquíssimos classificadores então os três classificadores estão fazendo curso internacional. Se você me falar sobre os classificadores visuais nós temos dois bons classificadores aqui que foram pra Paraolimpíada duas vezes. Na natação ainda não conseguimos, né, no atletismo a gente tá tentando ainda, então assim, depende muito da modalidade, a modalidade mais em moda, mais pesada, são atletismo e natação, essas a gente tá tentando encaixar, mas eu acho que o caminho é esse mesmo e a gente é muito, na verdade nós começamos essa história muito recentemente, tem cinco anos que a gente realmente falou “Olha, vamos preparar classificadores.”, né, e uma formação de classificadores internacional não é uma coisa muito fácil não.*

P – E existe intercambio de classificadores? Como é que se dá o intercambio dos brasileiros, é atitude do classificador?

R – *É uma atitude mais do classificador, assim, as entidades elas tem o classificador geral que pode estar em contato e o classificador ele pode estar direto, a gente tinha contato com o Jean Burger que foi quem na época era o chefe da classificação internacional e nos auxiliou muito, a gente não sabe, os casos que a gente não conseguia resolver ou que a gente tinha muita dúvida a gente mandava pra ele, ele analisava e mandava de volta, tem que ter, tem que ter, não dá pra viver numa ilha, até porque quando você vai participar de classificação internacional o painel, a equipe que vai classificar é cada um de um lugar, então você tem que minimamente conhecer ou minimamente saber como é que você vai trabalhar com isso, então eu acho que é fundamental até pra saber se as nossas discussões e as nossas dúvidas tem a ver com eles também porque às vezes a gente acha que é uma coisa do Brasil e não é, é uma coisa que está aí pra todo mundo discutir.*

P – E esses intercâmbios fazem parte do processo de formação que vocês estão começando?

R – *A gente está tentando.*

P – Fazer uma coisa mais sistematizada, né, não depender do classificador?

R – *É, na verdade depende mais do classificador porque, por exemplo, administrativamente a gente tem esse contato, mas o contato específico da modalidade quem tem que fazer, a gente tem tentado dar essa oportunidade aos classificadores, por exemplo, levando nas competições como classificador, mas não como classificador da competição mas como classificador do Brasil, então ele vai acompanhar a equipe do Brasil, ver a classificação, vai olhar, vai ver, vai observar, vai conversar, então isso pra mim é o tete-a-tete, o classificador pra mim ele não serve só pra classificar, ele tem que acompanhar a equipe, porque ele pode protestar um outro atleta de uma outra equipe que pode estar em uma classe errada, e pode protestar o seu própria atleta porque não concorda com a classificação que foi dada, mas pra isso ele tem que ter compreensão e entendimento, e é diferente quando você chega com a sua equipe e o classificar sabe que é um serviço profissional.*

P – É outro peso, né?

R – É, é outro peso, quer dizer, as pessoas respeitam mais a equipe, porque sabem que a equipe está, que o Brasil está investindo, então são profissionais, não está lá só pra acompanhar a classificação, eu vou pra discutir.

P – E os técnicos no Brasil têm aceitado essa aproximação dos classificadores?

R – Olha, muito complicado, melhorou demais, mas existe uma, eu ainda falo nas palestras porque a gente é meio que bicho-papão, o classificador chegou e ele nem conversa, morre de medo, tem gente que entra morrendo de medo. A gente fala “Não, a gente bate na final, né, eu não bato no começo não.”, porque com muitos anos no Brasil, a classificação como eu estava falando é o poder, então eu tinha o poder de por na competição e de tirar, isso é muito usado, então o classificador é meio que Deus, entendeu, e odiado pelos técnicos, porque o técnico fica lá e aí você chega lá e fala assim “Seu atleta ele é inelegível, ele não tem três dedos no pé.”, ou ele acha que, ele quer por o atleta em uma classe mais baixa pra ele competir e ganhar, ainda existe isso, mas melhorou demais, e aí vem o classificador e fala “Não, mas ele não consegue levantar o braço.”, não, pelos nossos testes ele não consegue porque ele não tem força, mas ele tem a musculatura, ele tem uma lesão de perna, não tem uma lesão de braço, ele tem que treinar, então o que acontece, o classificador nesse primeiro momento ele é mais um educador porque tem hora que a gente tem que sentar com o técnico e falar “Olha, está errado, você está deixando o atleta errado, a cadeira está errada, você está usando a musculatura errada, não está trabalhando força com ele.” Foge da nossa área? Foge, mas o técnico tem que saber o que é classificação, então o que a gente tem feito nesses últimos cinco anos? Palestras nas competições para o técnico e atletas, porque o atleta tem que saber “Por que eu sou classe 54 e ele é classe 55?” ele tem direito de saber. Eu acredito, e aí, assim, o Comitê tem me dado muita força nisso enquanto coordenadora de classificação, que a informação é o caminho para melhorar o nível técnico das competições, né, então o técnico tem que saber as suas classificações, não vai ser classificador, mas ele tem que saber. O atleta tem que saber qual é a classe dele, né, e todas as outras áreas também, a gente sente esse problema, tem horas que ele tinha que almoçar ao invés de ter parado porque tem horas que você não consegue almoçar porque eles querem discutir a classe dele na hora do almoço, tem hora que você é amada e tem hora que você é adiada, mas depois de dar o classificador você tem que ser um só, o profissional “Você é classe tal por causa disso, disso e disso então sinto muito.”, “Ah, mas isso é minha vida, se você me tirar eu não vou fazer mais nada.”, “Eu sinto muito, você tem que treinar.” Então a gente é meio que bicho-papão na história, agora a minha briga por educação na classificação, né, então o classificador e é uma das coisas que eu falo muito nos cursos é da questão ética, o classificador tem que ser extremamente educado, né, se o atleta está fazendo de conta que não está dando conta tem hora que você tem que ser um pouco mais forte, mas você tem que mostrar a sua capacidade ali, e não simplesmente falar “Sai pra lá, não vai classificar.”, então eu acho que a ética é que vai levar que a gente mude um pouquinho essa cara, mas não dá pra fazer competição sem classificador.

P – Não, sem dúvida. Existem pessoas com deficiência como classificador no Brasil?

R – Sim, no Brasil sim.

P – Tem?

R – Têm, poucos, são três ou quatro.

P – E de que áreas eles são?

R – Deficiência física.

P – E eles atuam na ...

R – Na competição.

P – Mas na modalidade que eles praticavam ou em outra, ou não eram atletas?

R – Normalmente na modalidade que praticavam, fora do Brasil nós também temos vários atletas, que deixaram de fazer, por exemplo, não querem mais serem técnicos, não querem mais ser atletas e vão pra área de classificação, ou a própria área técnica mesmo, de ser técnico.

P – E por que você acha que são poucos ainda?

R – Bom, no Brasil porque a grande maioria não tem formação mínima, né, pra ser classificador você precisa ter um nível de terceiro grau.

P – Superior?

R – Exatamente, então eu acho que isso é uma das coisas, a outra é porque eles ainda não perceberam que é uma área, né, eu falo que a área da classificação é muito forte, é uma área escancarada, poucas pessoas trabalham, mas no Brasil acho que é mais por falta de formação, ter formação, fora do Brasil a gente vê que o pessoal que bate forte, que é atleta, eles tem outras atividades, eles são profissionais em outras atividades e eles não tem interesse, né, mas existem em número bem razoável fora do Brasil, mas hoje com formação...

P – Proporcionalmente tem mais fora do Brasil do que no Brasil?

R – Tem, tem mais.

P – E você acha que a presença dele seria positiva, mudaria alguma coisa por ele ter presenciado a prática como atleta paraolímpico ou não?

R – Ah, eu acho que fica igual a prática que você tem, por exemplo, o que um classificador que foi atleta seria ou um classificador que foi técnico teria, né, porque na verdade a gente vivencia muito isso, o importante é você ter o mínimo de vivência dentro do esporte, mas eu não acho que é um fator que diferencia, que vai ser melhor porque ele vivenciou, eu acho que não, eu acho que a questão é da vivência e da experiência de cada um mesmo, independente de ser cadeirante ou não.

P – Entre o IPC e as entidades de organizações internacionais esportivas, existe uma briga por esse controle do protocolo, né, do sistema de classificação. Aqui também existe isso entre as entidades e o CPB?

R – Não, não tem, nós temos alguns probleminhas ainda, de protocolo ainda não, nós temos problemas com a ANDE porque tem alguns classificadores de atletismo que não é daqui do Brasil, é internacional, então nós temos a IWAS que forma os seus classificadores e tem a IPC que forma os seus classificadores de atletismo, por exemplo. O protocolo é quase que o mesmo, o que muda é a filosofia, o modo de ver aquilo, né, o que pra nós é exigente, é de exigência maior em termos de alto rendimento pra eles às vezes não.

P – Pra eles, você diz a IWAS?

R – A IWAS. Então há uma diferença, algumas diferenças aí. Existe uma certa briga, né, mas o IPC ele também não pode forçar essa tendência porque a Associação, a IWAS que tem que gerenciar as suas áreas, né? E não é muito difícil também, já esteve pior, a tendência é unificar pra uma coisa só.

P – Tá, a tendência. Porque aí o classificador do IPC e da IWAS, por exemplo, trabalham juntos na mesma competição?

R – Podem trabalhar, não tem trabalhado, mas podem trabalhar.

P – Mas não tem trabalhado?

R – É, não tenho visto.

P – Tá, e aqui acontece esse tipo de coisa também, o classificador da, é que aqui do CPB não está totalmente formado, né?

R – Exatamente, nós temos alguns classificadores da ANDE e tudo, que até eles falaram “Ah, mas vocês não chamam a gente.”, mas é porque na verdade a gente não tem nem noção de que

as pessoas classificam, então a gente tá fazendo esse levantamento, fazendo um banco de dados de todos os classificadores justamente pra fazer isso, né?

P – Até como meio de trabalho, né?

R – *E cadê esse pessoal? Eu não sei, se eles não me falarem quem é classificador do que eu não sei.*

P – Entendi. E a última questão é em relação ao Brasil em relação ao resto do mundo quando é necessário algum tipo de adaptação, algum protocolo, algum tipo de adaptação pra forma brasileira de atuar, né, se tem sido muito recorrente ou se o Brasil prioriza o padrão internacional?

R – *Não, nós não fazemos essa adaptação, prioriza o padrão internacional porque não adianta eu adaptar e dar uma classe aqui e ele é internacional, vai chegar lá fora e ser outra classe, então a gente tenta usar o padrão internacional, o protocolo que é feito lá, temos dívidas, né, tem atletas que a gente leva sabendo que pode ser que mude de classe, né, mas a gente tenta não diferenciar o protocolo, porque se eu adaptar muito não adianta eu adaptar aqui se o protocolo vai ser o mesmo lá. Eu acho que a gente tem que pesquisar e mostrar pra eles que nós temos diferenças e que precisa encaixar isso no protocolo, né, porque senão acaba que a tendência é que a gente prejudique o atleta e, conseqüentemente, a equipe.*

P – E em relação a essa questão ética, né, essa questão do, porque queria ou não o classificador tem certo poder, né, e isso acho que é bem latente. Em relação à garantia ética do classificador realmente ter o mesmo critério com vários atletas, como é que eles tem visto isso?

R – *Ah, isso aí é bem pessoal, quer dizer, você dá o parâmetro, você dá, você explica, você mostra, mas isso vai de cada pessoa, né. Não dá pra você, por exemplo, em uma banca de três quando acontece de você ver que tem um dos classificadores tem uma tendência, né, o chefe da classificação puxa, né, ou afasta ele e, tanto é que eticamente quando existe equipe, a minha equipe do Brasil vai classificar fora e eu estou em um painel fora eu não classifico, então a tendência é se eu vou ser, ou se ela me fala assim “Olha, essa equipe que vai chegar é uma equipe da minha cidade, é equipe que eu já trabalhei.”, a tendência é ela não classificar, né, então isso a gente tem tentado fazer, mas isso é muito pessoal, infelizmente, né?*

P – E tem havido problemas nesse sentido?

R – *Não temos.*

P – De os técnicos questionarem?

R – *Sim, sempre questionam, isso sempre vai ter, né, porque na verdade ainda há uma troca muito grande de técnico, então quando você está formando aquele técnico ele tá com as informações aí como ele é voluntário, ganha pouco, não sei o que, ele muda, ele sai, entra outro, então tem que fazer isso tudo de novo. Então tem reclamações, né, bate boca, às vezes cara feia, isso sempre tem, tanto nacional quanto internacional, mas acho que é um processo que vai devagar sendo mudado, a cara do esporte vai sendo mudado, né, o classificador hoje ele tem uma importância mas ele também tem uma responsabilidade maior.*

P – Tá jóia. Você quer colocar mais alguma coisa? A formação, a entrada do classificar no esporte, do classificador novo?

R – *Não, eu acho que hoje, assim, a gente está tentando fazer a coisa, assim, em uma linha reta, no sentido de quem quer participar realmente fazer curso antes, realmente ter uma vivência antes, né, porque eu acho que a gente já saiu daquela época de fazer voluntariado por fazer porque eu achei bonito e hoje vou começar a classificar, então hoje a tendência é ser um pouco mais profissional mesmo, e a gente está puxando muito nisso, não é qualquer pessoa que pode ser classificadora, né, por quê? Porque isso te dá uma elegibilidade melhor no esporte no Brasil.*

P – Fica mais autêntico, né?

R – *Exatamente, e é óbvio que você vai falar “Por que você deu classe tal pro atleta?”, ele vai ter base pra te explicar, não é porque “eu acho que é.”, então isso eu acho que é muito importante, esse viés que a gente está conseguindo via universidade, via IPC, de realmente bancar formação tanto dos técnicos quanto dos guias, como dos classificadores, das pessoas que estão envolvidas tecnicamente no esporte, ela é que realmente vai dar o up do esporte no Brasil, tem que acontecer porque senão você não tem atleta de base, você não tem equipe boa, você sempre vai ter uma equipe mediana.*

P – E pro classificador subir nesse processo depende dele então?

R – *Depende dele.*

P – Pra ele virar internacional um, dois ou três é ele correr atrás também dessa formação?

R – *O IPC tem uma linha também de estar investindo nesses, nos melhores, na verdade você vai investir internacionalmente nos melhores, porque é muito caro, né, você mandar uma pessoa fazer um curso fora, com tudo pago, é muito caro, ele tem que ter um retorno aqui no Brasil, que é o retorno que nós estamos dando, né, fazendo cursos, palestras, então eu acho que, hoje eu vejo que é como qualquer outra profissão, como qualquer outra área, você tem que ser competente, agora a gente a diferença é que hoje a gente está dando parâmetros, a gente está dando base pra você ser competente, antes não dava, o esporte não tinha isso.*

P – E a procura aumentou?

R – *Muito, tem aumentado muito.*

P – E quem tem procurado?

R – *Geralmente pessoas fora do esporte.*

P – Ah, pessoas fora do esporte?

R – *É, que querem entrar, né, dentro mesmo do próprio esporte alguns profissionais, ou que trabalham como técnicos e querem mudar de área, não querem mais, tem procurado também.*

P – Mas a maioria de quem não tinha vínculo com esporte?

R – *É, o esporte favorito.*

P – O que é um problema, né?

R – *Estava sendo, a gente não quer. Não é que a gente não quer, é que a gente precisa, pra você ser classificador de natação você tem que ter uma vivência na natação dita normal e também na natação com deficientes, você tem que saber qual é o problema de um amputado, né, você tem que ter a vida do deficiente pra você poder analisar. Então, o médico tem? Não, não tem, mas a parte clínica dele, que ele vai fazer da classificação ele entende disso, ele vai ver qual musculatura está funcionando, qual o tipo de patologia, o que aquilo pode influenciar, tem classificação técnica por professores de educação física aí sim eles tem que ter essa vivência, eles tem que saber biomecanicamente o que interliga essa patologia e aquele grupo muscular no movimento que ele faz, na modalidade esportiva específica, e porque é que ele não consegue fazer, então por isso que essa interface com o esporte para o classificador é imprescindível, tem que ter.*

P – Mas mesmo assim a maioria ainda vem de fora do esporte, né?

R – *É, mas na verdade o que a gente tem feito nas seleções é realmente selecionar quem está no esporte, que tenha na sua cidade, a mínima interface ele tem que ter, ele tem que saber pelo menos diferenciar o que é um peixeiro de uma lesão regular.*

P – Ah, porque senão tem que ensinar o be-a-bá inteiro, né? E só por curiosidade, quanto pagam pro classificador atuar em uma competição?

R – *Hoje, olha, o Comitê hoje está pagando seiscentos reais por classificador.*

P – Por competição?

R – *Por competição.*

P – Por dia de competição, né?

R – Não, pelos três dias de competição. Porque também não está muito fora do que se recebe das outras áreas, né, principalmente no paraolímpico, mas eu acho que já é um caminho, eu contei que a gente não recebia?

P – Sim.

R – Não pagavam, né, há anos atrás a gente praticamente pagava, mas eu acho que é um processo lento e gradual que vai fazer com que fique forte pros profissionais, desde que você tenha profissionais.

P – E sai direto do CPB, não é de patrocinador, é o CPB que paga?

R – Depende, depende. É, o circuito, por exemplo, aí quem pode falar melhor isso é o ciclano, mas se eu não estou errada isso é de alguns patrocínios, por exemplo da Caixa, que embute também o pagamento de diárias técnicas como arbitragem, classificadores, quer dizer, você tem todo um processo pra fazer uma competição que é ativo desse patrocínio, aí ele pode falar isso melhor pra você.

P – Eu te perguntei porque pensando nessa lógica do Bourdieu, do jogo de poder e tal, dos patrocinadores quando eles bancam a equipe tem interferência, né?

R – Não, mas eles bancam, na verdade tem dois tipos de patrocínio, o que banca a equipe, os atletas, e o que banca o evento. O que banca o evento, o evento é comprado de uma forma total, com arbitragem, classificador.

P – Entra no pacote o classificador?

R – Entra no pacote.

P – Legal, acho que é isso. Quer colocar mais alguma coisa?

R – Não.

P – Então quero agradecer, nossa, perfeito.

R – Bom, não sei, é porque às vezes a gente fala demais e não concatena muito com o que você quer saber, se depois que você ouvir e passar isso pro papel e quiser depois que eu olhe e dê uma outra, também não tem problema. É porque a gente fala e como eu to falando meio jogando, é, às vezes algumas explicações você precisa um pouco melhor.

P – É porque, assim, o que eu vou analisar com essa entrevista são alguns fatores. Primeiro é como se dá a entrada dessas pessoas nesse grupo de classificadores, isso ficou bem claro, né, quais critérios, quais objetivos. Segundo, como os classificadores se posicionam no campo do esporte paraolímpico, então se posiciona em relação a ter esse poder mesmo de interferência e como eles são vistos pelos outros agentes, pelos administradores, pelos técnicos, pelos atletas, patrocinadores e tal, né, e eles tem, e a classificação não no Brasil agora, mas pelo que eu li e pela sua fala de certa forma, me corrija se eu estiver errado, de certa forma fortaleceu isso e os classificadores tem uma certa autonomia, a classe dos classificadores, mesmo que internacional até, autonomia em termos de seus procedimentos, não tem?

R – Não.

P – Como é que tem sido isso então?

R – O que tem gerenciado isso é uma comissão que estuda classificação e que realmente dita os padrões e as normas e aí eles dão esses cursos e a gente encaixa nesse padrão, na verdade eu não tenho muito, eu não saio muito autônomo não, eu posso fazer isso em termos de testes, dos testes que eu posso estar fazendo, eu tenho os perfis de classe que eu não posso sair daquilo.

P – E essa comissão é formada por quem?

R – São grupos do IPC, são pessoas de universidades, técnicos, do IPC.

P – Mas não são classificadores?

R – São classificadores também, alguns são outros não. Estuda, algumas classes estão sendo mudados, alguns padrões estão sendo mudados depois de quase quatro anos de estudo, então eles colocaram pra gente quais eram as mudanças, o porque das mudanças, o quanto teria que ser feito. Então esse padrão ele tem que ser seguido, essa autonomia nossa ela é muito relativa, eu não posso sair muito daquilo, porque não adianta eu sair muito daquilo porque eu chego lá fora e isso não vai acontecer. O procedimento ele é praticamente o mesmo, tanto que eu classifico aqui como eu classifico igual em qualquer outro lugar, é, eu acho que o que diferencia hoje e o IPC está de acordo com isso. Porque teve nesse último curso é que o classificador é educador, ou seja, eu não só vou lá classificar, isso pode até acontecer em um mundial de paraolimpíadas, mas quando eu estou trabalhando em um nacional ou regional, ou em um nacional fora do país, é você estar atento aquilo que às vezes você tem que informar a mais pro técnico, pro atleta, é o educador mesmo. Isso é uma ação nova do IPC e que a gente já vem fazendo aqui há muito tempo, é que aí já é o diferencial de universidade, por exemplo, quando eu estou na coordenação a minha briga é o que, é ética como que eu tenho que informar isso pros meus atletas. Porque eu sou educadora, acho que todo processo, mesmo que seja em universidade, acho que você tem que educar e os nossos atletas não são educados, em nenhum sentido. Então eu acho que isso faz parte da gente, né, que é onde o IPC começou a ter porque começou a ter também universidade também. Ou seja, eu preciso que o meu atleta, o meu técnico, saiba porque ele é classificado em tal. Não adianta ele brigar comigo, eu vou explicar o porque, o que ele tem que observar pra ele ensinar pros atletas dele, então essa é a interface que a gente faz com a universidade, o que é bom.

P – Legal. E essa Comissão do IPC é, vamos dizer assim, é o órgão máximo da classificação. Como é que chama essa Comissão?

R – É a Comissão Específica do Comitê, Comissão de Classificação, tem até no organograma deles.

P – E quem faz parte, são classificadores, tem administradores?

R – Não, administradores não, tem técnicos, todos da área mais técnica.

P – Mas tem representante das entidades de organização, da IWAS?

R – Não, não, é do IPC. São diferente, né, tem o IPC e tem a IWAS, que eu não sei se a IWAS tem a sua comissão, como é que é gerenciada a IWAS.

P – E aí esse protocolo uniforme como é que fica, a IWAS acata?

R – Algumas coisas, é, algumas coisas sim, é praticamente o mesmo, só que aí a filosofia que é um pouquinho diferente.

P – Sim, a forma de aplicar o protocolo, mas o protocolo então deles lá eles acatam no que tem problema de comissão?

R – Eu não posso te falar isso exatamente porque eu estou um pouco afastada dessa história. Eles faziam isso, eu sei que teve uma quebra, teve um racha, alguma coisa que eu não sei como está agora, mas eu sei que a classificação do IPC é a mesma que a IWAS utiliza, com algumas modificações no sentido de filosofia, ou seja, o IPC é um pouco mais rígido, a IWAS é um pouco menos.

P – Tá, e as outras, você tem idéia?

R – É porque na verdade são modalidades do IPC, nem todas são, se eu quero vôlei sentado o IPC não tem gerenciamento sobre de classificação do vôlei sentado, ele tem sobre o atletismo, natação, esgrima, então as modalidades que não são do IPC elas não tem gerenciamento, então eles trabalham a classificação a parte.

P – Aí essa comissão do IPC não interfere?

R – Não, não. O que a gente tem visto é que eles têm usado a forma e estrutura do IPC puxando pro campo. E tão nós temos, por exemplo, o livro geral de classificação que é de diferentes modalidades que o IPC tem, que fala sobre ética, sobre processos, sobre como se faz o painel de classificadores, formação de classificadores. Então o que eu tenho visto, nas classificações de outras modalidades eles pegam um pouco disso e trazem pra aquilo, e aí eles desenvolvem da forma como eles desenvolvem melhor, o IPC não tem nenhuma interferência nisso.

P – Entendi.

R – A não ser nas suas modalidades específicas.

P – Aí cada Federação faz por conta.

R – Por isso que tem esse quebra da IWAS com o IPC, por quê? A IWAS também tem atletismo e natação, eles têm atletismo e natação.

P – Tá, então quando o IPC organiza tem uma forma de aplicar...

R – No IPC o atletismo na verdade é pra todas as deficiências, na IWAS é só pra cadeirante, né? Então tudo que tem cadeirantes tem meio que uma, não sei te falar como está agora.

P – No Brasil a ANDE ela segue, ela segue a competição da ANDE?

R – Ela segue um pouco mais a IWAS, até por uma questão política.

P – Sim, é, eles são quase diretamente.

R – E nós trabalhamos nessa perspectiva do IPC.

P – Aí depende de quem organiza a competição?

R – Exatamente.

P – Ah tá, o que é um problema pros atletas e pros técnicos, né?

R – Não, não mesmo. O que muda é a filosofia, mas eles usam, na verdade não tem diferença porque se eles forem fazer isso eles acabam com o restinho da IWAS, se for uma classificação pra lá e pra cá todo mundo vem pra cá, que é o que vale pra uma competição internacional, para as paraolimpíadas.

P – Que é o que todo mundo quer, né?

R – Então é tudo a mesma classificação e o mesmo perfil, o problema maior é do entendimento e a filosofia.

P – Então esse racha político o Brasil reproduz então o que tem lá fora?

R – Não é que reproduz porque na verdade a ANDE está, ela é diretamente vinculada à IWAS, né, e aí tem esse viés com o IPC, então fica meio essa... mas eu acho que assim, é uma coisa normal porque se a gente for analisar o processo de organização, de administração do esporte ele não está pronto, então ele está se construindo, então foi de uma forma, não deu certo, está sendo de outra, eu acho que é um processo, nós estamos em formação, a tendência é de unificação, mas.

P – Legal. Isso é o que a bibliografia americana tem colocado.

R – A tendência é essa.

P – Embora haja esse racha, né, e a tendência é seguir uma filosofia mais do IPC?

R – Mais do IPC porque na verdade é que o IPC hoje está mostrando mais competência na hora de fazer, em função até das Comissões, das Comissões Científicas, quer dizer, você não está fazendo as coisas mais pelos lindos olhos, por “achometro”, porque a classificação por vários tempos, e até hoje tem muita coisa que é por “achometro”, “eu acho que deve ser assim.”, cientificamente não tem muita coisa pra comprovar, né. Os perfis foram feitos, os perfis de classe por experiência, né, as vezes com várias pessoas que nem tinham muito conteúdo de base, por exemplo, em biomecânica, biologia, então hoje o que está acontecendo é que a gente está puxando “Oh, vem cá, vamos analisar a classe 54 e 55, como é que é cientificamente?”, então o Jean Burger que foi o grande idealizador de tudo, que deu o primeiro curso pra nós, ele falava

assim quando tinha uns casos meio complicados ele falava assim “Cientificamente eu não posso comprovar, mas assim, assim, assim.”

P – Tem feito, por convenção vem adotando.

R – *“Mas cientificamente a gente não pode comprovar”, ou seja, o que eles falavam em três linhas, “Oh, precisa estudar, precisa saber certinho isso”*

P – Entendi. Em relação a INAS-FID como é que tem sido?

R – *“É meio complicado porque a INAS ficou fora muito tempo, voltou sem nenhuma proposta de classificação, ou seja, a classificação por laudo médico, né, e aí eu não sei como está.”*

P – Pra Londres foi pré-aprovado, não foi?

R – *Foi por uma questão política, né, mas nós temos força, eu não to acompanhando também aí, a não ser que seja apresentado nova forma até lá, a INAS diz que tem já, mas é, uma coisa, quem que me prova que essa pessoa ela tem realmente uma deficiência mental porque ela tem um distúrbio de aprendizagem, quem tem distúrbio de aprendizagem não tem problema nenhum.*

P – E como é que tem feito no Brasil, como é que isso tem acontecido?

R – *Não tem feito, não tem sido feito. A gente faz muitos campeonatos, algumas reclassificações, então tem meta, existem metas de deficiente mental, aí entra tudo, Síndrome de Down, tal e tal, competição mesmo que eu saiba não tem acontecido, oficial não.*

P – Tá, legal. Acho que é isso professora.

R – *Qualquer coisa ...*

P – Muitíssimo obrigado, eu te mando depois uma cópia do trabalho, troco idéia, mas ajudou demais, era exatamente o que eu precisava, essa coisa do, porque o Bourdieu fala muito de quem já está no campo e tem o que ele chama de capital específico do campo, ou seja, o controle da situação, já vem atuando, né, já vem atuando e de quem quer entrar no campo.

FIM DA ENTREVISTA

ENTREVISTA COM SUJEITO 2

P – Bom, vamos lá então. O primeiro tema o que eu queria tratar com o senhor é qual o critério que o CPB usa pra dizer se um atleta é profissional, pra ele ser tratado como atleta profissional, qual é o critério, a partir de quando um atleta é tido como um atleta profissional?

R - *“É, a gente analisa por dois aspectos a questão profissional, o profissional no modo de agir, treinar e se preparar para a competição e profissional no modo de ganhar a vida com aquilo, ser profissional, só ter essa ocupação. Então a gente tem dois tipos de profissionais no esporte paraolímpico, o profissional que se dedica, tem um salário, que vive disso, se ele parar de competir ele não tem de onde tirar o dinheiro e esse é um tipo de profissional que a gente tem. E aí a gente analisa a partir do momento que ele treina em dois períodos, não faz outra coisa, o máximo que ele faz é estudar no período da noite, mas o dia inteiro ele está dedicado ao esporte ou ele vive disso através da Bolsa Atleta. No caso a Bolsa Atleta de um atleta paraolímpico que tenha participado de uma paraolimpíada é um salário até razoável, dois mil e quinhentos reais então dá pra ele fazer isso sim, mas algum apoio que ele eventualmente ele tenha do Clube ou da Prefeitura ou do Governo Estadual que complementa com alimentação, pagamento de teto, essas coisas, então esse é o profissional que a gente analisa, esse seria o profissional ideal, pleno. Mas existem outros tipos de profissionais que a gente também considera como um bom trabalho, um bom profissional, que é aquele atleta que tem o seu trabalho, que vive disso, mas que se dedica*

pelo menos um período por dia aí, mas ele não vive do esporte paraolímpico, se ele parar de competir hoje ele tem o trabalho dele, ele vive, então ele é um profissional na preparação, na qualificação, no modo de enfrentar o esporte e no modo que ele vê o esporte, “Eu preciso treinar, eu preciso me alimentar, eu preciso preparar.”, então esse é um outro profissional que a gente analisa, a gente tem esses dois profissionais aqui dentro do esporte paraolímpico.

P – Em relação aos técnicos, qual o critério para falar “Esse técnico é um profissional ou esse é voluntário”, sei lá, é um colaborador?

R – *Na verdade é o seguinte, nós também temos dois tipos aqui. Todos são profissionais, tá, mas aí você tem que avaliar qual o nível de profissionalismo de um e de outro, por exemplo, eu tenho técnicos que são técnicos de vários atletas olímpicos e de alguns atletas paraolímpicos. Então são extremamente profissionais, eu tenho técnicos que são técnicos apenas de atletas paraolímpicos, que também são profissionais iguais, só que esses técnicos são, que é técnico de vários atletas olímpicos e alguns paraolímpicos, às vezes ele faz o trabalho pro clube paraolímpico como voluntário ou recebendo apenas uma ajuda de custo pra ele não ter despesa, pra ele pagar alimentação, pra ele pagar gasolina, mas ele não se dedica menos por isso. Ele vai lá, ele tem uma dinâmica de trabalho igual a dos atletas olímpicos que ele tem, ou até mais forte dependendo do atleta que ele tem, faz uma planilha de treinamento rigorosa, faz os exames e lá está as vezes no próprio treino, então também tem essas duas possibilidades, né. Mas pra mim todo o treinador ou todo técnico que se dedica a preparar ou formar um atleta, ou melhorar a performance ou aprimorar o auto-rendimento dele é um profissional. Agora a questão profissional, se ele vive disso, se ele ganha muito com isso, se ele ganha pouco com isso, aí isso aí é uma outra visão.*

P – Tá. Quanto aos atletas, dos reconhecidos como profissionais, aquele dos dois períodos, o cara que vive do esporte, quantos o Brasil tem?

R – *Hoje em dia tem bastante, é difícil de falar pra você em quantos.*

P – Aproximadamente.

R – *Mas hoje, vamos levar aí que em um universo a gente tem os atletas de auto-rendimento aí, altíssimo rendimento, hoje nós temos dez mil atletas praticando, competindo no Brasil, de altíssimo rendimento, se você colocar que tem mil atletas no altíssimo rendimento a gente deve ter vinte a trinta por cento nesse...*

P – Vinte a trinta por cento que vivem do esporte?

R – *Isso.*

P – E nisso entre o pessoal do Bolsa?

R – *Nesse movimento, nesse montante que eu te falei dos mil atletas de altíssimo rendimento, tá, nível de convocação.*

P – E isso entra o pessoal do Bolsa Atleta?

R – *É, também entra o pessoal do Bolsa Atleta, mas precisa entender que tem gente que tem o seu emprego, o seu trabalho e que também tem o Bolsa Atleta. Porque o Bolsa Atleta ele usa pra que, pra complementar a parte esportiva dele, né, ele separa bem, o meu trabalho é pra eu me sustentar, minha família, meu carro, meu lazer, a minha casa e tudo, o Bolsa Atleta é pra me sustentar enquanto atleta. Então eu vou pagar um fisioterapeuta pra fazer uma massagem, eu vou comprar um suplemento melhor, eu vou comprar, por exemplo, na natação quem vai usar um fast skin dos novos que custa mil e duzentos reais no Brasil, o cara precisa pelo menos de dois porque pode gastar um, ele usa o Bolsa Atleta pra esse tipo de coisa, isso na natação, no atletismo se for uma cadeira de rodas do atletismo importada hoje custa 12 ou 15 mil reais, ele precisa de cinco, seis, sete meses do Bolsa Atleta pra pagar, então você tem que pensar em tudo isso aí.*

P – Entendi, legal. Quantos homens e mulheres? Como é esse grupo profissional do Brasil, tem uma predominância, tá equilibrado ou não?

R – Não, a quantidade de homens tanto no Brasil e no mundo é muito maior, muito maior, tanto que uma das missões do IPC é difundir e a aumentar a prática de esportes pra mulheres e pra pessoas com deficiência severa, faz parte da missão do IPC e da missão de todos os NPCs do mundo, inclusive o Comitê Paraolímpico Brasileiro, então eu posso dizer aqui que está 70 a 30 por cento.

P – E por que você acha que tem essa predominância aí?

R – Se a gente avaliar o número de deficientes masculinos hoje que praticam esporte é muito maior, por quê? Porque os homens são mais, na maioria das vezes, na maioria dos casos são mais desinibidos, né, saem de casa, porque a gente, o desafio é tirar o deficiente de casa, depois de tirar de casa é seguir no esporte, então pra mulher é sempre mais difícil desenvolver. No esporte olímpico, no esporte geral você vê que a quantidade de mulheres participantes é menor, e no esporte paraolímpico é igual. Eu acho que é meio que cultural isso, a quantidade de mulheres no esporte sempre foi menor e no esporte paraolímpico não é diferente.

P – Isso se mantém, né? Tem algum, quais modalidades tem predominância de atletas profissionais no Brasil, que tipo de modalidade?

R – Atletismo e natação, são as duas.

P – E por que você acha isso?

R – Porque é um esporte individual, né, que a pessoa depende praticamente dela e por ser o carro chefe no Brasil e no mundo do quadro de medalhas, né, são as modalidades que oferecem mais medalhas, hoje a gente tem um circuito nacional onde a gente oferece premiação em dinheiro pra essas duas modalidades. Então o atleta já se interessa na premiação em dinheiro, por ser uma modalidade individual talvez ele considere que é mais fácil, depende só dele, do técnico dele, ele não tem que ter um coletivo, companheiros jogando, e é mais fácil também para o clube ou pra qualquer patrocinador remunerar porque se eu vou patrocinar uma modalidade de um atleta é uma coisa, basquetebol, por exemplo, que são 12 atletas, 12 cadeiras de roda, é um de cada lugar, é muito mais caro, então eu penso que seja por isso.

P – E existe algum plano de fortalecimento das coletivas?

R – Tem alguns, nós temos um planejamento estratégico aí pra seis anos, o que trabalhando até 2016 e a gente acredita que depois de 2016 esse planejamento vai ser melhor ainda, o aproveitado, então todo o trabalho que vai ser feito vai desembocar em 2016 que é o fortalecimento de todas as modalidades, principalmente nas modalidades que estão iniciando, no caso a esgrima que tem poucos atletas, no tiro com arco, no tiro esportivo, no rugby, então a gente tem um planejamento pra cada modalidade, então a gente vê “O que falta pra essa modalidade?”, “Ah, falta a gente ter uma base com muitos atletas pra daí você fazer uma pirâmide e ter uma qualidade.”, porque com poucos atletas você não tem muito o que fazer, você tem que trabalhar só com aqueles mesmo. Então “Qual é o trabalho pra esse?”, “Vamos aumentar a base.”, “Qual é o trabalho pra esse?”, “Não adianta, vamos trabalhar halterofilismo.”, “Ah, não consigo desenvolver halterofilismo, então vamos formar técnicos.” “Ah, não tem classificador pra poder separar a divisão de classes aí fica difícil, a competição fica injusta.” “Então vamos trabalhar na formação de classificadores, e principalmente olhando o cenário internacional, né, onde é que eu tenho maior possibilidade de formar atleta a curto prazo, conquistar uma medalha a curto prazo. Como a gente tá pensando em 2016 eu tenho que pensar em duas coisas, o resultado de 2016 e a longevidade dessa modalidade, então eu trabalho “Ah, o halterofilismo, lá tem vinte medalhas em disputa.” “Ah, mas não adianta porque das vinte, dezoito medalhas é do Irã, o Irã é o melhor do mundo, pra derrubar o Irã você vai ter que

fazer um trabalho de vinte anos.” , então não adianta eu trabalhar pesado nisso, eu vou trabalhar vinte anos, eu vou aumentar a base, aumentar o número de atletas pra daqui a 15 ou vinte anos eu estar disputando igual com o Irã. Então a gente tem um planejamento que a gente tem o raio-x de todas as modalidades no mundo e no Brasil, que a gente precisa, a gente fez uma análise no swot que é uma ferramenta muito usada e hoje já é usada no mundo inteiro, né, que coloca as nossas fraquezas, as nossas potencialidades, o nosso sucesso e as nossas oportunidades, né, que a gente tem que combater as fraquezas, potencializar os nossos sucessos, trabalhar as nossas oportunidades. A gente fez uma análise swot de cada uma das modalidades e aí depois a gente identificou onde a gente precisa trabalhar, isso está dentro do planejamento, o planejamento apresentado ao Ministro do Esporte aqui nessa sala pra ele. De trinta a quarenta dias nós planejamos o Planejamento Estratégico de 2016. A gente precisa aí levantar setenta milhões de reais pra colocar ele, o Ministério do Esporte está empenhado nisso então a gente acredita que se a gente conseguir desenvolver sessenta ou setenta por cento desse planejamento a gente atinge a nossa meta que é conquistar o quinto lugar nos jogos de 2016.

P – Ah, essa é a meta?

R – É, hoje nós somos o nono do mundo, temos a meta de em 2016 pular pra quinto.

P – Legal. E quanto aos grupos por deficiência tem alguma predominância de atletas profissionais, técnicos?

R – Físico motor, físico motor é o atleta com maior número, até no caso da natação o físico motor é um número bem maior com sucesso maior. No atletismo ele é bem dividido, tendo os visuais o maior sucesso, se você for pegar aí os dois maiores atletas do atletismo é a Teresinha e o Lucas, os dois são cegos, né. E teve a Adria que até pouco tempo atrás comandou, dominou tudo e em função da idade saiu do esporte, e vai crescendo e vai atingindo recordes, mas ainda tem recorde mundial dela até hoje. Então no atletismo a predominância dos cegos é nesse sentido, os maiores, atletas principais, mas de profissionalismo é bem dividido, igual, cinquenta por cento aí eu posso colocar pro físico motor e cinquenta por cento pros visuais.

P – Em alguns artigos que eu achei, estrangeiros, né, principalmente um grupo de Portugal, um na França e um na Alemanha, eles apontam que existe uma tendência da mídia e dos patrocinadores investirem mais mesmo nos cadeirantes, né, você sente isso aqui no Brasil?

R - Na verdade no Brasil ainda falta tanto a mídia quanto os investidores investirem, a gente não, eu não sinto nenhuma vontade, a gente tem que fazer um esforço muito grande pra convencê-los de que isso é um bom produto, de que isso é uma boa coisa. Tirando o nosso patrocinador que é a Loterias Caixa que acreditou e que a cada ano melhora o patrocínio a dificuldade é tremenda, você tem que fazer um bom esforço e uma boa divulgação, então não vejo a tendência. É claro que você, quando você vê na TV e quando você assiste pela primeira vez é muito mais interessante você ver um cadeirante, você ver, se você pegar um cego olhando você não vê a deficiência aparente, então no esporte paraolímpico cadeirante vai chamar muito mais a atenção. O basquete pra cadeira de rodas hoje é sem dúvida o esporte mais bonito que tem se você levar em consideração o choque, a cadeira, aquele movimento, o basquete, o rugby, o próprio atletismo em cadeira de rodas. Isso é muito bonito, então isso chama a atenção, por isso que a tendência é investir nisso, isso chama a atenção porque na televisão é bonito, essa é a minha visão. Agora no Brasil não tem tendência nenhuma, no Brasil a gente tem um desafio muito grande de levar isso e mostrar que é um bom projeto, é um bom trabalho, a gente tem conseguido fazer isso muito bem. Depois de Atenas a gente conseguiu aumentar a nossa visibilidade na TV, a gente costuma dizer, você entrava nos sites aí tinha Olimpíada de Sydney, aí tinha uma página específica da Olimpíada e não falava nada de paraolimpíada. Agora não, agora você entre e já tem página da Olimpíada e página da Paraolimpíada, página do Pan e

página do Parapan, então tá mudando a visibilidade, está melhorando aos poucos, mas ainda não é o ideal o que acontece nesse país em relação à mídia, por exemplo.

P – Fora a Caixa e dinheiro da Agnelo/Piva, onde mais?

R – *Nós temos além da Caixa outros parceiros, nós temos a Infraero que é patrocinadora exclusiva do Judô, nós temos a Unimed que está com a gente, é o plano de saúde oficial nosso desde 2004 e a Uniodonto, então são bons parceiros, né. E fora isso a gente não tem outro recurso, é o Agnelo/Piva e o grande patrocinador que é a Caixa. A Unimed é com prestação de serviço, ela dá planos de saúde, a gente teve a Olympikus com apoio, mas já saiu, esse ano já rompeu o contrato, não renovou então a gente tá sem fornecedor de uniforme, trabalhando. Porque em 2016 fica difícil você ter patrocinador porque tem um acordo que a gente abre mão de ter patrocinadores, todos os nossos patrocinadores tem que ser o mesmo do Comitê organizador, e aí parte do que o Comitê organizador recebe ele repassa para o Comitê pra compensar isso aí, então é difícil você, por exemplo, a Olímpicos rompeu esse ano. Como é que eu vou fechar com outro se ele sabe que a partir de primeiro de janeiro de 2011 eu não posso ter esse contrato, o contrato vai ter que ser feito com o Rio 2016 pra chegar até o CPB.*

P – Existe atletas brasileiros que vivem de vínculo empregatício só do clube, só de Prefeitura e abre mão do Bolsa Atleta?

R – *Existe, só do clube e Prefeitura eu acho difícil, mas de patrocinadores exclusivos, por exemplo, os nossos atletas tops de linha aí, André Brasil, Daniel Dias, Lucas Prado, Teresinha, Tenório, Odair, todos eles abriram mão do Bolsa Atleta e tem seus patrocínios que são muito maiores, hoje nós temos atletas aí na casa de 15, vinte mil reais o salário então com certeza não vai fazer questão do Bolsa Atleta, nem vai poder receber.*

P – Esse primeiro escalão você definiria como, o primeiro escalão de medalhistas paraolímpicos eles tendem mais a se manter do Bolsa Atleta ou a maioria já está?

R – *Não, não, a minoria. O primeiro escalão não tem Bolsa Atleta, medalha de ouro só quem tem medalha de ouro e principalmente nas modalidades de atletismo e natação nenhum deles tem, todos tem patrocínio, ou recebendo da Caixa, porque a Caixa tem um programa com a gente que quando ela trata os principais atletas, nós temos aí 17 ou 19 atletas patrocinados. Entre 17 e 19 são todos atletas medalhistas de ouro, tirando o pessoal de futebol que é um esporte coletivo aí a Caixa não quer esporte coletivo.*

P – Ela não é...

R – *Não porque a Caixa acha difícil, por exemplo, um time de futebol você vai ter que patrocinar todo mundo. Não necessariamente todos do futebol vão voltar pra próxima paraolimpíada e ela tá gastando quatro anos com patrocínio que ela não tem certeza se vai ser convocado novamente ou não. O individual ela acompanha ano a ano, não tá bom no final do ano saiu, como aconteceu esse ano, muitos atletas que eram patrocinados caiu o rendimento aí rompeu-se o contrato, acabou dezembro, seu contrato acabou e rompeu-se o contrato e colocou outro no lugar, no coletivo fica difícil, você pode investir e perder o dinheiro.*

P – Bom, então do que eu tinha pra colocar de certo ponto você já respondeu. A principal fonte de financiamento de atletas então é a Agnelo/Piva, né, a Caixa?

R – *A Agnelo/Piva, o patrocinador Caixa e tem vários outros atletas que hoje têm programas de bolsa estaduais, municipais, tem muitos atletas contemplados por aí. Principalmente o nordeste faz muito isso, Pernambuco tem uma bolsa estadual, o Ceará tem uma bolsa estadual, são bolsas interessantes, bolsas de mil e quinhentos, mil e duzentos reais, então vários atletas, por exemplo, estão nesse programa. A Bahia tem um programa de Bolsa Atleta. Os estados, esses estados todos do Nordeste, Norte, até por estarem distante de São Paulo, Rio e Brasília eles tendem a custear passagens aéreas dos atletas nas principais competições, então eles tem um bom apoio.*

P – Legal. E quanto aos dirigentes, existem dirigentes profissionais do movimento paraolímpico?

R – *No Comitê Paraolímpico Brasileiro todos nós somos profissionais, ninguém está trabalhando no Comitê voluntariamente, todos nós.*

P – E vivem do Comitê?

R – *Do Comitê, inclusive os nossos técnicos e coordenadores da Seleção são remunerados, nesse caso eles não têm dedicação exclusiva, nós temos os coordenadores externos, vou dar um exemplo, o Ciro que veio da Unicamp ele é o coordenador de atletismo e ele tem um pró-labore, e ele é professor da Unicamp, uma Universidade Federal, né. O Gustavo também que está em Uberlândia. Ele é nosso coordenador de natação e tem o pró-labore dele, não é um salário alto, mas é um salário bom. Interessante pro que ele faz. Ele tem que me apresentar todas as demandas. Esse planejamento que eu disse, a parte técnica da natação foi produzida pelos técnicos da natação, do atletismo pelos técnicos do atletismo, estão trabalhando também lá, pensando no futuro, qual vai ser a nossa renovação, o que a gente precisa planejar e precisa receber por isso. Agora nos clubes a realidade é bem diferente, alguns clubes têm uma dificuldade muito grande de se manter, pouquíssimos clubes tem remuneração pra dirigente, e as entidades nacionais a mesma coisa, a Federação Brasileira de Basquete em cadeira de rodas e voleibol sentado, a maioria não tem remuneração, a grande maioria.*

P – E eles vêm de onde, esses dirigentes?

R – *Do próprio movimento, né, tem ex-atletas que se tornaram dirigentes. Técnicos e professores de educação física que davam aula e que foram evoluindo, e assim por diante, é do próprio movimento do esporte.*

P – E isso é generalizado, tanto aqui no Comitê quanto nas Associações?

R – *O Comitê tem uma linha muito profissional, né. Por exemplo, o novo diretor financeiro administrativo ele veio do mercado, ele foi diretor da Johnson, ele foi diretor de várias outras empresas grandes, ele veio do mercado. Agora por exemplo, eu que sou diretor técnico eu vim do movimento, eu sou árbitro de basquetebol não em cadeira, de basquetebol regular. Fui árbitro a vida inteira, tive um envolvimento com basquetebol em cadeira de rodas, trabalhei na Federação Paulista de Basquetebol em cadeira de rodas muito tempo, diretor técnico lá, trabalhei no desenvolvimento aí fui crescendo no cenário nacional, fui convidado pra vir pro Comitê como Coordenador Técnico e aqui dentro fui crescendo até virar Diretor Técnico. O nosso atual presidente, por exemplo, ele entrou no Comitê Brasileiro em 2000, no ano de 2000 como estagiário de comunicação e aí cresceu dentro, hoje ele é o Presidente, ele foi Presidente do Comitê Paraolímpico das Américas, é Conselheiro Executivo do IPC, como se fosse Diretor, então você entra no movimento por um clube ou por uma Associação e vai fazendo uma carreira.*

P – Legal.

R – *O Luis Cláudio, por exemplo, que é o nosso vice-presidente que é o que você vai entrevistar é um atleta. Os dois são medalhistas paraolímpicos, estiveram em paraolimpíadas em momentos diferentes, modalidades diferentes, foram atletas, foram campeões vitoriosos e aí continuaram a carreira.*

P – Legal. Eu te faço essa pergunta porque como eu estou usando Bourdieu como referencial ele trata muito disso, como as pessoas entram no campo, né, essa é uma questão importante pra gente tratar. E quanto ao, existem em relação a técnico e comissão técnica, você colocou que muitos técnicos paraolímpicos são técnicos de atletas olímpicos e paraolímpicos, né, e acabam ganhando uma ajuda pra ser o técnico do paraolímpico. Técnico do esporte paraolímpico, especialista nisso e profissional, são muitos?

R – *Não, são poucos, mas temos.*

P – Que fazem a carreira no esporte paraolímpico, você consegue estipular uma porcentagem?

R – Não, hoje se eu colocar dos nossos técnicos que atuam aí eu diria que dez a quinze por cento que vivem disso, e vivem disso assim, né, só disso não. Mas é que, por exemplo, o outro trabalho não é o carro principal, o principal é o paraolímpico, mas ele faz o outro pra complementar. Eu tenho uma técnica de basquete muito boa, ela foi tetracampeã brasileira de basquete, que ela trabalha com a Joyce Pascowitch na Editora lá, na revista e ela fala “Olha, a minha vida, a minha paixão é basquete em cadeira de rodas, mas eu só ganho dinheiro lá, a minha preferência é aqui, mas eu preciso ganhar dinheiro lá senão eu não vou sobreviver.”, então esse é um exemplo, basquete em cadeira de rodas pra ela é tudo. Mas sem a revista da Joyce Pascowitch ela não sobrevive, entendeu. Então muitos são assim, “Se eu puder largar esse emprego eu vou ficar só no paraolímpico.”, só que o paraolímpico não vai dar o dinheiro que ele precisa pra sobreviver.

P - E os patrocinadores, no caso os atletas, por exemplo. Vou chutar um que é amigo meu, o Marcão do Daniel. O Daniel tem o patrocínio dele, normalmente os técnicos também recebem do patrocinador ou não? Como é que funciona?

R – Não, não funciona assim. Em tese a lógica é a mesma de qualquer clube do Brasil e de qualquer clube do mundo. Como o esporte paraolímpico ele é meio, é, ele é totalmente diferente do que é o regular pelo seu movimento, ele começou no movimento de luta das pessoas com deficiência, ele não tem, não tem um Clube de Esportes, não tem um Pinheiros, não tem o Paulistano do esporte paraolímpico, não tem o Hebraica, não tem o Minas, o Sogipa. Então todos os clubes vivem precariamente. Mas o correto, o certo é o seguinte, o Marcão é técnico do clube do Daniel, responsabilidade do Daniel, quanto o Daniel ganha o Marcão não tem nem o que saber, não é problema dele, ele tem que “Formar um excelente atleta, o meu clube me paga pra eu ser um bom técnico o meu salário, quanto mais atleta eu forma ótimo pra mim.”, né. Mas não tem que vincular o atleta ao técnico, o sucesso do atleta sim, agora o lucro não. Senão o Neymar ia ter que estar pagando pro técnico que encontrou ele lá quando ele começou no futebol de salão no Santos uma grana, porque foi esse cara aqui que identificou o talento, está entendendo?

P – E isso acontece no Brasil?

R – O que acontece é o seguinte: como a gente tem um movimento um pouco complicado o que acontece, é até um incentivo, cansei de incentivar os atletas pra isso. Porque os atletas acabam e “Ah, o Comitê tem que pagar meu técnico.”. E eu falo: “Não, o Comitê não pode pagar seu técnico, se for pra pagar o seu técnico nós temos cinco, seis mil atletas que tem que pagar técnico de cinco, seis mil atletas.”. Claro que eu tenho que tratar diferenciado o técnico do Daniel, do André, do Lucas, que são técnicos de jóias que pra gente é o principal das medalhas. Só que se o seu técnico faz você ter o salário de vinte mil reais e ele é fundamental pra você, pô, abre mão um pouco de vinte mil e complementa, não estou dizendo pague ele, complementa, né. E aí existe bons exemplos como o Lucas Prado do atletismo, por exemplo, o que ele ganha ele divide com o técnico dele uma parte, com o guia dele, o Delfino que é a mesma coisa. Nós pagamos uma premiação no Circuito e ele divide com o técnico a premiação, quando tem medalha ele divide com ele, esse é o investimento que ele faz na carreira uma vez que ele não tem uma estrutura atrás de um clube. Se ele não tiver isso o técnico pega e fala “Oh Daniel, desculpa, eu não consigo mais treinar porque o teu clube não me paga então eu vou atrás de dinheiro.”. Então ele vai ter que fazer um bom relacionamento. Mas no caso dos principais atletas a gente tem um Projeto Ouro, que a nossa intenção nesse projeto é manter pelo menos o número de medalhas de ouro que a gente conquistou em Pequim. Claro que aumentar, mas pelo menos vamos garantir o que a gente tem. “Quem conquistou a medalha de ouro lá?”, então beleza, esses precisam de um tratamento diferenciado. “O que você precisa? Vamos fazer um

planejamento sob medida pra você.”, aí por exemplo, o Daniel é um deles, o André é outro, “Oh diretor, o meu técnico pra ele ganhar o que ele precisa pra sobreviver ele tem que dar treino pra mim e pra mais quarenta pessoas e aí ele não vai ter tempo pra mim e eu não vou conseguir treinar.” “Tá bom, ele pode largar vinte?” “Pode.”, e aí eu pago o correspondente a essas outras vinte pessoas, aí sim eu estou dando a oportunidade pra ele. Mas isso pra este Projeto, o Daniel fala: “Pô, eu preciso do técnico com dedicação exclusiva pra mim.”. Então traga tudo que você tem, você vai fazer o Contrato com o Comitê de um ano e o Comitê vai pagar pra você ser técnico do Daniel, mas isso pro altíssimo rendimento, mas no dia-a-dia comum não.

P – Eu te perguntei porque essa mesma pesquisa do que acontece fora do país, Espanha, Portugal, até nos Estados Unidos tem atleta que paga, como se fosse um personal trainer, né, que paga o seu técnico, né? Em relação ao resto do mundo, como é que o Brasil está em relação ao profissionalismo de atleta, técnico dirigente?

R – *De atleta o Brasil está tão bem quanto o resto do mundo, né, a nossa linha, o nosso percentual está indo muito bem. Eu acho que o que falta no Brasil pra gente se igualar ao resto do mundo é o esporte paraolímpico estar na agenda, aí, estar dentro dos programas dos governos e não só do federal. Federal é fato, a gente vê que o Ministério tem alguma coisa. No municipal, no estadual, entrar na cabeça das pessoas que o esporte paraolímpico é mais uma coisa que tem que ter. Não adianta eu fazer um campeonato municipal de atletismo e não pensar no atletismo paraolímpico porque senão não vai surgir, né. Cidades pequenas, lá no interior, o cara, o atleta paraolímpico tem que saber desde o início que existe, porque o que acontece: na hora que tem a paraolimpíada aí todo mundo liga aqui, passou a paraolimpíada aí todo mundo. “Ah, eu tenho um vizinho que é deficiente, ele é novinho, como é que ele faz pra ir pra paraolimpíada?” Aí você fica até triste de responder, né, algumas vezes eu incentivei e falei: “Oh, tem uma agência de turismo credenciada da paraolimpíada que vende passagem.”. Mas eu até conversei, um amigo meu me ligou e pô, eu joguei futebol a minha vida inteira, eu fui atleta até profissional de futebol de salão, mas quando eu jogava só futebol e brincava, pô, eu não me ligava nessa idéia de ir pra Copa do Mundo, eu jogava porque era futebol e eu gostava, agora porque o cara é deficiente ele tem que ir pra olimpíada? Primeiro ele tem que praticar esporte, qualidade de vida, aí, pô, tem aptidão pra ser um atleta, então tá bom, vai ser um atleta, aí depois de ser um atleta ele tem que treinar por período pra virar atleta profissional, ter alto rendimento, aí depois de ele ter alto rendimento ele vai ter que ser convocado pra seleção com mais 30 pra saber se ele vai ser dos 15, agora antes de começar a praticar ele quer saber como vai pra paraolimpíada, por quê? Porque não tem no dia-a-dia, não é como o futebol que todo mundo joga, que na educação física todo mundo joga handebol, basquete. Não tem paraolímpico. Então o cara fala: “Pô, deve ser fácil de chegar porque não vejo ninguém jogando e os caras levam direto pra paraolimpíada.”. Daí o que falta, né, falta ter no dia-a-dia em todos os locais, ter o esporte paraolímpico na cabeça de todo mundo, é isso que falta. Não como esporte paraolímpico do Comitê Paraolímpico ou para a Paraolimpíada, como prática de esporte como tem em qualquer lugar e todo mundo joga. Tem uma quadra em um prédio, tem um campinho de futebol na esquina em frente da casa. É isso, o paraolímpico tem que ir lá pra quadra bater uma bolinha no basquete, tem que ir lá naquele campo jogar.*

P – Ser uma coisa normal, né?

R – Ser da rotina.

P – E fora do Brasil como é que é isso aí?

R – *Fora do Brasil existe muitos programas, né, muitos trabalhos, por exemplo, nos Estados Unidos tem um programa de captação de atletas que são com soldados da guerra. Agora, da última guerra do Iraque, o soldado chega da guerra, tá na reabilitação e já tem alguém com um*

programa do esporte paraolímpico nos Estados Unidos. Isso pra quem começou da guerra, né, então tem os jogos militares e de ex-militares. Então tem vários tipos de programa, né, e o esporte é bem mais praticado também no dia-a-dia, como eu te falei, o esporte paraolímpico lá não é visto como “Ah, caramba, eles ainda praticam esporte.”. Então já tem uma cultura, é isso que a gente precisa fazer, embutir essa cultura que, pô, o deficiente pratica esporte como qualquer outra pessoa, fora do Brasil, nos países desenvolvidos, isso qualquer pessoa já desenvolve, já é mais fácil.

P – E profissionalismo de técnico e de dirigente como é que o Brasil está em relação ao resto do mundo?

R – Não, o Brasil ainda está distante, tirando os que são apaixonados aí, o cara que precisa sobreviver no clube dificilmente ele vai ficar porque o clube não tem condições de pagar, ele precisa trabalhar e vai trabalhar em outro lugar. Aí acaba não voltando, acaba não dando tempo, aí, acaba mesmo não querendo deixando o esporte paraolímpico de lado por quê? “Olha, eu queria trabalhar com aquilo, mas isso não vai me dar dinheiro, tem meu filho, tem minha família, minha casa.”. Então às vezes acontece isso, né, a gente tem um Convênio que a gente está fechando com a Austrália e a gente ia seguir os mesmos passos que a Austrália seguiu antes da Paraolimpíada de Sidney. Então a gente fez um estudo agora de sete anos antes de Sidney. E sete anos antes de Sidney, a Austrália foi, era sexto lugar nos jogos paraolímpicos e aí já em Atlanta ela foi pra segundo e ganhou a paraolimpíada de Sidney, então o que eles fizeram nesses quatro anos? No primeiro encontro a gente fez, a gente já percebeu que o problema é cultural, que a explanação do Comitê Paraolímpico da Austrália falou “Olha, os nossos profissionais aqui da Educação Física, os nossos técnicos eles são muito bons, a escola, o esporte na escola funciona muito bem.” O que eu precisei? Só falar pro cara que o esporte paraolímpico não é tão fácil quanto aquilo, muito pouco, porque eles eram bons técnicos de natação e pra ser um bom técnico de natação paraolímpica ficou fácil. Hoje não, na escola você não tem bons professores que dão boas aulas de basquete, de natação, você tem que pegar os técnicos especializados dos clubes, e são poucos. Na Austrália não, pra qualquer lugar que você vai o técnico lá da escola é muito bom pra poder dar iniciação de natação. Então o cara já sai de lá sabendo uma boa base de natação e pra ele ir pro alto-rendimento ele não tem vício, não vai precisar trabalhar fundament. Hoje nós temos atleta, o Carlão Farrenberg, por exemplo, foi pros últimos dois Campeonatos Mundiais, vai pro próximo Campeonato Mundial, hoje ele é formado professor de educação física e a gente perde prova porque não sabe sair do bloco, toda vez na prova de cinquenta na saída do bloco a gente perde, mas por quê? Porque certamente na escola, na base, ninguém treinou saída com ele, hoje com 28 ou trinta anos vai conseguir mudar o vício? Muito difícil, pode melhorar alguma coisa, mas o vício você não tira. Então o fundamental é isso, é cultural, no nosso esporte na escola é muito ruim. Tirando as escolas particulares que os professores das escolas particulares não que eles sejam melhor do que os outros, mas eles tem o poder de dar uma bolsa pro melhor aluno da cidade que vai pra aquela escola.

P – Quanto a influencia e certa posição política, como é que o CPB está em relação ao IPC? Qual é o papel político?

R – É muito forte o espaço do Comitê, é uma relação muito boa, tanto que hoje nós temos o nosso Presidente que é membro do Comitê Executivo do IPC, o nosso diretor financeiro é membro do Comitê de Finanças, um dos nossos vice-presidente é membro de uma outra comissão, não me lembro exatamente qual, é de desenvolvimento, de fomento. Então quer dizer, nós temos espaço, nós temos classificadores nacionais e internacionais no IPC no atletismo, na natação, no visual, é, na esgrima, então nós temos vários profissionais com excelente relação Então a nossa influencia junto ao IPC e junto ao desenvolvimento do esporte no mundo é muito

grande, o Brasil é muito ouvido, o que se faz no Brasil, o que o Brasil pensa é levado em consideração antes das principais decisões.

P – Legal, e como é que é a relação do CPB com a imprensa brasileira hoje?

R – Boa, a gente considera muito boa, a gente tem uma boa relação, a gente tem uma estratégia de estar sempre junto com a empresa e mesmo que a gente precise pra isso fazer algum sacrifício, que é o caso, né. É difícil hoje uma TV ter o interesse de comprar o direito de transmissão dos jogos paraolímpicos, então o Brasil compra, o Comitê Paraolímpico compra o direito de imagem e transfere gratuitamente pra todas as TVs. E em Pequim já teve todos os jornalistas, tirando a Globo, mas noventa por cento dos jornalistas estavam lá cobrindo, a gente levou, pagou a passagem, pagou hospedagem e alimentação deles, e pra isso a gente não cobra que falem bem da gente. Mesmo se a gente falou furado quando achavam que tinha que falar a gente ia, mas o nosso relacionamento é muito bom, a gente tem um bom planejamento, não tem crises políticas, a gente não tem nada que arranhe o movimento paraolímpico, ele é muito novo, né, um movimento muito novo, de vinte anos, quinze anos na verdade que existe o Comitê Paraolímpico, mas o movimento é um pouco mais de vinte anos. Então não tem, assim, crises políticas ou escândalos que abalem, então a gente ainda é bem visto pela mídia e a gente trabalha pra que essa visão não mude.

P – Pra Pequim já ouviu, vamos dizer assim, uma ação da mídia pra ir cobrir ou ainda precisou de financiamento?

R – Não, a Globo, por exemplo, levou toda a equipe dela, em Atenas tinha duas pessoas da Globo, agora em Pequim já tinha pelo menos quase vinte pessoas.

P – A Sport TV foi inteira.

R – A Sport TV em peso e a Globo também, a Sport TV estava com 14 ou 15 pessoas lá, vinte pessoas. Algumas já foram, mas a nossa provocação vai de encontro ao que eles precisam. Porque tem TV que tá precisando, tá querendo ir, mas no mesmo período, quando é Olimpíada tudo bem, passam tudo, mas ao mesmo tempo tem futebol no Brasil, outras coisas, e “Bom, se eu tirar aqui é uma câmera a menos que eu tenho aqui.” Então ele quer ir, mas ele vai ter um câmera a menos, quem paga o sinal do satélite, como tem tudo a disposição a gente fala “Olha, não precisa trazer a câmera, só traz o teu microfone pra colocar, o nosso câmera está aqui, ele vai filmar, ele vai levar você.”, aí fica mais fácil pro cara ir, interesse todos tem, mas às vezes a disponibilidade financeira não.

P – E você acha que isso mude algum dia?

R – Já está mudando, está mudando, porque teve momentos que mesmo pagando ninguém quis ir. Pra Sydney, por exemplo, o Comitê na época tentou fazer isso daí, só foi mídia escrita, não foi nenhuma TV, não foi ninguém. Foi difícil, agora lá em Atenas não, tinha TV, passou ao vivo no Sport TV. Em Pequim já o Sport TV passou ao vivo, em Atenas o Sport TV passou ao vivo o que tinha à disposição, em Pequim não, o Sport TV tava lá escolhendo o que ia passar, que horas ia passar, então eles já tinham o interesse, já estavam analisando “Ah, então hoje não adianta passar basquete porque não tá no ar, então hoje a gente vai passar bocha porque o nosso pessoal da bocha tá crescendo.”, então já teve uma estratégia pra mostrar, já foi um diretor, não foi só repórter, já foi um chefe de equipe, vem mudando com certeza.

P – Porque a mídia ela é um caráter importante pro profissionalismo, né, por isso que eu perguntei. Ah, e você acha que esse crescimento dos últimos, sei lá, seis anos, sete anos, oito anos, do Comitê Paraolímpico, esse crescimento deve alguma coisa a esse aumento da imprensa ou você acha que não?

R – Também, mas o principal movimento do boom se deu em razão da aprovação da Lei Agnelo/Piva, porque o esporte paraolímpico vivia de Projetos do Ministério do Esporte,

doações, na hora que a gente teve a garantia do recurso entrando mensalmente a gente conseguiu planejar a médio e longo prazo o que a gente quer, onde a gente quer chegar, o que vai fazer e quanto custa, isso a gente até sabia, mas não sabia se conseguia fazer. Hoje a gente sabe que pode fazer, então hoje tem o calendário de competições regular, novas competições, mais possibilidades de participação no intercâmbio, trazer profissionais de fora pro Brasil, levar profissionais do Brasil pra fora, e essa formação foi esse crescimento que proporcionou, e aí com isso trouxe a mídia e quando trouxe a mídia aí foi sucesso total, porque a mídia foi responsável por dois excelentes atletas brasileiros. O André Brasil só é atleta paraolímpico hoje porque ele foi pra Paraolimpíada de Atenas, porque ele é um atleta que tem deficiência mínima, né, ele viu “Pô, mas esse cara tem menos deficiência que eu e se ele pode se classificar eu também posso.”. Ele já era atleta do botafogo, era um bom atleta de natação olímpico, não era um destaque, no paraolímpico hoje ele é o principal que a gente tem, ele é campeão e isso é responsabilidade total da mídia. Não fomos nós que descobrimos, o técnico que descobriu que ele podia ser atleta paraolímpico, foi a TV que mostrou. Ele viu e falou: “Pronto, se ele pode eu também posso.”. O Daniel não foi a TV que mostrou, mas foi a TV que deu o interesse a ele, porque antes ele “Ah, pô, pode nadar?”. E aí ele virou um fenômeno, então a mídia com certeza tem papel fundamental nisso daí, e com a mídia, por exemplo, a Caixa que foi o principal patrocinador em 2003 ela começou com um milhão de reais, hoje nós temos o patrocínio de nove milhões de reais, o crescimento é por quê? Porque a mídia tá mostrando, tá passando na TV, tá tendo resultado, e isso é fundamental.

P – Mais três temas aqui pra gente ir terminando. Como é o trabalho do combate ao doping no CPB?

R – A gente tem uma comissão interna, Comissão Nacional de Combate ao Dopping, do CPB, que a gente trabalha basicamente com educação, a gente combate o doping. Mas pelas normas da WADA esse não é um papel nosso, nós não podemos fazer esse combate ao doping, todo país tem que ter uma agência independente, e pelas normas da WADA se eu cuido de mim mesmo quem garante que eu não sou? Só que a gente não tem essa visão, a gente em 2009 nós tivemos três casos de doping julgados, com suspensão, uma atleta campeã paraolímpico, medalhista superior, Sueli Guimarães, tá punida, pegou a suspensão, tá fora, a gente pune rigorosamente.

P – O próprio CPB que faz a coleta, que manda pro laboratório?

R – É, até porque o seguinte, pra gente ter uma homologação de uma competição pelo IPC para que os resultados sejam aceitos, vá pros âmbitos internacional e tenha condição obrigatoriamente tem que ter controle de doping na minha competição. O problema é mínimo, mas só que a gente o faz rigoroso, ao invés de a gente fazer em dois casos que ela exige a gente faz dez, a gente faz no halterofilismo, uma modalidade que pode ter muito problema a gente faz vinte. E a gente pegou dois no halterofilismo, e puniu, fora isso a gente tem todo o trabalho de educação, a gente bota uma cartilha anual com todas a lista de substâncias proibidas, “Olha, leva essa cartilha pro seu médico.”, né, porque de repente tem vários que tomam medicação, “Ah, eu preciso tomar essa, é proibida? Vamos ver se tem uma similar. Se não tem vamos fazer um pedido de isenção terapêutica.”. Porque existe o pedido de isenção terapêutica, você vai lá na WADA e fala “Olha, eu preciso tomar essa medicação e não tem similar.”, aí eles te liberam ou não, aí você tá com esse documento chamado isenção terapêutica e fala: “Olha, está aqui, eu tomo essa medicação mas eu estou liberado.”. E tá resolvido, aí a gente orienta, existe essas ferramentas que pode auxiliar, todo ano a gente orienta, todos nós nos congressos técnicos, principalmente nos de halterofilismo técnico orienta. Todas as nossas delegações no primeiro dia de treinamento ou de avaliação o que acontece, o nosso diretor médico ou o médico responsável faz uma entrevista com cada um e pergunta “Qual é a medicação que você está

tomando?”, ele tem a lista de toda medicação que ele está tomando, e ele está a disposição pra qualquer atleta que precisa tomar uma medicação liga pro celular dele: “Oh Doutor, eu preciso tomar isso.” “Não, pode tomar.” ou “Não, não pode.”. Deve ou não deve, então a gente teve todo um trabalho de prevenção, só que o controle é feito também pelo CPB. Mas isso deve mudar agora, principalmente com 2016, que é uma exigência do IPC, da WADA, que tenha uma agência brasileira regulando isso. Hoje o Ministério já tá trabalhando na criação, já tem gente trabalhando na regulamentação da Agência, a Agência que vai assumir de todas as modalidades no esporte olímpico e paraolímpico.

P – Existe alguma diferença muito acentuada em relação à performance dos atletas profissionais, entre todos esses profissionais que você citou, vamos dizer, dos dois períodos, integrais ou não, e dos atletas que não tem essa possibilidade? Eu te pergunto isso porque pra chegar na Bolsa Atleta precisa demonstrar resultado, né, um certo resultado. É muito discrepante?

R – No rendimento sim, tem uma diferença muito grande, se você pegar resultados de Daniel, André, Lucas, Teresinha, tá muito distante dos outros. Só que aí não é só o profissionalismo, também tem o talento, tem a aptidão do atleta e tal, mas existe sim uma diferença entre os atletas que treinam dois períodos, que são profissionais e os demais.

P – Esses casos já eram discrepantes antes do profissionalismo?

R – Já, já era.

P – Então o profissionalismo é uma consequência?

R – Não, mas você percebe claramente, por exemplo, eu tenho um treinamento da seleção brasileira onde eu tenho vinte atletas, nesses vinte atletas eu tenho alguns atletas que trabalham e treinam, você vê a diferença. Não de performance, mas na qualidade do treinamento. O Daniel e o André, por exemplo, eles treinam duas horas de manhã, mais uma hora de dobra a tarde e vai pra academia no final do dia. O outro treina duas horas da manhã, a tarde faz um relaxamento com o fisioterapeuta e acabou. Então você vê que pra esse aqui é muito mais difícil chegar. Não dá pra você comparar um com o outro porque eu tenho contraste diferente e tal, mas você vê que ele está muito mais distante no ranking internacional, né, ou até na própria classe dele.

P – E em relação à aposentadoria de atleta, existe algum programa do CPB, existe alguma ajuda que o CPB dá pra aposentadoria?

R – Não, não existe ainda, o CPB está em contato com uma empresa que inclusive é do IPC, trabalha com o IPC, que é uma empresa que está em um dos nossos programas dentro desse planejamento que eu te falei. Agora há pouco é esse, é orientar e trabalhar na transição da carreira, no final da carreira do atleta, hoje é um proposta que a gente tem. A gente ainda não tem o programa, a gente tá tentando achar o modelo ideal pra tentar ou colocar no mercado ou fazer o atleta fazer formação de línguas,. Falando duas ou três línguas, ou uma língua a mais que seja, e ele já vai ter alguma facilidade, ou curso de alguma coisa. Pra gente estar trabalhando com uma empresa que é especialista nisso, não só no esporte paraolímpico, no esporte olímpico também, então a gente está trabalhando bem isso aí junto à essa empresa, ainda não temos o modelo ideal, mas nós estamos trabalhando pra encontrar o modelo pra ele, não temos nada de concreto ainda.

P – Perfeito, e pra finalizar, professor, existem muitos técnicos com deficiência?

R – Não, existem, mas não muitos, pouquíssimos.

P – E você acha que faria alguma diferença esse aumento ou não?

R – Não necessariamente, nós temos excelentes profissionais deficientes que perdem dos profissionais não deficientes, temos excelentes profissionais não deficientes que perde dos não deficientes. Seria ótimo se eles tivessem, se a gente tivesse dentro do próprio movimento bons

técnicos, bons profissionais, mas eu não vejo isso como fundamental, como necessário ou desnecessário, eu vejo como uma questão de mercado. Quem é bom trabalha, quem é ruim não trabalha e você não coloca isso em lugar nenhum. Então isso é indiferente à deficiência ou não, isso é do ser humano, tem ser humano bom, deficiente ruim, deficiente bom, não deficiente, então eu vejo o bom profissional e o mau profissional, só isso.

P – De ter poucos técnicos com deficiência o senhor atribui isso ao que?

R – Sei lá, é o interesse pela profissão, não pelo esporte. Porque o que eu penso é o seguinte, não basta você ter sido atleta pra você ser um bom técnico. Você pode ter boa experiência, conviveu muito tempo, vai ter uma facilidade maior, mas pra isso você tem que estudar, né. Eu sou um bom, eu sei tudo a respeito de basquete, mas eu sei de ética profissional, eu sei de psicologia, eu sei de sociologia, tudo que eu aprendo na faculdade pra eu poder passar, pra eu poder resolver a cabeça daquele atleta que tá com problema ali dentro. Então o atleta que só ficou ali talvez ele não tenha participado disso tudo. Então eu não vejo, essa questão pra mim não faz diferença, se é deficiente ou não deficiente, seria ótimo se a gente tivesse excelentes técnicos, excelentes profissionais deficientes, mas como seria ótimo se a gente também tivesse excelentes técnicos, excelentes profissionais não deficientes e honestos, é isso que é importante, ser um bom profissional, ser qualificado e ser honesto, né? Eu sempre trabalho com os nossos atletas e os nossos dirigentes o seguinte: “Olha só, você tem que ser bom no que você faz. As suas limitações sempre foram respeitadas, mas se você é bom a sua limitação não pode ser o diferencial. O diferencial tem que ser a sua qualidade, é óbvio que eu vou levar em consideração a sua limitação na hora de adaptar o local pra você trabalhar comigo, não vou escolher lugares, não vou fazer um treinamento onde a cadeira de rodas não chega e o meu técnico é um cadeirante. Certo, aí sim eu vou respeitar a limitação dele, mas se ele é um bom técnico eu vou me adaptar à limitação dele, o que eu acho que importa é isso.

P – E finalizando um tema que me veio agora, em relação ao pessoal deficiente intelectual. O CPB tem trabalhado nesse sentido? Como é que tá depois dos problemas em Sidney e tudo mais?

R – Tem, aí já tá bem complicado, bem difícil, eles ficaram fora, estão voltando esse ano, né, já estão nos campeonatos mundiais de atletismo e natação, vão estar em Guadalajara e vão estar nos jogos em Londres. Ainda de forma restrita, só algumas modalidades, não tem todos os programas pra eles, mas ainda não está consolidado o sistema de classificação deles. É uma situação muito difícil você identificar o deficiente intelectual e avaliar o nível da deficiência dele, então eles estão voltando aos poucos. A gente trabalha nisso, no circuito a gente já está há muito tempo com os deficientes pra todas as modalidades, eles não restringem um ao outro, premiações em dinheiro que qualquer atleta não deficiente intelectual recebe ele também recebe se ele tiver a performance necessária ele vai ter. Agora o Gutemberg, grande atleta da natação, tá recebendo a premiação de mil reais por estar entre os melhores da natação, os direitos são os mesmos que os outros, não tem nenhuma facilidade e nenhuma dificuldade, os critérios são os mesmos pra uns e pra outros, a gente trabalha muito nisso, nós somos parceiros da ABDEM que é a entidade nacional ligada à CPB. Damos total apoio, esse ano o Comitê inclusive está trazendo pro Brasil um dos seminários de estudo que eles estão trabalhando ainda a classificação funcional, como vai ser a nova classificação, então eles estão fazendo vários seminários no mundo inteiro, o Brasil vai ser dia um, vai ser quase próximo com o Seminário do Esporte Paraolímpico que vai ser lá na Unicamp.

P – Que legal. Eles têm bolsa atleta também?

R – Tem, o profissionalismo é igual, igualzinho. Tem direito ao Bolsa Atleta, os resultados nos circuitos dá direito à Bolsa nacional, internacional e tudo o mais.

P – Tem mais alguma coisa que você gostaria de colocar, professor?

R – Acho que não.

P – Legal, me ajudou muito.

R – Se você tiver alguma dúvida...

P – Obrigada professor.

FIM DA ENTREVISTA

Continuação R– Porque são só clubes, se eles se preocupassem com o movimento de luta, eles só pensam no esporte, só trabalham o esporte, ele vai lá no governo dele, na Prefeitura saber como é que faz pra ter uma quadra lá, como é que faz pra poder a Prefeitura mandar o técnico pra iniciação, mas o movimento de luta não, ele chega na Prefeitura e tem que saber os pisos, os Órgãos Públicos da cidade tem elevador, os prédios públicos estão com rampa, tem adaptação? Aí ele chega e gasta todo o estoque que ele tinha com o Prefeito da cidade, aí ele quer o esporte também, aí ele deixa o esporte de lado. Então o que falta pro movimento paraolímpico é isso, o clube de esportes paraolímpicos, não associações de defesa. Tem que ter, eles tem que lutar pelos direitos das pessoas com deficiência e limitações, isso aí, mas acho que tem que ser movimentos separados trabalhando juntos, não dá pra ter o trabalhador da empresa separado, os dois tem que ter parceria na conquista do, mas não dá pra eu pensar tudo que pensam no departamento de esporte, não tem como, entendeu, senão o Comitê Paraolímpico Brasileiro tem que estar lá dentro das Secretarias das Pessoas com Deficiência, não é isso, não é o caso.

FIM DO COMENTÁRIO ADICIONAL

ENTREVISTA COM SUJEITO 3

P – Bom, a primeira questão a ser tratada é se existem muitas pessoas, os órgãos de administração do movimento paraolímpico no Brasil normalmente contam com pessoas com deficiência nos órgãos, nas posições administrativas, né?

R – Eu acho que na verdade pra responder essa pergunta tem um pequeno histórico, né, pequeno e breve histórico. Na verdade a minha participação nesse movimento ela acaba sendo muito mais política do que esportiva, embora eu fosse atleta antes do acidente então eu escolhi e isso me motivou a fazer uma discussão política. Eu era atleta de judô, aos 16 anos eu tive um acidente lutando judô e aí o diagnóstico era uma deficiência e o prognóstico era uma vida vegetativa. O que diziam pra nós era que a pessoa com deficiência ele não deveria fazer esporte, era, tudo era negado, as universidades não davam informação, a cidade que não era preparada. Enfim, ele era um indivíduo invisível, né, e assim, eu particularmente assumi o compromisso de resistir a isso, não só eu como um grupo de pessoas. Por isso que eu estou dizendo que a minha decisão foi política, como na verdade o que eu sabia fazer era ser atleta, a minha ferramenta, o instrumento que eu utilizei pra isso foi a prática esportiva e não foi a toa. Já em 1981 por conta do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência essa grande discussão, ter ou não ter visibilidade, a gente se constituiu enquanto um movimento de pessoas com deficiência, surge no Brasil um movimento muito forte e que aí nesse momento a gente faz um rompimento, né, e aí a gente faz um marco histórico. Antes de 81 as instituições eram para pessoas com deficiência e a partir de 81 eram instituições de pessoas com deficiência, então houve um grande rompimento, né. Houve um corte e a gente então passou daquele momento a assumir a sua posição, a sua

identidade, ninguém falaria mais “aquela pessoa com deficiência.” E a gente começou a querer ter visibilidade pra defender as questões, saúde, educação, mercado de trabalho, então como nós éramos indivíduos invisíveis que as pessoas sabem que existe, mas ninguém liga pra isso. Até porque todo mundo se preocupa com idoso porque todo mundo quer preparar uma boa velhice porque todo mundo quer se tornar velho, mas ninguém quer se tornar uma pessoa com deficiência, então pra que eu vou ficar investindo na melhoria de vida pra pessoa com deficiência se eu jamais vou me tornar uma pessoa com deficiência? Então a gente vive muito sozinho, né, a gente vivia muito sozinho então era necessário fazer alguma coisa, até porque nós temos todas as necessidades que um indivíduo comum tem, de constituir família, de desejos, uma série de coisas, e a gente também vivia como todo mundo. E aí veio, surgiu a prática esportiva, a gente achou que o esporte deveria ser um elemento que facilitaria a entrada na casa das pessoas. Haja visto a Copa do Mundo agora, todo mundo se vestiu de verde e amarelo, as pessoas se tornam patriotas, a gente faz uma grande revolução a partir do esporte. E nós também já tínhamos, o mundo todo defendia a questão da prática esportiva e nós também não só defendíamos a prática esportiva como deveríamos melhorar a prática esportiva. Então graças a Deus eu entrei pra fazer esporte em 1982 e de 82 pra cá eu me tornei, assim, um dos maiores atletas do mundo. Fui recordista por três Paraolimpíadas, ganhei nas três medalhas de ouro, bati recorde nas três Paraolimpíadas e aí chega um determinado momento eu fiz, tomei a decisão de parar enquanto podia e parei ganhando a medalha de ouro, batendo recorde mundial na Olimpíada. Esse resultado faz com que a gente se empodere e comece a cobrar condições, eu não era mais só o atleta, eu era o atleta recordista mundial, e aí eu era recebido pelo Presidente da República, pelo Governador, pelo Prefeito, tenho salas de auditórios com o meu nome. Então, na verdade, isso não era pra que a minha estrela brilhasse, isso era pra que eu tivesse visibilidade pra colocar as minhas questões. Não fui só eu não, outros atletas também fizeram a mesma coisa, mas foi mais ou menos o que a gente encontrou. Até então nós não entrávamos no poder público, nós não trabalhávamos em administração, as empresas não davam emprego pro pessoal com deficiência, era realmente um segmento a parte. E aí a partir desse momento nós começamos a melhorar inclusive a qualidade, a postura, foi erradicada a poliomielite então não era mais as pessoas que tinham deficiência pela falta de saneamento, pela miséria, era pessoas que tinha até pelo desenvolvimento econômico, muitos eram acidentes automobilísticos, mergulho de praia, então algumas pessoas vieram instrumentalizados, médicos, psicólogos, advogados, juízes, então as pessoas passaram a ser um indivíduo com representatividade, agente multiplicador. E aí a gente começou a exigir: “Bom, já que a gente vai pra lá ganhar medalha, e é o Brasil, o único Brasil, então a gente tem que chegar aqui e respeitar esse cidadão, então cadê o mercado de trabalho?” Nós começamos a reivindicar, e a partir desse momento nós começamos a exigir mais uma qualificação nas universidades, na hora de formação de profissionais trabalharia com educação física que, por exemplo, tivesse uma cadeira adaptada, psicologia, fisioterapia, então nós começamos a exigir que essas coisas melhorassem. Então as universidades começaram a se abrir, nós começamos a trabalhar os cursos de qualificação pra que tivesse uma qualificação adaptada para que o deficiente pudesse também se qualificar e até que a gente culminou com uma legislação brasileira que obriga todas as empresas que tenha acima de cem funcionárias que tenha de dois a cinco por cento de pessoas trabalhando nessas empresas. Então o grande desafio é qualificar os deficientes para estar trabalhando nessas empresas, e com isso também com a qualidade das pessoas que estavam com deficiência preparado. A gente começou a entrar pros órgãos administrativos onde você tem no executivo, no legislativo e no judiciário, nas empresas públicas e privadas pessoas com deficiência. E aí o que a gente faz? Essa administração do Desporto foi uma coisa construída pelo segmento de

peessoas com deficiência, tanto internacional, desde lá em 1948 quando o neurocirurgião Ludwig Guttmann implementa o esporte pra pessoa com deficiência, naquele momento as pessoas com deficiência começam a esquecer as críticas e diz “Olha, onde vai ter a Olimpíada vai ter a Paraolimpíada também.”. Então eles começam a mudar lá e a gente muda aqui, então a gente cria as nossas instituições nacionais, todas elas foram criadas por pessoas com deficiência, as instituições nacionais ligadas por deficiência e culmina em 1985 a criação do Comitê Paraolímpico. Essas instituições nacionais se juntam e a gente propõe a criação de um órgão regulador dessas organizações nacionais e internacionais, fazendo esse feed-back que seria o Comitê Paraolímpico. E aí agora a grande preocupação nossa é pegar essas pessoas que foram atletas, deram a sua contribuição, e prepará-los para que eles possam ter uma vida pós-atleta, até porque nós nos descobrimos como atletas já com uma certa idade, né. Geralmente o atleta paraolímpico ele já, no passado começava muito já tarde por conta dos acidentes, a pessoa sofreu o acidente e aí descobre o esporte, diferente daquela estimulação precoce no trabalho com não-deficiente. Então a gente já começa a fazer esporte já com uma certa idade, passa a vida toda treinando, não se qualifica profissionalmente, quando sai de lá acaba. Hoje inclusive têm muitos incentivos, Bolsa Atleta, patrocínio que vem de forma tímida, mas a gente tem. Só que esse atleta quando pára de competir com 39, 40, 45 anos ele só sabe ser atleta, só que o mundo esportivo já não é mais um porto seguro, já não tem mais espaço pra ele, aí ele vai fazer o que? Então a gente está preocupado em preparar pra que essas pessoas possam pelo menos ir pra parte administrativa e foi o que aconteceu comigo. Eu já tinha me formando esse tempo todo porque a vida tem sido uma grande universidade, mas no ensino, eu sou do Rio de Janeiro, lá eu já tinha uma orientação de executivo e de legislativo, e aí agora no final de 2009, né, no início de 2009, no final de 2008 e início de 2009, eu entrei em uma chapa junto com a atual diretoria. Nós nos compusemos enquanto uma chapa e ganhamos as eleições e temos o compromisso de administrar o Comitê por quatro anos, e com isso também estar ajudando as instituições e os clubes. Porque na verdade, os nossos clubes são instituições de pessoas com deficiência, está lá instrumentalizando as pessoas pra que eles possam viver em sociedade e com condições de se gerenciar e gerenciar, então a gente quer ser gerenciado, mas a gente também quer gerenciar, então na verdade essa é a questão.

P – E existem muitas pessoas com deficiência nesses cargos de administração?

R – No Brasil essas coisas a gente ainda não tem um perfil porque, assim, os pesquisadores inclusive de forma muito tímida levanta isso. Mas pra você ter um dado internacional, a gente sabe exatamente quantos por cento de pessoas tem porque eles quantificam as pessoas. Aqui no Brasil a gente vive aquela velha história de dizer “por amostragem nós temos tanto.” O último senso do IBGE diz que, por amostragem, nós somos 14,5% da população, só que na verdade esse dado está sendo questionado porque eles colocaram lá pessoas que tem dificuldade permanente de enxergar é deficiente, então quem usa óculos tem dificuldade permanente de enxergar, mas não está classificado enquanto deficiente pra nós. Mas está no censo, então hoje existe uma dificuldade, o que a gente precisa hoje é definitivamente tocar na ferida, pedir pra que o IBGE possa dizer exatamente quantos por cento nós temos de pessoas com deficiência. O dado que nós temos, dado ultrapassado de 15 anos atrás, dados da OMS que diz que todos os países em fases de desenvolvimento tem dez por cento de sua população de pessoas com deficiência, e aí no Brasil nós teríamos aí 17 milhões, 18 milhões de pessoas com deficiência, isso nos dados da ONU de 15 anos atrás, nos dados do IBGE você vai pra 24 milhões de pessoas, né, dentro dos vinte e quatro 14,5. Bom, e se aí a gente começar a pensar em fazer uma comparação, existe, por exemplo, em Portugal 14 milhões de portugueses em Portugal, 14 ou 15 milhões, então se nós tivermos dez por cento dá 17 milhões nós temos mais deficientes no Brasil do que português em

Portugal. Se nós formos pra 24 milhões, que é justamente o dado do IBGE, aí nós vamos ter quase dois países no Brasil de pessoas com deficiência em relação a Portugal. E é Portugal, a Bélgica, Holanda, tem uma série de países se você for ver a quantidade, é importante fazer essa comparação. Eu quando dou palestra eu coloco isso e aí as pessoas começam a “Quantas pessoas nós temos com deficiência no Brasil? Nós temos esses países aqui.”, aí as pessoas levam um choque, e aí é preciso que a gente mostre isso justamente para que tenha políticas públicas pra serem desenvolvidas. Porque de propósito o poder público não mostra o quantitativo porque aí já é uma epidemia, a gente vive num Brasil com deficientes como se nós vivêssemos em um país pós guerra, e é pior ainda porque num país pós guerra quando acaba a guerra todo mundo começa a juntar os seus e começa a construir. Aqui no Brasil a gente continua mutilando, continua produzindo deficiência e não tem ninguém pra cuidar do pós guerra, a nossa guerra é constante, é todos os dias, é uma guerra que não acabou. A construção civil continua mutilando, e esses dados se perdem. Você tem um deficiente que sofre acidente na estrada aí você leva ele pra um pólio-traumatizado em um hospital de referência e lá ele é tratado como pólio-traumatizado. Mas quando ele cuida da ferida, você não tem centro de reabilitação pra mandar, mas quando manda você perdeu o controle, então na emergência ele é um pólio-traumatizado. Mas se ele ficou com seqüela, aí é no centro de reabilitação, como não tem o centro de reabilitação, então hoje nós ainda não sabemos cem por cento quanto nós somos. Mas já é um número extremamente alarmante, o sinal vermelho já está piscando há muito tempo, está quase queimando essa lâmpada em relação a quantidade de pessoas com deficiência.

P – Agora, nos órgãos de administração esportiva tem bastante gente com deficiência?

R – *Tem bastante, tanto é que você vê hoje que a gente conseguiu, o mundo todo até pra dar um melhor atendimento hoje o mundo limita nas Paraolimpíadas um quantitativo de quatro mil atletas. Por exemplo, nos olímpicos você tem hoje 11 mil atletas que participam, nos paraolímpicos são quatro mil, até porque nós sempre levamos um material adicional, nossos equipamentos, então fica uma coisa muito grande mesmo. Então é quase que o dobro, mas pra você ver nós temos que limitar porque se não limita cada dia aparece um porque você continua fabricando e a cada dia mais as pessoas se interessam pela prática esportiva. Então hoje, para o Comitê, o grande desafio é se instrumentalizar, a gente sabe que a rede hoteleira não está preparada pra receber um evento dessa magnitude, a gente tem dificuldade, o transporte adaptado da mesma forma então você tem dificuldade de fazer um evento e com esse segmento você acaba meio que prendendo ele na cidade. Então, por isso uma das maiores dificuldades que a gente tem na prática esportiva não é a prática esportiva, mas é o meio, é o meio, porque o meio te inibe muito, é a mesma coisa, você sofre um acidente e mora, por exemplo, em uma comunidade de favela, mora na última casa, em um lugar sem acesso, com escada, a comunidade nunca vai perceber um deficiente ali porque ele vai ficar dentro de casa.*

P – Escondido.

R – *“Ah, mas ele tá com vergonha?”, não, é porque ele não tem como circular. No momento que você cria facilidades você começa a ver isso. Então nós temos uma demanda totalmente reprimida, essa demanda responde rápido, basta que você crie uma expectativa, crie uma facilidade e ela responde rápido. Então hoje nós temos muita gente fazendo esporte no Brasil, muito e muito, cada dia aumenta mais, os resultados da Ada, do Clodoaldo, do Tenório, do André Brasil, fazem com que a gente agora já tenha na televisão uma representação que a gente gostaria de assumir pra nós, por exemplo, “Olha lá, é o nosso atleta.”, e antigamente as pessoas não faziam isso até porque o cara é deficiente e vai dizer “Poxa, eu vou atrelar o meu desejo a um produto com defeito?”, e hoje já fala “Pô, o Clodoaldo, o nosso atleta da natação.”. Tem pessoas que não têm deficiência e assume ele como nosso atleta. Então eu acho isso uma coisa*

legal e o esporte ele rompe barreiras. Eu acho que ele facilita a vida das pessoas, a integração e a socialização de forma muito rápida, né, então você consegue se interagir com facilidade grande.

P – E no CPB mais ou menos quantos são os dirigentes com deficiência?

R – *Nós temos dois dirigentes com deficiência, seria uma, nós temos aqui três dirigentes, diretores executivos que são um presidente e dois vices, os dois vices são deficientes e o presidente não é, então é uma chapa que tem a predominância de pessoas com deficiência.*

P – E nas outras entidades e organizações?

R – *Nas outras entidades a gente hoje tem visto isso até assim, eu não sei se com pesar, mas a gente trabalha o esporte com equipes multidisciplinares e alguns desses profissionais que nos ajudaram muito no início hoje até estão a frente das entidades nacionais. Eu não sei se isso é bom ou se isso é ruim.*

P – Mas são pessoas que não tem deficiência?

R – *Pessoas que não tem deficiência, e não sei se é bom ou ruim. Era uma parceria, mas o segmento está rediscutindo essa questão pra saber até que ponto é importante que as pessoas que não tenham deficiência venham trabalhar conosco. Tenha que saber que o seu desejo é limitado, o seu desejo é me ajudar a me instrumentalizar pra que eu me represente e não pra que você me ajude e me instrumentalize pra ser administrado e pra ser representado por uma pessoa que não seja deficiente. É aquela velha história de luta dos segmentos organizados, a mulher quer ser administrada por ela, o negro pelos negros, os homens pelos homens, é uma luta de classe, eu acho que a gente hoje tenha que ter essa discussão, mas no passado foi fundado pelas instituições, pelas pessoas com deficiência, mas também por esses profissionais e hoje a grande maioria, a dominância é de pessoas que não tem deficiência.*

P – Você acha que existe uma dificuldade das pessoas com deficiência chegarem nesses cargos?

R – *Eu acho que no passado essa dificuldade foi o que foi primordial pra que o quadro tivesse a clareza e esse nível que está. Você tinha dificuldade pra chegar, a pessoa que não tem chega mais fácil, você tinha dificuldade de se deslocar e aí “Ah, eu sou seu amigo, estou junto contigo então eu vou.”. Nessa de eu ir eu acabo ficando, até porque é uma coisa que entra na vida de todo mundo. É uma coisa que é prazerosa fazer, organizado, você vê mover, imagina o cara que está organizando a Paraolimpíada, ali organizando quatro mil atletas, mais um estado. Quer dizer, são mais ou menos sete mil pessoas e você comandando isso, isso é uma coisa muito extraordinária.*

P – Legal. A presença de pessoas com deficiência em órgãos dessa direção do movimento paraolímpico é visto com bons olhos por essa comunidade paraolímpica, e ela é considerada uma necessidade pela comunidade paraolímpica?

R – *Na verdade, assim, é uma opção cultural, né. Internacionalmente as pessoas cobram muito mais isso, eles colocam muito mais que tem que haver a necessidade que a gente bote à frente do segmento paraolímpico uma pessoa com deficiência. No Brasil, a gente é um país muito fraterno, a gente ainda não chegou nessa discussão, acho que está começando a discutir agora, ainda não discutiu, eles são muito mais rígidos lá fora. Lá fora é difícil aceitar que uma pessoa esteja administrando uma coisa que não seja deficiente, pelo menos administrando a cabeça. Mas não há nenhuma dificuldade de você estar lado a lado na administração de segundo escalão e até de primeiro escalão, mas sem estar no comando. Tanto é que nós temos o Comitê Olímpico Internacional que é um cadeirante, né, nós temos outras federações em cadeira de rodas que é a IWAS que é um cadeirante e, assim, eu não conheço as outras, NE. CP- ISRA, mas eu creio também que no desporto tem um deficiente visual e assim sucessivamente, então todo mundo*

mais ou menos tem um pouco de carinho em relação a isso, no Brasil a gente começa de forma tímida a fazer essa discussão.

P – O Brasil estaria um pouco, vamos dizer assim, atrás nessa discussão em relação ao resto do mundo?

R – *É, eu acho o seguinte, eu acho que na verdade isso tudo é um processo de evolução, NE. Eu acho que a gente ainda, primeiro a gente queria montar e não importa quem esteja, importa que a gente monte. Montou e agora vamos ver como a gente vai administrar, então a gente vai administrando e construindo, administrando e construindo então isso aí acabou sendo uma discussão secundária.*

P – Perfeito. Qual o benefício prático e político da presença de pessoas com deficiência na administração?

R – *É, o prático e o político na verdade eles se fundem porque é o seguinte, é a onfirmção daquilo que a gente prega na rua. A gente vai lá na rua dizer “Olha, nós temos capacidade de administrar, estamos aqui administrando.”, então se a gente diz, por exemplo, que as empresas tem que colocar pessoas com deficiência pra trabalhar, que tem que botar ele pra dirigir, nas nossas organizações a gente não bota? Quer dizer, fica um discurso perdido, né, serve pra dizer pros outros, mas não serve pra eu fazer pra mim. Então, na verdade, ter a pessoa com deficiência aqui é a confirmação da sua capacidade, potencialidade.*

P – Os dirigentes com deficiência no Brasil são profissionais, vivem disso?

R – *É, na verdade as pessoas na sua grande maioria ainda não, ainda não, ainda trabalham meio que em um trabalho ideológico, né, ainda não vivem disso, mas já estamos começando a profissionalizar. Isso foi sempre a tônica, sempre foi um discurso nosso de que é necessário que a gente profissionalize porque nossas instituições funcionavam na mala dos nossos carros. Então não dá pra você prestar um serviço de boa qualidade, você se preocupando com outras tarefas, é um emprego, é uma função, é um trabalho. E pra isso tem que ser remunerado porque se você não for remunerado você vai fazer outras questões pra ser remunerado, então isso não fica como uma prioridade, se ficar como prioridade como é que você paga suas contas? Então é necessário que os nossos dirigentes possam se dedicar o tempo todo a essa causa, e aí é preciso que tenham uma remuneração, é necessário que a gente busque formas de viabilizar isso.*

P – Hoje ainda não é predominante isso?

R – *Não é predominante.*

P – E fora do Brasil?

R – *Até porque as instituições são ONG e aí você tem aquela discussão de ONG ou OCIP. As ONGs não podem remunerar os seus dirigentes e a maioria das nossas instituições ainda são, ainda tem seu estatuto de ONG e aí a legislação não permite que ele possa ser remunerado, então ainda está nisso. Lá fora deve ter outras orientações, mas que a gente está tentando buscar se adequar à legislação e também à necessidade.*

P – Como se dá a escolha dos dirigentes paraolímpicos no Brasil? Uma pessoa que quer virar um dirigente não só do CPB, mas de uma organização como um todo, qual o caminho?

R – *É, o processo, dizem que a democracia é o processo mais justo. Nem sempre, é porque na verdade a democracia é a dominação em relação aos dominados. É quem tem mais votando, né, e aí tem mais ganho, mas o processo é democrático, o processo é primeiro você trabalhar com um clube, uma associação de deficientes, montar uma equipe, começar a estar no cenário, se filia a uma instituição nacional e ali quem vota na instituição nacional são esses clubes, né. Então, por exemplo a Associação Brasileira de Rugby, os clubes são filiados na Associação Brasileira de Rugby, então os clubes votam nos seus dirigentes, tem uma chapa de tantos em tantos anos, de três ou de quatro anos, de acordo com o estatuto, então os clubes votam. Então*

seria em tese as pessoas com deficiência desses clubes votam nessas chapas que tem, escolhe o dirigente e esse dirigente em uma associação nacional que é filiada ao Comitê Paraolímpico também de quatro em quatro anos tem eleição no Comitê Paraolímpico e quem vota são as entidades nacionais, né. Havia uma disparidade muito grande de votos. Instituição nacional com sete votos, outras com um voto, nessa nossa gestão a gente deu uma nivelada e na maioria das instituições, né, na sua grande maioria, 99% das instituições filiadas ao Comitê tem somente um voto, quer dizer que então aí dá pra dar uma equilibrada nisso, né. Porque é um voto por modalidade, é um voto pela filiação paraolímpica nacional, então na verdade todos têm mais ou menos um voto e aí você tem mais ou menos um equilíbrio, e aí você vota. Então pra você ser dirigente de uma entidade regional, nacional ou no Comitê Paraolímpico você precisa ser da área, você precisa interagir com os companheiros, você precisa ser acessível, você precisa ter o voto da base, tendo esse voto da base, tendo o reconhecimento da base você poderá pensar em administrar o desporto brasileiro.

P – Isso é predominante, em diversas organizações é assim?

R – *Em todas são assim.*

P – Em todas?

R – *Todas, todas, não há uma indicação de forma direta, é sempre indireta através do voto.*

P – Legal. Isso que eu ia perguntar você já respondeu, se existe um padrão de organização federativa no país? Então existe, né?

R – *Existe padrão, você tem umas regras que são o voto nos clubes, dos clubes na nacional e da nacional no Comitê Paraolímpico. E também tem os padrões internacionais, uma vez o Comitê filiado internacionalmente também participa da assembléia internacional, então se não tiver isso aí vira ...*

P – Isso é questionado? Vamos dizer assim, existem outras propostas de organização nesse sentido?

R – *É, sempre tem, né, sempre tem. Todo mundo tem propostas, né, pra um monte de coisas, uma delas é fazer o seguinte. A gente hoje está passando por uma transição interessante porque no passado as nossas instituições nacionais eram vinculadas à modalidade e à deficiência. O modelo hoje está mudando, o modelo hoje é um modelo de você administrar as entidades nacionais por modalidade, independente da deficiência. Então por exemplo, você tem lá a Federação Brasileira de Atletismo, então é atletismo, pra cego, pra cadeirante, pra paralisia cerebral. Hoje não, hoje nós temos os surdos que eram organizado enquanto, os surdos não, os cegos eram organizados enquanto cegos pela deficiência, mas ali tinha todas as modalidades, atletismo, natação, aí vinha cadeira de rodas. Era coordenado em cadeira de rodas, mas também tinha todas as modalidades, e a gente inclusive competia separado, e agora não, agora a gente está fazendo o seguinte: natação, o que vai diferenciar quem vai competir e em que momento é uma classificação funcional, né, se o cara tiver a funcionalidade que vai ser enquadrado entre paralisado cerebral, deficiente físico e tal, ou deficiência visual, ele vai competir naquela prova ali, entendeu? Então nós estamos passando por essa transição, e na verdade o esporte é muito novo pra todos nós, então a gente está, nós estamos nos adequando a isso, né?*

P – Legal. E como se dá o papel do CPB em relação aos atletas em processo de aposentadoria?

R – *Isso é uma discussão que a gente está fazendo agora, ainda não tem nenhuma discussão, nem pros olímpicos e nem pros paraolímpicos. E, assim, eu como ex-atleta eu estou aqui justamente tentando trabalhar essa sensibilidade que é pra encontrar um caminho porque são coisas que as pessoas não prevêem. Por exemplo, o Andrew e o Misael são meninos bem mais novos do que eu, né. Nascidos em 77, eu já nasci em 61, então eu já tenho um pouco mais de estrada, então é natural que eu me preocupe com aposentadoria e eles ainda não. Mas aí eu*

estou tentando convencê-los de que é uma necessidade que a gente possa trabalhar isso, mas embora seja muito perverso porque a gente administra o esporte de auto-rendimento, então a gente administra competição, eventos, formação de novos quadros pra estar competindo e a gente não tem muita preocupação ou responsabilidade de se preocupar com o pós-esporte, não deveria, não é uma responsabilidade nossa, porém nós temos essa preocupação, e temos que tentar encontrar o nosso. Inclusive os nossos patrocinadores, como é por exemplo a Caixa Econômica, eles patrocinam através da loteria esportiva, ela patrocina os atletas e não ex-atletas, não uma aposentadoria. E isso talvez tenha que ser trabalhado uma parceria em uma grande discussão no Ministério da Previdência Social, nos órgãos que trabalha, né. O indivíduo em fase de aposentadoria porque a gente dá uma grande contribuição, representa o país, defende a bandeira, mas na hora que se aposenta meio que se vira as costas. Você não pode se aposentar porque você não contribuiu, a não ser que você tenha aquela contribuição de 65 anos, mas aí é pra todo mundo, não é uma aposentadoria especial por aquilo que você produziu no país, porque a gente não recolhe INSS enquanto atleta, então você não tem direito a esse seguro.

P – Ah, o atleta não recolhe?

R – O atleta não recolhe, até porque o atleta, nós somos amadores, nós não somos atletas profissionais.

P – Inclusive os que vivem de bolsa, principalmente.

R – É, mas mesmo que viva de bolsa, a bolsa não é, é uma bolsa, ela não é salário. Então diferente, a gente tem uma organização profissional, mas nós temos uma administração que é uma administração que não é profissional, nós somos amadores, e como amador não tem carteira assinada pra ser atleta, e aí você não contribui e aí você não se aposenta, por esse motivo e essa razão.

P – É, tem uma pesquisa de atleta israelenses, britânicos e americanos que eles se queixam que se houvessem mais pessoas com deficiência nos órgãos de administração isso seria facilitado, esse processo, você concorda?

R – Eu concordo porque o seguinte, é aquela história, o segmento no Brasil tem um lema que diz o seguinte: primeiro, aquele que não se expõe não se impõe. Então na medida que você visualizar a exposição você começa a pensar em projetar situações pra aquele indivíduo. Então se nós temos uma ausência de pessoas com deficiência na gerência, no comando, você também tem uma ausência de política, porque você não percebeu, não é maldade. Quando o cara se formou em arquitetura a prioridade dele é produzir escada, porque ele não produz rampa? Rampa sobe todo mundo, quem é e quem não é deficiente, mas escada só sobe quem não é deficiente. Se eu sou um bom arquiteto eu vou produzir no modelo universal, pra todo mundo, mas eu não percebo a necessidade de alguém precisar da rampa, boto uma escada, não é maldade dele, ele não percebeu. Ele vai trabalhar com a escada pra uma facilidade que você suba e não se canse, mas produziu a escada. No primeiro momento que você fala pro arquiteto “Olha, quero diminuir aqui uma menor distancia entre o primeiro e o segundo pavimento.” ele vai pensar “Bom, como é que eu vou produzir uma escada?”, ele não pensa “Como é que eu vou produzir uma rampa?” Hoje nós estamos mostrando pra ele que é necessário que ele pense como primeira alternativa a rampa. Se não tiver vai ser uma escada e eu vou botar um elevador nela, mas é uma rampa. Porque a rampa sobe todo mundo, então você está garantindo. O bom arquiteto hoje não é aquele que limita o indivíduo, é aquele que facilita e integra o indivíduo. Se o cara hoje não consegue estar conectado com essa orientação ele é um profissional limitado, agora é necessário que você seja estimulado, nem que seja pelo campo visual, que você consiga visualizar a pessoa com deficiência, porque aí você produz. Então nesse sentido eu concordo com eles, no momento que você tem gente ali é necessário “Pô, meu colega é deficiente.” Ou

então “Vamos almoçar? Vamos. Tem um cadeirante, então lá tem acesso?” Eu não vou convidar os amigos pra ir em um lugar que eles não vão poder entrar, né, então isso tudo são preocupações que acabam acontecendo no dia-a-dia.

P – Professor, o meu roteiro deu conta, nossa, me ajudou muito. Eu queria saber se tem mais alguma coisa.

R – *Eu falo muito.*

P – Quanto mais falar melhor, pra gente melhor. Só uma coisinha que o senhor tocou no assunto então vamos aproveitar: quando o senhor disse que os atletas são amadores, né, porque não tem carteira assinada e tal, o senhor considera como atleta profissional o que tem a carteira assinada?

R – *É, a legislação hoje ela define exatamente o que é um atleta profissional e o que é um atleta amador, na sua grande maioria você tem os atletas profissionais o pessoal do futebol, todo mundo é sindicalizado, tem sua carteira profissional e é uma legislação trabalhista. Nós não estamos enquadrados nesta categoria, não é só o paraolímpico não, os atletas também de atletismo, olímpico também são incorporados nessa outra categoria de amador, e também está sendo discutido a legislação mas uma questão de legislação, mas nós hoje estamos sendo enquadrados como atleta amador, entendeu?*

P – Legal, acho que é isso, quer fazer mais algum comentário, alguma coisa.

R – *Não, acho que é isso. Queria agradecer mais uma vez por esse material de pesquisa, sei que vai fazer a diferença porque hoje quem tem conhecimento guarda pra si e esse material que você está produzindo é material que fica, que é uma coisa eterna. Então você tem isso no banco da faculdade, você tem lá quando você faz a monografia fica lá, então acho que isso é o nosso papel divulgar, e a gente está aí pra isso.*

P – Legal, agradeço muito, viu, qualquer dúvida, qualquer coisa aqui tem o meu contato.

R – *Você também tem o nosso aqui, nós estamos aqui por mais três anos, né, e é pra servir.*

P – Tá jóia. Muito obrigado, um abraço.

FIM DA ENTREVISTA

ENTREVISTA COM SUJEITO 4

P – A primeira pergunta que eu queria te fazer é em relação, assim, nas entidades organizadoras do esporte paraolímpico brasileiro existem muitas pessoas com deficiência em posições de administração, em posições de gerência?

R – *Existem, existem sim, exceto na área dos deficientes intelectuais, por conta de razões óbvias, ou seja, a falta de condição dos próprios deficientes se representarem existe sim. Na grande maioria das organizações você tem, se não na Presidência, mas pelo menos nas posições de gestão, você tem a participação e a presença de pessoas com deficiência e esse número tem crescido cada dia mais, né, o que tem dado maior protagonismo pra essas pessoas.*

P – Tá jóia. Em relação a técnicos, técnicos com deficiência também estão presentes?

R – *Não, técnicos com deficiência já é um pouco mais raro acontecer, até muitas vezes por conta das limitações impostas pelas próprias deficiências. Então técnicos deficientes são raros, acontece, mas com bastante raridade.*

P – Você falou do protagonismo, né, das pessoas com deficiência nos órgãos da administração. Existe algum ponto positivo, alguma diferença em ter essas pessoas?

R – Olha, eu acredito que é importante, como acontece também no esporte, em qualquer modalidade esportiva, sempre que você consegue ter a experiência de um atleta utilizada depois pra gestão da organização isso é sempre positivo. É óbvio que você tem alguns gestores que não é pelo fato de ser ex-atleta que vai garantir a condição melhor ou pior da gestão, porque tem pessoas que não foram atletas e que não são deficientes que desempenham sim um grande trabalho, agora é óbvio que é sempre importante você poder ter a experiência de quem esteve dentro das grandes competições ali pra contribuir na gestão das organizações.

P – Legal. Em relação a presença de pessoas que não são deficientes nesses órgãos, né, nesses cargos, qual a proporção? Ainda tem mais dessas pessoas?

R – Não, eu acredito que não, acredito que, eu não tenho essa estatística com dados claros, mas eu entendo que hoje existem mais pessoas com deficiência à frente das organizações do que pessoas sem deficiência. Considerando o movimento de cegos, que é o movimento que eu milito que é o maior número de gestores, de presidentes são de pessoas com deficiência.

P – E como é a formação acadêmica dessas pessoas? Como o pessoal se prepara para esses órgãos?

R – Isso tá evoluindo bastante, hoje as pessoas tem buscado uma preparação, agora é óbvio que o nível, o percentual de pessoa com deficiência com nível superior, com condição de gestão apropriada pra uma gestão profissional ainda é pequeno. Nós carecemos de pessoas preparadas, pessoas capacitadas e de pessoas que busquem essa especialização objetivando um trabalho mais profissional. Então na realidade é mais comum você encontrar dirigentes com deficiência nas entidades menores, nas entidades maiores é mais comum a participação das pessoas que enxergam a frente, isso considerando esse aspecto da formação e da capacitação das pessoas.

P – Então dá pra gente constatar que existe ainda uma certa diferença em termos da capacitação, né, infelizmente ainda existe?

R – Ainda existe, é claro que nem todos, tem hoje os administradores, advogados, aí grandes membros a frente das organizações. Mas ainda de uma maneira bastante tímida e bastante pequena com relação ao que nós buscamos.

P – Tá jóia. É considerada uma necessidade para os atletas, né, os atletas e técnicos, é considerado uma necessidade a presença dessas pessoas com deficiência nos órgãos ou não?

R – Eu acredito o seguinte, é importante se a gente tiver a possibilidade, obviamente considerando o aspecto técnico das condições das pessoas. É bom que isso aconteça, agora a gente não pode jamais indicar algum gestor simplesmente porque ele foi atleta. É, você pode indicar porque ele foi atleta e porque ele tem condições pra fazer um bom trabalho, até porque hoje a busca pelo profissionalismo, a busca por um trabalho sério obviamente que você não pode eleger, escolher alguém simplesmente por ser atleta. E aí o futebol profissional tem nos mostrado, né, que não é o fato de ser atleta que vai garantir a condição de bom gestor, o fato é que algumas experiências aí de ex-atletas não tem dado certo dentro do futebol profissional. Então eu acredito que é importante sim, se a gente puder utilizar a experiência dos atletas tem que fazê-lo, agora obviamente que não se vai eleger alguém simplesmente porque alguém foi atleta.

P – Jóia. No CPB quantos dirigentes com deficiência estão trabalhando?

R – Atualmente somos três e são dois deficientes.

P – E em cargos mais técnicos, né, que não estão só na presidência, tem mais alguém?

R – Na parte de gestão não, somente os dois eleitos. Porque daí o que acontece, quando você vai pros técnicos, por exemplo, de uma área de marketing pra uma área técnica são cargos eminentemente técnicos e aí a escolha é feita exatamente pela formação e pelo perfil das pessoas.

P – Legal. Como é que está no resto do mundo esse quadro, essa proporção, essa participação?

R – Olha, é difícil porque cada um tem um modelo, então se você pegar, por exemplo, os Estados Unidos, eles tem um modelo dentro do Comitê Olímpico, então os modelos são, se você pegar a Inglaterra, por exemplo, o futebol lá na Inglaterra, quem administra é a própria Liga Inglesa. Então não teria como te dizer a proporção dentro daquilo que a gente conhece, os dirigentes maiores invariavelmente são pessoas com deficiência., agora não saberei te precisar como é que funciona as bases.

P – Existe profissionalismo nesses órgãos de administração no Brasil?

R – Em alguns sim, ainda é bastante incipiente, mas é o que a gente está buscando, a gente tem buscado capacitar os clubes, orientar e instrumentalizar pra que eles implantem esse profissionalismo. Agora, hoje o movimento paraolímpico obviamente que já atingiu um nível significativo de profissionalismo, haja visto os recursos que são geridos, né, e pela quantidade de recursos você avalia a capacidade de gestão. Até por conta de execução, acompanhamento, prestação de contas, e com auditoria de CGU, de TCU. Enfim, mostra que obviamente a gente está criando sim essa cultura profissional de gestão no esporte. Agora na base, nos clubes, ainda falta muito por fazer.

P – E nas entidades representativas, entidades de organização, as federações, também tem esse quadro?

R – Eles estão caminhando na federação, acho que está em processo de evolução ainda.

P – E fora do Brasil como é que está, pelo que você conhece e tem lidado aí com o pessoal?

R – É difícil dizer rapaz porque é como eu te disse, na realidade são estruturas muito distintas, né. Você vê alguns países que tem uma estrutura profissional, tem a Espanha, por exemplo, você tem a própria Inglaterra, tem a Austrália, são todos profissionais, mas você tem outros países ainda que você tem uma visão ainda amadora. Eu acho que hoje o Brasil, no que diz respeito ao Comitê paraolímpico tem uma posição de destaque no cenário internacional. A gente hoje tem o representante no comitê executivo do Comitê Paraolímpico Internacional, nós temos três representantes nos comitês do Comitê Paraolímpico Internacional, tem no comitê de desenvolvimento que sou eu, no comitê legal, que nós temos um advogado lá e no comitê de finanças que o nosso superintendente é membro, e nós temos o Presidente do Comitê que trata dos jogos paraolímpicos dentro do Comitê Paraolímpico Internacional, então o comitê tem sido aí uma entidade de vanguarda no movimento internacional.

P – Legal, bom saber disso. É, como se dá a escolha dos dirigentes paraolímpicos no Brasil não só do CPB, escolha, generaliza mais ou menos como que o pessoal chega aos cargos.

R – Existe uma assembléia geral que elege os diretores, chega pelo engajamento natural, você percebe que os atletas alguns tem mais liderança que outros e acabam se interessando pela vida política da entidade e aí acabam se envolvendo naturalmente. Algumas entidades ainda tem um processo mais fechado, mais difícil de entrar e outras não, outras tem um processo, a maioria eu diria, tem um processo democrático que as pessoas vão, se candidatam, fazem um movimento na assembléia e entra.

P – Legal. Existe um padrão de organização federativa no Brasil?

R – Existe um sistema nacional de esportes, inclusive ele está previsto pela lei Pelé, onde você tem três subsistemas, o do esporte olímpico, do esporte paraolímpico e do esporte não-olímpico. Do esporte paraolímpico é capitaneado pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro e ele tem embaixo dele confederações e federações que tem por sua vez subornado aos clubes, então basicamente essa é a estrutura.

P – E dentro das federações a estrutura de presidência, diretor, gerente...

R – Aí vai da necessidade de cada um.

P – Aí não existe um padrão?

R – Não, não. *As organizações de prática esportiva, elas tem autonomia de organização e funcionamento então você poderia estabelecer uma forma...*

P – Específica, né? Quanto a relação entre as diferentes entidades organizativas no Brasil como é que se dá entre elas e o CPB? A pergunta que eu faço é no sentido de, a gente vê que entre, por exemplo, o IPC e as entidades organizativas, existe briga quanto a classificação funcional em relação a classificação? Como é que é isso no Brasil?

R – *Veja só, isso aí é que na realidade a gente tem aspectos que são controversos. A classificação há quem defenda um determinado modelo, há quem defenda um outro modelo e aí não é pelo aspecto político, na maioria das vezes é por um aspecto conceitual, então as coisas são inerentes. Na realidade vão se pegar diversas patologias, diversas formas de deficiência e classificar em dez classes, como é o caso da deficiência física, considerando a funcionalidade, a aptidão e a capacidade do atleta em competição é algo que realmente é difícil. Então por isso que gera essas discussões todas, então isso é bastante natural que aconteça, né, não existe muito como ser diferente. Eu acho que o caminho pra evolução é exatamente através da discussão, do debate.*

P – E no Brasil essa relação é tranqüila entre o CPB e as entidades?

R – *Tranqüila, a gente tem aí felizmente construído um trabalho bastante harmônico tanto com clubes quanto com confederações e tentando caminhar na mesma direção. Então isso felizmente tem acontecido aqui. Classificação não tem o que discutir porque na realidade o que nós seguimos são as normas internacionais, então o que é determinado a gente precisa cumprir. Nós temos classificadores internacionais, nós temos árbitros internacionais, nós temos coordenadoras internacionais, então a gente acaba seguindo determinações, e obviamente aqui no Brasil existem algumas delas que desagradam um clube ou outro, mas é algo natural, não existe nada mais acentuado nesse sentido.*

P – Em relação ao processo de aposentadoria de atletas?

R – *Não existe nada ainda.*

P – Não tem nada ainda?

R – *Não.*

P – E existe algum projeto, alguma coisa nesse sentido?

R – *Não, que eu saiba não tem não.*

P – Tá jóia. Em relação ao processo de organização de eventos esportivos no Brasil, né. O Brasil tem essa parceria com a Caixa que é muito forte, tem a relação, a Lei Agnelo Piva e tal. A organização, o financiamento do esporte profissional no esporte paraolímpico profissional no Brasil, além da Lei Agnelo Piva, além da Caixa, tem caminhado no sentido de outros apoios?

R – *Tem, no ano passado a gente fechou com a Infraero, nós temos a Unimed que já apóia há mais de cinco anos, já é uma apoiadora do Comitê Paraolímpico, nós temos os estados e municípios que tem se envolvido de uma maneira muito positiva. Em São Paulo agora a gente organiza a paraolimpíada escolar, o maior evento pra crianças e jovens com deficiência do mundo, com parceria com o município e o estado de São Paulo. Também esse evento que nós estamos aqui hoje é a instalação de um clube profissional. Então tem surgido sim e a cada dia que a gente tem conseguido dar uma visibilidade que as empresas esperam, né, porque na verdade quando a empresa liga, vincula a marca dela a uma determinada modalidade ela está buscando visibilidade. Então nós tivemos agora, por exemplo, o mundial de natação transmitido ao vivo pela Sport TV, as duas últimas paraolimpíadas transmitidas pela TV. Eu acredito que a gente está evoluindo sim, ainda tem muito pra caminhar, pra evoluir, mas eu acredito que nós estamos conseguindo aí devagarinho consolidar o esporte paraolímpico no Brasil.*

P – Legal. E como está a relação do CPB com a imprensa brasileira no sentido de que, o que me passaram há um tempo atrás é que em 2000, né, Atlanta, o CPB precisou pagar pra imprensa ir, precisou incentivar, né?

R – Não, isso a gente ainda faz, mas a gente não paga pra imprensa, o que a gente faz é custear a operação de transmissão, então a gente compra o direito de transmissão, a gente operacionaliza a chegada do sinal aqui no Brasil e a gente leva os repórteres aqui da imprensa. Isso a gente ainda continua fazendo porque pra nós se não tiver visibilidade obviamente que a gente não vai conseguir o produto, é importante e a gente ainda não tem condição suficiente de por si só atrair a imprensa.

P – O que você acha que falta pra imprensa ser atraída de vez por si só?

R – Ah, acho que é a consolidação, né, tudo. A prática do paradesporto no Brasil é muito recente, a prática dele em altíssimo rendimento é muito recente, o próprio Comitê Paraolímpico tem apenas 15 anos de existência. Eu acho que a gente está de acordo com a construção que é natural, eu acho que a medida em que nossos eventos vão ganhando qualidade, a medida que nossos eventos vão dando o que a imprensa quer, que é audiência, isso vai acontecendo naturalmente. Tanto que mesmo custeando a operação, se você pegar várias modalidades olímpicas elas não conseguem convencer a Sportv de transmitir o campeonato ao vivo, então acho que o que falta é o que a gente está fazendo, trabalhar.

P – Por último, último tema que eu queria tratar com você é em relação a imprensa ainda, né, quando ela vai transmitir alguma coisa, quando ela se aproxima de algum campeonato ela se aproxima de forma igual pelas modalidades, pelos tipos de deficiência ou não, existe uma tendência?

R – Tem as duas coisas. Tem a cobertura pelo lado social, ainda com um pouco de sensacionalismo, mas já tem aquela cobertura que visa exatamente cobrir uma modalidade de auto-rendimento. Se você acompanhar, por exemplo, as matérias que fecharam o Jornal Nacional durante a semana inteira do mundial de natação você vai perceber que as matérias ali elas já foram, realmente, como qualquer modalidade esportiva. Obviamente citando exemplos, porque quando ela fala do atletismo, quando ela fala do futebol, de alguém que sai de uma condição adversa pra ser campeão de um resultado expressivo ela também o faz. Não é só no esporte paraolímpico, mas você percebe que tem a preocupação com os resultados, tem a demonstração das conquistas. Enfim, eu acho que tem as duas coisas e eu acho que tem evoluído cada dia mais pra uma cobertura mais no sentido de focar o altíssimo rendimento, de focar os resultados e as conquistas.

P – Então tem alguma coisa que você queira colocar? Em relação a essa sua experiência como dirigente, né, em relação a ser, queira ou não vocês são representantes de toda uma classe, né. Sendo dirigentes dela, alguma experiência a expectativa dos atletas frente ao seu cargo, frente ao que os atletas sente ao futuro do esporte paraolímpico.

R – Eu acho que a expectativa existe, é obvio, principalmente naqueles que a gente teve a oportunidade de conviver junto na quadra e tal. Felizmente eu acredito que existe aí uma confiança por parte deles no trabalho da gente, até por termos vivido já muitas coisas. Na realidade a gente só chegou até aqui porque existia uma aceitação nas idéias, né, ninguém se impõe em absolutamente lugar nenhum e a gente espera cumprir com essas expectativas e na verdade a expectativa não só dos atletas, mas de todo mundo, é de efetivamente consolidar o esporte paraolímpico e fazer cada vez mais que ele seja esse potente veículo aí de inclusão e de excelentes resultados que tem tido pro Brasil e pros atletas obviamente.

P – Legal. Só mais uma que surgiu que eu acho que talvez seja importante porque o Sujeito 3 tocou nisso e acho importante a sua opinião também. Em relação a capacitar as pessoas com

deficiência pra esses órgãos de gerência ou outras atividades, pra atuar como técnico, com arbitro, né, o que você acha que falta, não só em relação ao esporte, em relação à sociedade, em que sentido precisaria mudar alguma coisa?

R – Não, em primeiro lugar essa capacitação existe, mas antes da capacitação é a formação. Dificilmente você vai capacitar um dirigente se o dirigente não tiver uma formação mínima, então acho que o processo inicial é na educação. O Comitê ele realizou já acho que oito ou nove cursos de mobilização de recursos pra justamente capacitar dirigente, ele tem realizado freqüentemente clínica de arbitragem e classificação, isso tudo está sendo oferecido. Agora, não há como capacitar se não tiver formação. Então o primeiro aspecto aí é a questão educacional, é a questão da escola, da acessibilidade no processo de educação, então basicamente é isso.

P – Você vê falhas aí então, né? Você vê falhas nesse processo inicial então?

R – É, formação, a base, se você, por exemplo, não tem um conhecimento mínimo você não vai conseguir ter um específico, entendeu?

P – E a sua formação qual é?

R – Eu sou advogado.

P – Ah, legal. Tá jóia, agradeço muito.

R – Beleza Renato, estamos a disposição.

FIM DA ENTREVISTA